Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br QUINTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2024 Nª 25.619 Preço banca: R$ 3,50

Brasil registra mais de 306 mil empregos formais em fevereiro

O Brasil fechou o mês de fevereiro com saldo positivo de 306.111 empregos com carteira assinada, resultado de 2.249.070 admissões e de 1.942.959 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado na quarta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em fevereiro. Serviços lidera com 193.127 novos postos de trabalho; seguido pela indústria, 54.448 postos; construção, 35.053 postos; comércio. 19.724 postos; e agropecuária que fechou o mês com saldo de 3.759 postos de trabalho.

No mês passado, 24 unidades da Federação registraram saldos positivos de postos de trabalho. Os estados com maior saldo foram São Paulo (101.163 postos), Minas Gerais (35.980 postos) e Paraná (33.043 postos). Os estados com saldo negativo foram Alagoas (-2.886); Maranhão (-1.220) e Paraíba (-9 postos).

O salário médio de admissão em fevereiro/2024 foi R$ 2.082,79. Comparado ao mês anterior, houve redução real de R$ 50,42 no salário médio de admissão, uma variação negativa de menos 2,36%.

No acumulado do ano (janeiro/2024 a fevereiro/2024), o saldo de empregos foi positivo em 474.614 empregos, resultado de 4.342.227 admissões e 3.867.613 desligamentos.

Página 3

Bolsonaro diz ao STF que seria "ilógico" pedir asilo a embaixador

Página 8

Haddad diz que é preciso insistir em acordo Mercosul-União Europeia

Página 3

Receita lança nova fase do Litígio Zero a partir de 1º de abril

A partir de 1º de abril, contribuintes que devem até R$ 50 milhões à Receita Federal poderão participar de uma nova fase do Programa Litígio Zero. Os pedidos de reparcelamento podem ser feitos até 31 de julho.

Segundo a Receita Federal, a nova transação tributária abrange débitos tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas em fase de contestação administrativa. Em troca da renegociação, o contribuinte deverá abrir mão de questionar a cobrança.

"Vamos resolver o passado, fazer essa DR [discussão de relacionamento] entre nós, o Fisco e o contribuinte, para daqui para frente termos uma relação mais harmoniosa, sem litígio, com mais amor", disse o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas. Ele destacou que o Fisco está mudando a postura para estimular acordos com os devedores e recuperar parte do valor devido, em vez de apenas punir os grandes devedores.

Os descontos variam conforme o grau de recuperação do crédito. Para dívidas classificadas como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, haverá desconto de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos legais, observado o limite de até 65% sobre o valor total de dívida. Nesse caso, o contribuinte pagará entrada de 10% do valor consolidado da dívida, após os descontos, divididos em cinco parcelas, e o saldo devedor em até 115 parcelas.

Se o contribuinte usar prejuízos de anos anteriores do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para abater o pagamento da dívida, deverá dar entrada de 10% do saldo devedor em até cinco parcelas. Os créditos tributários dos prejuízos apurados até 31 de dezembro de 2023 serão usados no abatimento, até o limite de 70% do valor da dívida após a entrada. O saldo residual será dividido em até 36 parcelas.

No caso das dívidas consideradas de média ou alta chance de recuperação, o devedor deverá dar entrada de 30% do valor consolidado em até cinco parcelas e usar prejuízos de anos anteriores até 31 de dezembro de 2023 para pagar até 70% do valor da dívida depois da entrada. O saldo restante será parcelado em até 36 vezes. Outra opção será dar entrada de 30% do valor consolidado da dívida em até cinco parcelas e dividir o restante em até 115 meses. (Agencia Brasil)

Lula e Macron lançam 3º submarino de parceria entre Brasil e França

Foto/Tomaz Silva/ABr

Página 32

Nascimentos no país atingem em 2022 menor patamar em 45 anos

Página 28

SP promove concurso para projeto de novo centro administrativo

A transformação da região central de São Paulo com a construção do novo centro administrativo do Governo do Estado iniciou uma importante etapa na quarta-feira (27). Em evento no Palácio dos Campos Elíseos, o governador Tarcísio de Freitas lançou o Concurso Público Nacional de Arquitetura para selecionar o projeto que servirá de base para uma das maiores intervenções urbanas já vistas no país.

Página 2

Esporte

Di Grassi leva bom histórico na Ásia para estreia da Fórmula E em Tóquio

Pela primeira vez, a Fórmula E desembarca no Japão para uma prova nas ruas do coração do país, em Tóquio. No próximo sábado (30), Lucas Di Grassi retorna ao leste do continente asiático, palco que já rendeu boas memórias ao piloto da ABT Cupra, um dos mais experientes e consagrados do grid da categoria.

O retrospecto é bom: o brasileiro é o único piloto que já largou em todas as provas já disputadas na Ásia. Di Grassi já subiu ao pódio por nove vezes, um recorde no Campeonato Mundial.

O continente asiático é realmente importante na trajetória de Lucas Di Grassi na Fórmula E. No ano de 2014, o paulista venceu a corrida que abriu não só o campeonato, mas a história da categoria, justamente no circuito montado em Pequim, na China. No ano seguinte, Lucas obteve sua segunda vitória na Ásia, no ePrix da Malásia.

Di Grassi largou em 26 provas no continente asiático, sendo duas delas em 2024, na Árabia Saudita, localizada na porção da Ásia ocidental. Ao todo, 194 dos 1041 pontos foram conquistados em pistas localizadas, em sua maioria, na região leste do continente, como China, Coreia do Sul e Hong Kong. Situação que pode se repetir no ePrix de Tóquio, em um circuito de 2.582 km ao redor do Tokyo Big Sight, o maior centro de convenções do Japão.

Energias renovadas - "A última etapa, em São Paulo, foi mais um aprendizado para a equipe. Trabalhamos e conseguimos encontrar um ritmo constante ao longo da prova, mesmo com problemas no carro depois de um toque. A torcida do público ajudou a renovar as energias para essa etapa, que é longe de casa, mas em uma parte do mundo que já me proporcionou boas memórias e momentos importantes para mim no Mundial de Fórmula E", disse Di Grassi.

Foto/ LAT

Di *Grassi durante o ePrix de São Paulo*

"Ainda estou em busca dos primeiros pontos esse ano, mas acredito que a ABT está caminhando para isso. Gostei muito do layout da pista. Acelerar no circuito de rua em Tóquio vai ser uma grande experiência, já que o Japão é um país de apaixonados por automobilismo. O traçado tem três retas longas e curvas apertadas de alta velocidade, então deve ser mais uma corrida desafiadora no calendário", completou o brasileiro.

Quinta etapa do Mundial, o ePrix de Tóquio tem seu primeiro treino livre marcado para sexta-feira, 29/03, na madrugada brasileira. Seguindo o fuso horário de Brasília, o segundo treino e a classificação acontecem ainda na sexta-feira, com a largada para a prova no sábado, sempre na madrugada. Confira os horários abaixo. O líder da tabela é o neozelandês Nicky Cassidy, com 57 pontos.

Sexta-feira, 29/03

04h25 – Treinos Livres; 19h55 – Treinos Livres; 22h20 – Classificatório para o grid.

Sábado, 30/03

03h00 – ePrix de São Paulo

WRC: TOYOTA GAZOO Racing busca manter hegemonia no Rally Safari

Foto/ Divulgação

TOYOTA *GAZOO Racing*

O WRC, Mundial de Rally, terá neste final de semana a realização do Rally Safari, terceira etapa da temporada 2024, marcada para o Quênia. E a TOYOTA GAZOO Racing busca manter sua hegemonia na prova, que voltou a contar pontos para a mais importante competição de rali de velocidade do planeta em 2021, com dois triunfos de Sébastien Ogier (2021 e 2023) e um de Kalle Rovanpera (2022).

Para a etapa deste final de semana, a TOYOTA GAZOO Racing participará da prova com três carros. Elfyn Evans, atual vice-líder do WRC, está confirmado ao lado de Kalle Rovanpera, atual bicampeão do mundo, e de Takamoto Katsuta, que ocupa a sétima colocação na tabela de classificação do Mundial de Rally após duas etapas.

"O Rally Safari é o evento mais desafiador do calendário, e é sempre emocionante disputar esta prova. Tem mais a ver com a aventura do que pela pilotagem, e estou sempre ansioso. Tivemos um bom início de ano com bons pontos nas duas primeiras etapas, mas esta prova pode ser uma loteria. Temos que encontrar o equilíbrio entre velocidade e o cuidado com o carro e ver se conseguimos chegar ao final com bons pontos", disse Evans.

"É empolgante voltar ao Quênia. Tem sido um rali muito bom para a equipe. A atmosfera lá é ótima. Será interessante ir para lá na época de chuvas. Esperamos que o terreno esteja lamacento e, nos anos anteriores, vimos que um pouco de chuva torna tudo complicado e escorregadio. O desafio será manter um ritmo confiável, ser consistente e não ter problemas", comentou Rovanpera.

O Rally Safari terá início já nesta quinta-feira, quando ocorrem as primeiras especiais do final de semana. A programação se estenderá até o domingo, quando a etapa queniana do WRC será encerrada com os últimos estágios e o Power Stage.

SP promove concurso para projeto de novo centro administrativo

A transformação da região central de São Paulo com a construção do novo centro administrativo do Governo do Estado iniciou uma importante etapa na quarta-feira (27). Em evento no Palácio dos Campos Elíseos, o governador Tarcísio de Freitas lançou o Concurso Público Nacional de Arquitetura para selecionar o projeto que servirá de base para uma das maiores intervenções urbanas já vistas no país.

"É, de fato, um dia especial e um marco na história da cidade de São Paulo. Um marco que representa uma retomada, uma história que a gente quer recuperar e tornar este sonho uma realidade", afirmou o governador. "A gente está obstinado em fazer a diferença. Isso é possível se houver integração entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo, e essa integração existe", reforçou Tarcísio.

A cerimônia também reuniu o vice-governador Felicio Ramuth, o secretário estadual de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, deputados, vereadores, autoridades estaduais e municipais e integrantes do departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP), parceiro da administração estadual no concurso.

A proposta prevê a transferência do gabinete de governo para a região dos Campos Elíseos e a manutenção do Palácio Bandeirantes como residência oficial do governador e sede do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Estado. Já a praça Princesa Isabel e seu entorno vão se tornar uma esplanada com novos edifícios para centralizar todas as secretarias, fundações e autarquias estaduais. O Governo de São Paulo estima que ao menos 22 mil servidores públicos passarão a atuar no novo complexo com a mudança.

Atualmente, estes órgãos estão alocados em cerca de 60 prédios e edifícios espalhados por diversas regiões e distritos da capital. A intervenção urbana vai assegurar mais eficiência administrativa e financeira com a centralização dos serviços estaduais e liberar o patrimônio imobiliário do Estado para usos diversos.

A transferência da sede do Governo de São Paulo, além de contribuir para a reocupação e revitalização da região central da capital, também vai reduzir custos administrativos e financeiros da gestão, otimizar a eficiência e produtividade na prestação de serviço ao cidadão e atrair mais investimentos para a cidade.

O concurso abrange quatro quadras no entorno da praça Princesa Isabel, com área construída total de 450 mil m². O perímetro inclui áreas construídas de edifícios e suas instalações – inclusive subsolos, áreas verdes e comuns, entre outras, excluindo vias e áreas urbanas e outras edificações públicas e privadas.

O objetivo é atrair propostas arquitetônicas que se destaquem por critérios como economicidade, excelência, inovação e sustentabilidade, integrando soluções urbanísticas que promovam a qualidade de vida, a inclusão social e a revitalização urbana no centro da maior metrópole do país.

"Nós temos aqui uma responsabilidade grande na implantação, não é só trazer 22 mil servidores para cá. Nós precisamos trazer habitação para o centro, habitação popular a de classe média. Repovoar para que nós também tenhamos vida noturna na região, nenhum prédio terá grades, o governo tem que estar onde o povo está. Teremos comércios e serviços para que possamos ter vida na cidade", afirmou Afif Domingos.

A iniciativa é aberta a arquitetos de todo o Brasil. A região dos Campos Elíseos já conta com estrutura completa de transporte público e concentra importantes equipamentos como a estação Júlio Prestes, a Sala São Paulo, a praça Princesa Isabel e o palacete que foi residência de governadores antes da transferência para o Palácio dos Bandeirantes, há quase 60 anos.

A partir do concurso, profissionais de arquitetura terão acesso às bases do projeto e poderão propor soluções que atendam ao programa de necessidades do Governo de São Paulo. Todas as propostas devem levar em conta os aspectos que vão beneficiar a população que vive nos Campos Elíseos a partir da instalação do centro administrativo, como novos empreendimentos comerciais, culturais e habitacionais.

As propostas deverão considerar obrigatoriamente a lei de zoneamento e o Plano Diretor do município de São Paulo, as resoluções de tombamento do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e a área de intervenção urbana no setor central.

Os projetos apresentados serão avaliados por uma comissão julgadora com sete integrantes indicados pelo IAB, que é responsável pela organização do concurso.

O complexo deve ser construído e gerenciado pela iniciativa privada, por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP). A modelagem está sendo elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que vai finalizar os estudos a partir do resultado do concurso arquitetônico.

A proposta do Governo de São Paulo prevê que os edifícios da esplanada tenham pavimentos térreos com fachadas ativas e amplas, com espaços para empreendimentos comerciais, culturais e de serviços, como restaurantes, teatros, cinemas e academias.

Os acessos aos pavimentos administrativos serão centralizados em cada quadra, e as calçadas deverão ter largura mínima de cinco metros e espaços descobertos de uso público. A intervenção vai requalificar toda a região com melhorias para fixar moradores e atrair milhares de novos residentes, movimentar o comércio e fomentar investimentos na área central.

O edital do concurso foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e tem inscrições abertas até o próximo dia 12 de junho. A entrega das propostas termina no dia 24 de junho, com análise e julgamento até 21 de julho.

A data limite para homologação e divulgação do resultado definitivo do concurso é 2 de agosto. Todo o processo para inscrição e entrega das propostas do concurso será digital, por meio do site https://concursogovspnocentro.org.br.

A proposta vencedora receberá um prêmio de R$ 850 mil e será contratada pelo futuro parceiro privado para executar o projeto executivo de arquitetura.

O Governo de São Paulo também assinou a Declaração de Utilidade Pública (DUP) de imóveis públicos e privados que estão na área que deverá ser ocupada pelo centro administrativo estadual. A medida tem validade por cinco anos e é necessária para viabilizar o projeto do novo centro administrativo.

A declaração não significa que os imóveis serão efetivamente desapropriados ou mesmo que haverá desapropriações em curto prazo, mas sim que o Estado dará sequência a iniciativas nas áreas abrangidas pela DUP.

Também nesta quinta, a Prefeitura de São Paulo apresentou um projeto de lei municipal para doar ao Estado todo o complexo que hoje abriga o terminal Princesa Isabel. O equipamento fica na alameda Glete, atrás da praça Princesa Isabel, e atualmente é local de partida e chegada de 18 linhas de ônibus que atendem o centro e demais regiões da capital.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Título de cidadã paulistana pra Michelle Bolsonaro - via Rinaldi Digilio (União) - tá incentivando a filiação de mulheres no PL pra disputar a vereança, fato que já vinha acontecendo. Estas eleições 2024 serão as maiores da história

.

PREFEITURA (São Paulo)

Ontem foi a data do aniversário da 1ª dama Regina Nunes, que tá em viagem. Esta foi a razão dela não ter comparecido na homenagem [Theatro Municipal] do título de cidadã paulistana pra agora amiga e ex-1ª dama Michelle Bolsonaro

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Final do mês das mulheres (dia internacional foi 8 março) e as deputadas da maior e mais importante Assembleia do Brasil não têm como comemorar a eleição - pela 1ª vez - de uma delas na presidência da mesa diretora. Será em 2025 ?

.

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) agora tá focando tudo na construção de um novo complexo [uma 'mini' Brasília no centro histórico - hoje cracolândia - da capital] do governo. Nos anos 1980, Paulo Maluf queria levar pra região de Bauru

.

CONGRESSO (Brasil)

Há deputados federais e senadores de origem militar seguem dizendo que o 31 março 1964 não foi golpe de Estado, mas sim revolução contra o comunismo, apoiada por partes da imprensa, igreja católica, OAB, governadores e povo nas ruas

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Enquanto o Bolsonaro se cacifa com governos das direitas [tipo Hungria, no qual dormiu por 2 noites na embaixada], o Lula permite que sua Diplomacia faça críticas às esquerdas, finalmente citando falta de democracia de Maduro na Venezuela

.

PARTIDOS (Brasil)

Nem o PT do Lulismo na Presidência, nem o PSB do Alckmin na vice, tão confortáveis nas composições das eleições municipais 2024. Enquanto isso, o Kassab (dono do PSD) tá cada vez mais forte em SP e na ficha limpa [Lava Jato] com o Supremo

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Poderoso Alexandre Moraes (Supremo) não vai perseguir o Bolsonaro, até porque mantém diálogos políticos com os partidos. O caso da estada [não estadia como muitos falam e escrevem] na embaixada da Hungria vai se somar ao nosso folclore político

.

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado de São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Secretaria notifica proprietários de mais de 639 mil veículos com IPVA em atraso

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) notificou proprietários e responsáveis por 639.184 veículos com o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em atraso. Os débitos somam R$ 675.997.955,26 e abrangem o IPVA de 2021, 2022, 2023 e 2024 – neste último caso, referentes aos automóveis cujos proprietários não quitaram o imposto integralmente em janeiro ou fevereiro ou não optaram pelo parcelamento.

A notificação ocorreu exclusivamente via Diário Oficial do Estado, na edição de quinta-feira (21), e traz a identificação do proprietário e do veículo, e os valores do imposto, da multa incidente e dos juros por mora.

Para regularizar o imposto, o pagamento pode ser realizado pela internet ou nas agências da rede bancária credenciada, utilizando o serviço de autoatendimento. Basta informar o número do Renavam do veículo e o ano do débito do IPVA a ser quitado. Há também a opção de pagamento via Pix. Para utilizar a modalidade, é necessário acessar a página do IPVA no portal da Sefaz-SP, informar os dados do veículo e gerar um QR code, que servirá para o pagamento.

O débito não quitado no prazo de 30 dias ou para o qual não for apresentada defesa no mesmo prazo será inscrito em Dívida Ativa e os nomes do proprietário e do responsável solidário, se houver, serão incluídos no CADIN Estadual e na Dívida Ativa do Estado de São Paulo. A administração do débito inscrito em dívida ativa é transferida à Procuradoria Geral do Estado (PGE), que poderá iniciar o procedimento de execução judicial.

Para mais informações, os proprietários dos veículos podem entrar em contato com a Secretaria da Fazenda e Planejamento pelo canal Fale Conosco, no Portal da Sefaz-SP ou nos telefones do Call Center 0800-0170-110 (chamadas de telefone fixo) e (11) 2930-3750 (exclusivo para chamadas de celular).

Estado é reconhecido como área livre da doença sem vacinação

Publicada na segunda-feira (25), a Portaria nº 665 de 21 de março de 2024 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), que entra em vigor a partir de 2 de maio de 2024, reconhece nacionalmente o estado de São Paulo como livre de febre aftosa sem vacinação.

Além de São Paulo, passam a ser considerados áreas livres da doença sem vacinação os estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal.

A publicação também disciplina e passa a proibir nos estados anunciados o armazenamento, a comercialização e o uso da vacina contra a febre aftosa e o trânsito de animais vacinados contra a doença, podendo serem usadas apenas mediante autorização do Departamento de Saúde Animal do Mapa.

"Hoje é um dia histórico para São Paulo, o maior exportador de carne bovina do Brasil. A excelência da sanidade animal do Estado agora é oficial em todo o território nacional, gerando novos mercados e valorizando o setor agropecuário", destacou o secretário de Agricultura, Guilherme Piai.

De acordo com o Artigo 3º da Portaria, fica proibido o ingresso e a incorporação de animais vacinados contra a Febre Aftosa nos Estados reconhecidos como área livre sem a aplicação do imunizante, oriundos dos Estados que realizam a vacinação regular de bovinos e bubalinos.

"O trânsito de animais vacinados, destinados a outras Unidades da Federação (UF) com trânsito pelos estados e regiões descritas no caput deverá ocorrer por rotas previamente estabelecidas pelo Serviço Veterinário Oficial", diz o documento.

Neste momento, ainda fica mantida a proibição do ingresso e a incorporação de bovinos e bubalinos nos Estados, municípios e parte dos municípios que compõem as zonas reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) como livres da doença sem vacinação oriundos dos estados reconhecidos nesta segunda-feira.

A proibição no trânsito se dará até que a OMSA conceda o reconhecimento do status sanitário de livre da Febre Aftosa aos Estados supracitados, fato que está previsto para acontecer em maio de 2025.

"Este reconhecimento nacional é um passo anterior ao reconhecimento internacional que tanto almejamos. E, para São Paulo, foi muito importante que nosso reconhecimento nacional tenha ocorrido no mesmo momento em que o de outros Estados que são nossos grandes parceiros na pecuária, como Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, pois evitará restrições de trânsito entre estes estados", comemora Erika Ramos Mello, médica-veterinária e diretora do Departamento de Trânsito e Análise de Riscos (DETRAR) da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Já para Christiane Morais, presidente da Câmara Setorial da Carne Bovina na SAA, o reconhecimento é um avanço histórico na pecuária paulista. "Agora estamos operando com alto nível de segurança e vigilância dos rebanhos. Parabéns a todos os envolvidos que estão unidos em torno do Governo do Estado de SP", disse.

Após a última campanha, realizada em novembro de 2023, o estado de São Paulo passou a adotar diferentes medidas para manter a sanidade do rebanho pecuário. "São ações que assim como para a retirada, precisarão do empenho de todo o setor produtivo envolvido, uma vez que a vigilância será um dos principais métodos de prevenção da doença e também para detecção precoce no caso de reintrodução da enfermidade", comenta Breno Welter, médico-veterinário e gerente do Programa Estadual de Erradicação da Febre Aftosa (PEEFA).

A partir da retirada da vacinação, o produtor, que antes imunizava o rebanho nos meses de maio e novembro, agora precisará efetuar, nos mesmos meses, a declaração do rebanho, assim como era realizado. Além dos bovídeos, é preciso declarar todos os animais de outras espécies existentes na propriedade, tais como equídeos (equinos, asininos e muares), suínos, ovinos, caprinos e aves (granjas de aves domésticas, criatórios de avestruzes).

Prefeitura abre inscrições de curso voltado para a educação de imigrantes

A Prefeitura de São Paulo, em parceria com o SESC, abriu 450 vagas para o curso "Refúgios Humanos: Migrar, um direito à vida". Os participantes devem ser educadores, independente do cargo. Haverá seis encontros, sendo os cinco primeiros à distância, pela plataforma Teams, e o último presencial. As inscrições estão abertas até às 13h até as 23h59 do dia 1º de abril, de acordo com a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

Os encontros tratarão de temas como a realidade do refúgio no contexto atual; contextos e relações entre migração e refúgio; o conceito de interculturalidade; língua, religiosidade e costumes; gênero, sexualidade e diversidade cultural. No último encontro é prevista uma partilha de práticas entre os(as) cursistas.

A formação será organizada pela equipe do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NEER), da Secretaria Municipal de Educação (SME), que atua nas Divisões Pedagógicas das DREs. O objetivo do curso é proporcionar reflexões e ações sobre as pessoas migrantes e o acesso aos direitos sociais e serviços públicos; promover o respeito à diversidade e à promoção da interculturalidade no ambiente escolar; estimular uma cultura de paz e prevenir violações de direitos; estimular a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil; garantir o compromisso com os princípios de inclusão, integralidade e equidade, contidos no Currículo da Cidade.

O NEER promove formações e custeia os profissionais da Rede Municipal de Ensino para o acolhimento dos migrantes. Nas últimas décadas houve um aumento significativo no fluxo migratório para a cidade de São Paulo e, consequentemente, no número de matrículas de migrantes na Rede Municipal de Ensino. Esses bebês, crianças, jovens e adultos de outras nacionalidades trazem desafios para a escola, na perspectiva de uma educação inclusiva, integral e equitativa. A Lei Municipal Nº 16.478 de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, estabelece o direito ao acesso, permanência e terminalidade dessa população na Rede Municipal.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Jornal O DIA SP

Brasil registra mais de 306 mil empregos formais em fevereiro

O Brasil fechou o mês de fevereiro com saldo positivo de 306.111 empregos com carteira assinada, resultado de 2.249.070 admissões e de 1.942.959 desligamentos. O balanço é do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado na quarta-feira (27) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Os cinco grandes setores da economia registraram saldo positivo em fevereiro. Serviços lidera com 193.127 novos postos de trabalho; seguido pela indústria, 54.448 postos; construção, 35.053 postos; comércio. 19.724 postos; e agropecuária que fechou o mês com saldo de 3.759 postos de trabalho.

No mês passado, 24 unidades da Federação registraram saldos positivos de postos de trabalho. Os estados com maior saldo foram São Paulo (101.163 postos), Minas Gerais (35.980 postos) e Paraná (33.043 postos). Os estados com saldo negativo foram Alagoas (-2.886); Maranhão (-1.220) e Paraíba (-9 postos).

O salário médio de admissão em fevereiro/2024 foi R$ 2.082,79. Comparado ao mês anterior, houve redução real de R$ 50,42 no salário médio de admissão, uma variação negativa de menos 2,36%.

No acumulado do ano (janeiro/2024 a fevereiro/2024), o saldo de empregos foi positivo em 474.614 empregos, resultado de 4.342.227 admissões e 3.867.613 desligamentos.

Nos últimos 12 meses (março/2023 a fevereiro/2024), foi registrado saldo positivo de 1.602.965 empregos, decorrente de 23.714.985 admissões e de 22.112.020 desligamentos.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que os números de fevereiro superaram a expectativa do governo. “Esperamos que março venha reforçar ainda mais a tendência do que pode acontecer neste ano”, disse.

Segundo ele, o governo estima que em 2024 a economia crescerá mais do que no ano passado, resultando em uma maior geração de empregos. “No ano passado, geramos da ordem de 1,5 milhão e este ano é plenamente possível gerar mais que isso. Esperamos que gere o máximo possível dentro da realidade econômica do país”, avaliou Marinho, estimando que o país pode chegar ao fim de 2024 com mais de 2 milhões de empregos gerados. O número era esperado também no ano passado, mas não foi alcançado.

O ministro aproveitou para chamar a atenção do Banco Central para a necessidade de continuar reduzindo a taxa básica de juros no Brasil. “Planejar a continuidade da redução de juros, para que a economia continue crescendo. Se a política de redução de juros tivesse começado antes e tivesse sido mais agressiva, poderíamos ter chegado a mais de 2 milhões de empregos gerados, portanto, tem a responsabilidade de ter evitado gerar de 400 a 500 mil empregos, pela política irresponsável de juros altos.” (Agencia Brasil)

Haddad diz que é preciso insistir em acordo Mercosul-União Europeia

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira (27), em São Paulo, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai continuar insistindo em uma maior aproximação com a União Europeia. Para Haddad, um acordo entre o Mercosul e a União Europeia será benéfico para as duas partes e deve se fortalecer nos próximos anos.

A fala do ministro foi durante o 8º Fórum Econômico Brasil-França, que foi realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O evento contou com a presença do presidente da França, Emmanuel Macron, que é um dos críticos ao acordo entre Mercosul e União Europeia. Ele foi recebido no local pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

Haddad comparou um possível acordo entre o Mercosul e a União Europeia com a aprovação da reforma tributária no Brasil. Segundo ele, o Brasil demorou 40 anos para aprovar a reforma tributária que “colocou um ponto final no caos tributário”. “Não devemos desistir desse acordo. Se foi possível aprovar a reforma tributária depois de 40 anos, por que não, depois de 20 anos aprovar um bom acordo União Europeia e o Mercosul?”, questionou o ministro.

No evento, que reuniu empresários e representantes dos governos dos dois países, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antonio Ricardo Alvarez Alban, defendeu um avanço no acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

“Reconhecemos alguns desafios que tanto o Brasil quanto a França enfrentam em relação ao tratado. Entretanto, estamos confiantes de que, a longo prazo, os benefícios da integração das duas regiões vão superar as adversidades iniciais, proporcionando expressivos ganhos para Brasil e França e para os demais signatários do acordo”, disse.

A ideia foi reforçada pelo presidente da Fiesp, Josué Gomes. “O acordo comercial Brasil-Mercosul e União Europeia trará benefícios para as duas regiões, especialmente para a França, país rico em assuntos culturais e de tecnologia”.

Em sua fala, Haddad também citou que a economia brasileira vive um momento macroeconômico favorável, com inflação dentro da meta e crescimento do emprego. “Hoje saiu o resultado do Caged, que apontou que, no mês passado, em apenas um mês, criamos 306 mil novos postos de trabalho no Brasil. Em janeiro, mês regularmente mais fraco, geramos 180 mil postos de trabalho, o dobro do ano passado. Entendemos que a economia seguiu seu curso, sem pressionar os preços se soubermos administrar bem a política econômica”, falou.

Haddad também falou da expectativa do governo sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). “Nesse ano, as estimativas do governo preveem crescimento de 2,2%, mas elas devem ser revistas para um patamar de 2,5% para cima. Devemos surpreender as estimativas do mercado”, disse ele. “Estamos criando a infraestrutura econômica para o Brasil aumentar seu PIB potencial, que todos diziam que era menor que 2% até outro dia. Creio que, se o Brasil crescer menos que a média mundial, com as políticas que estão sendo adotadas, alguma coisa errada está acontecendo”, falou.

Para Haddad, a economia brasileira tende a se manter favorável e em crescimento com as reformas que foram encaminhadas para o Congresso e também com a “vantagem do Brasil na transformação ecológica”.

Antes de Haddad, o secretário nacional de transição energética do Ministério de Minas e Energia, Thiago Barral, reforçou a importância da transição energética para o governo brasileiro. “O tema deste encontro, transformação ecológica, é caro para nós. Essa é a visão estratégica que orienta um amplo conjunto de políticas que estamos desenvolvendo no governo”, disse ele.

Segundo Barral, com esse processo, o governo brasileiro pretende universalizar e combater a pobreza energética no país. “Esse processo de transição energética precisa ser justo e inclusivo. Estamos falando de investimentos bilionários que vão chegar a várias regiões do país e vão exigir de nós esse compromisso de que o processo seja justo e inclusivo”, acrescentou.

Em seu discurso no evento, o presidente da CNI reforçou ainda que o fórum está sendo uma oportunidade para se discutir as oportunidades e os desafios das relações econômicas entre o Brasil e a França. “Além de fortalecer os vínculos entre Brasil e França, podemos oferecer propostas de soluções para questões globais, como a expansão da economia de baixo carbono e o aumento da competitividade das nossas indústrias no cenário mundial”, disse ele, reforçando que o Brasil é o principal mercado para os investimentos franceses em países emergentes.

“Atualmente, a França é o quinto investidor direto no Brasil e tem mais de 1.150 subsidiárias de empresas estabelecidas no país, que empregam 520 mil pessoas e faturam 61 bilhões de euros por ano. A dinâmica das nossas relações econômicas se baseia tanto no comércio quanto no investimento”, falou ele. “Nesse cenário, há espaço para equilibrarmos a balança comercial. A França é o nono maior fornecedor do Brasil. Em contrapartida, o Brasil ocupa o trigésimo sexto lugar na lista dos países que exportam para a França”, completou. (Agencia Brasil)

Governo estabelece cota para captura de peixes em 2024

Quatro espécies de peixes muito consumidos na culinária brasileira tiveram cotas de pesca estabelecidas para este ano de 2024. Os limites de captura valem para as espécies albacora-branca (*Thunnus alalunga*), albacora-bandolim (*Thunnus obesus*), espadarte (*Xiphias gladius*) e tubarão-azul (*Prionace glauca*), tanto em águas nacionais, quanto internacionais, inclusive na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que é a região de responsabilidade ambiental do Brasil e que vai até 200 milhas além da costa, onde embarcações brasileiras têm direito prioritário para pesca.

Para a espécie albacora-branca, também conhecida como atum branco ou voador, o limite é de 3.040 toneladas e para o albacora-bandolim, também conhecido por atum-cachorro ou patudo, é permitida a captura de até 5.639 toneladas.

A cota para pesca do espadarte foi limitada em 2.839 toneladas no Atlântico Sul (abaixo do paralelo 5ºN) e em 45 toneladas no Atlântico Norte (acima do paralelo 5ºN). Já o tubarão-azul, conhecido popularmente como cação, teve a captura autorizada este ano em até 3.481 toneladas.

As cotas foram determinadas por portaria conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e Meio Ambiente e Mudança Climática, publicada na quarta-feira (27), no *Diário Oficial da União*. A medida tem como objetivo a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros e atende à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. (Agencia Brasil)

Turismo no Rio de Janeiro movimentou R$ 2,35 bilhões

Sondagem feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) com 1.400 turistas estrangeiros e brasileiros, entre os dias 5 e 19 de fevereiro, mostra que 91,8% visitam o Rio a lazer, férias e carnaval. A maior festa popular do país é responsável por 30,2% desse total.

A pesquisa do IFec RJ mostra que o impacto direto na economia do estado do Rio com gastos como hospedagens, restaurantes, entretenimento e compras de produtos é de R$ 2,35 bilhões.

De acordo com a pesquisa, 58,1% dos entrevistados visitaram o Rio de Janeiro anteriormente e 49,1% estiveram na cidade pela primeira vez. Dos turistas que já visitaram o Rio antes, 27,7% disseram que estiveram na cidade mais de dez vezes.

No levantamento, 12,4% dos turistas disseram que o Rio é um destino barato ou muito barato. Já 40,3% consideraram caro ou muito caro, 47,4% não acham nem caro nem barato.

A pesquisa ouviu 791 turistas estrangeiros e 609 brasileiros na orla de Copacabana a Barra da Tijuca e nos quatro dias de desfile na Marquês de Sapucaí. Segundo a sondagem, os argentinos são maioria (16,3%) entre os estrangeiros, seguidos dos norte-americanos (13,1%) e dos chilenos (12,5%).

“No período de novembro a março, há um incremento de oferta de voos dos Estados Unidos para o Rio de Janeiro. Em abril, algumas companhias tiram voos. Significa dizer que ali tem um ponto a ser explorado. Ou seja, ações dos governos para que retenham esses voos e tornem-se regulares. Essa é uma boa proposta que surge dessa pesquisa para trazer mais turistas internacionais. A saída é ter mais voos”, disse o consultor da Presidência da Fecomércio, Otavio Leite

Dos 56,5% de turistas estrangeiros ouvidos, 55,5% são das Américas. A Europa, com 38,8%, é a segunda. Os franceses (7,5%), os ingleses (7,2%) e os portugueses (4,3%) são os que mais procuram o Rio no período de carnaval.

Dos 43,5% dos turistas brasileiros entrevistados, o Rio de Janeiro é mais visitado por paulistas (25,3%), seguidos dos mineiros (20%) e gaúchos (13,3%).

Perguntados sobre três pontos turísticos que visitaram ou pretendiam visitar, o Cristo Redentor foi o mais citado (62,6%), seguido do Pão de Açúcar (48%) e praias (18,6%).

O Sambódromo da Marquês de Sapucaí foi citado por 14,9% dos entrevistados, enquanto o Maracanã por 9,4%.

Os turistas também avaliaram a experiência em relação aos serviços prestados no Rio. Segundo o estudo, 81,7% disseram que ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos com a diversidade, disponibilidade e qualidade do comércio.

Sobre a qualidade dos serviços nos alojamentos e acomodações, 85,5% ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos.

A gastronomia agradou a 84,4% dos entrevistados, enquanto a hospitalidade foi satisfatória para 87,4%.

A sinalização, disponibilidade e qualidade das informações turísticas satisfez 76,9%. Segundo o estudo, 88,5% dos entrevistados ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos com as ofertas culturais, como pontos históricos, museus, espetáculos e tradições.

Já 81% afirmaram ter ficado satisfeitos ou muito satisfeitos com a acessibilidade e o transporte. A limpeza, o clima e a beleza do ambiente natural agradou a 78,3% dos entrevistados.

Segundo a pesquisa, 46,6% dos turistas informaram que se hospedaram em hotéis, enquanto 31,9% pernoitaram em imóvel/quarto alugado via plataformas digitais (Airbnb e outros). A média de permanência dos turistas no estado é de oito dias. (Agencia Brasil)

Caixa começa a oferecer financiamentos com FGTS Futuro em abril

Em até 15 dias, os trabalhadores de carteira assinada com renda de até R$ 2.640 poderão contratar financiamentos do Minha Casa, Minha Vida usando depósitos futuros que o empregador fizer no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em meados de abril, a Caixa Econômica Federal começará a oferecer linhas de crédito do FGTS Futuro.

O banco confirmou que iniciará as operações dessa modalidade de crédito nas duas próximas semanas. Em tese, a instituição financeira teria até 90 dias após definir as normas operacionais para começar a comercializar o FGTS Futuro, mas o prazo foi antecipado.

O anúncio da Caixa ocorre um dia depois de o Conselho Curador do FGTS regulamentar o FGTS Futuro para a compra da casa própria. Na contratação do crédito habitacional, o mutuário deverá autorizar a caução dos créditos disponíveis nas contas do FGTS por 120 meses. A autorização poderá ser feita diretamente pelo aplicativo FGTS.

Durante a contratação, o banco informará ao trabalhador o valor da prestação e a capacidade de pagamento com ou sem os depósitos futuros. Caberá ao mutuário escolher a modalidade de crédito. Caso opte pelo FGTS Futuro, os depósitos que vierem a ser feitos pelo empregador serão bloqueados na conta vinculada até a quitação total do saldo devedor.

Caso seja demitido, o trabalhador não poderá sacar o saldo da conta atrelado ao financiamento do imóvel. Todo o excedente disponível na conta de FGTS será usado para reduzir a dívida, com exceção do recolhimento da multa rescisória de 40% no caso de demissão, que é exclusiva do trabalhador.

A opção pelo FGTS Futuro só pode ser feita no momento da contratação da linha de crédito. Caso o cliente não opte nesse momento, posteriormente poderá fazer uso dos recursos depositados em sua conta vinculada do FGTS, conforme demais modalidades previstas em lei. A Caixa esclarece que o uso ou não desse recurso será decidido exclusivamente pelo trabalhador e valerá apenas para os novos contratos de financiamento. (Agencia Brasil)

Vendas do Tesouro Direto caem 16,7% em fevereiro

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet somaram R$ 3,04 bilhões em fevereiro, divulgou na quarta-feira (27) o Tesouro Nacional. O valor caiu 16,7% em relação a janeiro e 16,1% em relação a fevereiro do ano passado.

O recorde mensal histórico do Tesouro Direto ocorreu em março do ano passado, quando as vendas somaram R$ 6,842 bilhões. O mês passado foi marcado por algumas instabilidades no mercado financeiro global, o que reduziu o interesse de alguns investidores.

Os títulos mais procurados pelos investidores em fevereiro foram os corrigidos pela Selic (juros básicos da economia), cuja participação nas vendas atingiu 64,8%. Os títulos vinculados à inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) corresponderam a 22,4% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, foram 8,8%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 2,9% das vendas. Criado em agosto do ano passado, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,1% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. Em março de 2021, o Banco Central (BC) começou a elevar a Selic. A taxa, que estava em 2% ao ano, no menor nível da história, ficou em 13,75% ao ano entre janeiro de 2022 e agosto de 2023. Mesmo com as quedas recentes nos juros básicos, atualmente em 10,75% ao ano, as taxas continuam atrativas.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 131,459 bilhões no fim de fevereiro, aumento de 1,04% em relação ao mês anterior (R$ 130,09 bilhões) e de 21,6% em relação a fevereiro do ano passado (R$ 108,99 bilhões). Essa alta ocorreu porque as vendas superaram os resgates em R$ 217,3 milhões no último mês.

Em relação ao número de investidores, 324,8 mil novos participantes se cadastraram no programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 27.711.491. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 18,7%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 2.538.900, aumento de 19,7% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R$ 5 mil, que correspondeu a 83,1% do total de 500.399 operações de vendas ocorridas em fevereiro. Só as aplicações de até R$ 1 mil representaram 60,4%. O valor médio por operação atingiu R$ 6.075,78.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo. As vendas de títulos de até cinco anos representam 30,9% do total. As operações com prazo entre cinco e dez anos correspondem a 52,8% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 16,3% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Transparente.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa semestral para a B3, a bolsa de valores brasileira, que tem a custódia dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis pré-fixados. (Agencia Brasil)

Paraná cria 33 mil postos de trabalho em fevereiro

O Paraná criou 33.043 novos postos de trabalho com carteira assinada em fevereiro deste ano, fruto da diferença entre 190.995 admissões e 157.952 desligamentos. Foi o terceiro melhor resultado do período, atrás apenas de São Paulo (101.163), Minas Gerais (35.980), e à frente de Santa Catarina (26.367), Rio Grande do Sul (25.452) e Rio de Janeiro (17.672). Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (27) pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com esse resultado, o Paraná chega a 52.091 novos empregos apenas nos dois primeiros meses do ano, também terceiro melhor resultado, atrás de São Paulo (137.498) e Santa Catarina (52.193). Em janeiro foram 19.048 com o ajuste. O resultado do Paraná é superior à soma dos estados do Norte (20.715) e Nordeste (19.536) no primeiro bimestre. O Estado chegou a 3.143.492 trabalhadores com carteira assinada, número inferior apenas a estados mais populosos.

Esse é o melhor resultado do Paraná no Caged desde fevereiro de 2021, na época com saldo de 40.938. Com exceção de dezembro, quando todos os estados têm saldo negativo em razão dos desligamentos que ocorrem ao fim das festas de final de ano, o Paraná teve resultados positivos em todos os meses de 2023. Em comparação fevereiro de 2023, o saldo de empregos no Paraná praticamente triplicou, de 13.480 novas vagas para as atuais 33.043 (aumento de 145%).

No acumulado de 12 meses, o Paraná alcançou a marca de 107.805 novos empregos, quarto melhor resultado nacional, atrás de São Paulo (435.164), Rio de Janeiro (164.185) e Minas Gerais (160.738).

“Os dados do Caged apontam para um 2024 muito positivo para a economia do Estado. Em janeiro crescemos 1,9% na indústria, 4% no comércio e 2% no turismo. As exportações do primeiro bimestre já alcançaram US$ 3,49 bilhões em receitas, e também estamos no menor tempo da história em relação à abertura de empresas. Em 2023 o PIB já cresceu o dobro da média nacional e queremos que esse ano seja ainda melhor”, disse o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

“Um dos grandes destaques é a posição nacional do Estado em 2024. Perdemos o segundo lugar no ranking por uma diferença de pouco mais de cem postos de trabalho. Ou seja, a projeção para março indica um avanço ainda maior”, complementou o secretário de Trabalho, Qualificação e Renda, Mauro Moraes.

Entre os setores, Serviços liderou a criação de empregos em fevereiro, com 19.279 novas vagas no Paraná. Em seguida vieram a Indústria, com 6.824 vagas, o Comércio, com 4.077, a Construção Civil, com 2.592, e a Agricultura, aproveitando o movimento de colheita da safra de soja, com 273 vagas.

Os municípios que mais geraram novas vagas de empregos foram, respectivamente, Curitiba, com saldo de 9.567, Londrina, com 1.535, Maringá, com 1.448, Araucária, com 1.229, São José dos Pinhais, com 1.133, Cascavel, com 1.106, Toledo, com 965, Ponta Grossa, com 865, Foz do Iguaçu, com 707, Francisco Beltrão, com 477, Pato Branco, com 443, Colombo, com 432, Apucarana, com 412, Ibiporã, com 398, e Guarapuava, com 387.

No acumulado do bimestre, os destaques são Curitiba (17.768), Londrina (3.081), Maringá (2.706), Cascavel (2.001), Araucária (1.557), Ponta Grossa (1.428), Toledo (1.418), São José dos Pinhais (1.312), Foz do Iguaçu (689), Apucarana e Francisco Beltrão (624) e Arapongas (610).

O mercado formal de trabalho brasileiro gerou 306.111 postos de trabalho, resultante de 2.249.070 admissões e 1.942.959 desligamentos, em fevereiro. Houve crescimento em relação a janeiro (137.608 postos). Com isso, o total de empregos acumulados no ano tem um saldo de 474.614 postos de trabalho. Os dados positivos foram registrados em 24 das 27 unidades da Federação. (AENPR)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local. 12.03.2024, às 10 horas, de forma remota e por videoconferência, considerada realizada, para todos os fins, na sede social da **Solví Participações S.A.**, na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, 1º andar. **Presença.** Totalidade do capital social. **Mesa.** Carlos Leal Villa (Presidente), Celso Pedroso (Secretário). **Ordem do dia**. Deliberar a respeito das seguintes matérias **(i)** a prestação de garantia fidejussória, pela Companhia, como principal pagadora e devedora solidária, obrigando-se por todos os valores devidos pela **Solví Essencis Ambiental S.A.**, CNPJ/MF 40.263.170/0001-83 (“Solví Essencis” ou “Emissora”), no âmbito 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em até 2 séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da Solví Essencis, no valor, inicial, de R$ 460.000.000,00, observando a possibilidade do exercício da opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), a qual será objeto de oferta pública de distribuição, a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o rito de registro automático de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), da Resolução CVM nº 160, de 13.07.2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), observados os termos e condições previstos no “*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Até 2 Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Solví Essencis Ambiental S.A.*” (“Escritura de Emissão”), a ser celebrado entre a Solví Essencis, na qualidade de emissora das Debêntures, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, CNPJ/MF 17.343.682/0003-08, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário”), e a Companhia, na qualidade de fiadora, com a renúncia expressa a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, § único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, do Código Civil e artigos 130 e 794 e §§ da Lei nº 13.105, de 16.03.2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), sendo que a Fiança (conforme abaixo definida) permanecerá válida e em pleno vigor, inclusive no caso de obrigação da Emissora de resgatar as Debêntures, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação, conforme definido na Escritura de Emissão; **Deliberações Aprovadas. 1.** A prestação da Fiança, em favor dos Debenturistas, no âmbito da Escritura de Emissão, renunciando expressamente todo e qualquer benefício de ordem, bem como direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, § único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 130 e 794 do Código de Processo Civil, permanecendo válida e em pleno vigor, inclusive no caso de obrigação da Emissora de resgatar as Debêntures, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação, conforme definido na Escritura de Emissão. As Debêntures terão as seguintes características, conforme definidas na Escritura de Emissão: (a) Número da Emissão. A presente Emissão constitui a 4ª emissão de debêntures da Emissora. (b) Número de Séries. A Emissão será realizada em até 2 séries (“1ª Série” e “2ª Série”, cada uma, individualmente “Série” e, em conjunto, “Séries”). A existência de cada série e a quantidade de Debêntures alocada em cada série da Emissão será definida no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá conforme o sistema de vasos comunicantes, após a verificação pelo Coordenador Líder da demanda pelas Debêntures durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será objeto de aditamento a Escritura de Emissão, a ser formalizado antes da 1ª Data de Integralização (conforme definido abaixo), sem a necessidade de nova deliberação societária da Emissora, da Companhia ou em Assembleia Geral de Debenturistas para tanto. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de, inicialmente, R$ 460.000.000,00 na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Valor Total da Emissão”). O valor total a ser alocado em cada série será definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o valor total final de Debêntures alocadas, por série, serão formalizadas por meio de aditamento à Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Início da Rentabilidade (conforme definido abaixo), sem que seja necessária a aprovação no âmbito de uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) ou de qualquer aprovação societária adicional das Partes, observado que o Valor Total da Emissão poderá ser aumentado em até R$ 40.000.000,00, em virtude do exercício da opção de Lote Adicional, que poderá ser alocado em quaisquer das séries da emissão. (d) Lote Adicional. O Valor da Emissão poderá ser aumentado em até R$ 40.000.000,00, correspondente a 40.000 debêntures, caso haja exercício da opção de lote adicional, nos termos do artigo 50, § único, da Resolução CVM 160, de acordo com a demanda verificada no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido) (“Opção de Lote Adicional”), sendo certo que as Debêntures emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Adicional poderão ser alocadas em quaisquer das séries da emissão, em Sistema de Vasos Comunicantes e serão objeto de colocação em regime de melhores esforços, de acordo com a demanda dos investidores, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160. (e) Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”). (f) Data de Início da Rentabilidade. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a 1ª Data de Integralização das Debêntures (conforme definido abaixo) (“Data de Início da Rentabilidade”). (g) Destinação dos Recursos. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão destinados para reforço de caixa da Emissora (“Destinação de Recursos”). (h) Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, e do artigo 26, incisos V, “a” da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Oferta, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), e destinadas exclusivamente à subscrição por Investidores Profissionais, observados os termos e condições do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Até 2 Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da 4ª Emissão da Solví Essencis Ambiental S.A.*” (“Contrato de Distribuição”). (i) Procedimento de Bookbuilding. O Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento no âmbito da Oferta, com recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, por meio do qual o Coordenador Líder (i) verificará a existência de demanda para a colocação da totalidade das séries das Debêntures, e, sendo verificada tal demanda, definir sobre a realização da Emissão em até 2 séries, observado o Sistema de Vasos Comunicantes; (ii) definirá sobre a emissão e a quantidade de Debêntures da 1ª Série e/ou de Debêntures da 2ª Série, e, consequentemente, a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das referidas Séries, observado o Sistema de Vasos Comunicantes; (iii) o exercício ou não da Opção de Lote Adicional; e (iv) as taxas finais da Remuneração (“Procedimento de *Bookbuilding*”). Ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, a Emissora ratificará (i) a quantidade de Séries das Debêntures; (ii) a alocação das Debêntures entre as Séries; e (iii) a taxa final da Remuneração das Debêntures por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora, nos termos da Aprovação Societária da Emissora, ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será divulgado por meio de comunicado ao mercado a ser publicado pela Emissora e pelo Coordenador Líder. (j) Sistema de Vasos Comunicantes. A alocação das Debêntures entre as Debêntures da 1ª Série e/ou as Debêntures da 2ª Série, será realizada no sistema de vasos comunicantes, ou seja, a alocação da quantidade total de Debêntures entre as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, se emitidas, será definida no Procedimento de *Bookbuilding*, observado que (i) uma das Séries poderá não ser emitida; e (ii) o somatório das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série, não excederá o Valor Total da Emissão, observada a possibilidade de exercício da Opção de Lote Adicional (“Sistema de Vasos Comunicantes”). (k) Público-alvo. Nos termos do artigo 26, inciso V, alínea “a” da Resolução CVM 160, as Debêntures serão alocadas exclusivamente para Investidores Profissionais. (l) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela B3, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3. (m) Conversibilidade. As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. (n) Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das S/A, e com garantia adicional fidejussória, nos termos da Escritura de Emissão. (o) Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto na Escritura de Emissão (i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 5 anos, contados da Data de Emissão, e (ii) as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 7 anos, contados da Data de Emissão (“Data de Vencimento”). (p) Desmembramento. As Debêntures não poderão ser objeto de desmembramento e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos. (q) Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R$ 1.000,00, na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). (r) Quantidade. Serão emitidas, inicialmente, 460.000 Debêntures, em até 2 séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá de acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, conforme Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures a serem alocadas como Debêntures da 1ª série da Emissão (“Debêntures da 1ª Série”) e como Debêntures da 2ª série da Emissão (“Debêntures da 2ª Série” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “Debêntures”) será definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que a quantidade final de Debêntures alocadas, por série, será formalizada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, anteriormente à Data de Início da Rentabilidade (conforme definido abaixo), sem que seja necessária a aprovação no âmbito de uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) ou de qualquer aprovação societária adicional das Partes, observando que a quantidade de debêntures poderá ser aumentada em até 40.000 debêntures em virtude do exercício da Opção de Lote Adicional, que poderão ser alocadas em quaisquer das séries da emissão. (s) Preço de Subscrição e Forma de Integralização. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na 1ª Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a efetiva Data de Integralização. Para os fins da Escritura de Emissão, “Data de Integralização” significa a data em que ocorrer a efetiva subscrição e a integralização das Debêntures. A exclusivo critério do Coordenador Líder, as Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures desde que referido ágio ou deságio seja aplicado à totalidade das Debêntures em cada Data de Integralização, sendo assegurado que eventual deságio aplicado pelo Coordenador Líder não poderá gerar qualquer prejuízo financeiro para a Emissora. (t) Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. (u) Remuneração das Debêntures da 1ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over* extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de determinado *spread* (sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e limitado a 3,10% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive), ou, ainda, na data de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data em que ocorrer eventual Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou resgate antecipado decorrente de uma Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive). (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”). A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (v) Remuneração das Debêntures da 2ª Série: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de determinado *spread* (sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding* e limitado a 3,35% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente (exclusive), ou, ainda, na data de declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) ou na data em que ocorrer eventual Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório ou resgate antecipado decorrente de uma Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro (exclusive) (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e, quando em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada conforme fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. (w) Pagamento da Remuneração. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). (x) Amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, a partir do 24º mês contado da Data de Emissão, conforme tabela a ser descrita na Escritura de Emissão (“Data de Amortização das Debêntures”). (y) Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora na respectiva data do pagamento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos operacionais adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, os procedimentos adotados pelo Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Emissora, conforme o caso. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data do pagamento. (z) Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% sobre o valor devido e juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento pecuniário até a data do efetivo pagamento, à 1% ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”). (aa) Repactuação. Não haverá repactuação programada das Debêntures. (bb) Classificação de Risco. Foi contratada, como agência de classificação de risco da Oferta, a *Standard and Poor’s* (“Agência de Classificação de Risco”), às expensas da Emissora, que atribuirá rating à Oferta, em escala nacional de longo prazo às Debêntures, conforme relatório de classificação de risco a ser emitido pela Agência de Classificação de Risco, o qual poderá ser amplamente divulgado ao mercado. (cc) Garantia Fidejussória. Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, conforme o caso, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas no âmbito da Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, inclusive se em decorrência da constituição, formalização e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contarão, com garantia fidejussória da Companhia, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário nos termos dos artigos 818 e 822 do Código Civil, obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora principal e solidária à Emissora, pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão, da Emissão e da Oferta (“Fiança”). A Fiança perdurará até a liquidação integral das Obrigações Garantidas, nos termos descritos na Escritura de Emissão. (dd) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 31º mês contado da Data de Emissão, ou seja, 12.11.2026 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 1ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da 1ª Série), com o seu consequente cancelamento, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio de resgate equivalente a 0,40% ao ano, base 252 Dias Úteis, pelo prazo remanescente, ou seja, desde a data do efetivo resgate antecipado até a Data de Vencimento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série”). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série será calculado de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (ee) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, ou seja, 12.11.2027 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 2ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures da 2ª Série), com o seu consequente cancelamento (“Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série” e, quando em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, o “Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série, o valor devido pela Emissora será equivalente ao: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da 2ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização, ou a Data do Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio de resgate equivalente a 0,40% ao ano, base 252 Dias Úteis, pelo prazo remanescente, ou seja, desde a data do efetivo resgate antecipado até a Data de Vencimento, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série”). O Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série será calculado de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 2ª Série será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (ff) Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures. Não será admitida a amortização extraordinária facultativa das Debêntures. (gg) Oferta de Resgate Antecipado. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, exclusive, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada oferta facultativa de resgate antecipado parcial das Debêntures), endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da respectiva série, acrescido **(i)** da Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração, da respectiva série, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado, acrescido dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da respectiva série; e **(ii)** se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. (hh) Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, observado o disposto no artigo 55, § 3º da Lei das S/A, bem como os termos e condições da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 77”) e demais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora nos termos previstos na Escritura de Emissão poderão, a exclusivo critério da Emissora **(i)** ser canceladas, **(ii)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures. (ii) Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, da respectiva série calculada *pro rata temporis* desde a 1ª Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura previstos. (jj) Banco Liquidante e Escriturador. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo/SP, na Praça Alfredo Egydio Souza Aranha, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, CNPJ 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”, cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão). (kk) Demais características. As demais características e condições da Emissão serão especificadas na Escritura de Emissão. **2**. Aprovar a autorização para a prática, pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores constituídos, de todo e qualquer ato necessário ou conveniente à efetivação das deliberações desta assembleia, inclusive a celebração de todos os documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a celebração da Escritura de Emissão; **4** Ratificar todos os atos relacionados às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às Debêntures, à Emissão, à Oferta e à Fiança. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 12.03.2024. Acionista: Solvi Environnement S.A. (representada na forma de seu estatuto social por Carlos Leal Villa) e Brasil Verde Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representada na forma de seu regulamento por seus procuradores Fernando Lima Rocha Lohmann e Thomas Marshall Skinner). **Mesa:** Carlos Leal Villa - **Presidente,** Celso Pedroso - **Secretário.** JUCESP nº 123.064/24-7 em 18/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1022437-15.2023.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) JOAQUIM OLÁVIO DA COSTA, de qualificação ignorada, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Marcelo Tadeu Aristakessian, ajuizou uma Ação de Usucapião, objetivando o domínio do veículo Ford Thunderbird, ano 1958, cor preto e prata, placa de licença nº 5644, chassis nº J9YH162619, alegando o requerente a posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, foi determinada a citação por edital dos supramencionados, para que no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de Março de 2024. N - 27 e 28

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1047062-54.2016.8.26.0100O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Labruna Catapani, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) Espólio de Leonor Maria de Oliveira, p/inv. Adelino de Oliveira, Antonio Mendes Laranjeira, Eduardo Kirst, Angela Bozzani Kirst, Espólio de Atílio Mendes Laranjeira, Daniel Bosco, Espólio de João Bosco, Espólio de Dircio Bosco, Espólio de Ana Bosco da Silva, Espólio de Daniel Bosco Filho, Olivia Bosco, Branca Bosco Moreno, Espólio de Angelin Moreno, Adelino de Oliveira, Lourdes Maragno de Oliveira, Espólio de Armando de Oliveira, Joaquim de Oliveira, Benedicta de Camargo Oliveira, Iracema José de Amaral Oliveira, Nilce Pedroso Laranjeira Malto, Oladio Malto, Nilza Pedroso Laranjeira Saavedra, Carlos Alberto Saavedra, Nilva Pedroso Laranjeira Forti, José Forti, Sebastião Benedito Mariano, Marlene Aparecida Ramiro Mariano, José Carlos Martins Secall, Isabel Cristina Oliveira Araújo, Jaime Martins Secall, Marta Eurídes de Santana Secall, Marylze de Oliveira, Laércio Carlos Maragno, Marilda de Oliveira, Maria Alice Penteado de Oliveira, Antonio Pimentel de Oliveira, Manoel Penteado, Vera Lucia Correa Penteado, Izildinha Penteado de Albuquerque, Laércio Fernandes de Albuquerque, José Luciano de Camargo, Paulo Ja de Camargo, Darci Campos Barros, Luci Alves Siqueira, Celia Regina Bosco, Dircio Bosco Filho, Carmem Rubia Bosco, Olivia Bosco, Antônio Daniel Bosco, Maria Bosco, Marcio Augusto Bosco e Jair de Oliveira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Vitor Kirst ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Rua Ana Maria Franco Laranjeira, nº 455, São Paulo/SP, CEP 05224-010, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

TUTELAR EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.376.536

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em AGOE no dia 26/04/2024 de forma semipresencial, na Rua Machado Bittencourt, 361, Cj. 1301, 13º andar, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04044-001, para aqueles que comparecerem presencialmente e via *zoom* para ingresso remoto, às 09h em 1ª convocação ou às 09:30h em 2ª e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) alteração da sede da Companhia; (iv) alteração dos membros do Conselho de Administração; e, (v) consequente reforma do Estatuto Social, se aprovadas as deliberações acima. Estarão à disposição dos acionistas, a partir da data 26/03/2023, na sede da Companhia, a cópia dos documentos elencados no artigo 133 da Lei n° 6.404/76 e a forma de ingresso à reunião via zoom deverá ser solicitada pelo e-mail fjafernandes@uol.com.br, sendo certo que serão respondidos apenas os e-mails cujo remetente seja o acionista ou seu representante legal.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam comunicados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 48ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), **acerca do cancelamento da Assembleia Geral de Titulares dos CRA, que seria realizada em 02 de abril de 2024, às 16:00 horas (“Assembleia”)**, em 2ª Convocação, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), conforme Edital publicado nas edições dos dias 13, 14 e 15 de março de 2024 do Jornal “O Dia”, e disponibilizado no sites da CVM e da Emissora em 13 de março de 2024, considerando a perda do objeto, em razão da verificação, a partir das Demonstrações Financeiras apresentadas pela **BELAGRÍCOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 600, andar 18, CEP 86050-460, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.038.097/0001-81 (“Devedora”), do cumprimento do Índice Financeiro disposto na cláusula 9.2, item “(xxvi)”, subitem “(a)” da Escritura de Emissão de Debêntures, qual seja, o resultado da “Razão entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), exclusivamente em relação a verificação referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo certo que, portanto, afastada a caracterização de Evento de Inadimplemento Não Automático. **Desta forma, reforça a Emissora que a referida Assembleia está cancelada e não irá mais ocorrer na data de 02 de abril de 2024, às 16:00 horas.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão).

São Paulo, 26 de março de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel, para Intimação da requerida **CACILDA GODINHO DA SILVA CPF Nº 107.648.918-47,** do credor com penhora averbada **JOÃO TERUEL MONTEIRO, CPF Nº 269.663.448-34,** e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença (oriunda da Ação Ordinária de Extinção de Condomínio, Alienação Judicial e Arbitramento de Aluguel), requerida por espólio de **ALTAMIRANDO TEIXEIRA PINHÃO E ODETE DE SOUZA PINHÃO, CPF nº 493.460.838/91. Processo nº 0002518-97.2002.8.26.0161.** O Dr. Og Cristian Mantuan, Juiz de Direito da 4 ª Vara Cível Do Foro da Comarca de Diadema, na forma da Lei, etc.. **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 01/04/2024, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 04/04/2024, às 15:00 horas, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 24/04/2024, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC. **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado**. **DA COMISSÃO DO GESTOR**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário.. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso haja acordo judicial, a remuneração do leiloeiro será de 5% sobre o valor do acordo celebrado, a ser paga pela parte devedora logo na primeira prestação da avença. Caso o acordo seja extrajudicial ou desistência da execução, este percentual será devido pelo credor. O valor só será devido ao leiloeiro caso já tenha encaminhado o edital para publicação. **LOTE ÚNICO: Bem composto de parte ideal de 50% (cinquenta por cento) do imóvel pertencente à executada, e dos direitos de compromissários compradores relativos à metade ideal de 50% (cinquenta por cento) do imóvel pertencente aos exequentes. Imóvel este sito a Rua Santo Antônio de Pádua, 318, devidamente matriculado junto ao CRI de Diadema sob matrícula nº 12.524**, assim descrito: Um terreno com 299,30 m², no Jardim Piraporinha neste distrito, município e comarca de Diadema, parte do lote 06 da quadra F1, lançado pela Prefeitura Municipal desta cidade, pela inscrição nº 25.48.026, como lote 6 da quadra F, medindo 8,00 m de frente para a Rua Santo Antônio; 37,35 m do lado direito onde divide com o lote 5 da mesma quadra, do proprietário, 37,35 m do lado esquerdo, onde divide com terrenos do Jardim Nosso Lar, de propriedade dos Espólios/de Egon Cutr Reichert e Irma Aagard Reichert., Segundo consta na AV.03 da referida matricula sobre o terreno foi construído um prédio residencial que recebeu o número 318 da Rua Santo Antônio de Pádua, com 144,00 m² de área construída. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$643.540,00 (seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta reais), conforme avaliação de fls. 704, constante dos autos, datada de fevereiro/2022. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO SITE DO TJ/SP PARA JANEIRO/24: R$702.283,00 (setecentos e dois mil, duzentos e oitenta e três reais). Obs. 01:** Consta da Av.06 da referida matrícula penhora nos autos da Ação de Execução Civil, processo nº 0002061-15.2005.8.26.0564, promovida por JOÃO TERUEL MONTEIRO, CPF Nº 269.663.448-34, em face de ALTAMIRANDO TEIXEIRA PINHÃO E ODETE DE SOUZA PINHÃO, em trâmite perante a 4ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo; **Obs. 02:** Para o exercício do direito de preferência, é necessário que o interessado, além de estar cadastrado no site do gestor, encaminhe solicitação expressa para o e-mail: faroleiloes@terra.com.br, informando sua pretensão e qualificação completa, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do praceamento; **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Os interessados terão acesso à integra do edital de leilão e à maiores informações, por telefone: (11) 3105-4872 ou no site www,faroonline.com.br.

Virgo Companhia de Securitização - CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Alteração da Segunda Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A.

Por esse edital, vem alterar a data da realização da Assembleia divulgada no edital de convocação publicado nos dias 08, 11 e 12 de março de 2024 nos jornais “Diário Oficial de São Paulo” e “O Dia”, que seria realizada em 28 de março de 2024, às 14:00hs, de forma que ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (trigésima segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.) (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão” e “Emissora”, respectivamente) e a **VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios Ltda.** (nova denominação da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), na qualidade de agente fiduciário dos CRA (“Agente Fiduciário”) a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 2ª (*segunda*) convocação em nova data, qual seja, **no dia 25 de abril de 2024, às 14:00hs**, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online através da plataforma “*Microsoft Teams*”, administrada pela Emissora (“Assembleia”), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”) e do “*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A.*”, assinado em 19 de março de 2021 (“Devedora” e “Termo de Securitização”, respectivamente), para deliberar sobre: **(i)** a concessão de anuência prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão entre a Dívida Bancária Líquida e EBITDA, previsto na Cláusula 6.27.2, alínea (x) do “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Neomille S.A.*”, assinado em 11 de fevereiro de 2021 (“Escritura de Emissão”) e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (*waiver fee*) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo[1]; e **(ii)** a concessão de anuência prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.27.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (*waiver fee*) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo[2]. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1)** *Instalação e Quórum*: a assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem qualquer número dos CRA em Circulação, nos termos da Cláusula 15.7 do Termo de Securitização. A matéria descrita na Ordem do Dia deve ser aprovada por, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia Geral, em segunda ou qualquer convocação subsequente, desde que estejam presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, conforme previsto na Cláusula 15.10 do Termo de Securitização. **(2)** *Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico*: A assembleia será realizada através de plataforma digital “*Microsoft Teams*”, que possibilitará a participação remota dos Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar até, preferencialmente, 2 (dois) Dias Úteis antes de sua realização (i.e até 23 de abril de 2024) para os e-mails: juridico@virgo.inc e jma@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título, a operação, “*CRA Cerradinho | Assembleia*” os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) quando pessoa jurídica: (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular dos CRA, incluindo ata de eleição da diretoria e ata de eleição do conselho de administração, se instalado; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; (c) quando fundo de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; (d) caso qualquer dos Titular dos CRAs indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. **(3)** *Admissão de Instrução de Voto à Distância*: O titular dos CRA poderá exercer seu direito de voto à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto à distância, o qual está disponível na página da rede mundial de computadores Emissora (www.virgo.inc) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Para que a instrução de voto à distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do titular dos CRA e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da instrução de voto à distância do titular dos CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. A Emissora exigirá que as instruções de voto à distância sejam rubricadas e assinadas com a certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade, conforme §1º do artigo 29 da Instrução Resolução CVM 60. Será aceita a instrução de voto à distância que for enviada, preferencialmente, até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de realização da assembleia, juntamente com os documentos listados no item “3” acima, para a Emissora e para o Agente Fiduciário, para os e-mails: juridico@virgo.inc e jma@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Os Titulares dos CRA que fizerem o envio da instrução de voto acima mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o *link* para participação digital da assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo titular do CRA ou por seu representante legal com a posterior participação da assembleia via acesso ao *link*, o titular do CRA caso queira, poderá votar na assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. São Paulo, 27 de março de 2024.

Virgo Companhia de Securitização *(Atual Denominação da ISEC Securitizadora S.A.)*

[1] e [2] O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br.

NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ/MF 10.558.895/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (EM REAIS)

Balanço Patrimonial

Ativo		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Disponível	4	10.754.458	65.151.779	135.886.289	153.319.031
Contas a Receber	5	63.422.952	39.071.567	104.710.624	41.445.552
Adiantamentos	6	26.464.528	27.882.113	27.947.759	28.430.546
Impostos a Recuperar	7	14.172.307	14.895.749	15.474.695	15.607.320
Estoques	8	4.720.927	6.398.280	15.023.613	16.792.058
Demais Créditos		674.699	1.432.951	674.699	1.432.951
Depósito Caução		13.204	13.204	13.204	13.204
Depósitos Judiciais		212.852	332.247	212.852	332.247
		120.435.926	**155.177.888**	**299.943.735**	**257.372.907**
Não Circulante					
Demais Créditos LP		1.601.041	1.596.191	1.603.098	1.598.591
Investimentos	9	134.446.576	51.385.727	5.505.862	4.499.297
Imobilizado liquido	10	65.833.443	32.225.779	80.411.897	36.762.113
Intangível		37.262.154	37.262.154	37.297.095	37.297.095
		239.143.213	**122.469.850**	**124.817.952**	**80.157.096**
Total do ativo		**359.579.140**	**277.647.739**	**424.761.686**	**337.530.003**

Passivo e patrimônio líquido		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Adiantamentos de Clientes		7.898.524	38.604.099	66.797.484	86.470.945
Fornecedores Nacionais	11	6.320.451	8.687.514	6.853.690	10.650.839
Obrigações Sociais a Recolher		295.999	2.090	572.994	9.491
Provisões Trabalhistas	12	487.297	213.876	742.829	304.912
Obrigações Fiscais a Recolher	13	15.063.157	2.298.924	17.309.709	5.865.201
Outras Contas a Pagar		74.629	64.651	1.163.310	5.445.340
Consórcios a Pagar		190.108	569.371	190.108	569.371
Empréstimos e Financiamentos	14	16.269.390	12.769.568	16.269.390	12.769.568
		46.599.555	**63.210.095**	**109.899.514**	**122.085.667**
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	14	2.648.205	2.884.325	2.648.205	2.884.325
Obrigações Fiscais a Recolher	13	13.145.699	16.250.801	13.145.699	16.250.801
Provisões P/ Contingências	15	267.000	188.042	329.000	280.042
Demais Débitos				239.700	475.222
		16.060.903	**19.323.168**	**16.362.603**	**19.890.390**
Patrimônio líquido					
Capital Social	16	49.778.608	49.778.608	49.778.608	49.778.608
Adiant. futuro aumento de Capital		95.758.979	19.548.022	95.758.979	19.548.022
Lucros / Prejuízos Acumulados		127.825.440	79.305.107	127.825.440	79.305.107
Lucros / Prejuízos do Exercício		(22.927.085)	-	(22.927.085)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		46.482.739	46.482.739	46.482.739	46.482.739
Total do Patrimônio Líquido		**296.918.682**	**195.114.477**	**296.918.682**	**195.114.477**
Participação dos não controladores				1.580.888	439.469
Total do passivo e PL		**359.579.140**	**277.647.739**	**424.761.686**	**337.530.003**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital social	Lucro/ prejuízo acumulado	Lucro/prejuízo do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.778.608**	**36.997.338**	**8.245.840**	**46.482.739**	**141.504.525**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		7.984.308	(7.984.308)		-
Reversão de reservas		(30.000.580)			(30.000.580)
Ajuste de Exercícios Anteriores		4.305.424			4.305.424
Resultado do Exercício			79.305.107		79.305.107
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**49.778.608**	**19.286.490**	**79.566.639**	**46.482.739**	**195.114.477**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		79.566.639	(79.566.639)		-
Ajuste de Exercícios Anteriores		(3.085.860)			(3.085.860)
(-) Lucros Distribuídos		(22.927.085)			(22.927.085)
Resultado do Exercício			127.825.440		127.825.440
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**49.778.608**	**72.840.185**	**127.825.440**	**46.482.739**	**296.926.972**

Demonstrações do Resultado

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional liquida	275.547.762	344.933.922	415.023.479	449.224.784
Custos dos produtos vendidos	(193.519.840)	(258.760.470)	(187.952.256)	(269.003.301)
Lucro bruto	**82.027.922**	**86.173.452**	**227.071.224**	**180.221.484**
Despesas Operacionais	(89.989.073)	(84.507.842)	(96.920.956)	(99.637.311)
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.827.557	137.390.969	999.733	(1.945)
	47.401.897	**(4.680.285)**	**(96.922.901)**	**(98.637.578)**
Resultado Operacional	**129.429.819**	**81.493.167**	**130.148.323**	**81.583.905**
Receitas Financeiras	2.473.821	4.498.097	11.251.017	11.168.995
Despesas Financeiras	(6.197.048)	(6.822.388)	(6.674.357)	(7.333.233)
Lucro Operacional	**125.706.592**	**79.168.876**	**134.724.982**	**85.419.667**
Receitas não Operacionais	2.118.848	136.231	2.118.038	136.231
	2.118.848	**136.231**	**2.118.038**	**136.231**
Contribuição Social	-	-	(2.422.194)	(1.786.124)
Imposto de Renda	-	-	(5.234.643)	(3.806.598)
Participação dos não controladores	-	-	(1.360.743)	(658.069)
Lucro Líquido do Exercício	**127.825.440**	**79.305.107**	**127.825.440**	**79.305.107**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	424.675.986	1.234.090.438	572.939.692	1.344.288.985
Pagamento. a Fornecedores/CPV	(333.481.016)	(367.178.714)	(376.631.615)	(390.096.156)
Pagamento de Obrigações Sociais	(6.189.545)	(2.899.480)	(9.568.729)	(4.539.458)
Pagamento de Tributos	(35.662.141)	(56.237.340)	(53.660.432)	(64.751.873)
Outros Pagamentos Operacionais	(52.256.969)	(734.924.073)	(60.215.242)	(740.803.720)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(2.913.686)**	**72.850.831**	**72.863.675**	**144.097.778**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	1.620.893	3.525.840	2.094.893	3.525.840
Recebimento de Dividendos	55.334.071	-	219.137.751	112.760.268
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	(40.136.635)	(8.815.279)	(40.136.635)	(10.459.930)
Caixa liquida das atividades de investimentos	**16.818.329**	**(5.289.440)**	**181.096.009**	**105.826.178**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de Capital	-	24.889.705	-	31.141.795
Recebimento – Empréstimos (Bancos)	2.267.317	13.186.133	2.267.317	13.802.253
Recebimento - Empréstimos adquirido do grupo	204.985.212	-	746.576.798	1.699.528.964
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	232.094.285	628.576.949	760.578.742	628.576.949
Empréstimos - Efetuado ao Grupo	(229.237.677)	(648.351.090)	(757.302.069)	(648.833.395)
Pagamento de Amortização – Empréstimos - (Banco)	(9.225.747)	(18.056.866)	(9.225.747)	(18.988.784)
Pagamento de Amortização – Empréstimos adquirido - (Grupo)	(235.690.787)	-	(761.435.823)	(1.639.189.178)
Pagamentos de amortização - FINAME	(10.567.482)	(4.516.394)	(10.567.482)	(4.516.394)
Lucros Distribuídos	(22.927.085)	-	(242.284.160)	(160.264.171)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(68.301.964)**	**(4.271.563)**	**(271.392.425)**	**(98.741.960)**
Variação liquida do caixa	**(54.397.321)**	**63.289.829**	**(17.432.741)**	**151.181.995**
Saldo Inicial	**65.151.779**	**1.861.950**	**153.319.031**	**2.137.035**
Saldo final	**10.754.458**	**65.151.779**	**135.886.289**	**153.319.031**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional A Noromix Concreto S.A. “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelas as práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09 e cuja finalidade é a preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimentos para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comercio varejista de areia e pedra, execução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplanagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de imóveis, comercio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprios, prestação de serviços, locação e Administração de bens móveis e imóveis, comercio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defensas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviço na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de serviços em equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro jateamento, limpeza de esgotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carrocerias, caçamba, tratores, varredores, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres e indústria e comércio de produtos asfálticos. A Companhia possui três controladas diretas denominadas: • **Serra Geral Administração e Participações Ltda, Pavimentare Infraestrutura Ltda e Mineração Água Amarela Ltda,** que são sociedades empresárias de responsabilidade limitada, onde 100% de suas cotas pertencem à Noromix Concreto S/A. As empresas **Serra Geral e Pavimentare** possuem o objeto social de execução e gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infra estruturas, saneamento básico, terraplenagem, urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros; locação e Administração de bens moveis e imóveis, de máquinas e equipamentos, caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores, reboques, semi-reboques e similares, sem operador; comércio varejista areia, pedra e materiais para construção em geral; parcelamento de solo para loteamento e incorporações; prestação de serviços com equipe padrão, limpeza de fachadas, bueiros e bocas de lobo, hidro-jateamento, limpeza de esgotos, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres; serviços de coleta, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio; prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defenzas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas. A empresa **Mineração Água Amarela** possui o objeto social de de exploração, beneficiamento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, envolvendo navegação interior e lacustre para o seu transporte Através de sua controlada “Serra Geral”, a companhia possui controle indireto sob as sociedades listadas abaixo, as quais encontram-se consolidadas nestas Demonstrações Financeiras: **Helsinque Participações Ltda.** – 100% de suas cotas pertencentes à Serra Geral Administração e Participações Ltda, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia, ou acionista. **Aporte Construção e Urbanização Ltda.** - 99% de suas cotas pertencentes à Helsinque Participações Ltda; que tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, Saneamento Básico, Terraplanagem, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **Obras e Serviços Fator S/A** - 99% de suas cotas pertencem à Aporte Construção e Urbanização Ltda, e 1% de suas cotas pertencem à Helsinque Participações Ltda. Tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros. **a) Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **b) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31/12/2023 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante; **c) Demonstração do resultado do exercício** Estruturada em conformidade com as disposições contidas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis no Brasil. O resultado do exercício de 2023 foi apresentado um lucro no valor de R$ 79.305.107. **d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **e) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Noromix. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **c) Contas a receber** São apresentadas aos valores presente e de realização. **d) Estoques** Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **e) Investimentos em controladas** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. **f) Imobilizado f1 Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico reavaliado ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **f2 Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **f3 Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 10. **g) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **h) Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Noromix possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **k) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **3.1. Novos pronunciamentos contábeis** IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º/01/2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de hegde. IFRS 15/CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu que não haverá impacto da adoção das novas normas para o exercício atual. Não há outras normas e/ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **4. Disponível** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa	66.575	82.112	154.444	171.204
Banco Bradesco	236	179	9.695	325
Banco do Brasil	35.449	5.439	37.525	156.405
Banco Itaú	-	143	-	143
Caixa Econômica Federal	-	-	4.796	5.044
Sicoob Credlider	2.454.249	247.245	3.832.867	255.534
Banco Daycoval	15.261	30.360	15.425	30.362
Titulo de Capiltalização	-	-	-	-
Aplicação Bradesco	7.382.689	966.282	9.932.662	990.086
Aplicação Daycoval	-	63.820.000	-	95.759.890
Outras Aplicações	800.000	20	121.898.874	55.950.037
	10.754.458	**65.151.779**	**135.886.289**	**153.319.031**

5. Contas a receber As contas a receber estão representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Cheques Pré-datados	1.094.307	2.021.470	1.142.578	2.248.868
Duplicatas a Receber	10.105.181	15.499.964	10.423.569	15.793.317
Duplicatas a Receber - Construtoras	11.299.306	6.598.847	15.006.063	8.452.081
Duplicatas a Receber - Usinas	9.884.906	1.567.986	9.884.906	1.567.986
Duplicatas a Receber- Obras Andamento	31.923.365	13.811.740	69.137.622	13.811.740
Cheques Devolvidos	1.066.295	1.405.896	1.066.295	1.405.896
Duplicatas Descontadas	(1.950.409)	(1.834.337)	(1.950.409)	(1.834.337)
	63.422.952	**39.071.567**	**104.710.624**	**41.445.552**

6. Adiantamentos Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Adiantam. Funcionarios	4.599	4.990	4.599	5.327
Adiantamento a Fornecedores	26.341.732	27.843.340	27.756.825	28.371.530
Adiantamento De Ferias	118.196	33.783	186.334	53.689
	26.464.528	**27.882.113**	**27.947.759**	**28.430.546**

7. Impostos à recuperar Os impostos a recuperar estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
CSLL / COFINS / PIS a recuperar	-	371	-	371
CSLL a Recuperar	-	-	231	-
ICMS a Recuperar	8.264.414	9.456.962	8.272.495	9.459.887
INSS a Recuperar	392.070	184.196	1.041.398	869.489
IRPJ a Recuperar	-	30.004	-	30.004
IRRF a Recuperar	1.192.228	96.313	1.828.856	112.548
ISSQN a Recuperar	1.825	33.741	2.826	33.741
COFINS a Recuperar	3.496.962	4.136.379	3.496.962	4.136.379
PIS a Recuperar	767.022	899.997	767.477	900.452
Impostos Federais a Recuperar	57.786	57.786	57.786	57.786
Impostos e Taxas	-	-	6.664	6.664
	14.172.307	**14.895.749**	**15.474.695**	**15.607.320**

A Noromix efetuou estudos para a realização desses créditos e possui expectativa de realização dos mesmos ao longo do próximo ano, por isso nenhuma provisão para perda foi constituída. Com base neste estudo foram classificados o montante de R$ 14.172.307. **8. Estoques** Os estoques de mercadorias foram avaliados pelo método conhecido como custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa movimentação.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Estoque Areia Fina /Média/ Grossa	240.619	361.718	1.371.728	1.493.609
Estoque De Materia Prima	1.546.904	1.764.625	1.546.904	1.764.625
Estoque Oleo Diesel	10.950	158.358	24.309	170.935
Estoque Pedra Britada	1.265.708	962.091	1.265.708	962.091
Estoque Produtos Acabados Pre-Moldados	1.656.746	3.151.488	1.656.746	3.151.488
Estoque de Imóveis p/ venda	-	-	9.158.218	9.249.309
	4.720.927	**6.398.280**	**15.023.613**	**16.792.058**

9. Investimentos Os Investimentos estão representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Participações Societarias (i)	132.624.865	50.567.967	-	-
Invest. Diversos - Sicred/ Sicoob	35.927	34.107	40.396	35.962
Imóveis para Locação (ii)	-	-	3.329.682	3.329.682
Bens destinados à venda	55.000	55.000	405.000	405.000
Investimentos Diversos - Consórcios (iii)	1.730.784	728.653	1.730.784	728.653
	134.446.576	**51.385.727**	**5.505.862**	**4.499.297**

(i) Movimentação das participações societárias:

	Serra Geral Administração e Participações Ltda	**Pavimentare Infraestrutura Ltda**	**Mineração Água Amarela Ltda**	**Total**
Participação no capital social	100%	100%	100%	
Saldo em 31/12/2022	**43.738.117**	**5.255.502**	**1.574.347**	**50.567.967**
Integralização de Capital Social			1.305.089	1.305.089
Resultado Equivalência patrimonial	138.360.681	(646.912)	(322.800)	137.390.969
Dividendos Distribuídos	(55.334.071)			(55.334.071)
Adiantamento p/ fut. Aum. Capital			(1.305.089)	(1.305.089)
Saldo em 31/12/2023	**126.764.728**	**4.608.590**	**1.251.547**	**132.624.865**

10. Imobilizado O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: construções - 4%; máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações - 10% e veículos, viaturas a 20%.

				Controladora		Consolidado
			2023	**2022**	**2023**	**2022**
Descrição	**Valor Líquido**	**Depreciações**	**Aquisições e Baixas**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
Computadores e Periféricos	**207.907**	-64.704	96.329	**176.281**	207.907	176.281
Construção em Andamento	**20.338**		20.338	**-**	20.338	
Ferramentas e Acessórios	**15.467**	-4.028	5.200	**14.294**	15.467	14.294
Imóveis	**2.269.399**	0	1.200.000	**1.069.399**	2.269.399	1.069.399
Instalações	**207.722**	-28.269	47.685	**188.306**	211.534	193.071
Máquinas e Equipamentos	**41.170.866**	-3.888.873	31.495.822	**13.563.917**	53.707.807	16.925.158
Marcas e Patentes	**990**		-	**990**	990	990
Móveis e Utensílios	**208.914**	-8.741	172.400	**45.255**	209.533	46.029
Veículos	**12.511.256**	-2.391.206	6.955.710	**7.946.752**	14.548.339	9.116.306
	56.612.858	**-6.385.820**	**39.993.483**	**23.005.194**	**71.191.312**	**27.541.528**

Imobilizado Para Fins de Valor Justo:

	Controladora				Consolidado	
Descrição	**2023**			**2022**	**2023**	**2022**
Imóveis	6.230.034	-	-	6.230.034	6.230.034	6.230.034
Máquinas e Equipamentos	(718.298)	-	-	(718.298)	(718.298)	(718.298)
Veículos	3.708.849	-	-	3.708.849	3.708.849	3.708.849
	9.220.585	**-**	**-**	**9.220.585**	**9.220.585**	**9.220.585**
	65.833.443	**(6.385.820)**	**39.993.483**	**32.225.779**	**80.411.897**	**36.762.113**

11. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme os prazos médios de vencimento, que variam entre 60 e 90 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31/12/2023.

	Controlada		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Fornecedores	6.320.451	8.687.514	6.853.690	10.650.839
	6.320.451	**8.687.514**	**6.853.690**	**10.650.839**

12. Provisões trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Provisao de Ferias	355.477	157.819	541.906	228.261
Provisao de Fgts S/Ferias	28.454	12.626	43.369	18.261
Provisao de Inss S/Ferias	103.365	43.432	157.555	58.390
	487.297	**213.876**	**742.829**	**304.912**

13. Obrigações fiscais a recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são incidentes sobre as atividades operacionais da empresa e decorrentes da Folha de Pagamento, calculados de acordo com as bases legais tributarias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. A partir da derrubada do veto presidencial ao art. 4º da Lei nº 14.148/2021 (“Lei do PERSE”), ocorrida em 18/03/2022 a empresa identificou a oportunidade de reduzir a zero as alíquotas do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS. Tal conduta decorreu pelo fato de possuir CNAE secundário dentro daqueles que foram beneficiados pela redução a zero das alíquotas dos referidos tributos, definidos por meio da Portaria ME Nº 7163, de 21 de junho DE 2021 do Ministério da Economia. Com a mudança do Governo Federal, foram introduzidas diversas novidades na legislação tributária, e embora tais mudanças visem a ampliação da arrecadação federal, muitos critérios e metodologias prejudicaram e trouxeram insegurança aos contribuintes até então beneficiados. Diante de tanta turbulência, no mês de maio de 2023 a empresa optou pelo pedido de liminar, e deixou de calcular pela alíquota zero os tributos abrangidos pela “Lei do Perse” no mês de julho de 2023. A controladora pretende regularizar tais débitos mediante adesão a programas de autorregularização vigentes a partir do próximo exercício.

• Curto Prazo	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Cofins A Recolher	7.777.884	-	8.074.674	762.077
Pis A Recolher	1.685.208	-	1.749.454	165.120
CSLL a Recolher	-	-	656.270	949.164
Contribuição Sind/ Assist/ Conf.	16.283	19.948	22.119	24.734
ICMS A Recolher	-	-	66	66
Csll / Cofins / Pis	10.384	11.231	10.773	14.959
Fgts A Recolher	60.275	-	110.399	-
Inss A Recolher	135.916	25.729	222.976	69.312
IRPJ s/ lucro a Recolher	-	-	799.048	1.114.930
Inss Retido S/Nf A Recolher	582.325	445.482	614.536	504.064
Irrf A Recolher	75.636	35.928	128.461	60.818
Issqn A Recolher	398.933	325.503	533.120	764.852
CPRB A Recolher	-	-	67.500	-
Parc. Estaduais	19.956	15.083	19.956	15.083
Parcelamentos Fazendários	1.352.164	419.808	1.352.164	419.808
Parc. Fazendario Refis Copa	159.034	184.444	159.034	184.444
Parcelamentos Previdenciários	79.231	223.972	79.231	223.972
Pert - Parc. Fazendario Rfb	2.374.555	375.395	2.374.555	375.395
Pert - Parc. Previdenciario	335.373	216.402	335.373	216.402
	15.063.157	**2.298.924**	**17.309.709**	**5.865.201**

• Longo Prazo	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Parc Estaduais Pep	-	38.804	-	38.804
Parc Fazendarios	10.158.402	10.216.788	10.158.402	10.216.788
Parc Previdenciários	716.662	914.811	716.662	914.811
Pert-Parc Fazendario	1.879.856	4.585.595	1.879.856	4.585.595
Pert-Parc Previdenciario	390.778	494.804	390.778	494.804
	13.145.699	**16.250.801**	**13.145.699**	**16.250.801**

14. Empréstimos e financiamentos As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

• Curto Prazo	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Cheques a Compensar	-	204.000	-	204.000
Financiamentos Imobilizados	14.381.373	5.450.694	14.381.373	5.450.694
Emprestimos e Financ. Bradesco	-	3.792.018	-	3.792.018
Emprestimos e Financ. Daycoval	936.559	4.493.766	936.559	4.493.766
Emprestimos e Financiamentos	951.458	2.621.109	951.458	2.621.109
	16.269.390	**12.769.568**	**16.269.390**	**12.769.568**

• Longo Prazo	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Financ. Imobilizados	1.983.758	692.304	1.983.758	692.304
Emprestimos e Financ Daycoval	-	843.225	-	843.225
Empréstimos e Financiamentos	664.447	1.348.796	664.447	1.348.796
	2.648.205	**2.884.325**	**2.648.205**	**2.884.325**

15. Contingências legais A NOROMIX CONCRETO S.A. está envolvida em diversos processos em andamento, os quais vêm se discutindo questões das áreas cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões até 31/12/2023, totalizando o valor de R$ 267.000 para as contingências que foram avaliadas com as possibilidades de perdas para a NOROMIX CONCRETO S.A., segundo definições de nossa Assessoria Jurídica. **16. Patrimônio líquido** O Capital Social é de R$ 49.778.608, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2023, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **17. Eventos Subsequentes** Em 31/12/2023 até a data finalização da auditoria 19/03/2024, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

A Diretoria

Pablo Alexandre Ruvieri Toschi - Diretor - CPF: 224.078.028-29

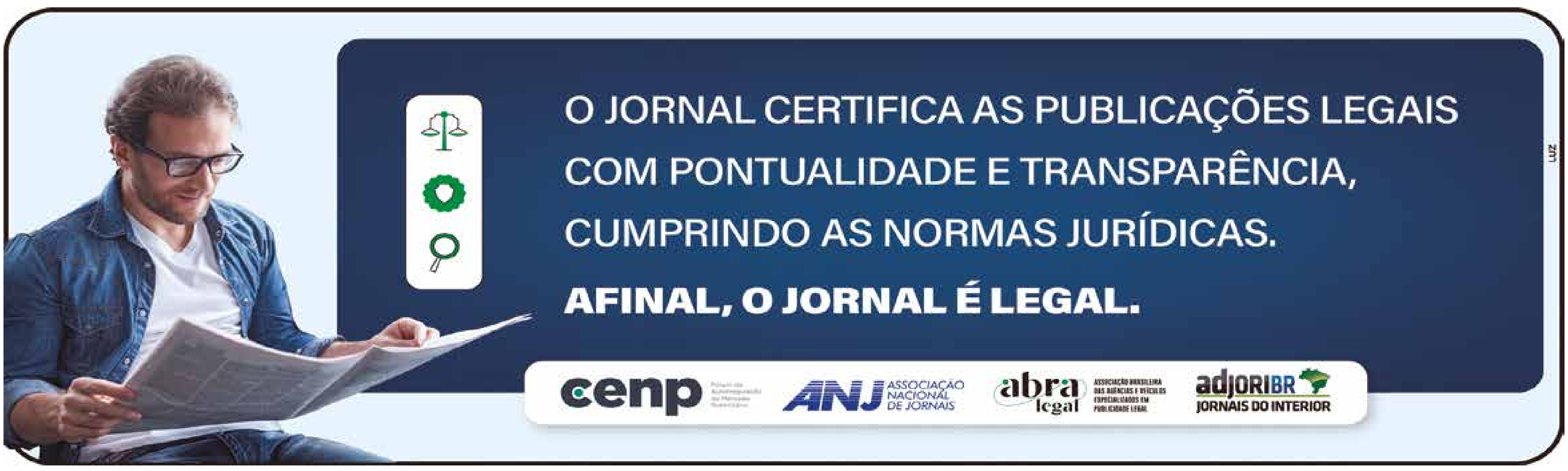
Contadora

Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC Nº 1SP238551/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Noromix Concreto S.A. Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia **Noromix Concreto S.A.**, identificada como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva às demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia **Noromix Concreto S.A.,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** a) A Empresa (controladora) ainda não adotou em sua totalidade das novas regras contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente em relação às práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09. b) Apesar da falta de controles internos sobre algumas contas contábeis, a Empresa (controladora), após intervenção, implantou um projeto de reestruturação administrativa e operacional, visando melhoria do seu sistema de Controles Internos e política de governança. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Outros Assuntos** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 23 de março de 2023.

Bebedouro/SP, 18 de março de 2024.
MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0


O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ/MF 42.133.195/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 EM REAIS

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Disponível	4	13.251.277	15.515.149
Contas a Receber	5	38.743.495	-
Adiantamentos		45.683	24.766
Impostos a Recuperar	6	816.172	20.555
		52.856.627	**15.560.470**
Não Circulante			
Demais Créditos		1.200	-
Investimentos	7	848	472
Imobilizado liquido	8	1.801.121	2.026.477
Intangível	9	34.941	34.941
		1.838.110	**2.061.890**
Total do ativo		**54.694.737**	**17.622.359**

Passivo e patrimônio liquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Adiantamentos de Clientes		1.486.057	1.778.633
Fornecedores Nacionais	10	388.492	1.698.347
Obrigações Sociais a Recolher		53.624	1.335
Provisões Trabalhistas	12	93.643	64.135
Obrigações Fiscais a Recolher	11	917.780	2.193.900
		2.939.597	**5.736.349**
Não Circulante			
Provisões P/ Contingências		50.000	-
		50.000	**-**
Patrimônio liquido			
Capital Social		6.000.000	6.000.000
Lucros / Prejuízos Acumulados		5.886.010	9.498
Lucros / Prejuízos do Exercício		128.035.893	53.655.513
(-) Lucros distribuídos		(88.216.763)	(47.779.000)
Total do Patrimônio Liquido	13	**51.705.140**	**11.886.010**
Total do passivo e PL		**54.694.737**	**17.622.359**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo Em 31 de dezembro de 2021	**6.000.000**	**-**	**9.406**	**6.009.406**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	9.406	(9.406)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente	-	-	(47.779.000)	(47.779.000)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	91	91
Resultado do Exercício	-	-	53.655.513	53.655.513
Saldo Em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**9.406**	**5.876.604**	**11.886.010**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado	-	53.655.513	(53.655.513)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente	-	(53.664.919)	(34.551.844)	(88.216.763)
Resultado do Exercício	-	-	128.035.893	128.035.893
Saldo Em 31 de dezembro de 2023	**6.000.000**	**-**	**45.705.140**	**51.705.140**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	134.068.022	64.472.216
Pagamento a Fornecedores/CPV	(30.359.463)	(15.791.112)
Pagamento de Obrigações Sociais	(1.315.716)	(820.686)
Pagamento de Tributos	(13.214.931)	(4.446.248)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.919.767)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**86.258.144**	**43.414.170**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa liquida das atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recebimento - Empréstimos adquirido do grupo	13.884.826	-
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	18.097.516	5.931.000
Outros Recebimentos de Atividade de Financiamento	-	-
Empréstimos - Efetuado ao Grupo	(18.110.193)	-
Pagamento de Amortização – Empréstimos (Grupo)	(14.177.402)	(33.832.535)
Lucros distribuídos	(88.216.763)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(88.522.016)**	**(27.901.535)**
Variação liquida do caixa	**(2.263.872)**	**15.512.635**
Saldo Inicial	**15.515.149**	**2.513**
Saldo final	**13.251.277**	**15.515.149**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A., é uma sociedade anônima regida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo objeto social abrange a execução e o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. **a) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **b) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **c) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **d) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **4. Disponível Financeiro** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Demonstração do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receita operacional liquida	125.965.495	73.143.468
Custos dos produtos vendidos	8.222.509	(8.671.252)
Lucro Bruto	**134.188.004**	**64.472.216**
Despesas Operacionais	(2.565.795)	(8.425.032)
	(2.565.795)	(8.425.032)
Resultado Operacional	**131.622.209**	**56.047.184**
Receitas Financeiras	1.232.766	1.792
Despesas Financeiras	(271.099)	(16.161)
Lucro Operacional	**132.583.876**	**56.032.815**
Contribuição Social	(1.567.141)	(841.970)
Imposto de Renda	(2.980.843)	(1.535.332)
Lucro Líquido do Exercício	**128.035.893**	**53.655.513**

Descrição	2023	2022
Caixa	6.655	19.028
Banco Bradesco	1	-
Banco do Brasil	1.799	150.966
Sicoob Credlider	1.356.503	946
Aplicação Bradesco	223.318	-
Outras Aplicações	11.663.000	15.344.209
	13.251.277	**15.515.149**

5. Contas a receber As contas a receber estão representadas como segue:

Descrição	2023	2022
Duplicatas a Receber - Construtoras	1.529.238	-
Duplicatas a Receber - Obras Andamento	37.214.257	-
	38.743.495	**-**

6. Impostos a Recuperar Os impostos a recuperar estão representados pelas seguintes contas:

Descrição	2023	2022
INSS a Recuperar	210.554	4.379
IRRF a Recuperar	605.590	16.176
ISSQN a Recuperar	28	-
	816.172	**20.555**

7. Investimentos Os investimentos que a sociedade possui são quotas junto a cooperativa de crédito SICOOB conforme detalhado abaixo:

Descrição	2023	2022
Invest. Diversos - Sicred/ Sicoob	848	472
	848	**472**

8. Imobilizado Os imobilizados que a sociedade possui foram adquiridos máquinas e equipamentos no final do exercício de 2023. Segue abaixo as contas representadas:

Descrição	2023	2022
Máquinas e Equipamentos	1.801.121	2.026.477
	1.801.121	**2.026.477**

9. Intangível O ativo intangível que a sociedade possui foi constituído mediante laudo de avaliação de acerto técnico registrado na Junta comercial do estado de São Paulo no dia 28/05/2022. Segue abaixo a conta representada:

Descrição	2023	2022
ART – Ativo Intangível	34.941	34.941
	34.941	**34.941**

10. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Em 31.12.2023, a conta representava o valor de R$ 1.698.347. **11. Obrigações Fiscais a Recolher** Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da apuração sobre o faturamento bem como sobre o resultado do período e também o imposto sobre serviços e folha de pagamento de pró-labore, entre outros.

Descrição	2023	2022
COFINS a Recolher	201.541	526.342
Pis a Recolher	43.667	114.041
CSLL a Recolher	202.852	425.541
Contribuição Sind/Assist/Conf	1.592	1.139
CSLL / COFINS / Pis	264	3.693
FGTS a Recolher	13.471	-
INSS a Recolher	27.500	31.669
IRPJ s/ lucro a Recolher	324.980	782.105
INSS Retido S/ NF a Recolher	27.883	58.508
IRRF a Recolher	11.504	10.804
ISSQN a Recolher	62.527	240.057
	917.780	**2.193.900**

12. Provisões Trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Descrição	2023	2022
Provisão de Ferias	68.218	47.612
Provisão de FGTS S/Ferias	5.457	3.809
Provisão de INSS S/Ferias	19.967	12.714
	93.643	**64.135**

13. Patrimônio líquido O Patrimônio Líquido da empresa foi de R$ 51.705.140 na data base de 31.12.2023. **a) Capital Social** O Capital Social da empresa está constituído no valor de R$ 6.000.000 pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Lucro Apurado no Exercício** Abaixo o resultado de lucro apurado no exercício findo em 31.12.2023.

Descrição	2023	2022
Resultado Operacional Antes do IRPJ e CSLL	132.583.876	56.032.815
Contribuição Social	(1.567.141)	(841.970)
Imposto de Renda	(2.980.843)	(1.535.332)
Lucro Líquido do Exercício	**128.035.893**	**53.655.513**

Eventos Subsequentes Em 31/12/2023 até a data finalização da auditoria 20/03/2024, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria

Silmar Ribeiro S. Pereira - Diretora

Contador

Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores da OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR SA**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 28 de março de 2023. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Bebedouro/SP, 20 de março de 2024.

MB Auditores Independentes Sociedade Simples.
CRC – 2SP 021390/O-7
MARCELO BOCK
CRC - 1SP128. 524-O/0 - CVM 11207

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Capivari, 26 de março de 2024.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e bancos		98.792	26.250
Aplicações financeiras	2	17.942.662	22.120.653
Valores a receber		373.023	42.033
		18.414.476	22.188.937
Não circulante			
Realizavel a longo prazo			
Valores a receber		35.723	35.723
Valores a receber - copersucar	3	6.585.729	5.129.726
Depositos judiciais	3	26.369.362	15.390.126
		32.990.814	20.555.575
Permanente			
Imobilizado			
Custo corrigido	4	32.296.292	32.773.215
Depreciação acumulada	4	(512.671)	(510.313)
		31.783.621	32.262.901
Total do ativo		**83.188.912**	**75.007.414**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		23.960	26.406
Obrigações trabalhistas/sociais		63.069	58.076
Obrigações fiscais		76.015	70.940
Provisão IR / CSLL		377.455	382.886
		540.499	538.307
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Mútuo - Copersucar	5	6.249.250	6.249.250
Valores a distribuir	3	6.585.729	5.129.726
Provisão IR / CSLL	7	26.367.222	20.445.723
		39.202.201	31.824.699
Patrimônio líquido			
Capital social	6	34.510.000	34.510.000
Lucros acumulados		3.110.653	3.227.281
Reserva legal		5.825.558	4.907.127
		43.446.211	42.644.408
Total do passivo		**83.188.911**	**75.007.414**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**34.510.000**	**1.185.618**	**3.141.865**	**38.837.483**
Lucro líquido do exercício	-	14.875.278	-	14.875.278
Destinação do lucro líquido				
Lucros distribuidos	-	(12.637.563)	-	(12.637.563)
Constituição da reserva legal	-	(743.764)	743.764	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34.510.000**	**2.679.568**	**3.885.630**	**41.075.199**
Lucro líquido do exercício	-	20.429.938	-	20.429.938
Destinação do lucro líquido				
Lucros distribuidos	-	(18.860.729)	-	(18.860.729)
Constituição da reserva legal	-	(1.021.497)	1.021.497	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**34.510.000**	**3.227.281**	**4.907.127**	**42.644.408**
Lucro líquido do exercício	-	18.368.619	-	18.368.619
Destinação do lucro líquido				
Lucros distribuidos	-	(17.566.817)	-	(17.566.817)
Constituição da reserva legal	-	(918.431)	918.431	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**34.510.000**	**3.110.653**	**5.825.558**	**43.446.211**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional As operações da Empresa compreendem, basicamente, a locação ou arrendamento de imóveis próprios, cultivo da cana-de-açúcar. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. ***Resumo das principais práticas contábeis*** *a. Apuração do resultado* O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. *b. Ativo Circulante e não circulante* ▪ **Aplicações financeiras** Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que, não supera o valor de mercado *c. Permanente* ▪ **Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 4 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens *d. Passivo circulante e não circulante* São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. ▪ **Imposto de renda e contribuição social** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Ativo contingente** O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar), por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanos realizadas na década de 1980, resultando na emissão de precatórios. A Usina Açucareira Bom Retiro S/A como cooperada e com direito de parte da referida indenização, mediante cisão parcial realizada em 23/04/2006, caracterizou um direito à Cia. Agrícola Forti da indenização de 40% da parte da Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Em julho de 2023, a Copersucar realizou o levantamento da parcela do precatório expedido, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R$ 15.859.790 transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. A Copersucar, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade. Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia da Copersucar por se tratar de verba indenizatória, a administração da Companhia deliberou propor ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR. e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante a depósito judicial. **4. Imobilizado**

	Taxa de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	2023 Líquido	2022 Líquido
Benfeitorias	4%	135.870	135.870	-	-
Casas e Vila Residenciais	4%	318.970	318.970	-	-
Veículos	20%	37.175	37.175	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	117.537	20.656	96.881	97.740
Terrenos		31.686.740	-	31.686.740	32.165.563
		32.296.292	512.671	31.783.621	32.262.901

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Recebimentos de clientes	27.060.933	28.517.666
Pagamentos de fornecedores	(404.720)	(360.031)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e socias	(994.516)	(889.717)
Pagamentos de obrigações fiscais	(1.571.707)	(1.677.803)
Caixa gerado das atividades operacionais	**24.089.990**	**25.590.115**
Juros pagos	(1.387)	(1.921)
Depositos judiciais	(10.405.172)	(4.957.260)
Imposto de renda e CSLL. pagos	(1.986.689)	(1.371.990)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**11.696.742**	**19.258.945**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	-	-
Caixa gerado das atividades de investimentos	**-**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(30.725.591)	(27.460.081)
Resgate de aplicações financeiras	36.668.206	27.047.584
Dividendos Pagos	(17.566.816)	(18.860.729)
Caixa líquido usado nas atividades financeiras	**(11.624.201)**	**(19.273.226)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**72.541**	**(14.281)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	26.250	40.533
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**98.791**	**26.250**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	Nota	2023	2022
Receita operacional bruta		**29.956.796**	**31.421.783**
Deduções de vendas		(2.533.929)	(2.522.897)
Receita operacional líquida		**27.422.866**	**28.898.886**
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro bruto		**27.422.866**	**28.898.886**
Despesas operacionais			
Despesas administrativas		(3.018.631)	(2.820.310)
Despesas tributárias		(483.050)	(520.716)
Receitas financeiras líquidas		2.239.114	2.053.937
Lucro operacional		**26.160.299**	**27.611.797**
Resultado não operacional		**-**	**-**
Lucro líquido antes IR. E C.S.L.		**26.160.299**	**27.611.797**
Imposto de renda e contribuição social	7	(7.791.680)	(7.181.859)
Lucro líquido exercício		**18.368.619**	**20.429.938**
Quantidade de ações do capital social		**87.500.000**	**87.500.000**
Lucro líquido por lote de mil ações		**209,93**	**233,48**

5. Mútuo - Copersucar Correspondem a operações de mútuo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **6. Patrimônio líquido** *a. Capital social* O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **7. Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	29.956.796	31.421.783
Alíquota fiscal combinada	26,01%	22,86%
Imposto de renda e contribuição social	7.791.680	7.181.859

A Diretoria

Wanderley Forti - Diretor Presidente
Jose Gilberto de Campos Forti - Diretor Vice Presidente

Contador

Marco Antonio Pompermayer - CRC-SP 101.666/O-6

CBR MAGIK LZ 07 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 32.475.749/0001-81 - NIRE 35235430063

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 04.04.2023, na sede da Sociedade. **Presença.** Totalidade dos Sócios. **Mesa.** Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações.** Os sócios aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 17.986.250,00 **para** R$ 7.986.250,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Instituto Maragata

CNPJ nº 14.727.852/0001-90

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Maragata

Prezados Associados(as), pela presente, ficam V.Sas. convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária do **Instituto Maragata**, associação sem fins lucrativos, inscrita sob **CNPJ nº 14.727.852/0001-90**, Rodovia Engenheiro Paulo de Tarso Souza Martins, número 4.700, bairro Recanto Campestre Internacional de Viracopos Gleba 7, Indaiatuba, SP, com CEP: 13336-000, **às 10 horas do dia 09 de abril de 2024**, a fim de deliberar sobre a matéria da seguinte ordem do dia: (i) Reeleição da Diretoria e Conselho Fiscal; (ii) Alteração do Estatuto Social. Se não houver número de associados presentes em primeira convocação, instalar-se-á a Assembleia em segunda, com qualquer número, às 10:30 horas. Agradecendo o seu comparecimento, subscrevo-me atenciosamente.

Indaiatuba em 27 de março de 2024.

João Gaspar Martins Bastos - Instituto Maragata

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA DE CONSUMIDORES DE ENERGIA JUNTOS SP II

(CNPJ sob nº 48.484.583/0001-08 e NIRE sob nº 35400194324). O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições e pelos poderes que lhe são conferidos nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da cooperativa, convoca a Assembleia Geral Extraordinária da COOPERATIVA DE CONSUMIDORES DE ENERGIA JUNTOS SP II, que se realizará na forma semipresencial, na sua sede, à Avenida Cardoso de Melo, 1308, conj. 21 – parte, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04548-004., no dia 15 de abril de 2024, às 14:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos 20 associados que compõem o quadro total da Cooperativa; às 15:00 horas, em segunda chamada com a presença da metade mais um dos associados e às 16:00 horas em terceira e última chamada com a presença de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) adesão de novos cooperados; ii) eleição dos componentes do conselho de administração e do conselho fiscal efetivo e dos suplentes. O(a) associado(a) que optar pela representação por procuração deverá depositar na sede social os respectivos instrumentos de mandato e de representação até a data da realização da assembleia. São Paulo/SP, 28 de março de 2024. Sr. José Otávio Carneiro Bustamante - Conselheiro Presidente

---

Grupo SBF S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME n° 13.217.485/0001-11 - NIRE 35.300.390.458

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São Paulo, 26 de março de 2024. Convocamos os senhores acionistas do **Grupo SBF S.A.** ("Companhia" ou "Grupo SBF") a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no dia 26 de abril de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma"), de acordo com os procedimentos previstos no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("AGOE" e "Manual", respectivamente), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** a tomada das contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para **(a)** atualizar o capital social da Companhia, refletindo no mesmo o aumento de capital que foi aprovado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e **(b)** alterar o endereço da sede da Companhia, que passará a estar localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, Edifício Birmann, n° 7.221, 3° andar, sala Paris, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Observada a adoção **da modalidade exclusivamente digital**, os acionistas poderão participar e votar na AGOE a distância por meio **(i)** do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item II.1 abaixo), e/ou **(ii)** do sistema eletrônico (conforme indicado no item II.2 abaixo). **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas no Manual. Informações Gerais: (I) Documentos à disposição dos Acionistas.** Nos termos do artigo 124, §6º, do artigo 133 e do artigo 135, §3º da Lei das Sociedades por Ações, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (ri.gruposbf.com.br), no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), os seguintes documentos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023: **(a)** relatório da administração; **(b)** cópia das demonstrações financeiras; e **(c)** parecer dos auditores independentes da Companhia. Ainda, estão disponíveis nos mesmos endereços as demais informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGOE, incluindo este Edital, o Manual (o qual inclui, *inter alia,* a Proposta da Administração), bem como aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. **(II) Participação dos Acionistas na AGOE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 28 da Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de **modo exclusivamente digital**, de forma que os acionistas poderão participar da AGOE das seguintes formas: **II.1.** Boletim de Voto a Distância: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância ("Boletins") por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual e, em todos os casos, preferencialmente por e-mail, devendo tais Boletins serem recebidos até 19 de abril de 2024, conforme previsto no Manual. **II.2.** Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a Plataforma, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **Sem prejuízo do quanto previsto neste Edital, as informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis no Manual.** Para participarem da AGOE, os acionistas deverão se credenciar na Plataforma, nos termos previstos no Manual, até o dia 24 de abril de 2024, inclusive, devendo apresentar toda a documentação necessária (conforme indicada no item III abaixo e no Manual) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado no Manual. O credenciamento deverá ser realizado por meio do acesso ao link https://assembleia.ten.com.br/099730673/, onde constará formulário para preenchimento e indicação do e-mail/endereço eletrônico do acionista que será utilizado para acessar o sistema eletrônico no dia da AGOE. **Os acionistas que não se credenciarem e não realizarem o envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 24 de abril de 2024), não poderão participar da AGOE por meio da Plataforma, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81.** Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, o Acionista deverá acessar a Plataforma por meio do link https://assembleia.ten.com.br/099730673/ com o login e senha utilizados no credenciamento, sendo que somente poderão participar da AGOE os acionistas que tiverem apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas no Manual, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item III abaixo e no Manual). O login e senha são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do Acionista. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail confirmando o seu credenciamento para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 09h00 do dia 25 de abril de 2024), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@gruposbf.com.br, antes das 18h00 do dia 25 de abril de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da Plataforma, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma (por vídeo e áudio). Neste sentido, a Companhia solicita aos Acionistas que acessem a Plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGOE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. **(III) Informações adicionais: III.1.** Sem prejuízo das informações dispostas no Manual, os Acionistas deverão apresentar, no ato de seu credenciamento na Plataforma e até o dia 24 de abril de 2024, além do comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedidos por instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais e/ou agente de custódia, conforme o caso: **(a) Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do acionista ou de seu representante legal; observado, conforme aplicável, que o documento apresentado deverá, em qualquer hipótese, encontrar-se dentro do seu respectivo prazo de validade. E, quando representado por procurador, cópia do documento que comprove os poderes do signatário, outorgado há menos de 1 (um) ano, que seja (a.1) acionista, (a.2) advogado, (a.3) instituição financeira, ou (a.4) administrador da Companhia; **(b) Pessoas Jurídicas:** documento(s) de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do(s) representante(s) legal(is) e último estatuto / contrato social consolidado em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação do acionista; **(c) Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (RG, RNE, CNH, Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA) ou passaporte) do representante legal, último regulamento consolidado do fundo e estatuto / contrato social vigente do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação. **III.2.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio da Plataforma. **III.3.** Não obstante a possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: ri@gruposbf.com.br. **Sebastião Vicente Bomfim Filho -** Presidente do Conselho de Administração.

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2024, às 09:00, de modo exclusivamente digital, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 8 (oito); **(D)** eleger o Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados desta Assembleia Geral; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade de "prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa" no objeto social da Companhia; **(G)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas no item (F) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas. Em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM 81/2022 e ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Destacamos que os pedidos de voto múltiplo devem ser feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas, observado o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto à distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com.br). Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia, até 09:00 de 24/04/2024: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: **a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **b)** Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **c)** Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação virtual na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, §1º da LSA) e dos documentos que comprovem a identidade do procurador, no mesmo prazo indicado no parágrafo acima. Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681 e (ii) do e-mail: ri@armac.com.br. Barueri, 26 de março de 2024. Conselho de Administração.

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 524.269, em 17.10.2023, o Requerimento de 11 de março de 2024, feito pela credora fiduciária BANCO PAN S/A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, objetivando a intimação pessoal da fiduciante ERIKA MORAIS AQUINO, RG nº 43.888.178-3SSP/SP, CPF/MF nº 361.533.378-05, o qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICA ELA INTIMADA A COMPARECER neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 11.03.2024, o valor de R$-351.470,41, decorrente da escritura pública de 28 de maio de 2014 (Livro 4.224, páginas 371/385) do 16º Tabelião de Notas desta Capital, registrado sob o nº R.4 e averbada sob nº Av.5 na Matrícula nº 126.164, referente ao APARTAMENTO TIPO nº 21, localizado no 2º pavimento do "EDIFÍCIO RESIDENCIAL HELBOR L'ALTO PERDIZES", situado na Rua Cayowaá, nº 425, no 19º Subdistrito – Perdizes, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal da fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica a FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, à credora fiduciária restará a faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUICIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afixado na forma da lei. São Paulo, 14 de março de 2024. O OFICIAL.

BIOMM S.A. CNPJ: 04.752.991/0001-10

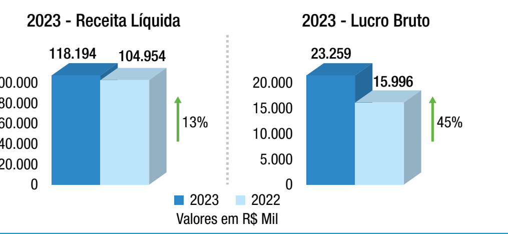
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com as disposições legais e do Estatuto Social, a Administração da Biomm S.A. ("Companhia" ou "Biomm") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Biomm deu continuidade à sua estratégia de negócios e do seu projeto de expansão e crescimento no mercado brasileiro biofarmacêutico com: (i) a comercialização de seu portfólio de medicamentos em diabetes (comercialização dos medicamentos Wosulin® e Glargilin®), oncológicos (comercialização do medicamento Herzuma®) e anticoagulantes (comercialização do medicamento Ghemaxan®); (ii) validação e testes de sua unidade industrial com a obtenção do Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) e (iii) formalização de parcerias estratégicas em biotecnologia. Os principais fatos neste ano foram: (i) A Companhia continua atingindo importantes conquistas no mercado através de suas marcas, expandindo o acesso a tratamentos no país e posicionando-se no mercado de biotecnologia. No ano de 2023, a presença e participação da Companhia no mercado biofarmacêutico brasileiro demonstra ganhos de market share importantes no mercado da oncologia e diabetes. Herzuma® atingiu (23,7% de market share, crescimento de 7,3% comparado a 2022, vindo especialmente do mercado privado (cerca de 3%) e público descentralizado (por volta de 56%). Já no mercado da diabetes, grande marco para Glargilin®, a marca passou a representar 20,3% do mercado de insulina glargina no ano, com crescimento de 8,1% vs o ano de 2022, alavancado pelo mercado público (cerca de 12,1% vs 2022). Já em relação a insulinas humanas, o Wosulin® perdeu participação de mercado apontando retração de -1,8% e assim como Ghemaxan®, cerca de -1,9% vs o ano de 2022. (ii) Indeferimento pela Anvisa em 9 de janeiro de 2023 do pedido de registro definitivo da vacina Convidecia®, contra o Covid-19. Em 07 de fevereiro de 2023, a Companhia encaminhou recurso administrativo visando a reversão desta decisão, porém, em 29 de janeiro de 2024, a Anvisa indeferiu a certificação de boas práticas da fabricante chinesa CanSinoBIO, que é pré-requisito para a aprovação regulatória da vacina Convidecia®. Com o indeferimento da fábrica da parceira CanSino, a Biomm perdeu o recurso pleiteado. (iii) Renovação, em 21 de março de 2023, da contratação de operação de empréstimo em moeda estrangeira no valor de US$5.300 mil por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei nº 4.131/62 para capital de giro, com o objetivo de gerenciar o fluxo de caixa em linha com o ciclo operacional e necessidades de financiamentos de suas atividades. (iv) A partir do primeiro trimestre de 2023 a Companhia passou a concentrar as suas operações logísticas na unidade industrial de Nova Lima, otimizando seu processo de armazenagem e distribuição. (v) A Companhia assinou em 16 de junho de 2023, acordo de exclusividade de licenciamento, fornecimento, comercialização e distribuição em todo território nacional, do medicamento biológico Ustequinumabe (BAT2206), junto a Bio-Thera Solutions Ltd. ("Bio-Thera"). O Ustequinumabe é indicado para o tratamento da doença de Crohn (colite ulcerativa) e da psoríase em placa, moderada a grave, em pacientes que não responderam ou têm contraindicação a outras terapias convencionais. Com este medicamento imunológico, a Biomm segue na ampliação do seu portfólio e reforça seu compromisso em melhorar o acesso a tratamentos biotecnológicos de alta qualidade para doenças graves para a população brasileira e contribuir ainda mais para a eficiência, sustentabilidade e qualidade do sistema de saúde do Brasil. (vi) A Companhia concluiu o processo de validação e certificação de sua unidade industrial, finalizando a produção de lotes de validação de processo no primeiro trimestre de 2023, culminando na obtenção, em 19 de junho de 2023, do Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) da fábrica biofarmacêutica de Nova Lima para a produção de produtos estéreis: Solução parenterais de pequeno volume com preparação asséptica. (vii) Durante o terceiro trimestre do ano de 2023, a Companhia concluiu os testes de estabilidade inicial do produto Glargilin para submissão da planta em Nova Lima como novo local de fabricação perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). (viii) Em 05 de outubro de 2023 a Companhia concluiu a homologação de aumento de capital, no valor de R$45.000 mil com a subscrição e total integralização de 7.812.500 (sete milhões, oitocentas e doze mil e quinhentas) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. E em 06 de dezembro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento de capital de no mínimo R$ 180.000 e, no máximo, R$ 217.012, correspondente a no mínimo 31.304.348 e no máximo 37.741.157 novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos) por ação. Em 6 de fevereiro de 2024 foi concluída a operação de aumento de capital tendo sido subscritas 37.741.157 ações ordinárias no valor de R$217.012. (ix) Em 23 de outubro de 2023, a fabricante Bio-Thera Solutions Ltd., responsável pela fabricação do medicamento oncológico Bevacizumabe, que será distribuído, com exclusividade, pela Biomm no Brasil, foi certificada em boas práticas de fabricação pela Anvisa. O Certificado atesta as boas práticas de fabricação da planta fabricante do princípio ativo e produto acabado biossimilar de bevacizumabe, e é um requerimento importante para a obtenção do registro do produto junto à ANVISA. (x) No dia 04 de dezembro de 2023, foi publicado no Diário Oficial da União o indeferimento, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do pedido de registro do medicamento Pegfilgrastim. O medicamento, fruto do acordo exclusivo da Biomm com a Lupin Limited, é indicado para a redução da duração da neutropenia e da incidência de neutropenia febril em pacientes submetidos à quimioterapia. A Companhia reitera que providenciará documentos e estudos adicionais (já contratados), a fim de atender as exigências da ANVISA, visando o deferimento do medicamento a ser comercializado futuramente. (xi) No dia 14 de dezembro de 2023 foram firmados termos aditivos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas de principal ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos. (xii) Em 18 de março de 2024, a fabricante Polpharma Biologics S.A., responsável pela fabricação do insumo farmacêutico ativo biológico Ranibizumabe, princípio ativo que compõe o biomedicamento oftalmológico que será distribuído, com exclusividade pela Biomm no Brasil, foi certificada em boas práticas de fabricação pela Anvisa. O Certificado atesta as boas práticas de fabricação da planta da Polpharma Biologics S.A, que compoem joint venture entre a Formycon AG e a Bioeq AG ("Bioeq"). A Bioeq é uma empresa suíça desenvolvedora de biossimilares, com a qual a Biomm possui acordo exclusivo para a comercialização e distribuição do medicamento biossimilar ranibizumabe (BQ201) no Brasil. A Biomm seguirá na ampliação do seu portfólio de medicamentos biotecnológicos, objetivando o crescimento sustentável da Companhia, com a consolidação dos produtos que já são fornecidos ao mercado aos que virão a ser comercializados, em linha com seu planejamento estratégico. A Companhia segue ainda no processo de validação e certificação de sua unidade fabril em Nova Lima (MG) junto aos órgãos reguladores com o objetivo de ter em seu portfólio medicamentos de fabricação própria.

RESULTADOS 2023



Valores em R$ Mil

A Companhia obteve uma receita líquida consolidada total de R$118.194 mil em 2023 (R$104.954 mil em 2022) o que representa um aumento de 13% quando comparado ao ano de 2022. Esta variação deve-se substancialmente ao aumento de volume de vendas em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Os volumes comercializados das marcas Herzuma® e Ghemaxan® cresceram respectivamente 40% e 20% em relação ao ano anterior. Em diabetes houve um aumento de volume de vendas da marca Glargilin® em detrimento de uma redução da marca Wosulin® apresentando um incremento de volume total de 32% de diabetes. Em 2023 e 2022, a Companhia operou com vendas do Herzuma®, Wosulin®, Glargilin® e Ghemaxan. O lucro bruto consolidado da Companhia representou um aumento de 45% entre os anos de 2023 e 2022, atingindo R$23.259 mil (R$15.996 mil em 2022). O aumento do lucro bruto deve-se, principalmente, ao aumento de volume de vendas com a substituição de mercado do Wosulin® pelo Glargilin® e redução do custo médio de aquisição de produtos. As despesas gerais e administrativas somadas com despesas de vendas e outras despesas consolidadas da Companhia totalizaram R$95.784 mil no ano de 2023 (R$102.232 mil no ano de 2022), o que representa uma redução de 6% em relação ao ano de 2022. Esta redução está ligada ao esforço da Companhia na gestão das suas despesas e caixa, sendo as principais reduções ocorridas em perdas de medicamentos por avarias e validade principalmente (item não recorrente ocorrido em 2022). Vale salientar que em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 130 funcionários (127 em 2022). O EBITDA consolidado foi negativo em R$61.045 mil (negativo em R$ 73.985 mil em 2022). A variação em relação ao ano anterior deve-se principalmente deve-se principalmente a: (i) aumento da receita líquida explicada pelo aumento de volume de vendas e substituição de mercado do Wosulin® pelo Glargilin®; (ii) redução do custo médio de aquisição de produtos; e (iii) redução das despesas operacionais da Companhia.

Demonstrativo do EBITDA (Consolidado em R$ mil)	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(81.141)	(92.559)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	340	(630)
Resultado financeiro	8.276	6.953
Depreciação e amortização	11.480	12.251
EBITDA - Instrução CVM 527	**(61.045)**	**(73.985)**

O resultado financeiro líquido foi negativo em R$8.276 mil 2023 (negativo em R$6.953 mil em 2022) apresentando, assim, um aumento de 19% quando comparado ao ano anterior. Essa variação está ligada a redução de receitas financeiras e a variação cambial do período. Desta forma, observando o resultado líquido do exercício, o prejuízo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$81.141 mil (prejuízo de R$92.559 mil no ano anterior). **PERSPECTIVAS:** As perspectivas para a economia brasileira em 2024, de acordo com a revisão do Boletim Focus de 19 de janeiro de 2024, são de um crescimento do PIB de 1,60% a.a., redução da inflação para 3,86% a.a. (4,62% a.a. em 2023 segundo IBGE), projeção de câmbio para R$4,92 (R$5,25 em 31 de dezembro de 2023) e um aumento na meta da taxa da Selic para 9,0% a.a. (12,25% a.a. em 2022). O mercado farmacêutico brasileiro possui perspectiva de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos. Vários institutos de pesquisas apontam para o envelhecimento da população brasileira, o que levará este mercado a um constante crescimento para fins de solução de saúde. A partir de 65 anos, pacientes já manifestam, pelo menos, quatro doenças crônicas, podendo chegar a seis a partir dos 75 anos. Mais de 42% das pessoas sexagenárias tomam, em média, mais que cinco medicamentos por dia. O avanço dos biossimilares, bem como o seu potencial aumento de acesso à terapias de alto custo, têm aumentado desde o primeiro lançamento em 2017. Dessa forma, esses biológicos têm colaborado para a sustentabilidade do sistema de saúde e aumentado o número de pacientes beneficiados com as terapias. A Biomm está se consolidando como a empresa brasileira de biofármacos, trazendo soluções principalmente para doenças que atingem a população com mais idade, como segue: Oncológicos: O Inca ("Instituto Nacional do Câncer"), prevê aproximadamente 73.610 novos casos de câncer de mama em 2024. Infelizmente a pandemia fez com que muitos exames, como a mamografia, fossem adiados e há a previsão de que, com o número de exames se normalizando, novos casos devam surgir. A Companhia possui três medicamentos oncológicos em seu portifólio, sendo: Herzuma®: medicamento biossimilar do Trastuzumabe, é utilizado para tratamento de pacientes com câncer de mama precoce e metastático e considerado um dos principais avanços no tratamento do câncer de mama. O Herzuma® (trastuzumabe) bloqueia o crescimento das células cancerígenas e impede que elas atinjam células saudáveis. É uma terapia direcionada ao câncer de mama HER2 +, considerado um tumor agressivo e de rápido crescimento, capaz de crescer mais rapidamente que outros tipos de câncer de mama, mas que são muito mais propensos a responder ao tratamento com medicamentos específicos que têm como alvo a proteína HER2 responsável por aproximadamente 20% dos casos de pacientes. Bevacizumabe®: é um anticorpo monoclonal que atua de forma a impedir o crescimento de novos vasos sanguíneos que alimentam o tumor, seu uso tem provado ser efetivo em melhorar resultados na doença metastática de inúmeros tumores. Indicado e aprovado em bula no tratamento de diversos tipos de câncer, como o colorretal, de pulmão, mama, rins e ovário. Pegfilgastim®: importante medicamento de suporte no cuidado do paciente oncológico de forma profilática ou no tratamento agudo das neutropenias. É indicado para promover a redução na duração da neutropenia (número reduzido de glóbulos brancos no sangue) e da incidência de neutropenia febril (glóbulos brancos diminuídos com febre) em pacientes tratados com quimioterapia citotóxica (medicamentos contra o câncer que destroem células) para doenças malignas (exceto leucemia mieloide crônica e síndromes mielodisplásicas).Diabetes: O mundo vem se deparando em constante crescimento dos casos de diabetes. De acordo com pesquisa Vigitel Brasil 2023 (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) a doença atinge 10,2% da população brasileira. Segundo a SBD (Sociedade Brasileira de Diabetes), cerca de 46% das pessoas afetadas com diabetes não têm diagnóstico correto da doença. O diabetes é uma das cinco classes terapêuticas mais pesquisadas pela indústria, sendo a única doença não infecciosa considerada epidêmica pela OMS ("Organização Mundial de Saúde"). Entre os principais riscos de mercado mapeados pela Companhia hoje estão os preços agressivos praticados pelos concorrentes nos mercados de insulina humana e insulina glargina, além da desvalorização cambial do real frente ao dólar que, associado aos preços extremamente competitivos, pressiona as margens desses medicamentos. A Companhia possui três medicamentos para o tratamento de Diabetes, sendo: Wosulin®: insulina humana, com apresentações NPH e regular; é atualmente a insulina mais utilizada no Brasil. Glargilin®: biossimilar insulina glargina, indicada para o tratamento de diabetes mellitus tipo 1 e 2 em pacientes a partir de 2 anos que necessitam de insulina basal (longa duração) para o controle da hiperglicemia. Afrezza®: insulina inalatória para adultos com diabetes. Afrezza é a única insulina não-injetável atualmente comercializada no mundo e o Brasil, por meio da Biomm, é o segundo país a trazer essa inovação ao mercado. Anticoagulantes: Ghemaxan®: produto utilizado na profilaxia e tratamento da trombose venosa profunda (TVP), assim como da angina instável. Este medicamento também é utilizado no tratamento da Covid-19. O grande número de casos de Covid-19 em anos anteriores fez este mercado ficar desabastecido por um período. Por outro lado, o número de médicos que aprenderam a trabalhar com esse produto aumentou, o que sugere que esse mercado deverá manter-se em crescimento pelos próximos anos. Imunologia: A Companhia possui acordo prioritário para a comercialização de todo o portfólio de vacinas da CanSinoBIO em território nacional. A importação, comercialização e distribuição das vacinas da CanSinoBIO no Brasil estarão sujeitas à obtenção do registro perante a Anvisa e à publicação do preço pela CMED. Outros tratamentos: Teriparatida®: biossimilar indicado para o tratamento da osteoporose. A osteoporose é a condição na qual os ossos perdem a sua força devido à redução de sua densidade. No mundo, de acordo com a *International Osteoporosis Foundation*, uma em cada 3 mulheres e um em cada cinco homens acima de 50 anos sofrerão uma fratura óssea devido à osteoporose. No Brasil, também segundo a *International Osteoporosis Foundation*, um em cada 3 pacientes com fratura no quadril são diagnosticados como tendo osteoporose e somente um em cada 5 recebem algum tipo de tratamento. Ranibizumabe®: é um fragmento de anticorpo monoclonal indicado para o tratamento de lesões graves na retina como tratamento da degeneração macular neovascular relacionada à idade (DMRI), edema macular diabético (EMD), retinopatia diabética proliferativa (RDP), edema macular com oclusão da veia da retina (OVR) e comprometimento visual devido à neovascularização coroidal (NVC). O medicamento age na inibição da angiogênese (processo natural de formação de novos vasos sanguíneos), ligando-se e bloqueando o Fator de Crescimento Endotelial Vascular (FCEV) evitando a formação excessiva de vasos sanguíneos. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Diretoria executiva da Companhia é composta por 4 diretores: Diretor Presidente, Diretor de Operações, Diretor Comercial, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. O Conselho de Administração da Companhia é composto por 8 membros. Os conselheiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são: Cláudio Luiz Lottenberg (Presidente do Conselho), Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, Luiz Francisco Novelli Viana, Eduardo Augusto Buarque de Almeida, Ítalo Aurélio Gaetani, André Capistrano Emrich, Márcio Bernado Spata e Renata Pereira Rodrigues Campos. A Companhia mantém instalados comitês consultivos de apoio ao Conselho de Administração, sendo eles: o Comitê de Estratégia, o Comitê de Auditoria e o Comitê de RH e Remuneração. **MODELO NEGÓCIO:** A Biomm S.A. ("Biomm" ou "Companhia") é uma companhia de biotecnologia. A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede na Avenida Regent, 705, no município de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na B3, Bovespa Mais, sob o código BIOM3. O modelo de negócio da Biomm é único no mercado brasileiro, por ser a única empresa especializada e focada em biomedicamentos – seja na comercialização, produção e mesmo no desenvolvimento de processos biotecnológicos. Com experiência comprovada nesses campos a Companhia consegue estabelecer parcerias com empresas internacionais simultaneamente lançando medicamentos e ampliando seu portifólio na área de biotecnologia, com especial interesse nas áreas de diabetes e oncologia, além de outros produtos biológicos, sendo hoje a única empresa listada na bolsa brasileira (B3) unicamente dedicada a biotecnologia para saúde humana. **NOVOS PRODUTOS:** A Biomm conta com uma área de BD (Business Development ou Desesenvolvimento de Negócios) e avalia constantemente a expansão do seu portfólio, por meio do desenvolvimento de parcerias para medicamentos de alta complexidade e que possuem níveis elevados de tecnologia aplicados, que são os casos de medicamentos da linha de Biológicos e Biofármacos. A busca pelo crescimento sustentável e geração de valor para o negócio se faz presente na perspectiva de novos negócios, sempre com o foco nos requisitos regulatórios da Anvisa, tanto para fabricação própria ou através de parceiros, visando sempre garantir a segurança e eficácia os produtos da Companhia. Neste sentido, a Biomm firmou parcerias para aquisição, comercialização e distribuição, com exclusividade, no mercado brasileiro, com as seguintes empresas: ● Celltrion Healthcare (Coreia do Sul): Detentor da marca Herzuma®, medicamento biossimilar do Trastuzumabe indicado para o tratamento de câncer de mama. Durante o ano de 2019, este produto foi registrado pela Anvisa, obteve aprovação para comercialização no Brasil bem como a aprovação do registro de preços pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED") e no dia 11 de novembro de 2019 a Companhia deu início a comercialização e a distribuição do medicamento Herzuma® no Brasil. ● Gan&Lee (China). Fabricante do produto Insulina Glargina, que no Brasil tem o nome comercial de Glargilin®, indicado para o tratamento de diabetes. Este produto já foi registrado pela Biomm junto à Anvisa e obteve aprovação para comercialização no Brasil em 09 de julho de 2018, bem como a aprovação do registro de preço pela CMED. Em 11 de maio de 2020, a Anvisa concedeu o registro, permitindo a importação e comercialização do Glargilin®. Em 19 de junho de 2019, foi publicado no D.O.U. o deferimento pela Anvisa do pedido de registro da caneta descartável Glargilin® que inclui a permissão para montagem e embalagem das canetas descartáveis no Brasil pela Biomm. No dia 23 de dezembro de 2019, foi aprovado pela CMED o preço do produto. No dia 02 de março de 2021, após cumprir com todas as etapas regulatórias, a Companhia iniciou a comercialização e distribuição do medicamento Glargilin® (insulina glargina) em todo território brasileiro, ampliando, assim, o acesso da população brasileira ao tratamento da diabetes no Brasil. ● Wockhardt (Índia) Fabricante do produto Wosulin®, insulina humana recombinante. No dia 10 de setembro de 2019, a Companhia celebrou com a Wockhardt e com a Gerais Comércio e Importação de Materiais e Equipamentos Médicos Ltda., um acordo de exclusividade para o fornecimento, comercialização e distribuição deste medicamento no Brasil. Em 07 de janeiro de 2020, os preços do Wosulin®, nas apresentações NPH e Regular foram publicados na lista da CMED. Em 24 de abril de 2020, a Companhia deu início à comercialização e distribuição de ambas as apresentações em todo o Brasil. ● Chemi (Itália). Em 02 de abril de 2020, a Companhia celebrou junto à empresa Chemi S.p.A. ("Chemi") acordo de exclusividade de licenciamento, fornecimento, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do biomedicamento enoxaparina sódica, indicado na profilaxia e tratamento da Trombose Venosa Profunda (TVP), assim como da angina instável. No dia 16 de novembro de 2020 a Anvisa concedeu o registro permitindo a importação e comercialização do Ghemaxan®. No dia 06 de janeiro de 2021, a CMED, indeferiu o pedido de preço proposto pela Companhia para o produto Ghemaxan® (enoxaparina sódica). Em 12 de abril de 2021, a CMED encaminhou notificação à Companhia, autorizando a prática de preço provisório estabelecidos pelas Resoluções CTE/CMED nº 4/2021 e 9/2021, sendo possível portanto as vendas deste medicamento. No dia 18 de julho de 2022, foi publicada em ata de reunião da CMED, a decisão de tornar definitivo o preço atual provisório do medicamento Ghemaxan® (enoxaparina sódica) em todo o território nacional. ● Enzene (Índia). Em 09 de novembro de 2020, a Companhia celebrou junto à empresa Enzene Biosciences Limited ("Enzene"), um acordo de exclusividade de licenciamento, fornecimento, comercialização e distribuição, em todo território nacional, do medicamento biosimilar Teriparatida, indicado para o tratamento da osteoporose. A Enzene é uma empresa indiana, subsidiária da Alkem Laboratories Limited ("Alkem"), com sede em Pune, Índia, voltada para a inovação biotecnológica, com foco na produção de biossimilares, fito-farmacêuticos, peptídeos sintéticos e biológicos inovadores. A Alkem é a 5ª maior empresa farmacêutica da Índia, de acordo com o relatório IQVIA MAT® de março de 2020. A importação, comercialização e distribuição do medicamento no Brasil estarão sujeitas, ainda, à obtenção do registro perante a Anvisa e publicação do preço pela CMED. ● Bio-Thera (China). Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto à empresa Bio-Thera Solutions Ltd. ("Bio-Thera"), um acordo de exclusividade de licenciamento, fornecimento, comercialização e distribuição em todo território nacional do medicamento biológico Bevacizumabe. O Bevacizumabe é um anticorpo monoclonal, usado no tratamento de diversos tipos de câncer, como o colorretal, de pulmão, mama, rins, entre outros e está em linha com a estratégia da Companhia de incorporar outros medicamentos biotecnológicos e oncológicos ao seu portifólio. A Bio-Thera é uma empresa de alta tecnologia biofarmacêutica, com sede em Cantão, China, listada na Bolsa de Xangai (688177 SHA) e que desenvolve medicamentos em conformidade com todas as diretrizes das principais agências reguladoras de saúde mundiais. Em 23 de outubro de 2023, foi publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), por meio da Gerencia-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Resolução-RE nº3.997 de 19 de outubro de 2023, no Diário Oficial da União, a aprovação da certificação de boas práticas de fabricação ("CBPF") da fabricante Bio-Thera, responsável pela fabricação do Bevacizumabe. A importação, comercialização e distribuição do medicamento no Brasil estarão sujeitas ainda à obtenção do registro perante a Anvisa e à publicação do preço pela CMED. ● CanSinoBIO (China) No dia 30 de setembro de 2021, a Companhia celebrou junto à empresa CanSinoBIO Biologics Inc. ("CanSinoBIO"), um acordo de exclusividade para o fornecimento da vacina Convidecia, destinada ao tratamento de Covid-19, no Brasil e prioritário para a comercialização de todo o portfólio de vacinas da CanSinoBIO em território nacional. A CanSinoBIO, com sede na cidade de Tianjin, China (RPC) é uma empresa de biotecnologia listada nas bolsas de Shangai e Hong Kong (SHSE: 688185, HKEX:06185) e vem desenvolvendo 16 vacinas destinadas a prevenção de 13 doenças, estando algumas delas já aprovadas. No dia 9 de janeiro de 2023, a Anvisa publicou no Diário Oficial da União o indeferimento do pedido de registro definitivo da vacina Convidecia, contra Covid-19. Em 7 de fevereiro de 2023, a Companhia encaminhou recurso administrativo visando a reversão desta decisão. Em 29 de janeiro de 2024 a Anvisa indeferiu a certificação de boas práticas da fabricante chinesa CanSinoBIO, que é pré requisito para a aprovação regulatória da vacina Convidecia®. Com o indeferimento da fábrica da parceira CanSino, a Biomm perde o recurso pleiteado em 07 de fevereiro de 2023 referente ao pedido de registro definitivo da vacina Convidecia®. A importação, comercialização e distribuição das demais vacinas da CanSinoBIO no Brasil estarão sujeitas à obtenção do registro perante a Anvisa e à publicação do preço pela CMED. ● Lupin (Índia): Lupin Limited ("Lupin"), fabricante do produto Pegfilgrastim, é indicado para a redução da duração da neutropenia e da incidência de neutropenia febril em pacientes submetidos à quimioterapia. No dia 03 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou junto à Lupin um acordo exclusivo para a comercialização e distribuição do medicamento no Brasil. O grupo farmacêutico Lupin, com sede em Mumbai, Índia, é uma empresa multinacional listada nas bolsas indianas (BSE:500257 e NSE-LUPIN). Com operação em 11 países de 6 continentes, comercializam seus produtos em mais de 100 países. A Companhia submeteu o registro do Pegfilgrastim junto a Anvisa em 18 de agosto de 2022. A importação, comercialização e distribuição do medicamento no Brasil estarão sujeitas ainda à submissão e obtenção do registro perante a Anvisa e à publicação do preço pela CMED. ● Bioeq (Suíça) No dia 05 de outubro de 2022, a Biomm celebrou junta a empresa Bioeq AG ("Bioeq"), empresa suíça desenvolvedora de biossimilares, um acordo exclusivo para a comercialização e distribuição do medicamento biossimilar ranibizumabe (BQ201) no Brasil. O ranibizumabe é um fragmento de anticorpo monoclonal indicado para o tratamento de lesões graves na retina como tratamento da degeneração macular neovascular (exsudativa ou úmida) relacionada à idade (DMRI), edema macular diabético (EMD), retinopatia diabética proliferativa (RDP), edema macular com oclusão da veia da retina (OVR) e comprometimento visual devido à neovascularização coroidal (NVC). O medicamento age na inibição da angiogênese (processo natural de formação de novos vasos sanguíneos), ligando-se e bloqueando o Fator de Crescimento Endotelial Vascular (FCEV) evitando a formação excessiva de vasos sanguíneos. O medicamento biossimilar foi desenvolvido pela biofarmacêutica Bioeq, uma joint venture entre a Formycon AG e a Polpharma Biologics Group, com sede em Zug, Suíça. A Bioeq desenvolve, licencia e comercializa globalmente medicamentos biossimilares em compliance com altos padrões de qualidade de mercados altamente regulados, como Estados Unidos e União Europeia. Em 18 de março de 2024, a fabricante Polpharma Biologics S.A., responsável pela fabricação do insumo farmacêutico ativo biológico Ranibizumabe, princípio ativo que compõe o biomedicamento oftalmológico que será distribuído, com exclusividade pela Biomm no Brasil, foi certificada em boas práticas de fabricação pela Anvisa. O Certificado atesta as boas práticas de fabricação da planta da Polpharma Biologics S.A, que compoem joint venture entre a Formycon AG e a Bioeq AG ("Bioeq"). A Bioeq é uma empresa suíça desenvolvedora de biossimilares, com a qual a Biomm possui acordo exclusivo para a comercialização e distribuição do medicamento biossimilar ranibizumabe (BQ201) no Brasil. A importação, comercialização e distribuição do medicamento no Brasil estarão sujeitas ainda à obtenção do registro perante a Anvisa e publicação do preço pela CMED. A Companhia concentra todos os seus esforços no atendimento dos requisitos legais para que os medicamentos do seu portifólio sejam aprovados para comercialização dentro do menor prazo possível. **INVESTIMENTOS:** A Companhia concluiu o processo de validação e certificação de sua unidade fabril em Nova Lima, no estado de Minas Gerais, destinada à produção e comercialização de medicamentos biológicos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A conclusão deste processo é fundamental para que as atividades de fabricação do produto acabado para comercialização no território nacional sejam iniciadas. O processo de validação e certificação é minucioso. Cabe destacar que todas as qualificações de desempenho (QD) de utilidades limpas (água purificada, água para injetáveis, vapor limpo, HVAC) foram concluídas satisfatoriamente. Além disso, o teste de simulação do processo asséptico (Media Fill), realizado para avaliar o desempenho do processo de fabricação asséptico foi realizado e concluído com resultado satisfatório. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia obteve a Certificação Técnico Operacional (CTO) da fábrica biofarmacêutica de Nova Lima para a produção de produtos estéreis: Solução parenterais de pequeno volume com preparação asséptica, como resultado da inspeção bem sucedida da Vigilância Sanitária (VISA/MG) entre os dias 21 a 25 de novembro do mesmo ano. Da mesma forma, em 19 de junho de 2023, a Companhia obteve da ANVISA a Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) da fábrica biofarmacêutica de Nova Lima para a produção de produtos estéreis: Solução parenterais de pequeno volume com preparação asséptica. A Companhia concluiu, com êxito, a produção dos três lotes sequenciais de Glargilin®, que fazem parte do processo de validação do processo na planta, atestando a robustez do processo de fabricação, bem como demonstrando atendimentos às especificações técnicas exigidas pela legislação regulatória. A Biomm está concluindo a documentação necessária para a inclusão da unidade fabril de Nova Lima como novo local de fabricação do medicamento Glargilin®, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A Companhia concluiu também, satisfatoriamente, os testes de estabilidade inicial de Glargilin fabricados na planta de Nova Lima, para submissão da unidade como novo local de fabricação perante a ANVISA. Para as atividades de produção comercial do Glargilin®, faz-se necessária a aprovação deste processo junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O modelo de construção da unidade industrial, faseado e modular, permitiu à Companhia iniciar a comercialização de produtos adquiridos de terceiros por meio do desenvolvimento de parcerias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram investidos R$6.222 mil (R$5.439 mil em 2022) em seu ativo imobilizado e intangível. **Marcas e licenças:** A Companhia investiu R$423 mil no ano de 2023 (R$170 mil no ano de 2022) em marcas do portfólio Biomm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro. **Pesquisa e Desenvolvimento:** Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") realizados até o momento tiveram por finalidade promover e desenvolver o conhecimento e *know-how* interno da Companhia e o aumento da competitividade da sua plataforma tecnológica, mediante a inclusão de melhorias em seus processos visando, entre outros, atualizar e dar dinamismo aos seus negócios bem como reduzir os custos operacionais e investimentos de capital por parte dos licenciados. **Investimento em controladas e joint venture:** A Companhia possui três controladas no exterior, sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas, sendo: (i) Biomm International Inc., subsidiária que visa facilitar negociações internacionais; (ii) Biomm Russia Ltd., que se encontra sem atividade operacional e; (iii) Biomm Middle East Inc., que possui participação na joint venture Gabas Global Company for Biotechnology Ltd. sediada na Arábia Saudita, que tem como objetivo a transferência de tecnologia e construção futura de uma unidade fabril de insulinas. Em 2023, não houve movimentações significativas em investimentos apenas o reconhecimento de perda por equivalência patrimonial para as controladas no montante de R$42 mil (perda por equivalência de R$200 mil em 2022), bem como não houve movimentações ou fatos novos na joint venture que levassem a reversão de impairment reconhecido no ano de 2016. **GERENCIAMENTO DE CAPITAL:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, cumprir seu projeto de investimentos e executar seu plano de negócios, garantindo não somente a continuidade, mas também a expansão de suas atividades e a geração de valor a seus acionistas. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esses índices correspondem à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido. No dia 5 de outubro de 2023 foi concluído e homologado aumento de capital da Companhia no valor de R$45.000 com a subscrição e total integralização de 7.812.500 (sete milhões, oitocentas e doze mil e quinhentas) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Assim, o capital social da Companhia passou de R$637.988 para R$682.988, dividido em 89.100.324 (oitenta e nove milhões, cem mil, trezentas e vinte e quatro) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Em 06 de dezembro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração, aumento de capital de no mínimo R$ 180.000 e, no máximo, R$ 217.012, correspondente a no mínimo 31.304.348 e no máximo 37.741.157 novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 5,75 (cinco reais e setenta e cinco centavos) por ação. Em 6 de fevereiro, com o fim do prazo de subscrição das sobras, a operação de aumento de capital foi concluída com o ingresso de R$217.012 mil mediante a emissão de 37.741.157 ações ordinárias. Com esta operação de aumento de capital aprovada ao final de 2023 e concluída em 06 de fevereiro de 2024, a Companhia disporá de recursos capazes de suprir a demanda financeira da Companhia de longo prazo. A Companhia faz a gestão contínua e diária de suas operações e de seu caixa de forma a garantir a execução de seu plano de negócios e sustentabilidade. O capital total autorizado e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é R$682.988 mil. **MERCADO DE CAPITAIS:** As ações emitidas pela Biomm são negociadas no Bovespa Mais, segmento da B3 que tem como objetivo fomentar o crescimento de empresas via mercado de capitais, desde 2 de janeiro de 2014. **DIVIDENDOS:** Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não apurou lucro e, portanto, não realizou a distribuição de dividendos. **MEIO AMBIENTE:** A unidade fabril da Companhia em Nova Lima foi construída para atender todos os requisitos sócios ambientais bem como facilitar o gerenciamento de resíduos. A Companhia mantém todas as licenças ambientais atualizadas e válidas. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES:** Em atendimento à Instrução CVM nº 162/2022 a Companhia informa que não contratou seus auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Nos termos da Instrução CVM 80/2022, a Administração, em reunião realizada em 26 de março de 2024, declara que discutiu, revisou e concordou com as informações expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

BIOMM S.A.
Belo Horizonte, 27 de março de 2024.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	**25.945**	75.703	**25.998**	75.931
Aplicações Financeiras	**19.205**	19.552	**27.740**	28.629
Contas a receber	**21.220**	25.548	**21.220**	25.548
Estoques	**42.916**	42.356	**42.916**	42.356
Impostos a recuperar	**5.150**	2.736	**5.150**	2.736
Adiantamento a fornecedores	**4.131**	6.802	**4.131**	6.802
Outros ativos circulantes	**693**	643	**730**	671
	119.260	173.340	**127.885**	182.673
Ativos disponíveis para venda	**380**	838	**380**	838
Total do ativo circulante	**119.640**	174.178	**128.265**	183.511
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações Financeiras	**8.674**	8.921	**8.674**	8.921
Depósitos Judiciais	**779**	569	**779**	569
Partes Relacionadas	**2.596**	2.798	**-**	-
Investimentos	**433**	503	**-**	-
Imobilizado	**165.737**	163.761	**165.737**	163.761
Intangível	**40.410**	47.432	**41.243**	48.331
Total do ativo não circulante	**218.629**	223.984	**216.433**	221.582
TOTAL DO ATIVO	**338.269**	398.162	**344.698**	405.093

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
CIRCULANTE				
Fornecedores	**27.728**	34.013	**27.728**	34.013
Empréstimos e financiamentos	**47.660**	51.060	**47.660**	51.060
Impostos a recolher	**803**	1.086	**803**	1.086
Salários e encargos Sociais	**5.342**	3.464	**5.342**	3.464
Titulos e valores a pagar	**1.427**	1.384	**1.427**	1.384
Outros passivos circulantes	**1.192**	1.451	**1.192**	1.451
Total do passivo circulante	**84.152**	92.458	**84.152**	92.458
NÃO CIRCULANTE				
Titulos e valores a pagar	**15.701**	16.605	**15.701**	16.605
Empréstimos e financiamentos	**105.940**	121.224	**105.940**	121.224
Partes Relacionadas	**6.276**	6.763	**12.705**	13.694
Tributos diferidos	**340**	-	**340**	-
Contingências	**1.781**	1.461	**1.781**	1.461
Outros passivos não circulantes	**1.139**	542	**1.139**	542
Total do passivo não circulante	**131.177**	146.595	**137.606**	153.526
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social	**682.988**	637.988	**682.988**	637.988
Reserva de capital	**15.749**	15.749	**15.749**	15.749
Prejuízos acumulados	**(576.404)**	(495.263)	**(576.404)**	(495.263)
Ajuste Acumulado de Conversão	**607**	635	**607**	635
Total do patrimônio líquido	**122.940**	159.109	**122.940**	159.109
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	**338.269**	398.162	**344.698**	405.093

EXTRATO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Biomm S.A. ("Biomm" ou "Companhia") é uma companhia de biotecnologia fundada em 2001, por meio da cisão parcial da Biobrás S.A., à época, a maior produtora brasileira de insulinas. Além disso, detém tecnologia de produção de insulinas pelo processo de DNA recombinante, que se caracteriza pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos. Esse processo é patenteado nos Estados Unidos da América, Canadá, Europa, Brasil e Índia. A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede na Avenida Regent, 705, na cidade de Nova Lima, no Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo no Bovespa Mais sob o código BIOM3. O modelo de negócio aplicado à Companhia permite flexibilizar a realização de parcerias para comercialização de produtos para o tratamento de diabetes, oncologia, trombose, além de outros produtos biotecnológicos. **Aprovação da emissão das Demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2024. **Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") - atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"- e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. **(a) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **(b) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real ("BRL" ou "R$"). As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma. **Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Conselho de Administração
Cláudio Luiz Lottenberg
Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto
Luiz Francisco Novelli Viana
Eduardo Augusto Buarque de Almeida
Ítalo Aurélio Gaetani
Márcio Bernardo Spata
Andre Capistrano Emrich
Renata Pereira Rodrigues Campos (suplente)

Diretoria
Heraldo Carvalho Marchezini
Francisco Carlos Marques de Freitas
Francisco Rafael Costa Junior
Renato Arroyo Barbeiro

Responsável Técnico
Nayara Rodrigues de Souza Cruz
CRC : MG -118096-O-5 - Contadora

Mara Bertolin dos Santos Gomes
CRC: MG-092978/O-5 - Controller

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA

As demonstrações financeiras completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis eletronicamente no nosso *site* https://ri.biomm.com e no *site* desse jornal https://odiasp.com.br/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023
(em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

	Controladora 01/01/23 a 31/12/23	Controladora 01/01/22 a 31/12/22	Consolidado 01/01/23 a 31/12/23	Consolidado 01/01/22 a 31/12/22
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**118.194**	104.954	**118.194**	104.954
CUSTOS DA MERCADORIA VENDIDA	**(94.935)**	(88.958)	**(94.935)**	(88.958)
LUCRO BRUTO	**23.259**	15.996	**23.259**	15.996
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	**(43.486)**	(39.721)	**(43.486)**	(39.721)
Despesas gerais e administrativas	**(47.808)**	(49.888)	**(48.108)**	(50.166)
Outras despesas e ou receitas	**(4.190)**	(12.345)	**(4.190)**	(12.345)
Resultado de equivalência patrimonial	**(42)**	(200)	**-**	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCERO	**(72.267)**	(86.158)	**(72.525)**	(86.236)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	**22.060**	37.864	**22.326**	38.018
Despesas financeiras	**(30.594)**	(44.895)	**(30.602)**	(44.971)
Despesas/receitas financeiras líquidas	**(8.534)**	(7.031)	**(8.276)**	(6.953)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	**(80.801)**	(93.189)	**(80.801)**	(93.189)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(340)**	630	**(340)**	630
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(81.141)**	(92.559)	**(81.141)**	(92.559)
LUCRO / PREJUÍZO POR AÇÃO (em R$) Básico	**(0,98)**	(1,26)		
LUCRO / PREJUÍZO POR AÇÃO (em R$) Diluído	**(0,97)**	(1,26)		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 01/01/23 a 31/12/23	Controladora 01/01/22 a 31/12/22	Consolidado 01/01/23 a 31/12/23	Consolidado 01/01/22 a 31/12/22
LUCRO / PREJÚIZO DO EXERCÍCIO	**(81.141)**	(92.559)	**(81.141)**	(92.559)
Resultados abrangentes				
Diferença cambial de conversão de equivalência patrimonial de investidas	**(28)**	(59)	**(28)**	(59)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(81.169)**	(92.618)	**(81.169)**	(92.618)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**133.829**	114.884	**133.829**	114.884
Receita relativa a construção de ativos próprios	**4.407**	2.213	**4.407**	2.213
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	**(56)**	(379)	**(56)**	(379)
	138.180	116.718	**138.180**	116.718
Custos de revenda de mercadorias	**(94.935)**	(88.958)	**(94.935)**	(88.958)
Custo relativo a construções em andamento	**(4.407)**	(2.213)	**(4.407)**	(2.213)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(42.505)**	(47.332)	**(42.804)**	(47.610)
Perda e recuperação de valores ativos	**490**	(490)	**490**	(490)
Insumos adquiridos de terceiros	**(141.357)**	(138.993)	**(141.656)**	(139.271)
Valor adicionado bruto	**(3.177)**	(22.275)	**(3.476)**	(22.553)
Depreciação e amortização	**(11.480)**	(12.251)	**(11.480)**	(12.251)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(14.657)**	(34.526)	**(14.956)**	(34.804)
Resultado de equivalência patrimonial	**(42)**	(200)	**-**	-
Receitas financeiras	**22.060**	37.864	**22.326**	38.018
Outros	**(614)**	(1.180)	**(615)**	(1.180)
Valor adicionado recebido em transferência	**21.404**	36.484	**21.711**	36.838
Valor adicionado líquido total a distribuir	**6.747**	1.958	**6.755**	2.034
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	**31.663**	30.740	**31.663**	30.740
Impostos, taxas e contribuições	**24.307**	17.751	**24.307**	17.751
Remuneração de capitais de terceiros:	**31.918**	46.026	**31.926**	46.102
Despesas Financeiras	**30.594**	44.895	**30.602**	44.971
Aluguéis	**1.324**	1.131	**1.324**	1.131
Remuneração de capitais próprios:	**(81.141)**	(92.559)	**(81.141)**	(92.559)
Lucro / Prejuízo do exercício	**(81.141)**	(92.559)	**(81.141)**	(92.559)
Valor adicionado líquido total a distribuir	**6.747**	1.958	**6.755**	2.034

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	497.859	15.737	(402.704)	694	111.586
Integralização de Capital	140.129		-	-	140.129
Prejuízo do exercício	-	-	(92.559)	-	(92.559)
Opções de outorgas reconhecidas	-	12	-	-	12
Outros resultados abrangentes:					
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	(59)	(59)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	637.988	15.749	(495.263)	635	159.109
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	637.988	15.749	(495.263)	635	159.109
Integralização de Capital	**45.000**	**-**	**-**	**-**	**45.000**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(81.141)**	**-**	**(81.141)**
Outros resultados abrangentes:					
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	**-**	**-**	**-**	**(28)**	**(28)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**682.988**	**15.749**	**(576.404)**	**607**	**122.940**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	**(81.141)**	(92.559)	**(81.141)**	(92.559)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:				
Baixa de imobilizado	**99**	301	**99**	301
Depreciação/amortização	**11.480**	12.251	**11.480**	12.251
Resultado de equivalência patrimonial	**42**	200	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**340**	(630)	**340**	(630)
Juros sobre empréstimos	**13.016**	14.132	**13.016**	14.132
Receitas de aplicações financeiras e outras despesas financeiras	**(4.384)**	(5.258)	**(4.639)**	(5.369)
Variações cambiais não realizadas, líquidas	**(1.427)**	2.454	**(2.095)**	1.135
Constituição (reversão) de provisão para contingências	**320**	635	**320**	635
Provisões (reversões) para perdas	**(1.307)**	(4.791)	**(1.307)**	(4.791)
Incentivo de Longo Prazo	**654**	12	**654**	12
	(62.308)	(73.253)	**(63.273)**	(74.883)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) redução de contas a receber	**4.428**	2.072	**4.428**	2.072
(Aumento) redução de estoques	**115**	12.090	**115**	12.090
(Aumento) redução de outros ativos	**(388)**	(465)	**(398)**	(494)
Aumento (redução) de fornecedores e títulos a pagar	**(6.805)**	16.797	**(6.805)**	16.797
Redução (aumento) de salários e encargos	**1.878**	(2.792)	**1.878**	(2.792)
Redução (aumento) de outros passivos	**1.180**	(1.628)	**1.180**	(1.628)
Caixa aplicado nas operações	**(61.900)**	(47.179)	**(62.875)**	(48.838)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	**(11.910)**	(14.161)	**(11.910)**	(14.161)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(73.810)**	(61.340)	**(74.785)**	(62.999)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado e intangível	**(6.222)**	(5.439)	**(6.222)**	(5.439)
Aplicações financeiras realizadas	**(28.593)**	(43.414)	**(37.492)**	(43.649)
Aplicações financeiras resgatadas	**31.163**	41.474	**40.857**	42.928
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(3.652)**	(7.379)	**(2.857)**	(6.160)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de empréstimos	**28.732**	34.831	**28.732**	34.831
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(46.806)**	(49.041)	**(46.806)**	(49.041)
Pagamento de arrendamentos	**(1.367)**	(328)	**(1.367)**	(328)
Aumento de capital	**45.000**	128.326	**45.000**	128.326
CAIXA PROVANIENTE DE (USADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**25.559**	113.788	**25.559**	113.788
Variação cambial sobre caixa	**2.145**	(83)	**2.150**	(67)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(49.758)**	44.986	**(49.933)**	44.562
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**75.703**	30.717	**75.931**	31.369
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**25.945**	75.703	**25.998**	75.931
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(49.758)**	44.986	**(49.933)**	44.562

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Forma Exclusivamente Digital

Ficam os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, **em primeira convocação**, no dia **15 de abril de 2024, às 10:00 horas**, **de forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa n° 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI nº 81"), através da Plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital") no *link* disponível no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iv) deliberar sobre eventual instalação e composição do Conselho Fiscal da Companhia; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (v) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (vi) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024; e (vii) instruir o voto da Companhia, na condição de acionista única da Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de deliberar a respeito das mesmas matérias constantes dos itens acima no âmbito de sua subsidiária integral. Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância ("Boletim de Voto") para estas Assembleias Gerais. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. De qualquer forma, os documentos relacionados à matéria (i) da Assembleia Geral Ordinária já foram publicados no Jornal O Dia SP e no portal da internet do mesmo jornal no dia 15 de março de 2024, nos termos do artigo 133, da Lei Federal nº 6.404/76. **Instruções Gerais**: Os acionistas poderão optar pela participação (i) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim de Voto, que pode ser acessado no *website* citado acima; e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. Os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das Assembleias Gerais, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavasconcellos@santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas.

São Paulo, 27 de março de 2024
MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA
EDUARDO HAIAMA - Presidente do Conselho de Administração

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

AVISO AOS ACIONISTAS

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 848, Centro, Matão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. Matão, 26/03/2024. **Walter Baldan Filho - Diretor.** (26,27,28)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1068797-36.2022.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a APARECIDA LOPES DE LIMA, CPF 07053490807, tendo como corréu Diego Lopes de Lima, que lhe foi proposta uma ação de cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-libanês, objetivando condenar a ré ao pagamento de R$ 336.898,65 (06/2022), corrigidos e acrescidos de encargos legais, referente ao débito das Notas Fiscais de prestação de serviços n.ºs 02367705, 02369232, 02371764 e 02373938. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 27 e 28

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1075571-53.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Araki Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) EDICLEI DE EÇA BOMFIM, Brasileiro, CPF 436.713.388-57, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Allianz Seguros S/A, para recebimento de R$ 8.349,72 (Agosto/2020) decorrente do Termo de acordo e Confissão de Dívida firmado entre as partes, oriunda do prejuízo causado em acidente de trânsito ocorrido em 01/02/2019, suportado pela autora através do sinistro nº 237593681, apólice nº 110193449/0. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, expede-se o EDITAL, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, paguem o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade e, querendo, ofereçam embargos no prazo de 15 dias úteis, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do art. 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2024.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002638-36.2023.8.26.0281 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itatiba, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA HELOISA DA SILVA SALLES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) OBJETIVO CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ 05.XXX.XXX/0001-XX que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 17.418,65, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itatiba, aos 14 de março de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1047678-53.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDMUR AUGUSTO DA COSTA, CPF 00519499115, tendo como corré Maria Suzete Gnutzmann Costa Vargas, que lhe foi proposta uma ação de cobrança pelo Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio - Libanês, objetivando condenar o réu ao pagamento de R$ 31.660,88 (04/2021), corrigidos e acrescidos de encargos legais, referente ao débito das Notas Fiscais de serviços n.ºs 2021993 e 2021986. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. N - 27 e 28

AGRO REUNIDAS S/A

CNPJ/MF n.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

AVISO AOS ACIONISTAS

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes, 858, Centro, Matão/SP, CEP 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. Matão, 26/03/2024. **Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração**. (26,27,28)

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 35.300.028.252

AVISO AOS ACIONISTAS

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham a disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500, Matão/SP, CEP 15.993.000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023. Matão, 26/03/2024. **Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração.** (26,27,28)

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.314/0001-14 - NIRE 35.300.389.379 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 28 de março de 2024.
Marcelo Vieira Werneck - Diretor de Relações com Investidores

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

UPJ 1ª a 3ª VARAS DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES – Lapa Processo **1002573-16.2022.8.26.0004** - Interdição/Curatela - Nomeação - V.C.B. - Ante o exposto decreto a interdição de O. C. B., declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma dos artigos 4º, inciso III, 1.767, inciso I do Código Civil e artigo 755 do Código de Processo Civil, nomeando curador o(a) Sr(a). V. C. B., considerando-se compromissado, independentemente de assinatura de termo. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito com fundamento no inciso I, do artigo 487, do Código de Processo Civil. Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal por não constar que o interditando seja proprietário de bens que os justifiquem, e por considerar que a curatela já acarretará razoáveis ônus de guarda, sustento e orientação. Em obediência ao disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil e artigo 9, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalos de (10) dez dias. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo dela pela imprensa local e pelo órgão oficial por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias. **|28|**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1005065-18.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Hassan Fadel. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1005065-18.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Henrique Bretas Marzagão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Hassan Fadel (CPF. 241.697.778-40), que Hospital São Camilo - Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 3.242,31 (dezembro de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 173809 e 173810, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1068626-84.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: J Bimaia Industria e Comercio de Confecções Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1068626-84.2019.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a J. Bimaia Indústria e Comércio de Confecções Ltda (CNPJ. 002.621.596/0001-72) e Silmara Fahd Elias (CPF. 851.679.089-49), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 129.241,84 (agosto de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Conta Garantida – Renovação Automática - PJ - nº 003.771.080. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS,EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE REBECCA SCHULTZ VIDEIRA, REQUERIDO POR Antonio Carlos Videira Filho-PROCESSO Nº**1002236-96.2023.8.26.0002**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões,do Foro Regional II-Santo Amaro,Estado de São Paulo,Dr(a) Vanessa Vaitekunas Zapater,na forma da Lei,etc.FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em na forma da Lei, etc.FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 16/10/2023, que segue:que segue:Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido a fim de decretar a interdição de R. S. V., que padece de problemas em seu desenvolvimento psicomotor, comportamento antissocial, baixa tolerância a frustrações e dificuldades de aprendizagem que a tornam absolutamente incapaz para atividades laborativas e para os atos da vida civil de natureza negocial e patrimonial, nomeando-lhe curador definitivo o requerente A. C. V. F. Transitada, lavre-se o competente compromisso, intimando-se o curador ora nomeado em caráter definitivo a firmá-lo devidamente.ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL, publicado o dispositivo pela imprensa e pelo órgão oficial por três vezes com intervalo de dez dias.ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO a ser inscrita no 1º Registro das Pessoas Naturais localizado na Sé para que produza à margem do assento de nascimento da interditanda, sob matrícula nº 115030 01 55 1988 1 00197 080 0006481 25, a necessária averbação e junto ao 24º Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Indianópolis, com as cópias necessárias ao seu cumprimento, inclusive da certidão de trânsito em julgado. Publique-se esta sentença em conformidade com o disposto nos artigos 9º, inciso II do Código Civil e 755, § 3º, do Código de Processo Civil, comprovando-se nos autos.Oportunamente, arquivem-se. R.P.I.C. São Paulo,16 de outubro de 2023. **|28|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0039155-98.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Executado: PABLO LOBO DE OLIVEIRA MARTINS e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0039155-98.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PABLO LOBO DE OLIVEIRA MARTINS, Brasileiro, Solteiro, RG 26143522X, CPF 256.158.488-71 e Stefanye Falco Fernandes, brasileira, CPF. 224.891.598-52 que foi distribuído um Incidente de Cumprimento de sentença por Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 9.927,00 (em julho de 2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017054-59.2003.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). André Luiz da Silva Cunha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARCELO VICENTE VITALE, CPF 053.746.168-03, MAURICIOCARLOS VITALE, CPF 075.667.058-65, e MAURO SERGIO VITALE, CPF 088.895.778-51, herdeiros de Vincenzo Vitale, que tramita uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Marcelo Duarte de Oliveira e outro, objetivando o recebimento da quantia de R$ 16.535,95(setembro/2003) representada pelo título de crédito contrato de prestação de serviços e honorários profissionais, assinado com a empresa Refripor Campos Salles Industrial, Comercial de Refrigeração Ltda em 12 de outubro de 1999. Encontrando-se os réus em lugar incerto e nãosabido, foram determinadas as suas CITAÇÕES, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, de acordo com a seguinte decisão: "Vistos. Comprovado o falecimento do executado VINCENZO VITALE (fl. 276), citem-se os herdeiros indicados às fls. 319/320 a se habilitarem nos presentes autos no prazo de cinco dias, nos termos dos artigos 689 e 690 do Código de Processo Civil/2015. Int.", e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo ofertada manifestação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

BIOMM S.A.

CNPJ Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510
Companhia Aberta

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Nova Lima/MG, 28 de março de 2024.
Cláudio Luiz Lottenberg
Presidente do Conselho de Administração

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 2490-2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h00 ("AGO"). A AGO será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams",* conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(i)** apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas (a) do relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) do relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia; (c) do relatório anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (d) do parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação o resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** ratificação da eleição do Sr. Marcelo Alejandro Williams para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e **(iv)** fixar o limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem atender à AGO deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital *"Microsoft Teams",* nos termos descritos no presente Edital de Convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da AGO deverá, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da AGO (ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2024),** para fins de: **(a)** realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para participação e representação na AGO, conforme descrito neste Edital de Convocação; e **(b)** especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à AGO. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024, nos termos aqui previstos, não poderão participar da AGO. Adicionalmente, uma vez que AGO será realizada **de modo exclusivamente digital,** a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da AGO. **Documentação de Representação:** Nos termos do parágrafo 1º, artigo 9º do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da AGO dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGO; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de que tal pessoa seja administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da AGO, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital *"Microsoft Teams".* Visando à segurança da AGO, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na AGO até às 17:00h do dia 28 de abril de 2024, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da AGO. Os acionistas que participarem da AGO poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 28 da Resolução CVM 81: (i) simplesmente participar da AGO, sem votar, caso tenham ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na AGO. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na AGO, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da AGO deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da AGO através da plataforma digital *"Microsoft Teams"* serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 47 da Resolução CVM 81. **Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na AGO através o envio do Boletim de Voto a Distância. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista: **(i)** diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); **(ii)** ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou **(iii)** à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido **até 7 (sete) dias corridos antes** da data da AGO. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A AGO será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGO que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na AGO, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da AGO, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. São Paulo/SP, 28 de março de 2024. **Pedro Barros Mercadante Oliva -** Presidente do Conselho de Administração.

GREENBRIER MAXION
AN AMSTED RAIL GLOBAL PARTNER

GREENBRIER MAXION Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

CNPJ n° 21.042.930/0001-88

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

Relatório da Administração - Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação as informações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sob a forma de extrato. As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, encontram-se no site da empresa: www.gbmx.com.br, e à disposição dos acionistas na sua sede social. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	263.828	122.509
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	71.455	9.983
Estoques	98.075	197.307
Impostos a recuperar	12.830	17.516
Despesas antecipadas	8.958	1.168
Outros créditos	4.860	4.916
TOTAL DO CIRCULANTE	**460.006**	**353.399**
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	51.634	8.673
Impostos a recuperar	351	491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.381	30.103
Depósitos judiciais	3.217	6.574
Outros créditos	1.000	1.000
Direito de uso de bens arrendados	43.994	44.926
Imobilizado	69.656	67.594
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**198.233**	**159.361**
TOTAL DO ATIVO	**658.239**	**512.760**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**2022**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas	92.848	105.385
Cessão de fornecedores - risco sacado	27.186	-
Fornecedores e partes relacionadas	59.740	60.426
Obrigações tributárias	7.566	2.406
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	36.488	29.748
Adiantamentos de clientes	185.213	65.244
Dividendos a pagar	2.962	4.642
Passivo de arrendamento - direito de uso	10.095	6.223
Outras obrigações	42.828	27.302
TOTAL DO CIRCULANTE	**464.926**	**301.376**
Empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas	-	28.343
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.150	21.934
Passivo de arrendamento - direito de uso	41.602	44.550
Outras obrigações	693	965
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**54.445**	**95.792**
Capital social	87.707	87.707
Reserva estatutária	46.273	24.537
Reserva legal	3.451	1.808
Ajuste de avaliação patrimonial	1.437	1.540
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**138.868**	**115.592**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**658.239**	**512.760**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**87.707**	**666**	**-**	**-**	**(13.694)**	**74.679**
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	874	-	-	(874)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	50.730	50.730
Destinações do lucro líquido do exercício						
Reserva legal	-	-	1.808	-	(1.808)	-
Reserva estatutária	-	-	-	24.537	(24.537)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(5.175)	(5.175)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.642)	(4.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**87.707**	**1.540**	**1.808**	**24.537**	**-**	**115.592**
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários	-	(103)	-	-	103	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	32.758	32.758
Destinações do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	-	-	1.643	-	(1.643)	-
Reserva estatutária	-	-	-	21.736	(21.736)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.520)	(6.520)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.962)	(2.962)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**87.707**	**1.437**	**3.451**	**46.273**	**-**	**138.868**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	2023	2022
Receita líquida de vendas	854.095	789.804
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(748.109)	(685.040)
Lucro bruto	**105.986**	**104.764**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(19.009)	(7.529)
Gerais e administrativas	(23.910)	(18.718)
Honorários da administração	(5.431)	(6.623)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.134)	(8.518)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**50.502**	**63.376**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	17.287	15.611
Despesas financeiras	(24.146)	(23.322)
Variação cambial, líquida	(63)	(310)
Lucro antes do IR e da contribuição social	**43.580**	**55.355**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	(9.100)	(7.715)
Diferidos	(1.722)	3.090
Lucro do exercício	**32.758**	**50.730**
Lucro do exercício por ação - básico e diluído R$	**0,67786**	**1,04975**

1. Base De Elaboração das Demonstrações Financeiras - a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído, e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2. Principais Práticas Contábeis - a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. É apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas, quando: (i) os riscos e benefícios inerentes aos produtos e às mercadorias vendidos são transferidos para os compradores; (ii) quando for provável o recebimento dos valores devidos à Companhia; e (iii) quando não houver mais nenhuma responsabilidade sobre os produtos. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **b) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Companhia. **c) Estoques:** Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída. **d) Imobilizado - i) Reconhecimento e mensuração:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado. **ii) Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. **e) Avaliação do valor recuperável - "impairment" - i) Ativos:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo "impairment". Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). **ii) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **f) Provisões - i) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Diretoria
Eduardo Scolari - Diretor Presidente
Vanderlei Garcia - Diretor Executivo de Finanças
Luiz Gustavo Rocha Vilas Boas
Vice Presidente de Vendas e Marketing
Daniel Guliard da Silva - Contador CRC SP-305.157/O-3
Auditoria: ERNST & YOUNG

Acesse pelo QRCode

Lam Vias Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.206.383/0001-30

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante	**315**	**430**
Caixa e equivalentes de caixa	6	11
Aplicações financeiras	293	301
Tributos a recuperar	15	118
Despesas antecipadas e outros créditos	1	-
Não circulante	**56**	**-**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	56	-
Total do ativo	**371**	**430**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante	**-**	**7**
Impostos e contribuições a recolher	-	7
Patrimônio líquido	**371**	**423**
Capital social	81.340	81.340
Prejuízos acumulados	(80.969)	(80.917)
Total do passivo e patrimônio líquido	**371**	**430**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(52)**	**181**
Ajustes por:		
Baixa do ativo imobilizado e intangível	-	5
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(39)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de partes relacionadas	-	5.250
Impostos a recuperar	47	(54)
Despesas antecipadas e outros créditos	(1)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	-	(1)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-
Impostos e contribuições a recolher	(2)	19
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(5)	(14)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	**(52)**	**5.386**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	47	(113)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	**47**	**(113)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(5.270)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**-**	**(5.270)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	**3**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11	8
No final do exercício	6	11
	(5)	3

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Despesas operacionais	**(99)**	**(243)**
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(96)	(200)
Serviços	-	(34)
Impostos, taxas e despesas com cartório	(1)	(1)
Editais e publicações	(2)	(2)
Outras despesas operacionais	-	(6)
Resultado antes do resultado financeiro	**(99)**	**(243)**
Resultado financeiro	47	489
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**(52)**	**246**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(65)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(52)**	**181**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(52)**	**181**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(52)**	**181**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**86.610**	**(81.098)**	**5.512**
Redução de capital em 12 de dezembro de 2022	(5.270)	-	(5.270)
Lucro líquido do exercício	-	181	181
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**81.340**	**(80.917)**	**423**
Prejuízo do exercício	-	(52)	(52)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**81.340**	**(80.969)**	**371**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 33.458.409/0001-05

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante	**1.812**	**196**
Caixa e equivalentes de caixa	12	17
Aplicações financeiras	1.767	152
Tributos a recuperar	33	27
Não circulante	**500**	**2.079**
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	28	1.445
Estoques	95	96
Imobilizado	44	63
Intangível	**333**	**475**
Total do ativo	**2.312**	**2.275**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante	**1**	**1**
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Patrimônio líquido	**2.311**	**2.274**
Capital social	7.300	7.300
Prejuízos acumulados	(4.989)	(5.026)
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.312**	**2.275**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37	(20)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	161	161
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(148)	(17)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos		
Tributos a recuperar	1.411	(160)
Despesas antecipadas e estoques	1	1
Aumento (redução) dos passivos		
Impostos e contribuições a recolher	-	22
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	(21)
Outras obrigações	-	(1)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**1.462**	**(35)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(1.467)	18
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos	**(1.467)**	**18**
Redução do caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	**(17)**
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	17	34
No final do exercício	12	17
	(5)	(17)

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Despesas operacionais	**(171)**	**(172)**
Despesas gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(161)	(161)
Outros	(10)	(11)
Resultado antes do resultado financeiro	**(171)**	**(172)**
Resultado financeiro	199	152
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	**28**	**(20)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**37**	**(20)**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**37**	**(20)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**37**	**(20)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social			
	Subscrito	**A integralizar**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**73.000**	**(65.700)**	**(5.006)**	**2.294**
Prejuízo do exercício	-	-	(20)	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**73.000**	**(65.700)**	**(5.026)**	**2.274**
Lucro líquido do exercício	-	-	37	37
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**73.000**	**(65.700)**	**(4.989)**	**2.311**

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - Contadora - CRC 1SP190868/O-0

Bolsonaro diz ao STF que seria "ilógico" pedir asilo a embaixador

O ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou na quarta-feira (27) ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que seria "ilógico" sugerir que ele pediria asilo político durante o período em que ficou hospedado na Embaixada da Hungria, em Brasília, no mês passado.

A explicação foi enviada ao Supremo após o ministro dar prazo de 48 horas para Bolsonaro explicar a estadia.

Na segunda-feira (25), o jornal The New York Times publicou que o ex-presidente permaneceu entre os dias 12 e 14 de fevereiro deste ano hospedado na embaixada.

Dias antes, em 8 de fevereiro, Bolsonaro teve o passaporte apreendido por determinação de Moraes após sofrer uma busca e apreensão durante a Operação Tempus Veritatis, que investiga a tentativa de golpe de Estado no país após o resultado das eleições de 2022.

Pelas regras internacionais, a área da embaixada é inviolável pelas autoridades brasileiras. Dessa forma, Bolsonaro estaria imune ao eventual cumprimento de um mandado de prisão.

Na petição, a defesa de Bolsonaro diz que é "ilógico" considerar que o ex-presidente pediria asilo político para a embaixada. Segundo a defesa, Bolsonaro não tinha preocupação com eventual prisão.

"Diante da ausência de preocupação com a prisão preventiva, é ilógico sugerir que a visita do peticionário à embaixada de um país estrangeiro fosse um pedido de asilo ou uma tentativa de fuga. A própria imposição das recentes medidas cautelares tornava essa suposição altamente improvável e infundada", afirmou a defesa.

Os advogados também afirmaram que o ex-presidente sempre manteve interlocução com as autoridades húngaras e rechaçaram ilações sobre eventual pedido de asilo diplomático.

"São, portanto, equivocadas quaisquer conclusões decorrentes da matéria veiculada pelo jornal norte-americano, no sentido de que o ex-presidente tinha interesse em alguma espécie de asilo diplomático, conclusão a que se chega bastando considerar a postura e atitude que sempre manteve em relação as investigações a ele dirigidas", completou a defesa.

Bolsonaro é aliado do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, que esteve na posse do ex-presidente em 2018. Em 2022, Bolsonaro visitou Budapeste, capital húngara, e foi recebido por Orbán. Além disso, ambos trocam constantes elogios públicos

A publicação norte-americana analisou as imagens das câmeras de segurança do local e imagens de satélite, que mostram que Bolsonaro chegou no dia 12 de fevereiro à tarde e saiu na tarde do dia 14 de fevereiro.

As imagens mostram que a embaixada estava praticamente vazia, exceto por alguns diplomatas húngaros que moram no local. Segundo o jornal, os funcionários estavam de férias e a estadia de Bolsonaro ocorreu durante o feriado de carnaval.

Segundo a reportagem, no dia 14 de fevereiro, os diplomatas húngaros contataram os funcionários brasileiros, que deveriam retornar ao trabalho no dia seguinte, dando a orientação para que ficassem em casa pelo resto da semana. (Agencia Brasil)

Espírito Santo tem 20 mil desalojados e 20 mortes por causa da chuva

As fortes chuvas deixaram 20 mil pessoas fora de casa no Espírito Santo desde o fim de semana. De acordo com o último boletim da Defesa Civil do Estado, foram registradas 20 mortes.

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional reconheceu, no último domingo (24), situação de emergência em 13 municípios. Foram registradas inundações e ruas alagadas, com prejuízos para casas e comércios. Em seis cidades, as pessoas tiveram que sair das residências.

O município mais afetado é Mimoso do Sul. Na cidade, são 10 mil desalojados, 100 desabrigados, 18 mortos e uma pessoa desaparecida.

Os moradores publicaram nas redes sociais vídeos que mostram as ruas alagadas. Num deles, é possível ver a área no entorno do prédio da prefeitura tomada pelas águas, com carros e um trator quase totalmente cobertos. "É uma coisa fora do normal", diz uma moradora.

De acordo com levantamento do governo capixaba, vão ser necessários R$ 743 milhões para reconstrução de casas, ruas e rodovias. (Agencia Brasil)

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

ANS - nº 310981

Relatório de Administração - Exercício de 2023

Prezados Cotistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às operadoras supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS. Em 2023, em um mercado global local que detém 32,67 milhões de clientes, o faturamento da Companhia foi de R$52.271mil. A estratégia da atividade comercial visou o desenvolvimento da oferta de produtos a partir das parcerias (B2B2C) com corretores de seguros e empresas que pretendem realizar uma oferta ampla de produtos agregando ao seu portfólio, o produto odontológico. No entanto a operação foi impactada pela saída de clientes da carteira ativa, impactando o faturamento em 7% em relação ao exercício de 2022.

Por outro lado, o resultado bruto das operações foi de R$24.058mil, representando 46% do faturamento do período, reflexo do controle das regras de subscrição, de regulação de sinistro e de auditoria, sendo 4% inferior ao ano de 2022. No âmbito das operações, em razão da recente aquisição pela CNP Assurances da participação societária da Caixa Seguridade na Companhia, a Administração conduziu um projeto em 2023 de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada à nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Este projeto teve reflexo nas despesas da Companhia para 2023. Como resultado a Companhia encerrou o exercício de 2023 registrando um prejuízo líquido de R$9.367mil com um patrimônio líquido R$15,335mil. Ainda em 2023, no âmbito social a Companhia, realizou uma iniciativa em um projeto de parceria filantrópica com o Instituto CNP, visando promoção em saúde bucal para jovens carentes, alunos do Instituto.

Para 2024 a Companhia projeta um crescimento de 34% de faturamento a partir da aceleração do desenvolvimento de novas parcerias comerciais (corretores, bancos, empresas de varejo entre outros) que possuam uma rede de distribuição e perfil de clientes aderentes aos ofertados pela Sociedade, além de estratégia de retenção e fidelização clientes ativos na carteira. Aliado a estratégia comercial, é foco da administração a manutenção do controle da sinistralidade e realização de programas de eficiência de custo da operação após o projeto de autonomia que foi finalizado para redução dos patamares de despesas operacionais e administrativas.

Para substanciar as estratégias de desenvolvimento da Companhia, em 29.01.2024, em tempo da publicação destas Demonstrações Financeiras, e, reforçando a estratégia do acionista, novo aporte de capital foi realizado na Companhia no montante de R$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), refletidos no fechamento contábil de janeiro de 2024.

Honorários de Auditoria Externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA. agradece o apoio e a confiança dos acionistas. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de seus parceiros. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 26 de março de 2024.
A Administração.

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		**44.838**	**42.731**
Disponível		**259**	**105**
Realizável		**44.579**	**42.626**
Aplicações Financeiras	4	**36.018**	**31.692**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.127	7.344
Aplicações Livres		27.891	24.348
Créditos de operações com planos de assistência à Saúde	5	**2.779**	**4.510**
Contraprestação pecuniária a receber		2.779	4.510
Despesas diferidas	5.4	**864**	**757**
Créditos Tributários e Previdenciários	6	**4.712**	**5.380**
Bens e Títulos a Receber		**206**	**151**
Despesas antecipadas		**–**	**136**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**2.601**	**3.468**
Realizável a longo prazo		**2.031**	**1.928**
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	2.031	1.928
Imobilizado	7	**292**	**1.380**
Imobilizado de uso próprio		**269**	**161**
Imobilizado Não Odontológicos		269	161
Outras imobilizações		**23**	31
Direito de uso de arrendamentos		**–**	1.188
Intangível	7	**278**	**160**
TOTAL DO ATIVO		**47.439**	**46.199**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		**26.938**	**16.347**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	**5.276**	**6.188**
Provisões de contraprestações		**1.454**	**2.159**
Provisão de contraprestação Não Ganha PPCNG		1.454	2.159
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		**1.747**	**2.176**
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		**2.075**	**1.853**
Débitos de operações de assistência à saúde		**2.827**	**1.492**
Receita Antecipada de contraprestações		51	64
Comercialização sobre operações		2.776	1.428
Provisões		**489**	**–**
Provisões para ações judiciais	11	489	–
Tributos e Encargos Sociais a recolher	9	**532**	**444**
Débitos diversos	10	**17.814**	**8.223**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.166**	**5.150**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	**280**	**–**
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		280	–
Provisões		**4.886**	**4.422**
Provisões para Ações Judiciais	11	4.886	4.422
Débitos diversos	10	**–**	**728**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**15.335**	**24.702**
Capital social		30.400	30.400
Prejuízos acumulados		(15.065)	(5.698)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**47.439**	**46.199**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	**30.400**	**(4.228)**	**26.172**
Prejuízo Líquido do Exercício	–	(1.470)	(1.470)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**30.400**	**(5.698)**	**24.702**
Prejuízo Líquido do Exercício	–	(9.367)	(9.367)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**30.400**	**(15.065)**	**15.335**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações Efetivas de Plano de assistência à Saúde		**52.271**	**56.004**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**54.720**	**58.778**
Contraprestações líquidas	15.a	54.720	58.778
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à Saúde da operadora		(2.449)	(2.774)
Eventos indenizáveis Líquidos		**(18.937)**	**(17.947)**
Eventos Conhecidos ou Avisados	15.b	(18.714)	(18.179)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(222)	232
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**33.335**	**38.057**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		53	18
Outras Despesas Operacionais com Plano odontológico	15.c	**(8.611)**	**(9.534)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.507)	(7.338)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(3.104)	(2.196)
Outras Despesas Oper. a Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(719)	(387)
RESULTADO BRUTO		**24.058**	**28.154**
Despesas de Comercialização	15.d	(7.189)	(9.578)
Despesas Administrativas	15.e	(28.424)	(20.604)
Resultado Financeiro Líquido	15.f	**2.475**	**3.704**
Receitas Financeiras		4.597	4.097
Despesas Financeiras		(2.122)	(393)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(9.080)**	**1.676**
Imposto de Renda	16	–	(1.038)
Contribuição Social	16	–	(445)
Participações sobre o Lucro		(287)	(1.663)
RESULTADO LÍQUIDO		**(9.367)**	**(1.470)**
Quantidade de quotas		3.040.049.342	3.040.049.342
Resultado líquido por lote de mil ações - R$		(3,08)	(0,48)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados do exercício	**(9.367)**	**(1.470)**
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**(9.367)**	**(1.470)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Odontológicos	53.968	56.672
Resgate de Aplicações Financeiras	17.637	6.990
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	–	2
Outros Recebimentos Operacionais	1.629	1.449
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(18.454)	(17.717)
Pagamento de Comissões	(7.255)	(8.334)
Pagamento de Pessoal	(9.789)	(7.899)
Pagamento de Pró–labore		–
Pagamento de Serviços Terceiros	(8.847)	(10.781)
Pagamento de Tributos	(5.458)	(8.308)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.593)	(236)
Pagamento de Aluguel	(103)	(344)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(412)	(1.346)
Aplicações Financeiras	(18.525)	(7.090)
Outros Pagamentos Operacionais	(1.151)	(2.414)
Caixa líquido nas atividades operacionais	**647**	**644**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento de Venda de Ativo imobilizado – Outros	16	–
Pagamento de Aquisição de Ativo imobilizado – Outros	(211)	(41)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(195)**	**(41)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de amortização – Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(298)	(622)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(298)**	**(622)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**154**	**(19)**
Caixa – saldo inicial	**105**	**124**
Caixa – saldo final	**259**	**105**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Odonto Empresas" ou "Companhia"), sediada na Avenida Tamboré, 267 15º andar conjunto 151B, Barueri - SP, tem por atividade a administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde suplementar no segmento de odontologia na modalidade de pré-pagamento, relacionados com a prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (*affinity groups*) e pessoas físicas por meio de seus clientes.

A Odonto Empresas possui registro de operadora na ANS, classificada na modalidade de odontologia de grupo e encontra-se autorizada para funcionamento desde 18 de janeiro de 2008.

1.1. Cisão

1.1.1. Contrato de compra e venda para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade Participações S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era controladora indireta da Companhia, firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade da participação societária indiretamente detida pela Caixa Seguridade, na Companhia.

1.1.2. Reestruturações internas

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, mencionado na nota 1.1.1 acima, foram realizadas operações societárias de cisão, conforme descrito a seguir.

No dia 31 de outubro de 2022, foi feita a transferência do controle acionário direto, até então, detido pela CNP Participações em Seguros Ltda. (anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.), para a CNP Seguros Holding Brasil S.A.

No dia 12 de dezembro de 2022, foi feita a Cisão parcial da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que era desde o dia 31 de outubro de 2022, a controladora direta da Companhia, , transferindo o investimento para os acionistas indiretos, conforme proporção a seguir:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- Caixa Seguridade - 48,25%

No dia 22 de dezembro de 2022, a CNP passou a deter 100% das ações da Companhia, a operação foi concluída após a aquisição de 48,25% das cotas detidas pela Caixa Seguridade, a partir dessa data, a composição acionária da Companhia, passou a ser:

- CNP Assurances - 50,75%
- CNP Assurances Latam Holding Ltda. - 1%
- CNP Assurances Participações Ltda. - 48,25%

A ANS aprovou a cisão parcial do ente não regulado CNP Seguros Holding Brasil S.A. com incorporação da parcela cindida pela operadora de plano de assistência à saúde Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Reg. nº 31.098-1), através do processo nº: 33910.034999/2022-09, nota técnica nº 223/2022/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, em 12 de dezembro de 2022.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela ANS.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.12.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 26 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e bancos (disponível)

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração (quando houver valores registrados):

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. *Impairment*

2.5.1. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*:

- Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN n° 528/2022 e alterações posteriores.
- Para os planos individuais com preço preestabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.

Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

2.5.2. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) Móveis, máquinas, utensílios e demais equipamentos - de 10% a 20% a.a.; ii) benfeitoria em imóveis de terceiros de 20% aa, e veículos - 20% a.a..

O intangível é composto de sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

2.7. Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Eventos a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método *Chain Ladder*, com observações de 18 meses.

A Provisão para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 393/2015 e demais alterações apurando a parcela de contribuições não ganhas, cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme requerido pela Resolução ANS nº 528/2022, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que estejam vigentes na data de execução do teste. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme modalidade de contratação, sendo contratos Individuais e contratos Coletivos, estabelecidos em regulamentação.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados o cupom Pré-fixada da ANBIMA, conforme estabelecido no item 10.12.2.1 do Anexo da RN 528/2022;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes dos produtos, foram apuradas sinistralidades com base no histórico médio observado da carteira, totalizando 30%;

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observado para a carteira;

d) Despesas: a estimativa das despesas foi utilizada a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados.

2.9. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos planos comercializados.

As contraprestações emitidas são apropriadas ao resultado em bases lineares no período de cobertura do risco.

A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta odontológica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos.

As despesas de comercialização diferidas são aplicadas para os planos empresariais, e são compostas por todos os gastos diretamente incrementais e relacionados à emissão de faturas, e que possam ser avaliados com confiabilidade e apropriados ao resultado no prazo de até 12 (doze) meses. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 2.8 - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; e
Nota 11 - Provisões judiciais.

2.13 Operações de arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamentos são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente.

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de
Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 7 e nº 10.1 apresentam as informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2022. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. Foram analisados os ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. Foi utilizado o expediente prático ao aplicar o CPC 06 (R2 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.14. Adoção do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - *Financial Instruments* em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021. A norma introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro.

O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.

Os ativos financeiros da companhia são integralmente classificados pelo valor justo por meio do resultado, antes mesmo da adoção do CPC 48. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

3. Gestão de riscos

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares da *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

3.1. Controles de risco

A Gestão de Riscos permite que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, segurança da informação (implantadas e monitoradas) e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

3.2. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela alta administração: apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos.

3.3. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	31/12/2023	31/12/2022
Sensibilidade	**Impacto monetário**	**Impacto monetário**
Taxa +1% (a)	0,00%	0,00%
Taxa -1% (a)	0,00%	0,00%
Sinistralidade +5% (b)	10,31%	50,57%
Sinistralidade -5% (b)	-10,31%	-50,57%
Inflação +1% (c)	0,00%	0,00%
Inflação -1% (c)	0,00%	0,00%

Notas:

a) A Sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis* points para cima e para baixo;

b) Para o teste de sensibilidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = *Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos- Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações-1*;

c) Os impactos da variação da inflação, 100 *basis* points para cima ou para baixo, foram calculados de acordo com os ativos financeiros pós-fixados.

3.4. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

3.5. Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2023		31/12/2022	
Composição dos ativos	**Sem Rating**	**Total**	**Sem Rating**	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**36.018**	**36.018**	**31.692**	**31.692**
Fundos de investimentos abertos	36.018	**36.018**	31.692	**31.692**
Créditos de operações com planos de assistência odontológica	2.779	**2.779**	4.510	**4.510**
Títulos e créditos a receber	206	**206**	151	**151**

3.6. Risco de mercado

3.6.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva

continua→★

ODONTO EMPRESAS CONVÊNIOS DENTÁRIOS LTDA
CNPJ: 40.223.893/0001-59

→★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se o risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

3.6.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos, o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O saldo apresentado de *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 2 (31 de dezembro de 2022 - R$ 2).

4. Aplicações

	31/12/2023 Valor de Mercado	31/12/2023 Valor do Custo Atualizado	31/12/2022 Valor de Mercado	31/12/2022 Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Percentual
Valor justo por meio do resultado						
Fundos de investimento abertos	36.018	36.018	31.692	31.692	36.018	100,00%

4.1. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**31.692**	**28.556**
Aplicações	18.525	7.090
Resgates *(i)*	(18.283)	(7.535)
Rendimentos	4.084	3.581
Saldo final	**36.018**	**31.692**

(i) Na composição da movimentação, o resgate é demonstrado no valor bruto de IR na alíquota de 17,5%.

4.2. Abertura por nível

A seguir, apresenta-se a classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 36.018 (31 de dezembro de 2022 - R$ 31.692).

5. Créditos das operações com planos de assistência odontológica

5.1. Contraprestação pecuniária

Apresentamos a seguir as contraprestações a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2023 Contraprestações a receber	PDD	Total	31/12/2022 Contraprestações a receber	PDD	Total
Odonto empresarial	1.565	(614)	951	2.478	(259)	2.219
Odonto pessoa física	5.256	(3.428)	1.828	3.924	(1.633)	2.291
Total	**6.821**	**(4.042)**	**2.779**	**6.402**	**(1.892)**	**4.510**

5.2. Movimentação das contraprestações a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**4.510**	**4.364**
Contraprestações emitidas	55.264	59.440
Contraprestações canceladas	(877)	(1.518)
Recebimentos	(53.968)	(56.672)
Reversão de provisão para perdas	(2.150)	(1.103)
Saldo final	**2.779**	**4.510**

5.3. Faixas de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações a vencer		
De 1 a 30 dias	1.452	3.605
Contraprestações vencidas		
De 1 a 30 dias	966	767
De 31 a 60 dias	261	120
De 61 a 120 dias	100	18
Saldo final	**2.779**	**4.510**

5.4. Despesas diferidas

O saldo das Despesas diferidas refere-se substancialmente ao diferimento de comissão. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 864 (31 de dezembro de 2022 - R$ 757).

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários da Companhia estão integralmente originários por tributos a compensar, e estão compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Social	219	965
Imposto de Renda	4.472	4.396
Outros Tributos	21	19
Total	**4.712**	**5.380**

6.2. Créditos fiscais não reconhecidos

A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições temporárias	7.281	5.975
Prejuízo fiscal	22.679	21.592
Total	**29.960**	**27.567**

7. Imobilizado e intangível

O saldo de imobilizado está totalmente representado por veículos, instalações e equipamentos de informática. O intangível refere-se integralmente a gastos com sistemas informatizados.

A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado e Intangível:

Imobilizado	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Depreciações	Saldo final
Equipamentos	10 a 20	**23**	19	–	–	–	(18)	**24**
Móveis, máquinas e utensílios	10	**120**	–	–	–	–	(55)	**65**
Veículos	20	**18**	192	(16)	–	–	(15)	**179**
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20	**31**	–	–	–	–	(7)	**24**
Ativo de direito de uso *(i)*	30,77	**1.188**	–	(818)	–	–	(370)	**–**
Total		**1.380**	**211**	**(834)**	**–**	**–**	**(465)**	**292**

Intangível	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Novos contratos	Transferência	Amortização	Saldo final
Sistemas de computação	20	**160**	–	–	–	–	(147)	**13**
Sistemas de computação em desenvolvimento (ii)		**–**	265	–	–	–	–	**265**
Total		**160**	**265**	**–**	**–**	**–**	**(147)**	**278**

(i) O Ativo de direito de uso refere-se substancialmente a imóveis locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.13). A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2023 uma taxa de 30,23 % a.a. (ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir a movimentação das provisões técnicas:

31/12/2023	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.176**	**1.853**	**2.159**	**6.188**
Constituições	764	24.760	53.431	78.955
Reversões	(587)	(24.538)	(54.136)	(79.261)
Aviso de sinistros	18.130	–	–	18.130
Pagamentos de sinistros	(18.456)	–	–	(18.456)
Saldo final	**2.027**	**2.075**	**1.454**	**5.556**

31/12/2022	Provisão para Eventos a Liquidar (PSEL)	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (i)	Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG) (i)	Total
Saldo inicial	**2.267**	**2.085**	**2.107**	**6.458**
Constituições	165	26.544	60.611	87.320
Reversões	(217)	(26.776)	(60.559)	(87.552)
Avisos de sinistros	17.912	–	–	17.912
Pagamentos de sinistros	(17.951)	–	–	(17.951)
Saldo final	**2.176**	**1.853**	**2.159**	**6.187**

(i) Refere-se a movimentação de constituição/reversão no exercício.

9. Tributos e encargos sociais a recolher

Apresentamos a seguir a composição dos tributos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF terceiros a recolher	83	80
PIS/PASEP/COFINS	171	152
ISS a recolher	62	63
INSS a recolher	7	6
IRPJ líquido das antecipações a recolher	–	46
CSLL líquido das antecipações a recolher	–	29
FGTS a recolher	35	47
Outros tributos e encargos sociais a recolher	174	21
Total	**532**	**444**

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	260	380
Obrigações com pessoal a pagar	2.393	2.579
Comissões e bonificações a pagar	286	1.055
Passivos de arrendamento *(i)*	–	1.247
Provisão honorários advocatícios	351	351
Provisão de contas a pagar	2.400	2.400
Aluguéis	–	4
Outras contas a pagar *(ii)*	12.124	930
	17.814	**8.951**

(i) Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

(ii) O Aumento refere-se ao contrato de cost-sharing com CSH sob as despesas pessoal, administração entre outros.

10.1. Movimentação do passivo de arrendamento

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.400	(153)	1.247
Apropriação de juros transcorridos	–	122	122
Constituições/reavaliações de contratos	2.264	(487)	1.777
Pagamentos	(451)	–	(451)
Outras/Baixas	(3.213)	518	(2.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	–	–	–
Circulante	**–**	**–**	**–**
Não circulante	**–**	**–**	**–**

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	–	–	–
Apropriação de juros transcorridos	–	153	153
Constituições/reavaliações de contratos	2.022	(306)	1.716
Pagamentos	(622)	–	(622)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.400**	**(153)**	**1.247**
Circulante	**622**	**(103)**	**519**
Não circulante	**778**	**(50)**	**728**

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 10,64 % a.a. em 31 de dezembro de 2022.

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

A composição dos depósitos judiciais e provisões para ações judiciais está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais 31/12/2023	Depósitos judiciais 31/12/2022	Contingências passivas 31/12/2023	Contingências passivas 31/12/2022
Natureza cível (i)	2.017	1.928	4.127	2.729
Natureza trabalhista	14	–	15	–
Natureza fiscal - Contingências	–	–	1.233	1.693
Totais	**2.031**	**1.928**	**5.375**	**4.422**

(i) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-91.2019.4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS.

A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue**:**

	Saldo 31/12/2022	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2023
Natureza cível	2.729	1.109	(511)	801	4.127
Natureza trabalhista	–	15	–	–	15
Natureza fiscal - Contingências	1.693	–	(1.130)	670	1.233
	4.422	**1.124**	**(1.641)**	**1.471**	**5.375**

	Saldo 01/01/2022	Adições	Reversões	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	2.792	542	(910)	305	2.729
Natureza fiscal - Contingências	1.392	–	–	301	1.693
	4.184	**542**	**(910)**	**606**	**4.422**

As provisões judiciais cíveis correspondem, substancialmente, a cobertura de danos morais, materiais, que estão em discussão judicial.

As provisões fiscais, referem-se a tributos federais, com solicitação administrativa de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil.

A segregação em função da probabilidade de perda pode ser resumida como segue**:**

31/12/2023	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	724	344	4.127	5.196
Natureza trabalhista	10	124	15	149
Natureza fiscal - Contingências	91.966	3.731	1.233	96.930
	92.700	**4.199**	**5.375**	**102.275**

31/12/2022	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	2.188	-	2.729	4.917
Natureza fiscal - Contingências	83.011	3.485	1.693	88.189
	85.199	**3.485**	**4.422**	**93.106**

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 30.400 (31 de dezembro de 2022 - R$ 30.400), e está representado por 3.040.049.342 (três bilhões, quarenta milhões, quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma.

13. PLA e margem de solvência

Em atendimento à Resolução normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

a) Patrimônio líquido ajustado	31/12/2023	31/12/2022
1 - Patrimônio líquido Contábil	**15.335**	**24.703**
2 - Deduções	**1.142**	**1.053**
Despesas de comercializações diferidas	864	757
Despesas antecipadas	–	136
Intangível (líquido de gastos com promoção e prevenção à saúde)	278	160
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**14.193**	**23.650**
b) Capital baseado em Risco		
Capital base	**11.227**	**10.883**
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)		
Capital de risco de crédito	2.734	2.814
Capital de risco de subscrição	3.036	2.941
Capital de risco de mercado	1.060	968
Capital de risco de operação	2.493	1.495
Benefício da correção	1.429	(1.738)
Capital baseado em risco	**7.894**	**6.480**
Suficiência de capital	**2.966**	**12.767**
% Suficiência de capital	**38%**	**197%**
Suficiência de solvência	**180%**	**365%**

13.1. Provisões técnicas/ativos garantidores

Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória.

Apresentamos a seguir a composição:

Provisão Técnica	31/12/2023	31/12/2022
PEONA 100%	2.075	1.853
PPCNG	1.454	2.159
PESL		
PSL - MAIOR QUE 30 dias	691	549
PSL - MENOR QUE 30 dias	1.336	1.627
Total das provisões técnicas	5.556	6.188
(–) Soma das deduções permitidas	(1.336)	(1.627)
Total líquido das provisões a vincular	**4.220**	**4.561**
Total Ativos Garantidores vinculados	**8.127**	**7.344**
Suficiência de Vinculação	**3.907**	**2.783**

Os ativos dados em garantias às referidas provisões técnicas são registradas em câmaras de custódia em conta de reserva técnica.

14. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Assurances Participações Ltda., controladora indireta CNP Assurances, demais Companhias ligadas à sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidos abaixo:

	31/12/2023 Ativo	31/12/2023 Passivo	31/12/2022 Ativo	31/12/2022 Passivo
Caixa Seguradora S.A. *(i) (iii)*	–	(10.267)	–	(372)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi)*	–	(115)	–	(2)
CNP Capitalização S.A. *(iv)*	–	–	–	–
Caixa Econômica Federal *(ii)*	106	–	15	–

	31/12/2023 Receita	31/12/2023 Despesa	31/12/2022 Receita	31/12/2022 Despesa
Caixa Seguradora S.A. *(i) (iii)*	680	(10.481)	2.323	(1.439)
Companhia de Seguros Previdência do Sul *(vi) (iii)*	46	(34)	88	(6)
CNP Capitalização S.A. *(iii) (iv)*	11	–	14	–
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. *(iii)*	27	–	66	–
Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. *(iii)*	6	–	13	–
Caixa Vida e Previdência S.A. *(v)*	–	(582)	40	(512)
XS2 Vida e Previdência S.A. *(vi)*	–	–	–	(23)
XS5 Administradora de Consórcios S.A. *(iii)*	56	–	66	–
Wiz BPO Serviços de Teleatendimento Ltda. *(vii)*	–	–	–	(79)
Jadlog Logística S.A. *(viii)*	–	–	–	(65)

(i) Refere-se a compartilhamento e custo;
(ii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados;
(iii) Plano odontológico oferecido aos funcionários;
(iv) Refere-se aos produtos acoplados de incentivo as vendas;
(v) Contribuições para o plano de previdência privada dos funcionários;
(vi) Operações de seguros;
(vii) Despesas referentes a prestação de serviços de terceiros;
(viii) Refere-se a manuseio de material de postagem e arquivos.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

15. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde		
Plano coletivo por adesão	5.846	5.694
Plano coletivo empresarial	19.338	21.974
Plano individual/familiar	29.536	31.110
Total	**54.720**	**58.778**
b) Eventos Indenizáveis líquidos		
Plano coletivo por adesão	(3.813)	(3.495)
Plano coletivo empresarial	(6.614)	(6.635)
Plano individual/familiar	(8.287)	(8.049)
Total	**(18.714)**	**(18.179)**
c) Outras Despesas Operacionais		
Provisão para risco de crédito	(3.104)	(2.196)
Despesas de cobrança	(709)	(806)
Despesas com mídia produto	(1.147)	(879)
Central de relacionamento	(51)	(2.020)
Campanhas comerciais	(1.642)	(1.289)
Refaturamento comercial	(902)	(1.840)
Outras despesas operacionais	(1.056)	(504)
Total	**(8.611)**	**(9.534)**
d) Despesas de Comercialização		
Comissão	(6.224)	(7.214)
Agenciamento	(1.095)	(1.445)
Arrendamento de balcão	(784)	(919)
Outras despesas de comercialização	914	–
Total	**(7.189)**	**(9.578)**
e) Despesas Administrativas		
Pessoal próprio	(10.934)	(12.251)
Serviços de terceiros	(5.020)	(3.599)
Localização e funcionamento	(3.411)	(4.248)
Publicidade e propaganda	(2.404)	(199)
Taxa de saúde suplementar	(251)	(252)
Tributos	(149)	(14)
Provisão para contingência	(65)	174
Outras despesas administrativas	(6.190)	(215)
Total	**(28.424)**	**(20.604)**
f) Resultado financeiro líquido		
Receitas com fundos de investimentos	4.084	3.581
Recebimento em atraso	100	87
Descontos concedidos	(137)	(10)
Receita de juros e atualizações	384	420
Juros de arrendamento	(802)	(153)
Provisões financeiras – Causas judiciais	(565)	–
Despesas financeiras – Juros de contingências fiscais	(378)	–
Outras receitas financeiras	28	8
Outras despesas financeiras	(239)	(229)
Total	**2.475**	**3.704**

16. Imposto de renda e contribuição social

A abertura do imposto de renda e contribuição social e suas respectivas alíquotas efetivas são apresentas a seguir:

Descrição	31/12/2023 Contribuição Social	31/12/2023 Imposto de Renda	31/12/2022 Contribuição Social	31/12/2022 Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	(9.367)	(9.367)	(2.104)	(2.104)
Base de cálculo	**(9.367)**	**(9.367)**	**(2.104)**	**(2.104)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**843**	**2.342**	**189**	**526**
Ajustes do lucro real	6.170	6.170	7.043	7.043
Total dos ajustes a base de cálculo	**9.367**	**9.367**	**7.043**	**7.043**
Tributos sobre os ajustes	**(843)**	**(2.342)**	**(634)**	**(1.761)**
Incentivos fiscais	–	–	–	197
Despesa contabilizada	**–**	**–**	**(445)**	**(1.038)**
Taxa efetiva *(ii)*	**0,00%**	**0,00%**	**21,13%**	**49,36%**

17. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é copatrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

Neste exercício a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 347 (31 de dezembro de 2022 - R$ 447).

18. Evento subsequente

Em 29.01.2024, em assembleia geral extraordinária, foi deliberada a aprovação do aumento do capital social da Companhia, correspondente alteração no artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir esse aumento. O capital social da companhia passou de R$30.400 (trinta milhões e quatrocentos mil reais) para R$77.400 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), representando um aumento, portanto, de R$ 47.000 (quarenta e sete milhões de reais), mediante a emissão de 4.700.000.000 (quatro bilhões e setecentos milhões) novas ações ordinárias, nominativas.

Diretoria Executiva

François Dominique Philippe Tritz
Diretor Presidente

Contadora

Luciene Rocha Batista
CRC SP-265373/O-7 "T" SP

Atuário

Gabriel Porto Montenegro Henriques
Atuário MIBA nº 2978

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

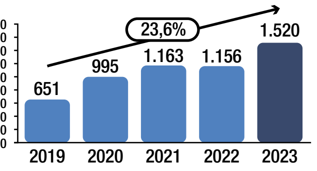
Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP - 246031/O-8

Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.

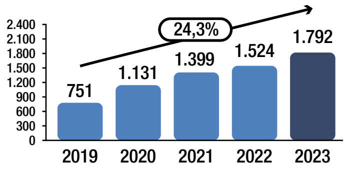
CNPJ nº 61.584.223/0001-38

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2023 e 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.



EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA CONTROLADORA
(Em Milhões de R$)



EVOLUÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADO
(Em Milhões de R$)

A Construcap, com claro objetivo de oferecer serviços dentro de um rígido padrão de qualidade a seus clientes vem buscando o aprimoramento e controle contínuos de seus processos. Dentro desta visão, informamos que estamos certificados atualmente pelos seguintes programas: ***Norma NBR ISO 9001/2015*** *- Certificado nº TUV.09.1794109.4245.23 - Sistema de Gestão da Qualidade - Construção de edifícios comerciais, residenciais e industriais, e obras de Infraestrutura, incluindo movimento de terra, pavimentação, saneamento, pontes, viadutos e túneis. Construção e montagem de terminais terrestres de armazenamento e distribuição e de dutos industriais para biocombustíveis, gás, petróleo e derivados. Obras de montagem eletromecânica e gerenciamento de EPC - Engineering Procurement and Construction.* ***Norma NBR ISO 14001/2015*** *- Certificado nº TUV.14.1794109.4247.23 - Sistema de Gestão Ambiental - Em janeiro de 2006 obtivemos certificação, a qual passou a fazer parte do conjunto de normas do Sistema Integrado de Gestão (qualidade, segurança, saúde ocupacional e meio ambiente).* ***Norma ISO 45001/2018*** *- Certificado nº 01 213 2331959 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, em substituição a Norma OHSAS 18001/2007 certificada em março de 2002.* ***Norma PBQPH SIAC/2021*** *- Certificado nº TUV.10.1794109.4246.23 - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade: Programa do Governo Federal para construção de obras habitacionais, saneamento básico e obras viárias, rodoviárias, drenagem, terraplanagem, pavimentação, manutenção viária, sinalização e obras de arte.*

A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 25 de março de 2024

A DIRETORIA

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	–				
Caixa e equivalentes de caixa	5	320.962	136.009	351.407	159.141
Contas a receber de clientes	6	151.640	204.560	355.753	405.132
Impostos e contribuições a compensar	7	609	2.643	5.790	7.361
Adiantamentos a fornecedores	–	2.048	260	9.164	7.586
Estoques	–	9.449	–	10.724	80
Outras contas	–	5.907	5.666	7.601	9.235
		490.615	349.138	740.439	588.535
Não circulante					
Partes relacionadas	9(a)	9.376	9.970	771	909
Contas a receber de clientes	6	144.413	151.710	961.850	975.740
Processos judiciais	8	60.846	57.286	61.461	57.316
Impostos diferidos	21(a)(i)	1.325	15.583	62.230	65.070
Impostos e contribuições a compensar	7	20.654	18.272	20.654	18.275
Outras contas	–	2.193	2.251	3.911	3.937
		238.806	255.072	1.110.877	1.121.247
Investimentos em participações	10(a)	833.922	752.297	260.797	245.921
Outros investimentos	11(a)	75.166	71.954	75.166	71.954
Propriedades para investimentos	12	–	–	195.690	184.344
Imobilizado	13	9.425	10.035	48.538	48.527
Intangível	14	11.334	12.314	28.785	21.056
Ativo operacional	15	–	–	382.546	282.585
Ativo financeiro em formação	16	–	–	–	367
		1.168.653	1.101.672	2.102.400	1.976.001
Total do ativo		1.659.268	1.450.810	2.842.839	2.564.536

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Fornecedores	–	39.320	29.988	59.078	50.648
Empréstimos e financiamentos	17	164	1.187	115.018	200.965
Obrigações e encargos trabalhistas	18	50.526	38.273	64.786	48.481
Obrigações tributárias	19	43.386	7.833	59.740	17.523
Adiantamentos de clientes	20	64.244	115.370	95.419	147.188
Partes relacionadas	9(a)	25.519	1.253	25.519	–
Adiantamentos de outorga	22	–	–	3.006	2.248
Outras obrigações a pagar	23	8.952	6.902	12.979	13.557
		232.111	200.806	435.544	480.610
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	55	216	553.291	417.537
Partes relacionadas	9(a)	2.672	38.233	18.086	37.413
Impostos diferidos	21(b)	60.783	66.880	359.857	343.195
Provisões para contingências	24	3.896	1.194	4.009	1.307
Adiantamentos de clientes	20	–	21.552	47.007	87.097
Provisões para reinvestimentos	–	–	–	42.968	33.042
Provisões para perda de investimentos	10(b)	28.705	11.888	–	–
Adiantamentos de outorga	22	–	–	35.797	42.708
Outras obrigações a pagar	23	24.825	28.471	40.060	40.057
		120.935	168.434	1.101.073	1.002.356
Total do passivo		353.046	369.240	1.536.617	1.482.966
Patrimônio líquido					
Capital social	25.1	212.000	212.000	212.000	212.000
Outros resultados abrangentes	25.2	(8.961)	(11.080)	(8.961)	(11.080)
Reserva legal	25.3(a)	42.400	42.400	42.400	42.400
Reservas de lucros	25.3(b)	1.060.783	838.250	1.060.783	838.250
Total do patrimônio líquido		1.306.222	1.081.570	1.306.222	1.081.570
Total do passivo e patrimônio líquido		1.659.268	1.450.810	2.842.839	2.564.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita de serviços	27	1.520.460	1.156.306	1.791.900	1.523.684
Custos dos serviços prestados	28	(1.235.404)	(1.058.005)	(1.404.757)	(1.249.495)
Lucro bruto		285.056	98.301	387.143	274.189
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	29	(66.824)	(60.700)	(133.264)	(103.325)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(4.291)	9.639	3.237	16.961
Resultado de equivalência patrimonial	10(b)(c)	107.232	174.466	32.942	21.168
		36.118	123.405	(97.086)	(65.196)
Lucro antes do resultado financeiro		321.174	221.706	290.057	208.993
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	30.178	33.638	169.051	171.088
Despesas financeiras	31	(15.259)	(101.246)	(85.223)	(153.434)
		14.918	(67.608)	83.827	17.654
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		336.092	154.098	373.884	226.647
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21(c)	(50.447)	–	(78.809)	(11.398)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21(a)(iii)	(7.021)	4.828	(16.451)	(56.323)
		(57.468)	4.828	(95.260)	(67.721)
Lucro líquido do exercício		278.624	158.926	278.624	158.926

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	278.624	158.926	278.624	158.926
Resultado abrangente do exercício	278.624	158.926	278.624	158.926
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia:				
Dividendos			–	(29.398)
Juros sobre o capital próprio			(56.091)	–
Constituição das reservas de lucros			(222.533)	(129.528)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

					Reserva de lucros			
	Notas	**Capital social**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Outros resultados abrangentes**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2021		212.000	–	(18.969)	42.400	708.722	–	944.153
Ganhos e perdas de participação em coligada	–	–	–	7.889	–	–	–	7.889
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	158.926
Dividendos distribuídos	25.4	–	–	–	–	–	(29.398)	(29.398)
Apropriação para reserva de retenção de lucros	25.3	–	–	–	–	129.528	(129.528)	–
Em 31 de dezembro de 2022		212.000	–	(11.080)	42.400	838.250	(158.926)	1.081.570
Ganhos e perdas de participação em coligada	–	–	–	2.119	–	–	–	2.119
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	278.624	278.624
Juros sobre capital próprio	25.4	–	–	–	–	–	(56.091)	(56.091)
Apropriação para reserva de retenção de lucros	25.3	–	–	–	–	222.533	(222.533)	–
Em 31 de dezembro de 2023		212.000	–	(8.961)	42.400	1.060.783	–	1.306.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidada

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	336.092	154.098	373.884	226.647
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Apropriação de juros sobre aplicações financeiras e outras variações monetárias (ativas)	–	(28.653)	(73.028)	(174.577)
Percentage of completion	89.378	37.457	89.378	37.457
Resultado de equivalência patrimonial	(107.232)	(174.466)	(32.942)	(21.168)
Provisão para perdas patrimoniais e contingências	2.702	3.087	2.702	4.983
Precatórios (variação, juros e provisão de honorários advocatícios)	(1.619)	(14.127)	(1.619)	(14.127)
Margem da construção	–	–	–	(22.310)
Apropriação dos impostos diferidos	48	3.011	1.956	19.892
Provisão para reinvestimentos	–	–	9.926	9.900
Depreciação	2.508	3.030	3.460	3.539
Amortização	3.583	2.553	13.879	8.266
Precatórios (inclusão/extinção), líquidos	–	6.962	–	6.962
Apropriação de encargos sobre financiamentos e outras variações monetárias (passivas)	5.677	3.466	84.853	75.060
Valor residual do ativo permanente baixado	(7)	241	(13)	241
Valor residual do ativo intangível baixado	(160)	–	(95)	–
Reequilíbrio financeiro das controladas	–	–	6.995	(112.037)
Impostos prescritos	–	4.316	–	4.316
Outras despesas	(418)	1.729	(411)	387
Ações judiciais ativas (variação, juros e provisão de honorários advocatícios)	(4.764)	(18.559)	(4.764)	(18.559)
Ganho na avaliação de propriedade para investimento	–	–	(11.346)	(10.340)
	325.788	(15.857)	462.815	24.531
Variações em saldos de ativos				
Recebimento dos precatórios e ações ativas	9.351	–	9.351	–
Contas a receber de clientes	(36.399)	(14.712)	33.053	366.157
Impostos e contribuições a compensar	(348)	(523)	(808)	(9.550)
Adiantamentos a fornecedores	(1.788)	(140)	(1.578)	14.249
Estoques	(9.449)	34	(10.644)	(46)
Outras contas	(180)	(2.696)	1.661	(6.701)
Processos judiciais	1.124	2.443	539	2.413
	(37.689)	(15.594)	31.574	366.522
Variações em saldos de passivos				
Fornecedores	9.332	(9.835)	8.430	(41.342)
Obrigações e encargos trabalhistas	12.253	(9.553)	16.304	(3.736)
Obrigações tributárias	17.251	(8.053)	20.328	(4.498)
Adiantamentos de clientes	(72.678)	86.163	(91.859)	97.206
Adiantamentos de outorga	–	–	(6.153)	(2.341)
Cauções	–	(465)	–	(465)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(32.145)	–	(56.920)	–
Outras obrigações a pagar	(1.596)	(3.345)	(577)	2.099
	(67.583)	54.912	(110.447)	46.923
Disponibilidades geradas pelas operações	220.516	23.461	383.943	437.976
Juros pagos	–	–	(80.738)	(65.257)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	220.516	23.461	303.204	372.719
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte do poder concedente	–	–	–	(239.343)
Integralização de capital nas coligadas	(11.265)	(39.957)	–	(19.739)
Dividendos e JCP recebidos de controladas e coligadas	53.689	42.333	18.064	13.383
Aquisições do ativo financeiro	–	–	–	(178.373)
Aquisições do ativo operacional	–	–	(108.319)	(142.348)
Aquisições do imobilizado	(1.891)	(1.472)	(3.459)	(6.862)
Aquisições do intangível	(2.444)	(3.368)	(13.156)	(8.836)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	38.089	(2.464)	(106.870)	(582.118)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	155	259.789	202.128
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.225)	(1.214)	(206.867)	(40.316)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos com terceiros	(1.225)	(1.059)	52.923	161.812
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas				
Dividendos pagos	–	(29.398)	–	(29.398)
Juros sobre capital próprio pagos	(56.091)	–	(56.091)	–
Mútuo com partes relacionadas	(17.529)	35.000	15.000	35.000
Pagamento do mútuo com partes relacionadas	–	–	(17.529)	–
Contas-correntes com partes relacionadas	1.193	(3.467)	1.629	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	(72.427)	2.135	(56.991)	5.602
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	184.953	22.073	192.266	(41.985)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	136.009	113.936	159.141	201.126
No fim do exercício	320.962	136.009	351.407	159.141
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	184.953	22.073	192.266	(41.985)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no Município de São Paulo no Estado de São Paulo (SP), e predominantemente explora o ramo de construção civil em geral, executando obras para terceiros dos setores privado e público, de forma direta ou mediante a formação de consórcios. Logo após o advento da Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013 (“Lei Brasileira Anticorrupção”), a Construcap entendeu por bem implementar um Programa de Integridade robusto e efetivo, em linha com as melhores práticas internacionais de Governança, Risco e *Compliance*, que resultou na reestruturação do seu programa de integridade corporativa (“Programa”). O Programa da Construcap foi implementado pelo escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados com base na metodologia de “7 elementos” inspirada no Capítulo VIII da *US Federal Sentencing Guidelines*, que atende os parâmetros do artigo 42 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamentou a Lei Brasileira Anticorrupção. Em síntese, o Programa da Construcap abrange os seguintes elementos: **(i)** Mapeamento de risco; **(ii)** Criação de estrutura específica nos órgãos de governança corporativa; **(iii)** Elaboração de políticas claras e disponíveis; **(iv)** Comunicação e endomarketing; **(v)** Treinamentos; **(vi)** Canal de comunicação; **(vii)** Investigação, monitoramento e auditoria. A Diretoria de *Compliance* e Relações Institucionais, em nome do Comitê de Integridade do Grupo Construcap, implementou mecanismos de prevenção, detecção e combate à corrupção e demais atos contra a administração pública, que inclui dois elementos específicos, a saber: o funcionamento da governança corporativa do Comitê de Integridade e a condução dos canais de denúncia e comunicação atendidos pela consultoria independente Contato Seguro, que realiza o atendimento especializado das alegações de potenciais violações às leis e ao Código de Conduta da Construcap. As principais empresas coligadas e controladas por ramo de atividade, estão apresentadas a seguir: **Controladas:** • CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (CMO), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e tem como objetivo a exploração, operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior para o propósito de desenvolver projetos de terminais portuários e aeroportuários, estaleiros, fabricação e integração de componentes modulares para embarcações para a indústria de petróleo offshore e desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação, fabricação e integração de artefatos navais e para a indústria de petróleo e gás; • Inova Saúde São Paulo SPE S.A.(Inova São Paulo), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. (Inova Sorocaba), situada no Município de Sorocaba no Estado SP, tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo; • CMI - Exportação, Importação, Comércio e Serviços Ltda. (CMI), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, atua na revenda de equipamentos; • Urbia Gestão de Parques SPE S.A. (Urbia Parques), situada no Município de São Paulo no estado de SP, tem como objeto social a finalidade específica, única e exclusiva, sob o regime de concessão, de realizar a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade (doravante denominados “Parques”), todos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como a execução de obras e serviços de engenharia; • Urbia Cânions Verdes S.A. (Urbia Cânions), situada em Cambará do Sul no Estado do RS, tem como objeto social a finalidade específica, única e exclusiva, sob o regime de concessão de realização de investimentos, obrigatórios e prestação de serviços com vistas a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão de áreas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral; • Urbia Aguas Claras S.A. (Urbia AC), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objeto social a finalidade especifica, única e exclusiva sob o regime de concessão, de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão dentro dos limites do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Lofgren, incluindo a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração de econômica de atividades de ecoturismo e visitação, com os serviços associados. • Ambicap LTDA. (Ambicap), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objeto social a finalidade especifica a prestação de serviços de modelagem de gestão de parques urbanos naturais; prestação de serviços de assessoria, consultoria, execução de projetos ambientais serviços; coleta, remoção, transporte disposição final de toda classe de resíduos líquidos, entulhos; Prestação de serviços topográficos geodésicos, Concessão de serviços públicos de água, esgoto Saneamento Urbano. • **Coligada e controlada em conjunto:** • Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (Rio Bonito), situada no Município de Matias Barbosa no Estado de MG, e tem por objeto social a prestação de serviços de operação de praças de cobrança de pedágio em rodovias; • Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena), situada em Belo Horizonte no Estado de MG, constituída com o propósito específico e exclusivo para a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto; • Urbia Cataratas S.A. (Urbia Cataratas), constituída em 1° de julho de 2022, situada no Rio de janeiro no Estado do RJ, e tem por objeto social o serviço de apoio a visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu através do contrato de concessão N° 001/2022 do Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) firmado em 22 de março de 2022. As operações em conjunto realizadas com terceiros, através de consórcios estão demonstradas na Nota 2.6. **2. Sumário das principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação:** As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 25 de março de 2024. Em conformidade com a Orientação “OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral”, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro;** i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*: Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two.* A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **2.3 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **2.4 Consolidação: 2.4.1 Base de consolidação:** A Companhia aplica o método de consolidação integral, sendo o saldo dos ativos, passivos e resultados das controladas combinadas com os correspondentes itens das demonstrações contábeis da Companhia, linha a linha, e eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, por meio da equivalência patrimonial, bem como, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo. A Companhia baseia-se no CPC 18 (-R2) Investimento em coligada, controlada e controlada em conjunto, que define quando os investimentos são: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui, direta ou indiretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As composições das empresas controladas foram divulgadas no contexto operacional Nota 1. **(b) Coligada e controlada em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. A Companhia não aplica o método de consolidação integral, e sim o da equivalência patrimonial, exceto para o investimento Cia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. Concer que passou a ser classificada como “Ativo financeiro ao valor justo” no exercício de 2019. As composições das empresas coligadas e controladas em conjunto estão divulgadas no contexto operacional, conforme Nota Explicativa nº 1. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. **2.5 Operações em conjunto:** As operações em conjunto são realizadas através de consórcios, as quais não possuem personalidade jurídica, sendo o saldo dos ativos, passivos e resultados das operações em conjunto combinadas com os correspondentes itens das demonstrações contábeis da Companhia, linha a linha, na proporção de sua participação nos direitos e obrigações relacionados com cada um dos contratos que regem essas operações. O total do acervo patrimonial e do resultado dos consórcios nos quais a Companhia participa e classifica como operações em conjunto, pode assim ser resumido:

							2023	2022
	Balanço integral				Balanços na proporção da participação na Companhia			
	Ativo circulante + Ativo não circulante	**Passivo circulante + Passivo não circulante**	**Demonstração de resultado**	**% de participação**	**Ativo circulante + Ativo não circulante**	**Passivo circulante + Passivo não circulante**	**Demonstração de resultado**	**Demonstração de resultado**
Consórcio Construcap Planar	7.819	7.939	(120)	100%	7.819	7.939	(120)	(131.907)
Consórcio Construcap Enesa	28.409	28.424	(15)	100%	28.409	28.424	(15)	7
Consórcio Construcap Lidermac	19.484	18.738	746	70%	13.639	13.116	523	653
Consórcio Construcap Estrutural Projectus	26.376	28.056	(1.680)	68%	17.936	19.078	(1.142)	(85)
Consórcio Construcap Copasa (Rodoanel)	90.062	90.021	41	50%	45.031	45.011	20	(162)
Consórcio Construcap Walbridge Projeto Fiat	35.918	32.580	3.338	50%	17.959	16.290	1.669	466
Demais consócios	78.887	79.930	(1.043)	Variável	29.682	30.540	(858)	(2.603)
Resultado das operações em conjunto							76	(133.631)

2.6 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até três meses, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB’s com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 60,00% a 109,39% do CDI e referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração objetiva a atender compromissos de curto prazo. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com a adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: **i)** Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado; **ii)** Instrumento financeiro mensurado pelo custo amortizado; e **iii)** Instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Categorias: a) Custo Amortizado:** Custo Amortizado - São ativos financeiros: **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, os fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **b) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - (VJORA):** São ativos financeiros mantidos **(i)** tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **c) Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.8. Contas a receber de clientes: a)** É composto pelos saldos a receber de clientes dos setores público e privado, por prestação de serviços no curso normal dos negócios, inclusive, aqueles em cobrança administrativa e judicial (precatórios). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos provisão de perdas por *impairment* constituída com base na análise do tempo e dos riscos na realização de créditos a receber, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas. Estão também apresentados nessa rubrica os saldos decorrentes de serviços de construção executados (medidos) a faturar, relativos aos contratos de construção reconhecidos pelo grau de avanço das obras *Percentage of completion* (Poc). **b)** O contas a receber de clientes das controladas Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. foram constituídos após a transferência dos complexos hospitalares para a Secretaria do Estado de Saúde através do termo de arrolamento. A contraprestação variável está atrelada ao atendimento de *KPIs (Key Performance Indicator).* As receitas acessórias são decorrentes de atividades realizadas dentro ou na área do complexo hospitalar, com 25,00% de redução do direito de exploração repassado a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações estão classificadas em: **(i)** Fixa do Ativo Financeiro; **(ii)** Variável dos serviços “bata cinza”; **(iii)** Receitas acessórias; **(iv)** Direito de exploração. Os valores estão segregados entre Ativo Circulante para recebimentos em até um ano e Ativo Não Circulante para recebíveis com vencimentos superiores a um ano. O contas a receber de clientes das controladas Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. são constituídos pelas contraprestações variáveis de serviços “bata cinza” e pelos valores de reequilíbrio financeiro junto a Secretaria do Estado de Saúde. As contraprestações variáveis estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de verificador independente. Até o momento, a Companhia não recebeu nenhuma notificação de desaprovação pelo poder Concedente. **c)** O contas a receber de clientes das controladas Urbia Gestão de Parques SPE S.A., Urbia Cânions Verdes S.A., Urbia Aguas Claras S.A., é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais. Exemplo o contrato de patrocinadores e cessão de espaço, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **2.9. Adiantamentos a fornecedores:** Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos a fornecedores pelo fornecimento de bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados aos clientes, de acordo com cada contrato. **2.10. Processos judiciais:** Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra ela. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo. **2.11. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento corresponde a parcela substancial do terreno adquirido pela controlada CMO Construção e Montagem Offshore S.A. no Município de São Francisco do Sul - SC, Nota 3.5, o qual foi inicialmente mensurada ao custo, incluindo os custos de transação. A utilização do terreno será feita de forma diferenciada e será construído um estaleiro ocupando 500 mil m², cuja parcela está classificada no ativo imobilizado. A parcela restante deste terreno (8.500 mil m²) está reservada a futura apreciação e posterior avaliação de destinação, tendo sido classificada como propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é mensurada ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas resultantes apropriadas ao resultado do exercício no momento em que forem gerados. Em 2023 o investimento foi avaliado em R$ 195.690 (2022 - R$ 184.344) gerando uma variação positiva de R$ 11.346 (2022 - R$ 10.340). **2.12. Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. Por ocasião da adoção dos CPCs, a Companhia optou por manter os reflexos de reserva de reavaliação reflexa efetuada em sociedade investida, em contrapartida em conta de investimentos, visto que a administração da coligada resolveu manter as reservas de reavaliação, classificadas como ajuste de avaliação patrimonial, até sua efetiva realização. A depreciação dos bens, exceto terrenos, é calculada pelo método linear às taxas mencionadas a seguir:

	Anos
Construções e benfeitorias em terrenos	12 - 15
Máquinas e equipamentos	10 - 15
Veículos	5 - 10
Equipamentos de informática	3 - 5
Móveis e utensílios	5 - 10

A estimativa de vida útil é revisada ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças sendo contabilizados prospectivamente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. **2.13. Intangível: Licença de softwares:** São capitalizados com base nos custos incorridos para adquirí-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo período de vida útil estimado, a uma taxa média de 20%. Os custos associados ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando qualificáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Direito de uso do ativo:** Os arrendamentos passaram a ser reconhecidos como um Direito de uso do ativo e um passivo correspondente na data a qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia e suas controladas. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizado uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os registros constam nas contas do Ativo não Circulante “Intangível” em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante “Outras Obrigações a Pagar”, efeitos correspondentes a períodos anteriores foram registrados no Patrimônio líquido. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na Demonstração de Resultado como “Amortização”. **2.14. Ativo operacional:** As premissas adotadas para apropriação do Ativo Operacional são aplicadas nas controladas Urbia Parques, Urbia Cânios e Urbia AC e estão elaboradas de acordo com adoção do Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), itens 97 e 98. • O ativo intangível da concessão é amortizado de forma proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso. • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada concessão: A controlada Urbia Parques desembolsou em dezembro de 2019 ao poder concedente Prefeitura do Estado de São Paulo, a quantia de R$ 70.501, em razão da exploração do objeto de concessão dos Parques, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade (doravante denominados “Parques”), todos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, esse montante corresponde a parcela de outorga fixa como condição precedente a assinatura do contrato. A amortização será realizada durante o prazo de concessão. Em 2023 o valor líquido de amortização é de R$ 64.627 (2022- R$ 66.650). A controlada Urbia Cânions desembolsou em agosto de 2021 ao poder concedente Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, a quantia de R$ 20.500, em razão da exploração do objeto de concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, situada em Cambará do Sul no Estado do Rio Grande do Sul, esse montante corresponde a parcela de outorga fixa como condição precedente a assinatura do contrato. A amortização será realizada durante o prazo de concessão. Em 2023 o valor líquido de amortização é de R$ 19.326 (2022 - R$ 19.847). A controlada Urbia AC desembolsou em dezembro de 2021 ao poder concedente Governo do Estado de São Paulo a quantia de R$ 910, em razão da exploração do objeto de concessão dos Parques Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Lofgren, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, esse montante corresponde a parcela de outorga fixa como condição precedente a assinatura do contrato. A amortização será realizada durante o prazo de concessão. Em 2022 o valor líquido de amortização é de R$ 897 (2022 - R$ 876). • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 (“Contrato de Concessão”); • Mútuo e gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimo com acionistas. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao início de operação de cada parque. A partir do momento em que a unidade geradora de caixa passa a ter as operações pretendidas pela administração, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • As taxas médias utilizadas para a amortização das controladas são de:

Urbia Parques:	**Ibirapuera**	**Lajeado**	**Tenente**	**Eucaliptos**	**Jacinto Alberto**	**Jardim Felicidade**
Taxa média exclusiva:	2,45%	2,33%	2,33%	2,37%	2,41%	2,41%
Taxa média comum:	2,40%	0,01%	0,01%	0,00%	0,02%	0,00%

Urbia Cânions:

Ano	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
Taxa média progressiva:	0,77%	3,19%	5,73%	8,39%	11,19%	14,04%

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Urbia AC:

Ano	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
Taxa média progressiva:	0,77%	1,51%	2,31%	2,34%	2,44%	2,63%

2.15. Ativo financeiro formado: Trata-se de todos os gastos que ocorreram durante a fase de construção do novo complexo hospitalar: Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher, essas operações estão refletidas na controlada Inova São Paulo SPE S.A. e que abrangeram as fases: **(i)** Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do complexo hospitalar; **(ii)** Construção e implantação do complexo hospitalar; **(iii)** Fornecimento, instalação, comissionamento, dos equipamentos médicos hospitalares, e dos mobiliários necessários ao complexo hospitalar. A concessão está dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo durante a fase de construção estava sendo classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01. **2.16. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.17. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os fornecedores também contemplam as retenções contratuais que são valores estipulados em contrato que são retidos para pagamento até o final da prestação de serviço, podendo ser classificado no passivo circulante e no passivo não circulante utilizando o mesmo critério. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.18. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.19. Passivos contingentes e provisões:** As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes avaliados como prováveis estão provisionados pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis estão divulgados na Nota 24, e os avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **2.20. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente, diferido fiscal e diferido contábil. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e suas controladas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.21. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **2.22. Reconhecimento da receita:** a) A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. A Companhia pratica as modalidades de Contratos por Empreitada Global, Contratos de Custo mais Margem e Contratos PMG (Preço Máximo Garantido). O resultado das operações (receitas e custos) em todas as modalidades de contratos é registrado à medida em que os serviços são executados, apropriado segundo o método de Porcentagem da Conclusão (POC). A mensuração do POC, para todas as modalidades, é determinada com base na relação entre os custos efetivamente incorridos e a estimativa dos custos totais até a conclusão do contrato. Determinados contratos preveem que o cliente irá fornecer determinados materiais a serem aplicados na obra, através da contratação direta de fornecedores. Com a adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, essa parcela passou a ser reconhecida na conta de receitas e custos denominado "contraprestações não monetárias". Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. b) As controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba, reconhecem a receita de concessão que é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza". As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na Rubrica de "Receitas/Despesas financeiras". c) As controladas Urbia Parques, Urbia Canions, Urbia AC, reconhecem as receitas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos da controlada Urbia Parques. **d) Receita financeira:** A receita financeira para a Companhia e suas controladas são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.23. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, é determinado quando aprovado o balanço do exercício em Assembleia Geral com base no estatuto social da Companhia. Os montantes distribuídos são contabilizados na DMPL do exercício seguinte. **(a) Juros sobre capital próprio:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia pode aprovar a distribuição a seus quotistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O valor dos juros sobre o capital próprio para fins fiscais é registrado como despesa financeira e para fins de apresentação das demonstrações contábeis é tratado como distribuição de lucros, em redução a lucros acumulados, no patrimônio líquido. **(b) Lucro básico e lucro diluído por ação:** O lucro por ação básico e diluído é calculado por meio do lucro líquido do exercício e pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui operações que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** O montante da perda por *impairment* dos precatórios a receber incluídos na rubrica de contas a receber de clientes foi mensurada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros que reflita os riscos correspondentes. Essa mensuração possui as seguintes estimativas críticas: **(i)** prazo no qual o referido ativo será recebido; e **(ii)** taxa de juros que corresponda aos riscos correspondentes. Quaisquer mudanças nessas premissas podem gerar alterações significativas no valor recuperável refletido nas demonstrações contábeis. Dado a posição da assessoria jurídica da Companhia, os recentes avanços acerca do tema precatórios junto às esferas dos governos municipais e estaduais, bem como os recentes posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, a administração entende que as premissas utilizadas na determinação do impairment (Nota 4.3(a)) consideram o cenário mais conservador. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base no critério descrito na Nota 6 referência (**). **3.2. Reconhecimento de receita:** A Companhia usa o método de *Percentage of Completion (POC)* para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método *POC* requer que a Companhia estime os custos dos serviços a serem realizados até o final do contrato, para estabelecer uma proporção em relação aos custos incorridos até a data-base do balanço. Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para a conclusão dos contratos, são regularmente revisados e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. **3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dadas a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas. **3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.5. Determinação do valor justo de ativos financeiros e não financeiros:** O valor justo de ativos financeiros da Companhia (precatórios a receber) e não financeiros: da Controlada CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (propriedades para investimento), da Coligada Cia. De Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - Concer (investimentos), são determinados mediante técnicas de avaliação. A Companhia e sua controlada usam seu julgamento para escolher os métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e, no caso do ativo financeiro, análises de fluxo de caixa descontado. Essas premissas estão sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados. O valor contábil desses ativos poderá sofrer alterações se diferentes premissas forem utilizadas para a sua determinação. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia e suas controladas, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude da Companhia e suas controladas não possuírem ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possuem dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As análises de riscos individuais são determinadas por ocasião de cada uma das contratações. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **4.3. Estimativa do valor justo: Ativos financeiros: (a) Contas a receber de clientes:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares. A Companhia e suas controladas aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A estimativa do valor justo dos ativos financeiros representados pelos precatórios a receber foi mensurada pelo nível 3, através da utilização da técnica de fluxos de caixa descontados, levando em consideração as seguintes principais premissas: **(i)** prazo de recebimento em até 5 anos, a partir da ADI 4425 (Lei 13.080/15) de 25 de março de 2015 e emenda constitucional n° 99 de 14 de dezembro de 2017; e **(ii)** taxa de juros de desconto de 4,35% ao ano, representada pela Selic, acrescida de risco de 18,22% para o período de 5 anos. Por falta de dado específico divulgado para os demais emissores de precatórios, a mesma taxa foi utilizada para os mesmos. As tabelas abaixo apresentam as mudanças nos referidos instrumentos de Nível 3:

(i) Composição:

	2023	**2022**
Valor nominal atualizado	125.716	141.460
Atualização do ajuste a valor presente	(30.726)	(37.965)
Provisão dos honorários dos advogados	(9.498)	(10.350)
Precatórios a receber	85.492	93.145

(ii) Movimentação dos precatórios:

	Controladora	
	2023	**2022**
Saldo no início do exercício	93.145	92.394
Recebimentos	(9.270)	(4.002)
Extinção dos precatórios	–	(6.962)
Atualização do ajuste a valor presente	7.239	14.127
Atualização monetária	(6.472)	(2.329)
Ajuste da provisão dos honorários dos advogados	850	(83)
Saldo no final do exercício	85.492	93.145

(b) Investimento avaliado ao valor justo: A Companhia revisou a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) do seu investimento na coligada Concer, considerando que, a Companhia durante o exercício perdeu o direito a voto no Conselho de Administração da coligada, exerceu o direito de mudança de critério da avaliação do seu investimento alterando de (MEP) para o ativo financeiro mensurado a valor justo, nível 3, através da utilização da técnica de fluxos de caixa descontados, levando em consideração as seguintes premissas: **i)** fluxos de caixa produzidos pela própria coligada; **ii)** taxa de desconto baseado em custo médio de capital ponderado (WACC) baseado em critérios estabelecidos por Agência Reguladora e com base em proxies de mercado. Em 2023 a taxa de referência é de WACC real 10,01%. O laudo de avaliação independente foi confeccionado pela empresa Vallya Building Trust, utilizando todos os dados extraídos da coligada. Dadas as projeções elaboradas ao final do ano de 2023, após aplicação do desconto da taxa de 10,01% em relação a participação da Companhia obteve- se o valor final de R$ 74.878. Em 31/12/2023 o valor justo do investimento Concer foi avaliado em R$ 74.878 (2022 - R$ 71.666), gerando uma variação negativa de R$ 3.211 (2022 - R$ 11.952 negativo) lançado no Patrimônio Líquido no grupo de Outros Resultados Abrangentes na linha de "Reconhecimento de valor justo do ativo financeiro", deduzido os impostos diferidos IRPJ (25%) e CSLL (9%). **(c) Ativos não financeiros:** A controlada CMO revisou o valor justo da propriedade para investimento, tendo contratado empresa especializada para realizar a avaliação, a qual utilizou a norma específica NBR 14.653 partes 1 e 2. Foi utilizado o método comparativo direto de mercado, onde o preço do metro quadrado do terreno foi obtido após levantamento de dados efetuados em várias imobiliárias locais, comparando-se este terreno com outros semelhantes que estão à venda nas proximidades e efetuando-se a homogeneização, mediante a aplicação de coeficientes ou transformações matemáticas que traduzam, em termos relativos, as diferenças entre os imóveis pesquisados em comparação ao avaliado, determinando-se o valor unitário de terreno. A valoração do terreno de acordo com o Laudo independente está refletida no Grupo de Outras receitas e despesas, Nota 29 na linha de "Apropriação do valor justo propriedade de investimento".

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

		Controladora		**Consolidado**	
Instituição Financeira	**Remuneração**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos		555	582	15.310	1.572
Títulos e valores mobiliários					
Banco Itaú S.A.	60,00% a 109,39% do CDI	99.968	–	99.968	8
Banco Abc Brasil	89,00% a 104,50% do CDI	94.479	134.925	94.479	134.925
Banco Bradesco S.A.	85,00% a 103,75% do CDI	79.116	–	90.936	8.163
Banco Daycoval S.A.	100,00% a 104,00% do CDI	46.844	–	48.347	–
Banco Santander S.A.	97,00% a 103,00% do CDI	–	–	2.367	13.971
Demais bancos	100,00% a 101,50% do CDI	–	502	–	502
		320.962	136.009	351.407	159.141

CDI - Certificado de depósito interbancário

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Contratos de construção:				
Público	100.284	88.248	100.285	88.248
Privado	113.766	178.781	102.889	177.018
	214.050	267.029	203.174	265.266
Contrato de concessão (*):				
Privado	–	–	84.194	100.487
Público	–	–	948.232	925.878
	–	–	1.032.426	1.026.365
Saldo de clientes:	214.051	267.029	1.235.600	1.291.631
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (**)	(3.489)	(3.904)	(3.489)	(3.904)
Total de valores a receber de contratos de construção	210.562	263.125	1.232.111	1.287.727
Precatórios a receber	85.492	93.145	85.492	93.145
Total de contas a receber de clientes	296.053	356.270	1.317.603	1.380.872
Circulante	151.640	204.560	355.753	405.132
Não Circulante	144.413	151.710	961.850	975.740

(*) As contas a receber do contrato de concessão das controladas estão compostas a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Clientes				
Contraprestação fixa	–	–	790.032	772.255
Reequilíbrio financeiro	–	–	13.439	147.249
Patrocínio	–	–	206.255	83.388
Contraprestação variável	–	–	17.682	16.495
Cessão de uso de espaço	–	–	1.838	5.579
Receita Acessória	–	–	310	309
Direito de Exploração	–	–	(49)	(59)
Demais operações	–	–	2.919	1.149
	–	–	1.032.426	1.026.365
Circulante	–	–	214.991	202.335
Não Circulante	–	–	817.435	824.030

(**) A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas após avaliação individualizada dos títulos pendentes de recebimento, sendo que o montante é considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo no início do exercício	(3.904)	(4.129)	(3.904)	(4.129)
Complemento de provisão no exercício	415	225	415	225
Saldo no final do exercício	(3.489)	(3.904)	(3.489)	(3.904)

7. Impostos e contribuições a compensar:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Impostos federais				
INSS a recuperar	20.654	18.273	21.068	18.345
Demais impostos a Recuperar	609	2.494	5.376	6.892
	21.263	20.767	26.444	25.237
Impostos municipais				
ISS a compensar	–	148	–	399
	–	148	–	399
Total de impostos e contribuições a compensar	21.263	20.915	26.444	25.636
Circulante	609	2.643	5.790	7.361
Não circulante	20.654	18.272	20.654	18.275

8. Processos judiciais:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Processos recebíveis:	(3.180)	41.186	(3.180)	41.186
SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (a)	–	28.685	–	28.685
Lanik do Brasil Engenharia Ltda. (b)	–	9.177	–	9.177
APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (c)	–	7.187	–	7.187
(–) Provisão dos honorários advocatícios	(3.180)	(3.863)	(3.180)	(3.863)
Depósitos trabalhistas	2.866	4.002	2.866	4.032
Processos em andamento - demais	12.110	12.098	12.725	12.098
	11.796	57.286	12.411	57.316
Circulante	–	–	–	–
Não circulante	11.796	57.286	12.411	57.316

a) Em 05 de junho de 2013, a Companhia ajuizou uma ação em face da SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), em decorrência da falta de pagamento pelos serviços prestados dentro do escopo contratual, bem como pelo desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato (execução das obras do Coletor Tronco Ipiranga, Coletores Secundários e interligações na Bacia TA-150), pertencente ao sistema de esgotos sanitários da RMSP. Em 09 de novembro de 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP"), confirmou a sentença que imputou responsabilidade à SABESP pela ocorrência do desequilíbrio econômico-financeiro. A Companhia decidiu registrar o ativo considerando a vedação legal de revisão de provas pelos tribunais superiores. b) Em 14 de agosto 2015, a Companhia ajuizou uma ação em face LANIK do Brasil Engenharia Ltda. e LANIK I S.A., objetivando o ressarcimento dos danos causados pela inadimplência contratual da LANIK ao "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços - Contrato 00385-00/13/Obra C-1233", bem como a aplicação de multas contratuais. Em 11 de novembro de 2021, o Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP"), confirmou a sentença que condenou a LANIK ao pagamento dos danos causados, em virtude do não cumprimento regular do contrato. Em 26 de fevereiro de 2022, a Companhia iniciou o Cumprimento Provisório de Sentença, requerendo a intimação da LANIK para o pagamento de quantia líquida e certa. A Companhia decidiu registrar o ativo considerando a vedação legal de revisão de provas pelos tribunais superiores. c) Em 17 de agosto de 2011, a Companhia ajuizou uma ação em face APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, objetivando a condenação da APPA ao ressarcimento das perdas decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato 011/2004.0129, cujo objeto era a recuperação das ruas, avenidas e rodovias da área do Porto de Paranaguá. Em 30 de junho de 2021, foi proferida decisão de segunda instância reconhecendo o direito da Companhia ao ressarcimento por gastos não previstos (serviços extracontratuais) e pelas despesas indiretas. Em 22 de novembro de 2022, a Companhia deu início ao cumprimento provisório de sentença requerendo a intimação da APPA para o pagamento de quantia líquida e certa. A Companhia decidiu registrar o ativo considerando a vedação legal de revisão de provas pelos tribunais superiores.

9. Partes relacionadas:

(a) Saldos:	**Controladora**		**Consolidado**	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante				
Contas a receber de clientes				
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	–	956	–	–
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	–	806	–	–
	–	1.762	–	–
Dividendos a receber				
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	401	1.586	–	–
Ativo Circulante	401	3.348	–	–
Ativo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
CMO Construção e Montagem Offshore S.A.	1.494	3.485	–	–
Contas-correntes ativas				
Cia. de Concessão Rod. Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER	771	909	771	909
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	245	1.277	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	12	1.044	–	–
	1.028	3.230	771	909
Mútuo				
Urbia Cânions Verdes S.A.	3.868	3.255	–	–
Ambicap Ltda.	1.313	–	–	–
	5.181	3.255	–	–
Contratos Sublocação de imóvel - Inovas	1.672	–	–	–
	1.672	–	–	–
Ativo não circulante	9.376	9.970	771	909

Passivo:

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante				
Adiantamento de clientes				
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	10.000	1.253	–	–
Mútuo				
Roberto Ribeiro Capobianco	10.935	–	10.935	–
Julio Capobianco Filho	10.935	–	10.935	–
Maria Silvia Ribeiro Capobianco	3.649	–	3.649	–
	25.519	–	25.519	
Passivo circulante	35.519	1.253	25.519	–
Passivo não circulante				
Contas-correntes passivas				
Urbia Cataratas S.A.	1.491	–	1.491	–
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	664	245	–	–
Urbia Canions Verdes S.A.	243	216	–	–
CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda.	211	351	–	–
Ambicap Ltda.	55	–	–	–
Urbia Águas Claras S.A.	6	6	–	–
CMO Construção e Montagem Offshore S.A.	2	2	–	–
	2.672	820	1.491	–
Mútuo				
Roberto Ribeiro Capobianco	–	16.034	7.114	16.034
Julio Capobianco Filho	–	16.034	7.114	16.034
Maria Silvia Ribeiro Capobianco	–	5.345	2.368	5.345
	–	37.413	16.596	37.413
Passivo não circulante	2.672	38.233	18.086	37.413

	Controladora		**Consolidado**	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Demonstração do Resultado				
Receita de serviços				
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	41.663	56.518	–	–
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	32.709	64.227	–	–
Urbia Águas Claras S.A.	2.412	5.356	–	–
Urbia Cânions Verdes S.A.	5.489	12.865	–	–
	82.273	138.966	–	–
Despesas Financeiras				
IOF sobre mútuo com acionistas	–	(27)	–	(27)
Juros sobre mútuo com acionistas	(2.492)	(2.427)	(2.492)	(2.427)
	(2.492)	(2.454)	(2.492)	(2.454)
Demonstração do resultado	79.781	136.512	(2.492)	(2.454)

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária foi fixado o limite de remuneração da diretoria da Companhia para o ano de 2023 em R$ 18.782 (R$ 14.808- 2022). Os valores pagos estão registrados no grupo "Despesas administrativas" na rubrica de despesa com pessoal.

10. Investimentos em participações:	**Partici-**	**Controladora**		**Consolidado**	
(a) Composições dos Investimentos:	**pação %**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Controladas					
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	100,00	283.638	242.527	–	–
CMO Construção e Montagem OffShore S.A.	100,00	168.107	157.423	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	100,00	72.785	71.922	–	–
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	100,00	48.364	34.145	–	–
CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda.	100,00	229	359	–	–
		573.123	506.376	–	–
Controladas em conjunto					
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.	58,81	240.550	224.968	240.550	224.968
Urbia Cataratas S.A.	50,00	20.188	20.848	20.188	20.848
		260.737	245.816	260.736	245.816
Coligadas					
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.	18,00	61	105	61	105
		61	105	61	105
Total		833.922	752.297	260.797	245.921

(b) Composições das perdas dos investimentos:

	Partici-pação %	**Controladora**		**Consolidado**	
		2023	**2022**	**2023**	**2022**
Controladas					
Ambicap Ltda.	100,00	(447)	–	–	–
Urbia Cânions Verdes S.A.	100,00	(12.664)	(6.587)	–	–
Urbia Águas Claras S.A.	100,00	(15.594)	(5.301)	–	–
		(28.705)	(11.888)	–	–

(c) Movimentações dos investimentos na controladora:

								Controladas	**Controlada em Conjunto**		**Coligada**	
	Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**Urbia Gestão De Parques SPE S.A.**	**CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda.**	**Ambicap Ltda.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.**	**Urbia Cataratas S.A.**	**Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	125.545	151.185	63.656	7.312	479	–	1.185	560	218.222	–	173	568.317
Integralização de capital	3.733	–	–	16.486	–	–	–	–	–	19.738	–	39.957
Equivalência patrimonial	114.393	6.238	36.073	10.347	(120)	–	(7.773)	(5.861)	19.684	1.552	(68)	174.465
Dividendos propostos e distribuições	(1.144)	–	(27.807)	–	–	–	–	–	(12.938)	(442)	–	(42.331)
Em 31 de dezembro de 2022	242.527	157.423	71.923	34.145	359	–	(6.588)	(5.301)	224.968	20.848	105	740.409
Integralização de capital	–	3.485	–	–	–	100	7.680	–	–	–	–	11.265
Equivalência patrimonial	40.368	7.199	37.230	14.219	(130)	(547)	(13.756)	(10.293)	24.404	8.582	(44)	107.232
Dividendos propostos e distribuições	743	–	(36.368)	–	–	–	–	–	(8.822)	(9.242)	–	(53.689)
Saldo Total	283.638	168.107	72.785	48.364	229	(447)	(12.664)	(15.594)	240.550	20.188	61	805.217
Saldo dos investimentos	283.638	168.107	72.785	48.364	229	–	–	–	240.550	20.188	61	833.922
Saldo da provisão para perda de investimentos	–	–	–	–	–	(447)	(12.664)	(15.594)	–	–	–	(28.705)

(d) Movimentações dos investimentos no consolidado:

	Controlada em conjunto		**Coligada**	
	Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.	**Urbia Cataratas S.A.**	**Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	218.222	–	173	218.395
Integralização de capital	–	19.738	–	19.738
Equivalência patrimonial	19.684	1.552	(68)	21.168
Dividendos propostos e distribuições	(12.938)	(442)	–	(13.380)
Em 31 de dezembro de 2022	224.968	20.848	105	245.921
Integralização de capital	–	–	–	–
Equivalência patrimonial	24.404	8.582	(44)	32.942
Dividendos propostos e distribuições	(8.822)	(9.242)	–	(18.064)
Em 31 de dezembro de 2023	240.550	20.188	61	260.799

11. Outros investimentos:

(a) Composições:		**Controladora**		**Consolidado**	
	Partici-pação %	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Cia. de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A.-CONCER	18,16	58.850	58.850	58.850	58.850
Cia. de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A.-CONCER (AVJ)		16.029	12.817	16.029	12.817
		74.879	71.667	74.879	71.667
Outros investimentos		287	287	287	287
		75.166	71.954	75.166	71.954

(b) Movimentações:

	Cia. de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A.-CONCER	**Outros Investimentos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021	59.715	287	60.002
Reconhecimento do valor justo do ativo financeiro	11.952	–	11.952
Em 31 de dezembro de 2022	71.667	287	71.954
Reconhecimento do valor justo do ativo financeiro	3.212	–	3.212
Em 31 de dezembro de 2023	74.879	287	75.166

12. Propriedades para investimentos:

		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	**Ganho na avaliação do valor justo**	**31 de dezembro de 2023**
Propriedades para investimentos (*)	184.344	11.346	195.690

(*) Saldo integral da controlada CMO, conforme Nota 2.11.

13. Imobilizado:

(a) Composições:			**Controladora**		**%**
	31 de dezembro de 2023			**31 de dezembro de 2022**	**Taxas médias anuais de depreciação**
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	
Máquinas e equipamentos	35.259	(31.451)	3.808	3.907	10
Veículos e tratores	15.068	(14.937)	131	932	20
Computadores e periféricos	7.615	(6.860)	755	836	20
Móveis e utensílios	4.554	(2.541)	2.013	2.310	10
Edificações e construções	1.895	–	1.895	967	4
Benfeitorias	–	–	–	1	20
Instalações	766	(420)	346	544	20
Ferramentas	1.186	(709)	477	538	10
Sistemas aplicativos - Software	251	(251)	–	–	20
	66.594	(57.169)	9.425	10.035	

				Consolidado	**%**
	31 de dezembro de 2023			**31 de dezembro de 2022**	**Taxas médias anuais de depreciação**
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	
Máquinas e equipamentos	41.033	(32.250)	8.783	8.080	15
Edificações e construções	15.638	–	15.638	14.710	–
Veículos e tratores	15.157	(14.978)	179	996	20
Computadores e periféricos	9.045	(7.347)	1.698	1.938	–
Móveis e utensílios	6.265	(2.855)	3.410	3.706	–
Ferramentas	1.186	(709)	477	538	10
Instalações	850	(439)	411	617	20
Sistemas aplicativos - Software	251	(251)	–	–	20
Benfeitorias	49	(49)	–	–	20
Obras em andamento	17.942	–	17.942	17.942	–
	107.416	(58.878)	48.538	48.527	

(b) Movimentações:

							Controladora
	31 de dezembro de 2021	**Adições**	**Baixas**	**31 de dezembro de 2022**	**Adições**	**Baixas**	**31 de dezembro de 2023**
Custo corrigido							
Máquinas e equipamentos	72.246	425	(10.013)	62.658	997	(28.396)	35.259
Veículos e tratores	21.779	–	(2.917)	18.862	–	(3.794)	15.068
Computadores e periféricos	11.856	593	(51)	12.398	223	(5.006)	7.615
Móveis e utensílios	6.943	337	(166)	7.114	524	(3.084)	4.554
Edificações e construções	1.895	–	–	1.895	–	–	1.895
Benfeitorias	2.237			2.237		(2.237)	–
Instalações	1.973	51	–	2.024	(6)	(1.252)	766
Ferramentas	1.794	66	(220)	1.640	153	(607)	1.186
Sistemas aplicativos - Software	448	–	–	448	–	(197)	251
	121.171	1.472	(13.367)	109.276	1.891	(44.573)	66.594
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(67.256)	(1.306)	9.811	(58.751)	(872)	28.172	(31.451)
Veículos e tratores	(20.011)	(836)	2.917	(17.930)	(800)	3.793	(14.937)
Computadores e periféricos	(11.401)	(212)	51	(11.562)	(274)	4.976	(6.860)
Móveis e utensílios	(4.528)	(403)	127	(4.804)	(367)	2.630	(2.541)
Edificações e construções	(928)	–	–	(928)	–	928	–
Benfeitorias	(2.236)	–	–	(2.236)	–	2.236	–
Instalações	(1.331)	(149)	–	(1.480)	(92)	1.152	(420)
Ferramentas	(1.198)	(124)	220	(1.102)	(104)	497	(709)
Sistemas aplicativos - Software	(448)	–	–	(448)	–	197	(251)
	(109.337)	(3.030)	13.126	(99.241)	(2.508)	44.580	(57.169)
	11.834	(1.558)	(241)	10.035	(617)	7	9.425

							Consolidado
	31 de dezembro de 2021	**Adições**	**Baixas**	**31 de dezembro de 2022**	**Adições**	**Baixas**	**31 de dezembro de 2023**
Custo corrigido							
Máquinas e equipamentos	73.617	3.530	(10.013)	67.134	2.295	(28.396)	41.033
Edificações e construções	15.638	–	–	15.638	–	–	15.638
Veículos e tratores	21.870	–	(2.917)	18.953	(2)	(3.794)	15.157
Computadores e periféricos	12.281	1.488	(51)	13.718	333	(5.006)	9.045
Móveis e utensílios	7.298	1.531	(166)	8.663	686	(3.084)	6.265
Ferramentas	1.794	66	(220)	1.640	153	(607)	1.186
Instalações	2.033	75	–	2.108	(6)	(1.252)	850
Sistemas aplicativos - Software	448	–	–	448	–	(197)	251
Benfeitorias	2.286	–	–	2.286	–	(2.237)	49
Obras em andamento (*)	17.770	172	–	17.942	–	–	17.942
	155.035	6.862	(13.367)	148.530	3.459	(44.573)	107.416

continua→★

→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							Consolidado
	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2023
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(67.329)	(1.536)	9.811	(59.054)	(1.372)	28.176	(32.250)
Edificações e construções	(928)	–	–	(928)	–	928	–
Veículos e tratores	(20.021)	(853)	2.917	(17.957)	(814)	3.793	(14.978)
Computadores e periféricos	(11.473)	(358)	51	(11.780)	(543)	4.976	(7.347)
Móveis e utensílios	(4.573)	(511)	127	(4.957)	(528)	2.630	(2.855)
Ferramentas	(1.198)	(124)	220	(1.102)	(104)	497	(709)
Instalações	(1.334)	(157)	–	(1.491)	(100)	1.152	(439)
Sistemas aplicativos - Software	(448)	–	–	(448)	–	197	(251)
Benfeitorias	(2.286)	–	–	(2.286)	–	2.237	(49)
	(109.590)	(3.539)	13.126	(100.003)	(3.461)	44.585	(58.878)
	45.445	3.323	(241)	48.527	(2)	13	48.538

14. Intangível:

(a) Composições:

			Controladora		%
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022	Taxas medias anuais de depreciação
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direito de uso do ativo	23.400	(17.729)	5.671	7.658	20
Licença software	6.457	(794)	5.663	–	
Intangível em andamento	–	–	–	4.656	
	29.857	(18.523)	11.334	12.314	

			Consolidado		%
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022	Taxas medias anuais de depreciação
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Direito de uso do ativo	27.248	(20.211)	7.037	9.732	
Licença software	7.063	(2.286)	4.777	5.104	
Softwares	7.787	(407)	7.380	1.565	20
Marcas e patentes	79	–	79	–	
Intangível em andamento	9.512	–	9.512	4.655	
	51.689	(22.904)	28.785	21.056	

(b) Movimentações:

							Controladora
	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas/ Transferências	31 de dezembro de 2023
Custo corrigido							
Direito de uso do ativo	22.452	259	–	22.711	689	–	23.400
Licença software	12.474	–	(12.415)	59	1.021	5.378	6.458
Intangível em andamento	1.547	3.109	–	4.656	734	(5.390)	–
	36.473	3.368	(12.415)	27.426	2.444	(12)	29.858
Amortização							
Direito de uso do ativo	(12.500)	(2.553)	–	(15.053)	(2.836)	159	(17.730)
Licença software	(12.474)	–	12.415	(59)	(748)	13	(794)
	(24.974)	(2.553)	12.415	(15.112)	(3.584)	172	(18.524)
	11.499	815	–	12.314	(1.140)	160	11.334

							Consolidado
	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas/ Transferências	31 de dezembro de 2023
Custo corrigido							
Direito de uso do ativo	25.840	592	–	26.432	689	127	27.248
Licença software	14.063	4.120	(12.415)	5.768	1.021	274	7.063
Softwares	454	1.111	–	1.565	1.854	4.368	7.787
Marcas e patentes	–	–	–	–	79	–	79
Intangível em andamento	1.642	3.013	–	4.655	9.513	(4.656)	9.512
	41.999	8.836	(12.415)	38.420	13.156	113	51.689
Amortização							
Direito de uso do ativo	(13.518)	(3.182)	–	(16.700)	(3.547)	36	(20.211)
Licença software	(13.079)	–	12.415	(664)	(1.563)	(59)	(2.286)
Softwares	–	–	–	–	(412)	5	(407)
	(26.597)	(3.182)	12.415	(17.364)	(5.522)	(18)	(22.904)
	15.402	5.654	–	21.056	7.634	95	28.785

15. Ativo Operacional:

a) Composições:

				Consolidado
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	91.912	(6.783)	85.129	87.395
Melhorias de infraestrutura	147.846	(5.128)	142.718	98.420
Desenvolvimento	57.286	(1.628)	55.658	30.023
Material	16.710	(81)	16.629	15.442
Projetos	16.380	(714)	15.666	15.913
Prestação de serviços	12.800	(282)	12.518	6.924
Capitalização de juros sobre empréstimos	42.247	(1.377)	40.870	26.472
Capitalização de IOF sobre empréstimos	14.146	(444)	13.702	2.349
Capitalização de juros sobre receita financeira	(364)	20	(344)	(353)
	398.963	(16.417)	382.546	282.585

b) Movimentações:

				Consolidado
	31 de dezembro de 2022	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2023
Direito de outorga da concessão	87.395	–	(2.266)	85.129
Melhorias de infraestrutura	98.420	47.508	(3.210)	142.718
Desenvolvimento	30.023	26.746	(1.111)	55.658
Material	15.442	1.302	(115)	16.629
Projetos	15.913	169	(416)	15.666
Prestação de serviços	6.924	5.751	(157)	12.518
Capitalização de juros sobre empréstimos	26.472	15.431	(1.033)	40.870
Capitalização de IOF sobre empréstimos	2.349	11.412	(59)	13.702
Capitalização de juros sobre receita financeira	(353)	–	9	(344)
	282.585	108.319	(8.358)	382.546

O ativo operacional refere-se as controladas Urbia Parques, Urbia Cânions e Urbia AC, Nota 2.14.

16. Ativo financeiro em formação:

a) Composições:

				Consolidado
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022
	Custo	Transferência para clientes	Líquido	Líquido
Materiais de construção	367	(367)	–	367
	367	(367)	–	367

b) Movimentações:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2022	Transferência para clientes	31 de dezembro de 2023
Materiais de construção	367	(367)	–
	367	(367)	–

17. Empréstimos e financiamentos:

		Controladora		Consolidado	
Instituição Financeira	**Encargos**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Banco Itaú S.A.					
Finame	Prefixados 3,50%, 4,00% e 6,00% a.a.	97	1.220	97	1.220
Debêntures (b) (iii)	CDI + 3,27%	–	–	70.479	70.491
		97	1.220	70.576	71.711
Banco Daycoval S.A.					
Leasing Financeiro	Prefixada de 1,21% a.m.	108	153	5.793	3.929
(–) Ajuste a valor presente		–	–	(219)	(230)
		108	153	5.574	3.699
Santander					
Leasing Financeiro		–	–	324	–
Capital de Giro	CDI + 4,63% a.a.	–	–	15.131	8.609
(–) Ajuste a valor presente		–	–	(33)	–
		–	–	15.422	8.609
Banco ABC					
Capital de Giro	CDI + 3,20% a.a.	–	–	36.094	15.966
		–	–	36.094	15.966
Banco Bradesco S.A.					
Leasing Financeiro	Prefixados 1,1201 % a.m.	14	30	14	30
Capital de giro (a)	CDI + de 2,85% a.a. à 3,0194% a.a.	–	–	68.699	147.035
Debêntures (b) (i) (ii)	CDI + 3,60% a.a.	–	–	–	86.441
(–) Custos na transação (f)		–	–	(2.915)	–
Conta garantida	CDI + 4,8845% a.a.	–	–	23.875	8.266
		14	30	89.673	241.772
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico E Social (“BNDES”)					
Financiamentos (c)	IPCA+3,03% a.a. + Spread de 2,94% a 4,16% a.a.	–	–	5.066	120.673
					–
Empréstimo Ponte (d)	IPCA+3,03% a 3,17% a.a. + Spread de 3,48% a.a.	–	–	84.040	88.156
					–
Capital de Giro (e)	IPCA+3,03% a.a. + Spread de 2,94% a 3,48% a.a.	–	–	354.695	74.714
(–) Custos na transação (f)		–	–	(2.859)	(6.798)
Banco BOCOM BBM					
Capital de Giro		–	–	10.028	–
		–	–	450.970	276.745
		219	1.403	668.309	618.502
Circulante		164	1.187	115.018	200.965
Não circulante		55	216	553.291	417.537

a) (i) Em setembro de 2022 a controlada adquiriu um novo empréstimo no montante de ((R$ 5.642 - 2022) - (R$ 7.817 - 2023)) com vencimento também para 365 dias. Estes empréstimos não preveem covenants financeiros como hipótese de vencimento antecipado. (ii) Em janeiro de 2023, a Urbia Cânions Verdes S.A. adquiriu um novo empréstimo junto ao BNDES, com a finalidade apoiar os investimentos na melhoria do parque. O montante será desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 43.800 e R$ 53.028. Após cumprir as exigências previstas em contrato junto ao BNDES, em maio de 2023, o valor de R$ 40.407 foi desembolsado para a Sociedade, respeitada as proporções dos subcréditos. (iii) Em dezembro de 2022, a Urbia Parques S.A. adquiriu um novo empréstimo junto ao BNDES, com a finalidade apoiar os investimentos na melhoria do parque. O montante será desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 e R$ 70.000. Após cumprir as exigências previstas em contrato junto ao BNDES, em março e maio de 2023, o valor de R$ 71.500 e R$ 9.000 foi desembolsado para a Sociedade, respeitada as proporções dos subcréditos. (iv) Em fevereiro de 2023 a controlada Inova Sorocaba captou R$10.000 em empréstimos denominado em moeda estrangeira para recomposição de fluxo de caixa. O valor principal é acrescido de juros para o qual foi contratado operação de “swap” com o objetivo de proteção contra risco de mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela gravação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Essa é uma operação “casada”, que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. b) (i) A controlada Inova São Paulo em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R$ 60.340 ((R$ 7.714 - 2022) - (R$ 61.525 - 2021)), totalizando um montante de 60.340 debêntures com valor Nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais). As debêntures terão carência de 6 meses para o vencimento principal e pagamento de juros trimestrais. (ii) A controlada Inova Sorocaba em 19 de agosto de 2021, através de aprovação em Assembleia geral extraordinária aprovou a realização da 1ª (primeira) emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. O valor total da emissão é R$ 27.160 ((R$ 3.131 - 2022) - (R$ 24.916 - 2021)), totalizando um montante de 27.160 debêntures com valor Nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais). (iii) A controlada Urbia Parques em 12 de dezembro de 2022 emitiu 70 mil debêntures, não conversíveis em ações, no valor unitário de 1.000 reais cada, captando o montante de R$ 70.000 (R$70.479 em 2023) - (R$ 70.491 - 2022) em recurso de longo prazo, com destinação para liquidação parcial do empréstimo ponte, investimentos contratuais da concessão entre outros usos. c) A controlada Inova São Paulo em 31 de agosto de 2021 celebrou contrato de financiamento junto ao banco BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com crédito autorizado de R$ 120.000. A controlada adquiriu a primeira parte no montante de (R$ 90.000 - 2021) e a segunda parte no montante de (R$ 30.000 - 2022), totalizando o montante de (R$ 90.000 - 2022), valores atualizados. Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do Hospital Centro de Referência em Saúde da Mulher. d) (i) A controlada Inova São Paulo em 31 de agosto de 2021 através do 11° contrato aditivo, realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no montante de ((R$ 56.420 - 2022) - (R$ 58.840 - 2021)) com o banco BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. (ii) controlada Inova Sorocaba em 31 de agosto de 2021 através do 11° contrato aditivo, realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade empréstimo-ponte no valor de ((R$ 31.736 - 2022) - (R$ 33.149 - 2021)) com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. e) (i) Em 31 de agosto de 2021 a controlada Inova São Paulo através do 9° contrato aditivo, realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no montante de ((R$ 42.832 - 2022) - (R$ 44.676 - 2021)) com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de São José dos Campos. (ii) Em 31 de agosto de 2021 a controlada Inova Sorocaba através do 9° contrato aditivo, realizou a prorrogação do saldo da dívida na modalidade de capital de giro no valor de ((R$ 31.882 - 2022) - (R$ 33.304 - 2021)) com o banco BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Nacional. O empréstimo será pago em 156 prestações mensais e sucessivas apuradas de acordo com o contrato. Os recursos foram destinados ao apoio à implantação do complexo hospitalar de Sorocaba. f) Os gastos incorridos na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures foram contabilizados como redução do valor justo da dívida inicialmente reconhecido para evidenciação do valor líquido recebido. Os valores serão apropriados ao resultado em fluência do prazo dos contratos. As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
Ano de vencimento	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
2024	164	–	115.746	–
2025	55	161	50.471	25.626
2026	–	55	54.505	35.816
2027	–	–	58.196	37.959
2028	–	–	191.231	51.351
Demais anos	–	–	198.160	266.785
	219	216	668.309	417.537

Garantias da operação: As controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba, celebraram contrato de compartilhamento de garantias para assegurar o pagamento das obrigações de juros e principal ao BNDES e ao Agente fiduciário. As garantias são constituídas pelos direitos emergentes do Contrato de Concessão, de titularidade das controladas, incluindo o direito de receber todos e quaisquer valores pendentes de pagamento pelo Poder Concedente e/ou pela Companhia Paulista de Parcerias - CPP às controladas. Além da cessão fiduciária, as controladas mantêm \como garantia de pagamento das obrigações dos contratos conta vinculada destinada a receber os créditos decorrentes dos créditos cedidos e, carta fiança junto ao Banco Itaú. A controlada Urbia Parques celebrou contrato de emissão de debêntures com o Banco Itaú BBA, as garantias estabelecidas foram: (i) aval coorporativo, no formato de garantia fidejussória, pela Companhia, (ii) cessão fiduciária de recebíveis e (iii) alienação fiduciária de ações emitidas pela controlada. A controlada encontra-se adimplente com relação às obrigações não financeiras estipuladas nas Escritura de Emissão de Debêntures. **Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants:** a) Os covenants financeiros das controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba estão vinculados aos contratos de empréstimos com o BNDES e emissão de debêntures estão demonstradas a seguir: Para a controlada Inova São Paulo o ICP - Índice de Capital Próprio (ICP) é igual ou superior a 0,30. Para a controlada Inova Sorocaba o ICP - índice de Capital Próprio (ICP) é igual ou superior a 0,20.

	2023		2022	
	Inova São Paulo	Inova Sorocaba	Inova São Paulo (*)	Inova Sorocaba
Patrimônio Líquido	283.638	72.784	242.525	71.923
Ativo Total	748.762	269.666	711.318	260.266
ICP	0,38	0,27	0,34	0,28

De acordo com os Contratos de Financiamento com o BNDES e Escritura de emissão de debêntures, as controladas devem comprovar, anualmente, durante toda a vigência dos Contratos, a manutenção do “Índice de Capital Próprio” (“ICP”) o que de acordo com os contratos caso não seja atendido será considerado vencimento antecipado não automática das respectivas dívidas. (*) Para o ano de 2021 conforme demonstrado acima a controlada Inova São Paulo não atingiu o “Índice de Capital Próprio” (“ICP”) e para tanto solicitou e obteve junto ao BNDES e aos Debenturistas a liberação quanto à obrigação contratual de manutenção do ICP em valor igual ou superior a 0,30 (trinta centésimos), afastando-se, assim, a faculdade de declaração de vencimento antecipado não automático das respectivas dívidas (“Waiver”). Em 31 de dezembro de 2022, as controladas estão em conformidade com cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES. b) Atendendo ao disposto no contrato entre o BNDES e as controladas Inova São Paulo e Inova Sorocaba na cláusula 11º - Parágrafo VIII, demonstramos abaixo o cálculo da Dívida Liquida/EBITDA da Companhia:

	Controladora	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos:		
Curto Prazo	164	1.187
Longo Prazo	55	216
	219	**1.403**
(–) Caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários	(320.962)	(136.009)
Dívida Líquida	**(320.743)**	**(134.606)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**336.092**	**154.098**
(+/–) Resultado financeiro, líquido	(14.918)	67.608
Lucro antes do resultado financeiro	**321.174**	**221.706**
(+/–) Percentage of completion (POC)	(89.378)	(37.457)
(+/–) Equivalência patrimonial	(107.230)	(174.466)
(+) Depreciação	2.508	3.031
(+) Amortização	3.584	2.553
EBITDA	**130.658**	**15.367**
Dívida Líquida/EBITDA	**n/a**	**n/a**

18. Obrigações e encargos trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para férias e encargos	31.600	22.756	39.058	28.014
Ordenados e salários a pagar	11.349	7.502	15.006	10.358
INSS a pagar	4.743	5.225	7.240	6.917
FGTS a pagar	2.778	2.764	3.418	3.167
Contribuições sociais a pagar	56	25	64	25
	50.526	38.273	64.786	48.481

19. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para imposto de renda	20.176	–	24.159	2.105
Impostos sobre vendas	7.449	3.143	13.376	5.434
Imposto de renda retido	5.796	3.714	7.340	4.896
Contribuições e ISS retidos	5.052	976	8.150	4.325
Provisão para contribuição social	4.912	–	6.715	763
	43.386	7.833	59.740	17.523

20. Adiantamentos de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Obras em andamento	64.244	136.922	54.244	136.922
Cessão de espaço	–	–	1.569	1.006
Infraestrutura	–	–	78.740	861
Patrocínio	–	–	7.873	95.496
	64.244	136.922	142.426	234.285
Circulante	64.244	115.370	95.419	147.188
Não circulante	–	21.552	47.007	87.097

21. Impostos diferidos:

(a) Impostos diferidos ativos, passivos e na Demonstração do resultado:

(i) Prejuízo fiscal:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício anterior	(44.637)	–	(190.195)	(127.466)
Movimentação da base do diferido, líquidos	–	(44.637)	(35.005)	(62.729)
Compensação do prejuízo fiscal	44.637	–	46.070	–
Base ajustada	–	(44.637)	(179.130)	(190.195)
No Ativo não circulante:				
IRPJ	(11.158)	11.158	44.783	47.547
CSLL	(4.017)	4.017	16.122	17.118
	(15.177)	**15.177**	**60.905**	**64.664**
Na demonstração de resultados:				
IRPJ	(11.158)	11.158	(2.766)	15.681
CSLL	(4.017)	4.017	(996)	5.645
	(15.177)	**15.177**	**(3.762)**	**21.326**

(ii) Base contábil temporária:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias lançado ao resultado, exercício anterior	(191.055)	(160.618)	(845.854)	(617.475)
Movimentação da base do diferido, líquidos	23.991	(30.437)	(37.321)	(228.379)
	(167.064)	**(191.055)**	**(883.175)**	**(845.854)**
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre resultado abrangente lançado no patrimônio líquido, exercício anterior	16.788	28.740	16.788	28.740
Movimentação da base do diferido, líquidos	(3.212)	(11.952)	(3.212)	(11.952)
	13.576	**16.788**	**13.576**	**16.788**
No Ativo não circulante:				
IRPJ	974	299	974	299
CSLL	351	107	351	107
	1.325	**406**	**1.325**	**406**
No Passivo não circulante:				
IRPJ	(39.346)	(43.865)	(218.374)	(207.564)
CSLL	(14.165)	(15.791)	(78.615)	(74.723)
	(53.511)	**(59.656)**	**(296.989)**	**(282.287)**
No patrimonio liquido:				
IRPJ	3.394	4.197	3.394	4.197
CSLL	1.222	1.511	1.222	1.511
	4.616	**5.708**	**4.616**	**5.708**
Na demonstração de resultados:				
IRPJ	5.997	(7.609)	(9.330)	(57.096)
CSLL	2.159	(2.739)	(3.359)	(20.554)
	8.156	**(10.348)**	**(12.689)**	**(77.650)**

(iii) Movimentação do Diferido no resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal (ativo)	(15.177)	15.177	(3.762)	21.326
IRPJ E CSLL sobre base temporária (ativo)	1.325	406	1.325	406
IRPJ E CSLL sobre base temporária (passivo)	6.831	(10.754)	(14.013)	(78.055)
IRPJ e CSLL diferidos lançado no resultado, (líquidos)	(7.021)	4.828	(16.450)	(56.323)

(b) Composição dos impostos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda da pessoa jurídica (“IRPJ”)				
Precatórios	21.373	23.286	21.373	23.286
Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais	11.468	10.297	11.468	10.297
Obras públicas e contratos de longo prazo	3.158	8.283	3.158	8.283
Ativo financeiro das controladas	–	–	56.322	60.013
Variação monetária do ativo financeiro das controladas	–	–	70.403	57.601
AVJ sobre ativo financeiro	4.007	3.204	4.007	3.204
Receita da construção (líquido de amortizações)	–	–	3.382	–
Reavaliação de propriedade para investimento da controlada	–	–	48.923	46.086
Outros	(659)	(1.205)	(658)	(1.205)
	39.347	43.865	218.378	207.565
Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”)				
Precatórios	7.694	8.383	7.694	8.383
Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais	4.128	3.707	4.128	3.707
Obras públicas e contratos de longo prazo	1.137	2.982	1.137	2.982
Provisões diversas	–	–	–	–
Ativo financeiro das controladas	–	–	20.276	21.603
Variação monetária do ativo financeiro das controladas	–	–	25.345	20.737
AVJ sobre ativo financeiro	1.443	1.154	1.443	1.154
Receita da construção (líquido de amortizações)	–	–	1.217	–
Reavaliação de propriedade para investimento da controlada	–	–	17.612	16.591
Outros	(238)	(435)	(237)	(434)
	14.164	15.791	78.615	74.723
Programa de Integração Social (“PIS”)				
Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais	505	478	505	478
Obras públicas e contratos de longo prazo	737	762	736	761
Ativo financeiro das controladas	–	–	7.328	7.457
Ativo operacional das controladas	–	–	222	171
Variação monetária do ativo financeiro das controladas	–	–	1.828	1.497
	1.242	1.240	10.619	10.364
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)				
Reconhecimento de créditos decorrentes de ações judiciais	2.633	2.470	2.633	2.470
Obras públicas e contratos de longo prazo	3.397	3.514	3.397	3.514
Ativo financeiro das controladas	–	–	33.934	34.569
Ativo operacional das controladas	–	–	1.021	788
Variação monetária do ativo financeiro das controladas	–	–	11.260	9.202
	6.030	5.984	52.245	50.543
Total dos impostos diferidos passivos	60.783	66.880	359.857	343.195
Circulante	–	–	–	–
Não Circulante	60.783	66.880	359.857	343.195

(c) Imposto corrente:

	Controladora	
Descrição	**2023**	**2022**
Lucro antes das provisões tributárias:	279.999	154.098
Adições	47.833	41.500
Exclusões	(21.562)	(65.768)
Resultado de equivalência patrimonial	(107.232)	(174.466)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal antes compensação dos prejuízos fiscais	199.038	(44.637)
(–) Compensação do prejuízo fiscal	(44.637)	–
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**154.401**	**–**
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	(38.576)	–
Abatimentos dedutíveis	2.025	–
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente a pagar	**(36.551)**	–
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente a pagar	**(13.896)**	–
	(50.447)	–

						Consolidado
Descrição	Controladora	Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Total 2023	Total 2022
Lucro antes das provisões tributárias:	279.999	22.893	63.028	54.105	420.025	384.265
Adições	47.833	123	78.507	60.960	187.424	130.298
Exclusões	(21.562)	(1.940)	(89.376)	(76.757)	(189.635)	(343.983)
Resultado de equivalência patrimonial	(107.232)	153	–	–	(107.080)	(174.466)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal antes compensação dos prejuízos fiscais	199.038	21.229	52.159	38.308	310.734	(3.887)
(–) Compensação do IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal	(44.637)	(6.369)	(15.648)	–	(66.653)	(4.630)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais	**154.401**	**14.860**	**36.511**	**38.308**	**244.080**	**(8.517)**
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente	(38.576)	(3.691)	(9.104)	(9.553)	(60.924)	(8.958)
Abatimentos dedutíveis para IRPJ	2.025	1.074	269	170	3.538	618
Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente a pagar	**(36.551)**	**(2.617)**	**(8.835)**	**(9.383)**	**(57.386)**	**(8.340)**
Contribuição social sobre lucro líquido - corrente	(13.896)	(1.337)	(3.286)	(3.448)	(21.967)	(3.250)
Abatimentos dedutíveis para CSLL	–	367	93	84	544	192
Contribuição social sobre lucro líquido - corrente a pagar	**(13.896)**	**(971)**	**(3.193)**	**(3.364)**	**(21.423)**	**(3.058)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(50.447)**	**(3.587)**	**(12.028)**	**(12.747)**	**(78.809)**	**(11.398)**

22. Adiantamentos de outorga: As controladas Inova Saúde São Paulo e Inova Saúde Sorocaba firmaram contrato de concessão com a Secretaria do Estado de Saúde que prevê a exploração de receitas acessórias. Em 2018, as controladas celebraram contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, registrados como adiantamento de outorga no montante de R$ 5.135 (2022 - R$ 4.655). A apropriação da receita será realizada pelo período do contrato. A controlada Urbia Parques celebrou o contrato para exploração de atividades de estacionamento de veículos na área do Parque Ibirapuera. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, registrados como receita diferida R$ 38.804 (2022 - R$ 40.300). A apropriação da receita será realizada pelo período do contrato.

23. Outras obrigações a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Retenção de fornecedores em caução	23.548	20.735	26.075	23.935
Aluguel - CPC 06 (a)	9.170	12.055	9.170	12.055
Projeto Suape (b)	–	–	1.714	1.714
Complexo de Suape (c)	–	–	9.298	9.298
Outras obrigações a pagar	1.059	2.583	6.782	6.612
	33.777	35.373	53.039	53.614
Circulante	8.952	6.902	12.979	13.557
Não Circulante	24.825	28.471	40.060	40.057

(a) Em 1ª de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil, e passou a reconhecer o uso do ativo e um passivo correspondente na data qual o ativo arrendado se torna disponível para a Companhia. Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras, sendo utilizado uma taxa constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo; **(b)** A controlada CMO detém o direito de exercer o aforamento perante a Secretaria do Patrimônio da União (“SPU”). A Companhia em 2020 obteve a regularização cartorial do desmembramento da porção do terreno transferida à Companhia. Em função da pandemia não exerceu o devido direito do aforamento e quando ocorrer deverá efetuar o pagamento de 10,00% do valor e o saldo remanescente poderá ser pago em até 120 parcelas, atualizadas pela taxa Selic, ou outra taxa que venha a substitui-la; **(c)** A controlada CMO mantém a importância devida referente ao Complexo SUAPE pelo direito de ocupação, uso e de preferência ao aforamento, vencíveis quando do atingimento de certas metas acordadas com o Governo de Pernambuco, relacionadas com as fases do projeto para dragagem do terreno adquirido, as quais estão estipuladas em contrato.

24. Provisões para contingências: A movimentação do exercício é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências trabalhistas	729	1.154	842	1.267
Contingências cíveis	3.167	40	3.167	40
	3.896	1.194	4.009	1.307

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos cíveis, tributários e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perdas classificadas como possíveis, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face aos desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes desses processos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências cíveis	45.194	54.192	47.136	54.192
Contingências tributárias	210.605	167.195	210.605	167.195
Contingências trabalhistas	1.168	1.979	1.343	1.979
	256.967	223.366	259.084	223.366

Os processos cíveis classificados como expectativa de perda possível referem-se, em sua maioria, a solicitações de indenizações por danos materiais e morais causados por obras realizadas pela Companhia. A controlada CMO possui uma ação classificada como possível. Em 2015 o Ministério Público Federal ingressou, em Santa Catarina, com três ações cíveis públicas nas quais a controlada CMO figura no polo passivo: **(i)** o Ministério Público Federal alega irregularidades no zoneamento da área onde a controlada CMO pretende construir seu Estaleiro; **(ii)** alegação de que não houve adequada análise do componente indígena no processo de licenciamento do Estaleiro e; **(iii)** requerimento do reconhecimento do órgão ambiental federal como competente para realização do licenciamento do Estaleiro. A administração da controlada CMO por meio de seus assessores jurídicos, está se defendendo judicialmente dessas ações, que foram classificadas, pelos seus assessores jurídicos, com risco “Possível”. As decisões de primeira instância e segunda instância foram todas favoráveis à Companhia e aguarda-se julgamento de recursos nos tribunais superiores. **(a) Garantias:** De acordo com o Código Civil, a Companhia é responsável por garantia da obra pelo período de cinco anos, devendo a mesma se responsabilizar por possíveis gastos posteriores causados por problemas estruturais ou vícios construtivos. A Companhia tem como procedimento efetuar a retenção de parcela dos montantes devidos a fornecedores, por período médio de 6 meses após a conclusão da obra para fazer face ao cumprimento dessas obrigações junto aos clientes. O histórico da Companhia é de não ter ocorrido gastos significativos para cumprimento da obrigação de garantias de obras nos últimos cinco anos, não havendo expectativa de que virá ocorrer desembolsos futuros significativos para fazer face a essa obrigação, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída para fazer face às construções em garantia. **25. Patrimônio líquido: 25.1. Capital social:** O capital social está representado por 412.714.998 ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em junho de 2014, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R$ 112.000, mediante a capitalização parcial das Reservas de lucros, passando o Capital social para R$ 212.000. **25.2. Outros resultados abrangentes:** Conforme mencionado na Nota 4.3 (b) a Companhia revisou a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) do seu investimento na coligada Concer e exerceu o direito de mudança de critério da avaliação para o ativo financeiro mensurado a valor justo, nível 3. Atendendo ao CPC 48 a Companhia optou por efetuar uma escolha irrevogável do reconhecimento inicial do valor justo e apresentar alterações subsequentes em outros resultados abrangentes. Em 31/12/2023 o valor justo do investimento Concer foi avaliado em R$ 74.878 (2021 - R$ 71.667), gerando uma variação positiva de R$ 3.212 (2022 - R$ 11.952 positivo) lançado no Patrimônio Líquido no grupo de Outros Resultados Abrangentes, deduzido dos impostos diferidos IRPJ R$ 803 (2022 - R$ 2.988) e R$ 289 (2022 - CSLL R$ 1.076), o resultado líquido é de R$ 2.120 positivo - (2022 - R$ 7.888 negativo). **25.3. Reserva de lucros: (a) Reserva legal:** Constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal pelo motivo de ter atingido o limite de 20% do capital. **(b) Reservas de lucros:** A administração da companhia, em atendimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404/76 propõe que os lucros não distribuídos sejam retidos para fazer face ao capital de giro necessário para o cumprimento dos orçamentos de custo a incorrer para conclusão dos contratos de construção em andamento. Para convalidar a referida retenção, propõe o aumento do capital social em montante suficiente para que este não fique inferior às reservas de lucros, conforme requerido pelo artigo 199 da Lei nº 6.404/76. A efetiva deliberação sobre a destinação dos lucros ocorrerá por ocasião da Assembleia Geral Ordinária convocada para a aprovação das demonstrações contábeis. **25.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e pagos:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição, a cada exercício social, de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido do exercício após as devidas destinações legais. Os dividendos serão destinados após a aprovação na Assembleia Geral de Acionistas. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração decidiu pelo pagamento de juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), somente para o ano de 2021 - R$ 13.228. Embora, para fins fiscais os juros sobre o capital próprio tenham sido reconhecidos no resultado do exercício, para fins de apresentação das demonstrações contábeis foram reclassificados para o patrimônio líquido, estando apresentados como juros sobre capital próprio na DMPL de 2023.

26. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora	
	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	278.624	158.926
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	412.714.998	412.714.998
Lucro básico por ação - R$	0,67510	0,38507

Não existem efeitos diluidores sobre as ações, motivo pelo qual não existem divergências para a determinação do lucro diluído por ação.

27. Receita de serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contrato de construção	1.614.861	1.220.238	1.707.280	1.374.483
Receitas de concessões	–	–	209.662	241.130
	1.614.861	1.220.238	1.916.942	1.615.613
Tributos sobre vendas	(94.401)	(63.932)	(125.043)	(91.929)
Receita operacional líquida	1.520.460	1.156.306	1.791.900	1.523.684

28. Custo dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com pessoal	(449.129)	(360.326)	(505.211)	(320.003)
Contraprestações não monetárias	(396.243)	(280.468)	(396.243)	(280.468)
Serviços contratados de mão-de-obra	(158.481)	(228.436)	(248.867)	(246.686)
Materiais aplicados na execução de serviços	(101.327)	(101.544)	(65.708)	(268.204)
Operação com equipamentos	(9.062)	(21.232)	(9.091)	(20.349)
Processos judiciais	(1.427)	(9.097)	(1.427)	(9.102)
Alugueis e condomínios	(59.493)	(8.731)	(59.493)	(10.876)
Depreciações	(2.369)	(2.968)	(2.369)	(2.710)
Provisões para contingencias	(2.397)	1.525	843	1.526
Amortizações	(1.727)	(168)	(10.085)	(5.881)
Custos com tributos	(7.988)	(530)	(7.989)	(1.426)
Demais operações	(45.761)	(46.030)	(99.117)	(85.316)
	(1.235.404)	(1.058.005)	(1.404.757)	(1.249.495)

29. Despesas comerciais, gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesa com pessoal	(55.562)	(43.987)	(88.530)	(66.501)
Serviços contratados	(1.961)	(9.779)	(17.685)	(19.960)
Amortizações	(1.856)	(2.385)	(3.794)	(2.385)
Processos judiciais	(75)	(400)	(126)	(408)
Impostos e taxas	(546)	(685)	(2.566)	(1.513)
Aluguéis e condomínios	(1.987)	(621)	(3.493)	(896)
Depreciações	(138)	(63)	(1.091)	(829)
Outras despesas administrativas	(4.697)	(2.780)	(15.979)	(10.833)
	(66.822)	(60.700)	(133.264)	(103.325)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Indenizações sobre ações ativas e outros	15.446	21.460	15.465	21.460
Apropriação do valor justo dos precatórios	7.239	14.127	18.586	14.127
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(920)	4.396	(921)	4.396
Participações dos empregados	(25.941)	(17.452)	(30.981)	(20.637)
Extinção dos precatórios	–	(6.962)	–	(6.962)
Honorários Advocatícios dos precatórios e ações judiciais	637	(4.351)	637	(4.351)
Impostos prescritos	16	(4.316)	(74)	(4.316)
Despesas tributárias	(1.433)	(2.491)	(1.433)	(3.336)
Provisão para perdas patrimoniais e contingências	–	(261)	–	(261)
Apropriação do valor justo propriedade de investimento	–	–	–	10.340
Outras receitas (despesas), líquidas	665	5.489	1.958	6.501
	(4.291)	9.639	3.237	16.961

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Despesas e receitas financeiras:

Receitas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Variações monetárias ativas:	**6.821**	**22.240**	**146.856**	**159.190**
Atualização monetária sobre ações ativas	4.094	19.721	4.094	19.721
Atualização monetária sobre impostos	2.497	2.309	2.785	2.845
Atualização monetária sobre contas a receber	68	158	126.648	132.056
Atualização monetária sobre processos trabalhistas	–	2	–	2
Atualização monetária sobre reequilíbrio	–	–	13.158	3.835
Outras variações monetárias	162	50	171	731
Juros sobre:	**24.542**	**12.452**	**28.962**	**19.063**
Juros sobre aplicações financeiras	22.237	4.726	26.580	11.337
Juros sobre ações ativas	–	6.770	–	6.770
Outros juros	2.305	956	2.382	956
Multa e juros s/reequilíbrio	–	–	860	257
Descontos obtidos	225	210	621	251
Outras receitas financeiras	–	378	–	660
Impostos sobre receitas financeiras	(1.410)	(1.642)	(8.248)	(8.333)
	30.178	33.638	169.051	171.088

Despesas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Encargos sobre financiamentos	(289)	(3.466)	(42.022)	(46.573)
Juros de mora	(6.541)	(69.120)	(28.157)	(70.652)
Descontos concedidos	(129)	(1.172)	(739)	(1.172)
Variações monetárias passivas	(50)	(24.753)	(51)	(25.134)
Atualização monetária sobre precatórios	(6.472)	(2.329)	(6.472)	(2.329)
Outras despesas financeiras	(1.778)	(406)	(7.782)	(7.574)
	(15.259)	(101.246)	(85.223)	(153.434)

32. Seguros: A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Controladora

Projeto	Riscos cobertos	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Obra R-1269 DNIT BR-280/SC	Responsabilidade civil geral	5
Obra R-1300 DNIT MT - BR 158	Responsabilidade civil geral	72
Obra M-1306 Eurochem	Responsabilidade civil geral	211
Obra R-1300 DNIT MT - BR 158	Responsabilidade civil Profissional	860
Obra R-1300 DNIT MT - BR 158	Riscos de engenharia	262
Obra C-1303 Vale Brumadinho	Riscos de engenharia	17
Obra C-1303 Vale Brumadinho	Garantia setor privado	1
C-1309 - Vale Ultrafinos e Cava Cauê	Garantia setor privado	2
Obra M-1306 Eurochem	Garantia setor privado	6
Obra M-1308 Vale Nova Lima	Garantia setor privado	2
Obra M-1310 Vale Capanema	Garantia setor privado	39
Obra C-1312 Vale Cava	Garantia setor privado	1
Obra C-1313 Vale Canais Periféricos	Garantia setor privado	18
Obra C-1316 Vale Desc. Diques	Garantia setor privado	12
Obra M-1314 Gerdau S.A.	Garantia setor privado	149
Obra R-1269 DNIT BR 280/SC	Garantia setor publico	16
Obra R-1300 DNIT MT - BR 158	Garantia setor publico	81
Obra S-1315 Sabesp Guarulhos	Garantia setor publico	43
Escritório Central	Seguro Fiança Locatícia	27
Escritório Central	Compreensivo Empresarial	4
Central de Equipamentos	Frota veículos	73

Controladas

Projeto	Riscos cobertos	Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Garantia setor público	17.706
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Responsabilidade civil geral	466.820
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Responsabilidade civil geral	459.868
Urbia Gestão de Parques SPE S.A.	Responsabilidade civil geral	193.326
Urbia Cânions Verdes S.A.	Responsabilidade civil geral	3.090
Urbia Águas Claras	Responsabilidade civil geral	8.497
Urbia Cataratas S.A.	Responsabilidade civil geral	71.034

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos dada a sua natureza são estabelecidas pela Administração com base na sua experiência do negócio e em seu histórico de eventos observados. As respectivas premissas adotadas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **33. Informações por segmento:** As informações por segmento apresentam o desempenho dos segmentos operacionais e contribuem na tomada de decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. **a) Construção Civil:** Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.: Exploração do ramo de construção civil em geral, executando obras para terceiros dos setores privado e público, de forma direta ou mediante a formação de consórcios. **b) Manutenção de Parques:** Urbia Gestão de Parques SPE S.A.: Prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos. Urbia Cânions Verdes S.A.: Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques nacionais, mais especificamente aqueles relacionados aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza de dois Parques. Urbia Aguas Claras S.A.: Realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, em dois Parques. **c) Serviços Hospitalares:** Inova Saúde São Paulo SPE S.A.: Realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo. Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.: Realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba. **d) Exportação e Importação:** CMI-Exportação, importação, comércio e serviços LTDA.: Comércio, importação, exportação de máquinas, equipamentos industriais, suas partes e peças, materiais de construção para montagem industrial e eletromecânica, serviços de montagem industrial, eletromecânicos e correlatos ou acessórios as suas atividades principais. **e) Construção e Montagem:** CMO Construção e Montagem Offshore S.A.: Exploração, operação e administração direta ou indiretamente no país ou no exterior para o propósito de desenvolver projetos de terminais portuários e aeroportuários, estaleiros, fabricação e integração de componentes modulares para embarcações, para indústria de petróleo offshore e desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação, fabricação e integração de artefatos navais e para indústria de petróleo e gás. **f) Ambicap:** Ambicap Ltda.: Prestação de serviços de modelagem de gestão de parques urbanos naturais; prestação de serviços de assessoria, consultoria, execução de projetos ambientais serviços de urbanismo; gestão e tratamento de resíduos provenientes da saúde, resíduos industriais, remoção de entulho; serviços de dedetização; prestação de serviços de portaria, serviços de portaria, controle de acesso.

2023

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares		Demais segmentos		
Ativo	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**Ambicap**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	320.962	287	101	36	24.400	5.514	93	5	3
Caixa Restrito	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	151.640	49.307	512	377	109.253	55.541	1.356	–	–
Impostos e contribuições a compensar	609	1.183	237	882	1.506	1.140	194	8	31
Adiantamentos a fornecedores	2.048	1.016	32	–	15.173	729	159	1	6
Estoques	9.449	824	9	62	380	–	–	–	–
Outras contas	5.907	513	83	188	951	360	–	–	–
	490.615	53.130	974	1.545	151.663	63.285	1.801	15	41
Não Circulante									
Partes relacionadas	9.376	814	243	6	–	–	55	2	211
Contas a receber de clientes	144.413	34.000	–	–	586.258	197.179	–	–	–
Processos judiciais	60.846	615	–	–	–	–	–	–	–
Impostos diferidos	1.325	3.680	11.536	8.321	9.391	7.743	274	19.960	–
Impostos e contribuições a compensar	20.654	4	–	–	–	–	–	–	–
Outras contas	2.193	1.504	214	–	–	–	–	–	–
	238.806	40.615	11.993	8.327	595.649	204.923	328	19.963	211
Investimentos em participações	805.215	(144)	–	–	–	–	–	–	–
Outros investimentos	75.166	–	–	–	–	–	–	–	–
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	–	–	–	195.690	–
Imobilizado	9.425	5.428	1.141	684	9	17	–	31.834	–
Intangível	11.334	14.219	349	–	1.441	1.442	–	–	–
Ativo Operacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ativo financeiro em formação	–	300.603	62.954	18.989	–	–	–	–	–
	1.139.946	360.722	76.437	28.000	597.099	206.382	328	247.487	211
Total do ativo	**1.630.561**	**413.852**	**77.410**	**29.545**	**748.762**	**269.666**	**2.129**	**247.501**	**252**

2023

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares		Demais segmentos		
Passivo e patrimônio líquido	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**Ambicap**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**
Circulante									
Fornecedores	39.320	17.382	1.367	2.577	5.915	4.183	321	240	4
Empréstimos e financiamentos	164	25.583	28.412	24.776	29.076	7.007	–	–	–
Obrigações e encargos trabalhistas	50.526	4.440	1.511	403	4.487	2.532	782	89	15
Obrigações tributárias	43.387	6.291	725	418	5.645	3.087	157	24	2
Adiantamentos de clientes	64.244	41.175	–	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	25.519	–	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos de outorga	–	3.006	–	–	–	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar	8.952	2.285	92	367	996	682	–	–	–
	232.112	**100.162**	**32.108**	**28.542**	**46.121**	**17.493**	**1.262**	**354**	**22**
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos	55	176.680	54.099	–	246.450	76.007	–	–	–
Partes relacionadas	2.672	–	3.868	16.596	245	12	1.313	–	–
Impostos diferidos	60.783	5.842	–	–	148.915	77.785	–	66.535	–
Provisões para contingências	3.896	–	–	–	89	23	–	–	–
Provisões para reinvestimentos	–	–	–	–	20.194	22.774	–	–	–
Adiantamentos de clientes	–	47.007	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos de outorga	–	35.797	–	–	–	–	–	–	–
Outras obrigações a pagar	24.823	–	–	–	3.110	2.787	–	12.505	–
	92.228	265.326	57.967	16.596	419.003	179.388	1.314	79.041	1
Total do Passivo	**324.339**	**365.487**	**90.074**	**45.137**	**465.123**	**196.880**	**2.575**	**79.394**	**22**
Patrimônio líquido									
Capital social	212.000	32.871	9.795	560	69.282	30.457	100	122.332	10
Outros resultados abrangentes	(8.961)	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	42.400	1.273	–	–	8.919	6.091	–	1.961	349
Reservas de lucros	1.060.782	14.219	(22.459)	(16.153)	205.436	36.237	(547)	43.814	(131)
Prejuízo acumulado	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Patrimônio Líquido total	**1.306.221**	**48.364**	**(12.664)**	**(15.593)**	**283.638**	**72.785**	**(447)**	**168.107**	**228**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.630.561**	**413.852**	**77.410**	**29.545**	**748.762**	**269.666**	**2.129**	**247.501**	**252**

2023

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares			Demais segmentos	
Demonstração de Resultados	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**Ambicap**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**
Receita de serviços	1.520.460	96.437	8.189	3.907	173.618	71.795	1.397	–	–
Custos dos serviços prestados	(1.235.404)	(42.144)	(11.278)	(11.004)	(130.184)	(56.285)	(2.208)	–	–
Lucro e/ou prejuízo bruto	285.056	54.292	(3.090)	(7.098)	43.433	15.509	(812)	(1)	(1)
(Despesas) e receitas operacionais									
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(66.822)	(25.303)	(10.943)	(4.601)	(15.319)	(8.692)	–	(1.455)	(128)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.291)	(981)	(71)	(6)	(1.354)	(1.403)	–	11.347	(5)
Resultado de equivalência patrimonial	107.230	(153)	–	–	–	–	–	–	–
	36.118	(26.435)	(11.012)	(4.606)	(16.672)	(10.094)	1	9.893	(132)
Lucro e/ou prejuízo antes do resultado financeiro	321.174	27.857	(14.102)	(11.704)	26.761	5.415	(811)	9.892	(133)
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	30.178	127	19	34	76.820	61.862	–	9	2
Despesas financeiras	(15.259)	(5.090)	(6.751)	(3.925)	(41.016)	(13.172)	(9)	(1)	(0)
	14.918	(4.963)	(6.732)	(3.891)	35.804	48.691	(9)	8	2
Lucro e/ou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	336.092	22.894	(20.834)	(15.595)	62.565	54.106	(820)	9.900	(131)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(50.447)	(3.587)	–	–	(12.028)	(12.747)	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(7.021)	(5.086)	7.077	5.302	(10.169)	(4.129)	274	(2.701)	–
	(57.468)	(8.674)	7.077	5.302	(22.197)	(16.875)	274	(2.701)	–
Lucro e/ou prejuízo líquido do exercício	**278.624**	**14.220**	**(13.757)**	**(10.293)**	**40.368**	**37.231**	**(546)**	**7.199**	**(131)**

2022

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares		Demais segmentos	
Ativo	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	136.009	13.093	45	4	1.463	8.420	4	93
Caixa Restrito	–	–	–	–	–	–	–	–
Contas a receber de clientes	204.560	47.657	668	161	102.075	51.772	–	–
Impostos e contribuições a compensar	2.643	226	186	402	1.286	2.583	27	8
Adiantamentos a fornecedores	260	–	172	13	7.767	627	–	–
Estoques	–	–	52	27	–	–	–	–
Outras contas	5.666	3.955	112	166	391	91	–	–
	349.138	64.931	1.235	773	112.983	63.494	31	101
Não Circulante								
Partes relacionadas	9.970	245	215	6	–	–	350	2
Contas a receber de clientes	151.710	52.000	–	–	583.054	188.977	–	–
Processos judiciais	57.286	30	–	–	–	–	–	–
Impostos diferidos	15.583	4.167	4.459	3.019	13.080	5.960	–	18.803
Impostos e contribuições a compensar	18.272	4	–	–	–	–	–	–
Outras contas	2.252	1.621	–	–	–	–	–	–
	255.073	58.066	4.674	3.025	596.134	194.937	350	18.805
Investimentos em participações	740.409	9	–	–	–	–	–	–
Outros investimentos	71.954	–	–	–	–	–	–	–
Propriedades para investimentos	–	–	–	–	–	–	–	184.344
Imobilizado	10.035	5.196	832	750	11	21	–	31.683
Intangível	12.314	4.712	391	–	1.824	1.815	–	–
Ativo Operacional	–	220.657	51.682	10.245	–	–	–	–
Ativo financeiro em formação	–	–	–	–	367	–	–	–
	1.089.784	288.639	57.579	14.020	598.335	196.773	350	234.832
Total do ativo	**1.438.922**	**353.571**	**58.814**	**14.793**	**711.318**	**260.266**	**381**	**234.933**

2022

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares		Demais segmentos	
Passivo e patrimônio líquido	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**
Circulante								
Fornecedores	29.988	10.160	1.889	743	6.950	2.676	3	–
Empréstimos e financiamentos	1.187	88.856	58.815	18.469	28.238	5.400	–	–
Obrigações e encargos trabalhistas	38.273	3.560	907	392	3.264	1.972	18	96
Obrigações tributárias	7.833	1.821	330	240	3.126	4.147	1	26
Adiantamentos de clientes	115.370	31.817	–	–	–	–	–	–
Partes relacionadas	1.253	–	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos de outorga	–	2.248	–	–	1.144	–	–	–
Outras obrigações a pagar	6.902	5.475	204	249	520	605	–	215
	200.807	**143.937**	**62.145**	**20.093**	**43.240**	**14.800**	**22**	**336**
Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	216	70.361	–	–	265.475	81.485	–	–
Partes relacionadas	38.233	–	3.256	–	245	12	–	3.485
Impostos diferidos	66.880	959	–	–	141.498	71.181	–	62.677
Provisões para contingências	1.194	–	–	–	89	23	–	–
Provisões para reinvestimentos	–	–	–	–	15.513	17.529	–	–
Adiantamentos de clientes	21.552	65.546	–	–	–	–	–	–
Adiantamentos de outorga	–	38.052	–	–	2.037	2.618	–	–
Outras obrigações a pagar	28.471	572	–	–	696	695	–	11.013
	156.547	**175.490**	**3.256**	**–**	**425.552**	**173.544**	**–**	**77.174**
Total do Passivo	**357.353**	**319.427**	**65.401**	**20.093**	**468.792**	**188.343**	**22**	**77.511**
Patrimônio liquido								
Capital social	212.000	32.871	2.115	560	69.282	30.457	10	118.847
Outros resultados abrangentes	(11.080)	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	42.400	–	–	–	3.200	5.469	–	1.649
Reservas de lucros	838.249	1.273	–	–	170.044	35.997	349	36.926
Prejuízo acumulado	–	–	(8.702)	(5.860)	–	–	–	–
Patrimônio Líquido total	**1.081.569**	**34.144**	**(6.587)**	**(5.300)**	**242.526**	**71.923**	**359**	**157.423**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.438.922**	**353.571**	**58.814**	**14.793**	**711.318**	**260.266**	**381**	**234.933**

2022

	Construção civil	Manutenção de parques			Serviços hospitalares		Demais segmentos	
Demonstração de Resultados	**Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**	**Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**	**Urbia Cânions Verdes S.A.**	**Urbia Águas Claras S.A.**	**Inova Saúde São Paulo SPE S.A.**	**Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.**	**CMI Export. Import. Com. Ind. Ltda.**	**CMO Construção e Montagem Offshore S.A.**
Receita de serviços	1.156.306	75.440	5.686	2.002	362.216	61.000	–	–
Custos dos serviços prestados	(1.058.005)	(48.859)	(9.206)	(7.744)	(227.036)	(37.612)	–	–
Lucro e/ou prejuízo bruto	98.301	26.581	(3.520)	(5.742)	135.180	23.388	–	–
(Despesas) e receitas operacionais								
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(60.700)	(13.053)	(5.267)	(2.220)	(12.612)	(7.690)	(116)	(1.665)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.639	302	1	–	(2.453)	(862)	(6)	10.340
Resultado de equivalência patrimonial	174.466	(1)	–	–	–	–	–	–
	123.405	(12.752)	(5.266)	(2.220)	(15.065)	(8.552)	(122)	8.675
Lucro e/ou prejuízo antes do resultado financeiro	221.706	13.829	(8.786)	(7.962)	120.115	14.836	(122)	8.675
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	33.638	1.154	136	128	83.384	52.619	2	26
Despesas financeiras	(101.246)	(3.740)	(3.116)	(1.044)	(29.667)	(14.617)	–	(2)
	(67.608)	(2.586)	(2.980)	(916)	53.717	38.002	2	24
Lucro e/ou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	154.098	11.243	(11.766)	(8.878)	173.832	52.838	(120)	8.699
Imposto de renda e contribuição social - corrente	–	(441)	–	–	(2.515)	(8.442)	–	–
Imposto de renda e contribuição social - diferido	4.828	(455)	3.993	3.018	(56.924)	(8.323)	–	(2.461)
	4.828	(896)	3.993	3.018	(59.439)	(16.765)	–	(2.461)
Lucro e/ou prejuízo líquido do exercício	**158.926**	**10.347**	**(7.773)**	**(5.860)**	**114.393**	**36.073**	**(120)**	**6.238**

34. Eventos subsequentes: Para a controlada Urbia Parques: A Controlada Urbia Parques em dezembro de 2022, assinou, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o contrato de financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019. O montante será desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois subcréditos, sendo R$ 80.000 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R$ 70.000 oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. Dando continuidade ao fluxo de desembolsos referentes a linha de crédito e atrelados a evolução das obras do plano de intervenção, em 30 de janeiro e em 8 de março de 2023, os valores de R$ 8.220 e de R$ 3.409, respectivamente, foram desembolsados para a Sociedade, respeitada as proporções dos subcréditos. Em fevereiro de 2024, a Sociedade assinou junto ao Poder Concedente, o Termo de Aditamento nº 026/SVMA/2024 ao Contrato de Concessão nº 057/SVMA/2029. O objeto do aditamento é a incorporação ao Contrato de Concessão da obrigação de execução, pela Concessionária, das obras, serviços e projetos para ações de requalificação e conservação da Marquise “José Emínio de Moraes”, localizada no Parque Ibirapuera. O prazo para execução é de 16 meses, a partir da Ordem de início, expedida pelo Poder Concedente. O valor do Termo de Aditamento corresponde a R$ 71.977, em julho de 2023, referente aos investimentos, despesas e custos operacionais estimados para execução das obrigações de obras, serviços e projetos para as ações requalificação e conservação da Marquise conforme o Termo de Aditamento, e inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre seu objeto. O pagamento desse montante garante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por conta do encargo adicionado ao Contrato, fruto do objeto do aditamento. **Para as demais Controladas e a Companhia:** Até a data da publicação das demonstrações contábeis, não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento subsequente.

Diretoria

Roberto Ribeiro Capobianco
Diretor Presidente

Adair José Schneider
Diretor de Administração e Finanças

Contadora

Ana Cristina Rodrigues
Gerente de Contabilidade - CRC 1SP 141.776/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. -** São Paulo - SP. **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis materiais, outras informações elucidativas e demais notas explicativas. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador - CRC 1 SP 292913/O-9

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 40.593.395/0001-06

Relatório da Administração sobre o Desempenho da Companhia - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

IFIN Participações: A IFIN Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 29 de setembro de 2022 com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, sendo a participação e investimento por meio de ações sua principal atividade.

Desempenho operacional - Investimentos: Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de investimentos era de R$ 643,4 milhões (R$ 633,4 milhões em 2022), representando aumento de 1,59% em relação à 31 de dezembro de 2022. Este crescimento é explicado principalmente pela atualização dos valores a receber do investimento CAMASTRA, de acordo com o índice IPCA + 7,60% a.a.

Desempenho Financeiro - Resultado Líquido: Apresentamos um resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R$28 mil comparado a um lucro de R$188 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, redução de 85,2%, a principal causa para essa queda foi o aumento das despesas operacionais para R$ 2,5 milhões em 2023 (R$ 242 mil em 2022) devido ao pagamento de honorários às investidoras por coordenação e distribuição.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras em 31 de dezembro de 2023, somaram R$75,9 milhões (R$ 77,2 milhões em 2022), registrando redução de 2% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. variação negativa principalmente relacionada a redução dos índices oficiais de inflação, como IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo observados no exercício de 2023 em relação à 2022.

Despesas Financeiras em 31 de dezembro de 2023, somaram R$73,3 milhões (R$ 76,7 milhões em 2022), registrando redução de 4% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. Este resultado decorre da variação observada no IPCA no comparativo anual, conforme mencionado anteriormente. O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2023, somaram R$ 2.561 milhões (R$ 430 mil em 2022), registrando aumento de 496% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2022. Esse aumento significativo se refere ao aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa aplicados no exercício de 2023 comparado com o exercício de 2022.

Despesas Administrativas: As despesas administrativas acumuladas em 31 de dezembro de 2023 somaram R$ 2,5 milhões (R$ 221 mil em 2022), um acréscimo de 831% em relação ao mesmo exercício de 2022. O principal fator para esse aumento foi o crescimento das despesas com coordenação e distribuição calculados em função do montante recebido na distribuição de lucros pela Companhia.

Destaque Patrimonial - Ativo Total: • Ativos circulante somaram R$ 70,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 47,7 milhões em 2022), crescimento de 47,83% em comparação a 31 de dezembro de 2022. **• Ativos não circulante** somaram R$ 574 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 586,6 milhões em 2022), redução de 2,15% em comparação a 31 de dezembro de 2022. **• Ativo total** somaram R$ 644,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 634,3 milhões em 2022), crescimento de 1,61% em comparação a 31 de dezembro de 2022. Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são decorrentes da atualização dos valores a receber relativos ao investimento CAMASTRA e foram recebidos o montante de R$ 65.770 milhões referente aos dividendos pagos pela Camastra, cujos recursos foram utilizados para recomposição do fundo de reserva, pagamento de comissão e para amortização e liquidação parcial da remuneração das debêntures emitidas pela Companhia.

Passivo: **• Passivos circulante** somaram R$ 64,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 46,1 milhões em 2022), crescimento de 40,11% em comparação a 31 de dezembro de 2022. **• Passivos não circulante** somaram R$ 579,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 587,8 milhões em 2022), redução de 1,41% em comparação a 31 de dezembro de 2022. **• Passivo total** somaram R$ 644,5 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 634,3 milhões em 2022), crescimento de 1,61% em comparação a 31 de dezembro de 2022. Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são amortização das debentures no montante de R$ 63.448 milhões e movimentações decorrentes da atualização monetária e juros incorridos sobre as debêntures emitidas.

Outras informações - Relacionamento com auditores independentes: A partir do exercício 2022 a **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.**, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia. Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a IFIN, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**70.526**	**47.709**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.100	717
Investimentos ao custo amortizado	5	69.381	46.740
Contas a receber		17	240
Tributos a compensar		28	12
Ativo não circulante		**574.046**	**586.633**
Investimentos ao custo amortizado	5	574.046	586.633
Total do ativo		**644.572**	**634.342**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**64.686**	**46.169**
Obrigações por emissão de debêntures		**63.448**	**45.149**
Debêntures emitidas	6	63.448	45.149
Outras Obrigações		**1.238**	**1.020**
Dividendos a pagar	10.2	118	111
Obrigações fiscais		12	1
Partes Relacionadas	7	-	1
Fornecedores		19	21
Fundo de despesas	8	1.089	886
Passivo não circulante		**579.531**	**587.839**
Obrigações por emissão de debêntures		**579.531**	**587.839**
Debêntures emitidas	6	579.531	587.839
Patrimônio Líquido	9	**355**	**334**
Capital social	9.1	1	1
Reserva de lucros	9.2	354	333
Total do passivo e do patrimônio líquido		**644.572**	**634.342**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Operacionais			
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	11	(2.058)	(221)
Despesas tributárias		(46)	(21)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	(429)	-
Total de (despesas) receitas operacionais		**(2.533)**	**(242)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(2.533)**	**(242)**
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras	13	75.924	77.200
Despesas Financeiras	13	(73.363)	(76.770)
Resultado financeiro líquido		**2.561**	**430**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**28**	**188**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	14	-	-
Resultado líquido do exercício		**28**	**188**
Quantidade de ações		1.000	1.000
Lucro por ação - R$	10	0,028	0,188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	28	188
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	28	188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Insumos adquiridos de terceiros		**(2.487)**	**(221)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	11 e 12	(2.487)	(221)
Valor adicionado bruto		**(2.487)**	**(221)**
Valor adicionado líquido produzido		**(2.487)**	**(221)**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13	75.924	77.200
Valor adicionado a distribuir		**73.437**	**76.979**
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições		46	21
Juros pagos a debênturistas	13	73.363	76.770
Dividendos	9.2	7	47
Lucro líquido retido do exercicio	9.2	21	141
Valor adicionado distribuído		**73.437**	**76.979**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		28	188
		28	**188**
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Atualização investimento	13	(75.824)	(77.154)
Encargos e variações monetárias por emissão de debêntures	13	73.363	76.770
Lucro líquido ajustado		**(2.461)**	**(384)**
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		**207**	**(227)**
Tributos a compensar		(16)	(8)
Outros ativos		223	(219)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		**212**	**841**
Fornecedores		(2)	14
Partes relacionadas		(1)	(51)
Obrigações fiscais		11	(8)
Obrigações na aquisição de recebíveis		204	886
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**(2.014)**	**418**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		65.770	43.511
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		**65.770**	**43.511**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Debêntures liquidadas		(63.373)	(43.512)
Custos da transação - emissão de debêntures		**(63.373)**	**(43.512)**
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(63.373)**	**(43.512)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**383**	**417**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		717	300
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.100	717
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**383**	**417**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Reserva de lucros a realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022	1	192	-	**193**
Integralização de capital social subscrito	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	188	**188**
Destinações				
Dividendos obrigatórios	-	-	(47)	(47)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	141	(141)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**333**	**-**	**334**
Saldos em 01 de janeiro de 2023	1	333	-	**334**
Lucro líquido do exercício	-	-	28	**28**
Destinações:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(7)	**(7)**
Reserva de lucros a realizar	-	21	(21)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1**	**354**	**-**	**355**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais - R$)*

1. Informações gerais e contexto operacional: A IFIN Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em Assembleia de 29 de setembro de 2020 sob a antiga denominação de IFIN Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. A Companhia, constituída com prazo de duração indeterminado, tem como principais atividades: (a) a participação e investimento, por meio da aquisição de ações preferenciais, na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Sala 14, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 39.744.262/0001-04 e (b) a participação e investimento, de forma indireta, por meio de debêntures, em concessionárias de serviço público de saneamento básico, conforme acordo de acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 2021, os acionistas da Companhia deliberaram pela realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real no valor de R$ 550.000, os quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. A garantia real decorre de os recursos provenientes da 1ª emissão das debêntures terem sido utilizados para aquisição de debêntures emitidas pela AEGEA Saneamento e Participações S.A., que posteriormente foram substituídas, em sua totalidade, por ações preferenciais de emissão da CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., detidas pela Companhia e descritas no seu objeto social acima, conforme acordo de acionistas. Os resultados esperados, principalmente os de prestação de serviços vinculados a esta operação serão prestados e realizados em empresa coligada, e estão descritos nas notas explicativas nº 5, 6 e 7 – transações com partes relacionadas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **2.2. Bases de apresentação - 2.2.1. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência. **2.2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **2.2.3. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente. **2.2.4. Consolidação das demonstrações financeiras:** A Companhia não elabora demonstrações financeiras consolidadas com o investimento na CAMASTRA, em função de não ter participação societária significativa e nem influência na administração da investida, não possuir representantes nos órgãos de administração nem participar de reuniões do conselho de administração, não possuir ações com direito a voto, nem participar das definições de estratégias de negócios, bem como não influencia a política de distribuição de resultados, excetuando os dividendos obrigatórios e acordo de acionistas firmado entre as partes. **2.2.5. Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras teve autorização pela administração em 26 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado. **3.2. Instrumentos financeiros - 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos - Ativos financeiros:** São ativos financeiros com fluxos de recebimentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo, particularmente as ações adquiridas como investimento descritas no objeto social da Companhia e mencionadas nas notas explicativas nºs 1 e 5. Tais ativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, o investimento é mensurado mensalmente pela metodologia prevista no acordo de acionistas, com indexação à variação do índice IPCA, acrescida de um spread inicial, e sua variação reconhecida como receita financeira do exercício. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros avaliados a valor justo, nem por meio do resultado, nem por meio de outros resultados abrangentes. **Ativos financeiros registrados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter tais investimentos com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São classificados nesta categoria as aplicações relativas ao fundo de reserva da operação de emissão de debêntures. **Ativos financeiros desreconhecidos:** A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no CPC 48, que são: **a.** Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados. **b.** Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa. **c.** Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores. **3.2.2. Passivos financeiros e instrumentos de capital:** Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo; • Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável; e • Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47; • Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: • O valor da provisão para perdas; e • O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida; Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares). Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. **3.3. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.4. Provisões, ativos e passivos contingentes:** A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre: §Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos; • Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação; • Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos. As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O Imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$240 no ano, e a contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são revisados a cada data de relatório e são reduzidos pela sua utilização ou na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.6. Resultado:** As receitas e as despesas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência. **Receita:** A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária sobre o investimento principal em ações mencionadas na nota explicativa nº 1, calculados pelo resultado referencial previsto na operação, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. As receitas de contratos com clientes, se houver, estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: **i)** A identificação do contrato com o cliente; **ii)** A identificação das obrigações de desempenho; **iii)** A determinação do preço da transação; **iv)** A alocação do preço da transação; e **v)** O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos instrumentos de debêntures para os quais oferecem alienação fiduciária. Em condições normais, a transferência dos riscos e benefícios se dá na emissão das Debêntures para as quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido. **Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários:** As receitas abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros: **Despesas operacionais:** A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas na emissão de debêntures, bem como demais despesas vinculadas diretamente à emissão desses instrumentos de dívida. Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas. **3.7. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3.9. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **3.10. Novas normas e interpretações:** As normas ou alterações de normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em conta corrente	11	11
Aplicações automáticas em conta corrente	1.089	706
Total	**1.100**	**717**

5. Investimentos ao custo amortizado: Refere-se a 550.000 ações preferenciais da companhia CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., adquiridas com a finalidade de investimento, conforme previsto nos objetivos sociais da Companhia, atualizadas pela variação do índice IPCA, acrescido da taxa de 7,60% a.a., conforme metodologia prevista no acordo de acionistas, que trata da distribuição de dividendos a que tem direito a Companhia como investidora, rendimentos estes que deverão suprir a atualização das debêntures emitidas, bem como as despesas necessárias para a manutenção da Companhia. As ações adquiridas, bem como os riscos e benefícios associados, estão vinculadas às debêntures emitidas (nota nº 6), em face de alienação em regime fiduciário em favor dos debenturistas.

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber de investimento	69.381	46.740
Saldo Circulante	**69.381**	**46.740**
550.000 Ações CAMASTRA Participações e Administração S.A.	550	550
Ágio na subscrição de ações	549.450	549.450
Rendas acumuladas a receber do investimento	24.046	36.633
Saldo não circulante	**574.046**	**586.633**
Total do investimento	**643.427**	**633.373**

Movimentações do exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Investimento ao valor de custo	550.000	550.000
Rendas a receber no início do exercício	83.373	49.730
Saldo do investimento no início do exercício	**633.373**	**599.730**
Dividendos recebidos no exercício	(65.770)	(43.511)
Receitas financeiras do exercício (Nota explicativa n° 13)	75.824	77.154
Saldo no final do exercício	**643.427**	**633.373**

Os valores recebidos têm como destinação o pagamento das debêntures, o que exceder ao pagamento será retido para pagamento de obrigações, recomposição e liquidações futuras. O fluxo de recebimento dos dividendos deverá respeitar o fluxo previsto nos termos iniciais da operação, conforme abaixo:

Data da amortização	Valor em 31/12/2023	Valor em 31/12/2022
Até 1 ano	69.381	46.740
Total circulante	**69.381**	**46.740**
Acima de 1 até 2 anos	28.702	29.332
Acima de 2 até 3 anos	54.534	55.730
Acima de 3 até 4 anos	73.621	75.236
Acima de 4 até 5 anos	83.438	85.267
Acima de 5 até 6 anos	83.438	85.267
Acima de 6 até 7 anos	75.094	76.740
Acima de 7 até 8 anos	70.088	71.624
Acima de 8 até 9 anos	52.566	53.718
Acima de 9 até 10 anos	52.565	53.718
Acima de 10 até 11 anos	-	29.332
Total não circulante	**574.046**	**586.633**
Ativo Total	**643.427**	**633.373**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram recebidos o montante de R$ 65.770 referente aos dividendos pagos pela Camastra (R$ 43.512 em 2022), cujos recursos foram utilizados para recomposição do fundo de reserva, pagamento de comissão e para amortização e liquidação parcial da remuneração das debêntures emitidas pela Companhia. Os rendimentos previstos e recebidos, além do valor principal do investimento, serão utilizados para liquidação das debêntures emitidas. Não havendo tais recebimentos, o vencimento das debêntures será automaticamente postergado até que haja a liquidação financeira desses ativos, ou então estes ativos serão utilizados para liquidação das debêntures pelo seu valor de registro contábil. Conforme acordo de acionistas, poderá ser requerido à Companhia realizar a venda destas ações aos demais acionistas da investida, cujo preço de referência será determinado pelo total investido inicial, acrescido das taxas de referência utilizadas para sua atualização, prêmio e spread adicional, a ser apurado, devendo esta operação ser utilizada para liquidação das debêntures, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

6. Debêntures emitidas: Refere-se à primeira emissão de 550.000 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, com garantia real das ações mencionadas na nota explicativa nº 5, no montante total inicial de R$ 550.000, sobre as quais incidem a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), acrescidos de juros de 7,60% a.a., calculados desde a data de emissão, e com prazo final em 15 de setembro de 2033. Os prazos de amortização definidos na escritura de debêntures iniciam-se em 14 de junho de 2024 e se encerram em 14 de junho de 2033, obedecendo o cronograma estabelecido no acordo de acionistas, nas seguintes proporções em relação ao saldo devedor:

Data da amortização	Valor em 31/12/2023	Valor em 31/12/2022
Até 1 ano	63.448	45.149
Total circulante	**63.448**	**45.149**
Acima de 1 até 2 anos	28.477	14.696
Acima de 2 até 3 anos	55.105	28.657
Acima de 3 até 4 anos	74.392	54.449
Acima de 4 até 5 anos	84.311	73.506
Acima de 5 até 6 anos	84.312	83.306
Acima de 6 até 7 anos	75.880	83.306
Acima de 7 até 8 anos	70.822	74.976
Acima de 8 até 9 anos	53.116	69.977
Acima de 9 até 10 anos	53.116	52.483
Acima de 10 até 11 anos	-	52.483
Total não circulante	**579.531**	**587.839**
Passivo Total	**642.979**	**632.988**

Movimentação das debêntures no exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Emissão de debêntures - início do exercício	550.000	550.000
Rendimentos a pagar no início do exercício	82.988	49.730
Saldo do investimento no início do exercício	**632.988**	**599.730**
Juros pagos no exercício	(63.373)	(43.512)
Receitas financeiras do exercício	73.363	76.770
Saldo no final do exercício	**642.979**	**632.988**

Os recursos para o pagamento das debêntures decorrerão do fluxo de pagamento, decorrente da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais mencionadas na Nota Explicativa nº 5, que constituem garantia real da emissão, cuja alocação observará a seguinte ordem: (i) composição e/ou recomposição, conforme o caso, do Fundo de Despesas; (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável; (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora. Os juros e atualização monetária da emissão são liquidados anualmente, em até 1 dia útil contado da disponibilidade dos recursos advindos da remuneração referencial das ações em favor da Companhia, calculados conforme Nota Explicativa nº 5, pelos valores incorridos. A liquidação antecipada das debêntures terá como liquidação a entrega das ações da CAMASTRA em dação de pagamento utilizando seu valor justo, não cabendo ao debenturista eventuais diferenças nos valores apurados, sendo o valor das ações como sendo justos para sua liquidação.

7. Transações com partes relacionadas: A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Na data das demonstrações financeiras não houve resultados entre a Companhia e quaisquer empresas ou pessoas ligadas, e as seguintes operações estavam registradas nos ativos e passivos da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos	-	-
Valores a ressarcir de empresa ligada	-	-
Passivos	-	1
Valores a reembolsar a empresa ligada	**-**	**1**

Conforme descrito na nota explicativa 1, a operação principal prevê que a gestão ficaria a cargo da coligada Virgo Companhia de Securitização para a gestão da operação decorrente do seu objeto social, o que correspondeu ao repasse do montante de R$ 220 (R$ 205 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R$ 219 (R$ 89 em 31 de dezembro de 2022) transitaram por despesa da Companhia, registrados na rubrica "despesas com partes relacionadas". O investimento principal da Companhia na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. não concede influência da Companhia sobre sua gestão, não dá direito de voto, não compõe o mesmo grupo econômico, não é entidade controlada ou controlada em conjunto por qualquer entidade membro do grupo econômico, não se encontram sob controle comum de uma terceira entidade ou pessoas ligadas ao controlador. A despeito deste fato, nenhuma transação foi realizada entre a Companhia e a Investida que não fosse o fluxo de dividendos recebidos e que totalizaram R$ 65.770 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 43.512 em 2022).

8. Fundo de despesas: Refere-se a valores retidos para compor o fundo de despesas previsto na escritura de debêntures, e serve para garantir o cumprimento das obrigações vinculadas a (ii) pagamento de despesas ou custos de gestão e/ou manutenção da Emissora, inclusive os derivados da propriedade, alienação e percepção de rendimentos derivados das Ações Preferenciais, se aplicável; (iii) pagamento das obrigações financeiras assumidas pela Emissora; e (iv) pagamento de obrigações derivadas do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora, no montante de R$ 1.089 (R$ 886 em 31 de dezembro de 2022).

9. Patrimônio líquido - 9.1. Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 1, divididos em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **9.2. Destinação do resultado:** A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia. A reserva legal constituída no primeiro exercício social atingiu o limite descrito no parágrafo acima, não sendo constituídas novas reservas. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 7 (R$ 47 em 2022). O saldo de lucro remanescente relativo ao exercício de 2023, após o provisionamento do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R$ 21, foi destinado à retenção de lucros posteriormente podendo ser distribuídos como dividendos conforme liquidez dos investimentos.

10. Resultado por ação: O resultado em 31 de dezembro de 2023, um lucro de R$ 28 (lucro de R$ 188 em 2022), dividido pela média ponderada das ações, que é de 1.000 ações, representou um lucro de R$ 0,028 por ação (lucro de R$ 0,188 em 2022).

11. Despesas administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Publicações	-	5
Serviços do sistema financeiro	117	103
Serviços técnicos – partes relacionadas (nota 7)	220	89
Serviços técnicos especializados	160	24
Coordenação de Distribuição Pública (i)	1.561	-
Total	**2.058**	**221**

(i) Honorários às investidoras referentes coordenação e distribuição.

12. Outras despesas operacionais: Durante o exercício houve baixas e constituições referente a despesas reembolsáveis e fundos de despesas que movimentaram a linha de despesas operacionais no montante de R$ 429 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2022).

13. Resultado financeiro: As receitas financeiras são constituídas, principalmente, pelo reconhecimento dos valores a receber relativos ao investimento CAMASTRA, conforme metodologia descrita na Nota Explicativa nº 5, no montante de R$ 75.824 (R$ 77.200 em 2022), e por R$ 100 em rendas de aplicações financeiras (R$ 22 em 2022). As despesas financeiras totalizaram R$ 73.363 (R$ 76.770 em 2022), constituídas de atualização monetária e juros incorridos sobre as debêntures emitidas, conforme descritas na Nota Explicativa nº 6.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

a) Demonstração do cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28	188
AdiçõesReceitas de investimentos recebidos no exercício	65.770	43.511
Exclusões		
Provisões dedutíveis no exercício	(75.824)	(77.154)
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	**(9.966)**	**(33.455)**
IRPJ – Alíquota de 25%		
CSLL – Alíquota de 9%	-	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**-**	**-**

15. Remuneração dos administradores: Não houve remuneração a administradores no curso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16. Gerenciamento de riscos - Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social. Especificamente quanto aos ativos com liquidez, estes são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de resgate automático, para cobertura das obrigações assumidas. No modelo de operações da Companhia, não há hipótese de descasamento de fluxo financeiro. **Estrutura do gerenciamento do risco:** A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos inerentes à atividade da Companhia, não são identificados nas operações e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é anulado em face da compatibilidade entre os investimentos realizados e a emissão de debêntures para o financiamento daqueles, uma vez que se utilizam de garantias entre si de fluxo de caixa e retorno, amparadas em acordo de acionistas. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa de liquidez diária e tem seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco o investimento realizado é co-dependente da emissão de dívida por meio das debêntures, sendo que os fluxos de caixa proveniente dos investimentos estão plenamente compatíveis com o fluxo de caixa esperado para a amortização da dívida, sem riscos associados à Companhia. Qualquer situação que possa envolver insolvência no investimento, os efeitos serão transferidos aos debenturistas investidores, conforme os termos da escritura de debêntures. O risco de crédito dos ativos de liquidez é minimizado em função do baixo risco de insolvência da instituição financeira depositária dos valores. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de caixa entre o investimento principal e a alavancagem na emissão de debêntures. Para as despesas correntes, as reservas disponíveis são consideradas suficientes. **d) Pré-pagamentos** - O risco derivado de eventuais pré-pagamentos advindos do investimento principal, incomum em operações desta natureza, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos (debêntures) que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações recebidas. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento dos investimentos e captações de recursos, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática, são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

17. Serviços prestados pelo auditor: Em atendimento às normas da CVM, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2023 até a aprovação das demonstrações financeiras que requeressem ajustes ou divulgação.

A Diretoria

Sérgio Ferraz - Contador CRCSP - 179881/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
IFIN Participações S.A. - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **IFIN Participações S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IFIN Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas: Conforme descrito nas notas explicativas nos 1 e 7 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento e debentures: Conforme descrito nas notas explicativas nos 3.2, 5 e 6, a Companhia possui investimento em ações preferenciais nominativas adquiridas nas condições estabelecidas no acordo de acionistas e que foram dadas em garantia das debentures emitidas. Este investimento é considerado um investimento-chave para o atingimento de rendimentos que deverão suprir a atualização e liquidação das debêntures emitidas, operações estas sujeitas a atualizações conforme premissas definidas no acordo de acionistas e escritura das debentures, sendo relevante a confirmação da titularidade destas ações e sua valorização pelo custo amortizado. Devido a relevância destes assuntos e suas respectivas naturezas, consideramos estes como sendo os principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de existência, titularidade e valorização do investimento e das debentures incluíram, entre outros: • Leitura e análise do acordo de acionistas e Escritura das debentures para avaliação das premissas utilizadas para sua classificação e precificação; • Verificação da acuracidade matemática dos cálculos, com seu recalculo, e adequado reconhecimento e registro das receitas e despesas oriundas destas transações; • Comparação da posição financeira com a resposta de confirmação externa do investimento e das debentures, conferindo sua titularidade; • Verificação dos recebimentos e liquidações ocorridas no exercício; e • Avaliação das divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar os registros contábeis e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA): A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2023.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador
CRC 1 SP 120359/O-8

Governo prorroga Programa Desenrola Brasil até 20 de maio

Pela segunda vez, o governo vai prorrogar o Programa Desenrola Brasil, programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda, a medida provisória com a extensão do programa pode ser publicada no Diário Oficial da União na quinta-feira (28).

Inicialmente, as renegociações acabariam em dezembro, mas tinham sido prorrogadas até 31 de março. O aumento da procura após a unificação do Desenrola com os aplicativos de bancos, do Serasa Limpa Nome e o Caixa Tem justificou a prorrogação. Desde o início do mês, os débitos do Desenrola também podem ser renegociados nas agências dos Correios.

A prorrogação vale apenas para a Faixa 1 do Desenrola, destinada a pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico) do Governo Federal e a dívidas de até R$ 20 mil. As renegociações para essa categoria começaram em outubro.

Ampliação

Desde o início do ano, o governo tem facilitado a adesão do Desenrola. No fim de janeiro, as pessoas com perfil bronze no Portal Gov.br passaram a poder parcelar as dívidas. Antes, quem tinha a conta desse nível, que tem menos segurança, podia apenas quitar o valor negociado à vista. Com a mudança, a proporção de usuários com login nível bronze subiu de 19% para 40% das negociações diárias.

O governo também passou a integrar a plataforma do Desenrola com os sistemas de atendimento de instituições financeiras e de empresas como o Serasa e os Correios. A integração foi possível por causa da Portaria 124 do Ministério da Fazenda, editada em 29 de janeiro, que autorizou parcerias para ampliar o alcance do programa.

Mais de 700 empresas participam do mutirão, entre bancos, financeiras, comércio varejista, operadoras de telefonia, concessionárias de água e de energia e securitizadoras. Ao todo, mais de 550 milhões de ofertas estão disponíveis no MegaFeirão, além dos descontos de até 96% do Programa Desenrola.

Desde 15 de fevereiro, o Desenrola Brasil passou a ser acessado também por meio do site da Serasa Limpa Nome. Com a integração entre as plataformas, os usuários logados na plataforma da Serasa já conseguem ser redirecionados para o www.desenrola.gov.br, onde é possível consultar as dívidas e fazer os pagamentos nas condições do programa, também sem a necessidade de um outro login.

Trocar o último parágrafo da matéria do Desenrola por estes dois parágrafos, porque o ministério forneceu estatísticas mais atualizadas.

Segundo os números mais recentes do Ministério da Fazenda, o Desenrola Brasil beneficiou cerca de 14 milhões de pessoas, que renegociaram R$ 50 bilhões em dívidas, nas Faixas 1 e 2. Os descontos médios na plataforma do programa estão em 83%, alguns casos chegando a 96%, com pagamento à vista ou parcelado sem entrada, e com até 60 meses para pagar.

Em vigor entre julho e dezembro do ano passado, a Faixa 2 permitiu a renegociação de dívidas de qualquer valor com bancos e demais instituições financeiras por quem ganha até R$ 20 mil. Diferentemente da Faixa 1, as renegociações não eram pedidas pela plataforma do Desenrola, mas pelos canais de atendimento dos bancos. (Agencia Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ nº 26.609.050/0001-64

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores em milhares de Reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2023	2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.088	2.742
Clientes	4	596	5
Outros créditos		7	-
Impostos a recuperar	5	2.248	1.642
Total do ativo circulante		**7.939**	**4.389**
Total do ativo		**7.939**	**4.389**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		1	1
Obrigações tributárias	6	249	237
Dividendos a pagar	7.3	1.076	771
Outras obrigações		5	-
Total do passivo circulante		**1.331**	**1.009**
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	238	238
Reserva legal	7.2	48	48
Reserva de lucros		6.322	3.094
Total do patrimônio líquido		**6.608**	**3.380**
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.939**	**4.389**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	9	3.016	2.366
Custo dos serviços prestados	10	(32)	(32)
Lucro bruto		**2.984**	**2.334**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(207)	(83)
Despesas tributárias		(52)	(71)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	594	339
Resultado operacional		**3.319**	**2.519**
Receitas financeiras	13.1	14.373	9.507
Despesas financeiras	13.2	(11.211)	(7.391)
Resultado financeiro		**3.162**	**2.116**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**6.481**	**4.635**
IRPJ e CSLL	6.1	(2.177)	(1.552)
Lucro líquido do exercício		**4.304**	**3.083**
Lucro básico por ação - Reais		**18,08403**	**12,95**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	4.304	3.083
Resultado abrangente do exercício	**4.304**	**3.083**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020		**238**	**8**	**100**	**-**	**346**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	949	949
Constituição reserva legal		-	40	-	(40)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	7.3	-	-	-	(227)	(227)
Constituição de reserva de lucros		-	-	682	(682)	-
Saldos em 31/12/2021		**238**	**48**	**782**	**-**	**1.068**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.083	3.083
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	7.3	-	-	-	(771)	(771)
Constituição de reserva de lucros		-	-	2.312	(2.312)	-
Saldos em 31/12/2022		**238**	**48**	**3.094**	**-**	**3.380**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.304	4.304
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	7.3	-	-	-	(1.076)	(1.076)
Constituição de reserva de lucros		-	-	3.228	(3.228)	-
Saldos em 31/12/2023		**238**	**48**	**6.322**	**-**	**6.608**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
Receitas		
Receita de serviços	3.338	2.619
Outras receitas	594	339
	3.932	**2.958**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(32)	(32)
Serviços de terceiros e outros	(207)	(83)
Valor adicionado bruto	**3.693**	**2.843**
Valor adicionado líquido produzido	**3.693**	**2.843**
Receitas financeiras	14.373	9.507
Valor adicionado recebido em transferência	**14.373**	**9.507**
Valor adicionado total a distribuir	**18.066**	**12.350**
Impostos taxas e contribuições	**2.551**	**1.876**
Impostos e contribuições	2.551	1.876
Remuneração do capital de terceiros	**11.211**	**7.391**
Despesas financeiras	11.211	7.391
Remuneração do capital próprio	**4.304**	**3.083**
Lucro líquido do exercício	4.304	3.083
Valor total adicionado	**18.066**	**12.350**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.304	3.083
(Aumento)/(Redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(606)	(723)
Clientes	(591)	(5)
Outras contas a receber	(7)	23
(Aumento)/(Redução) de passivo:		
Obrigações tributárias	12	125
Outras Obrigações	5	-
		-
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	**3.117**	**2.503**
Das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(771)	(227)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(771)**	**(227)**
Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	**2.346**	**2.276**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.742	466
No final do exercício	5.088	2.742
Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	**2.346**	**2.276**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27/10/2016. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis Imobiliários e do Agronegócio, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados nos recebíveis descritos acima. Durante o exercício findo em 31/12/2023, foram integralizados 21 séries de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários), 02 série de CRA (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e 12 séries de debêntures, totalizando 35 séries.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
CRI	14ª	2	13/01/2023	22.000
CRI	12ª	1	31/01/2023	7.393
CRI	25ª	1	03/02/2023	8.000
CRI	25ª	2	30/05/2023	6.000
CRI	28ª	1	30/06/2023	29.190
CRI	28ª	2	30/06/2023	4.170
CRI	28ª	3	30/06/2023	8.340
CRI	27ª	1	30/06/2023	12.000
CRI	27ª	1	30/06/2023	10.885
CRI	33ª	1	07/08/2023	11.955
CRI	31ª	1	07/08/2023	23.000
CRI	33ª	2	08/08/2023	6.437
CRI	29ª	1	09/08/2023	3.800
CRI	29ª	2	09/08/2023	2.500
CRI	1ª	70	10/08/2023	18.000
CRI	34ª	2	13/10/2023	60.000
CRI	34ª	1	13/10/2023	60.000
CRI	36ª	1	13/12/2023	170.000
CRI	36ª	2	13/12/2023	130.000
CRI	36ª	3	13/12/2023	100.000
CRI	41ª	1	26/12/2023	12.000
CRA	16ª	1	14/06/2023	72.000
CRA	16ª	2	04/07/2023	18.000
DEB	1ª	3	08/05/2023	17.500
DEB	1ª	1	09/05/2023	45.500
DEB	1ª	2	09/05/2023	7.000
DEB	2ª	1	22/05/2023	200.000
DEB	5ª	1	15/08/2023	24.000
DEB	5ª	2	15/08/2023	6.000
DEB	4ª	1	21/08/2023	5.780
DEB	4ª	2	21/08/2023	4.220
DEB	6ª	1	01/11/2023	30.000
DEB	8ª	1	30/11/2023	5.000
DEB	3ª	1	18/12/2023	95.000
DEB	3ª	2	18/12/2023	5.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: **2.1. Declaração dos diretores:** Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 22/03/2024. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. IRPJ e CSLL:** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para CSLL à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes) :** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário. **3. Caixa e equivalentes de caixa:**

Descrição	2023	2022
Banco conta movimento	1	-
Aplicação financeira **(i)**	5.087	2.742
	5.088	**2.742**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Clientes**: Os valores a receber de clientes referem-se ao faturamento de prestação de serviços de intermediação na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Em 31/12/2023, esse montante é de R$ 596 (R$ 5 em 2022). **5. Impostos a recuperar:** Os saldos em 31/12/2023 referem-se basicamente a IRPJ retido na fonte decorrentes de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	2023	2022
Saldo negativo – IRPJ **(i)**	1.060	1.606
IRPJ Retido na Fonte – IRRF	1.147	-
Contribuições Sociais Retidas na Fonte – CSRF	30	25
Outros impostos a recuperar	11	11
Total	**2.248**	**1.642**

(i) IRPJ sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

6. Obrigações tributárias :

Descrição	2023	2022
ISS a Recolher	43	16
IRPJ/CSLL a Recolher **(i)**	170	218
IRRF – Terceiros	1	-
PIS a Recolher	5	-
COFINS a Recolher	30	3
Total	**249**	**237**

(i) Refere-se substancialmente a IRPJ e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

6.1. IRPJ e CSLL:

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	6.481	4.635
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	6.481	4.635
Taxa efetiva para Impostos	33,59%	24%
Benefício adicional do IRPJ 10% - até 240 mil	240	440
(=) IRPJ e CSLL	**(2.177)**	**(1.552)**

7. Patrimônio líquido: 7.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Travessia Securitizadora S.A., é de R$ 238, (R$ 238 em 2022) divididos em 237.677 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R$ 5.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

		Ações	
Acionistas	%	2023	2022
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	95,2705	227	227
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	4,7295	11	11
Capital subscrito	**100**	**238**	**238**

7.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **7.3. Dividendos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. Em 31/12/2023 os dividendos foram calculados como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**4.304**	**3.083**
Valor destinado para constituição de reserva legal **(a)**	-	-
Base de cálculo dos dividendos	**4.304**	**3.083**
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos (b)	**1.076**	**771**

(a) Em 2023 não houve cálculo de Reserva legal, a companhia já destinou o limite máximo a 20% do capital social; **(b)** Em 10/05/2023 foram pagos dividendos mínimos obrigatório no montante de 771 referente ao exercício findo em 31/12/2022. **7.4. Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. **8. Provisão para contingências**: A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **9. Receita operacional líquida**: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia no exercício findo em 31/12/2023 e de 2022 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	2023	2022
Receita operacional	3.338	2.619
PIS, COFINS e ISS	(322)	(253)
	3.016	**2.366**

10. Custo dos serviços prestados: Em 31/12/2023 e de 2022 os custos de serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	2023	2022
Taxas CVM/B3	(32)	(32)
Total	**(32)**	**(32)**

11. Despesas gerais e administrativas: Em 31/12/2023 e de 2022 as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	2023	2022
Anúncios e publicações **(a)**	(16)	(26)
Consultoria e auditoria	(123)	(39)
Internet	(6)	(6)
Manutenção de sistemas	-	(7)
Associação de classe	(34)	-
Honorários advocatícios	(16)	(5)
Despesas com software	(11)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(1)	(-)
Total	**(207)**	**(83)**

12. Outras receitas operacionais: Em 31/12/2023 e de 2022, o saldo de outras receitas operacionais referem-se a gastos reembolsáveis com as operações.

Descrição	2023	2022
Outras receitas **(a)**	594	339
Total	**594**	**339**

(i) As outras receitas operacionais são constituídas pelos valores arrecadados através da recuperação de custos dos serviços de banco liquidante e escriturador, cobrados da Companhia pela instituição financeira nos períodos findos em 31/12/2023 e de 2022. **13. Resultado financeiro**: Em 31/12/2023 e de 2022 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas: **13.1. Receitas financeiras:**

Descrição	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras **(a)**	14.280	9.462
Outras Receitas Financeiras	93	45
Total	**14.373**	**9.507**

(a) Rendimentos de aplicações financeiras decorrentes de recursos originados de direitos creditórios. **13.2. Despesas financeiras:**

Descrição	2023	2022
Outras despesas financeiras **(a)**	(11.211)	(7.391)
Total	**(11.211)**	**(7.391)**

(a) Despesas com repasse de rendimentos de aplicações financeiras das operações securitizadas. **14. Instrumentos financeiros**: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **14.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31/12/2023 são descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras; **• Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3):** A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **15. Remuneração do pessoal-chave da administração**: Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31/12/2023. **16. Eventos subsequentes**: O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 02/02/2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis. O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas. Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente. Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior. Desta forma, a partir de 02/02/2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs. A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada. As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida. Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. A Resolução CMN 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024) representa uma dessas mudanças significativas, impactando diretamente a emissão de CRIs e CRAs e exigindo uma revisão cuidadosa das práticas e políticas corporativas relacionadas a esses instrumentos financeiros.

Diretor Presidente
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Responsável Técnico
Paulo Donizete Eudes da Silva - Contador - CRC 1SP177836-O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora S.A.** São Paulo – SP **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora S.A.** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") :** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Certificados de recebíveis imobiliários:** A Companhia mantém direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificados de Recebíveis Agronegócio (CRA) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Referidos direitos de créditos tem o propósito específico e exclusivo de prover o lastro a liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, gerencia o recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis imobiliários em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras da Companhia. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a: (i) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; • Verificação da cessão dos direitos creditórios; • Verificação da documentação que comprova o lastro das operações; • Recalculamos os certificados de recebíveis; • Avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA) :** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22/03/2024.

Villela e Associados
Auditoria e Consultoris S. S.
CRC MG – 007189/O-2

Luis Guilherme Villela Alves
Contador
CRC – MG 67.509/O-8

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

CNPJ nº 07.658.098/0001-18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores, Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Qualicorp Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Apresentação:** A Qualicorp Administradora de Benefícios é a maior administradora brasileira de planos de saúde coletivos por adesão e outros benefícios para grupos de afinidade, definidos em função da profissão ou área de atuação, em parceria com entidades de classe, com a escala dessa coletividade, a Qualicorp negocia junto às operadoras planos com condições especiais. A empresa também presta serviços de consultoria e gestão de planos de saúde coletivos empresariais e outros benefícios para empresas nacionais e multinacionais, dos mais variados portes. **Política de Destinação dos Lucros:** A Companhia, de acordo com as disposições estatutárias, deve distribuir no mínimo 1% do lucro do Exercício. Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício. A Companhia, em linha com o atual cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia doméstica em geral, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços não só em oferecer produtos mais acessíveis, mas também no atendimento qualificado e com soluções para pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade. Mesmo com todos os obstáculos, 2023 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de retomada do crescimento. Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte neste processo. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos. **Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s).** A Companhia vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2024, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária. **Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde.** A Companhia realizou investimentos, distribuídos em inovação e tecnologia, além de incentivos e comissionamento aos canais de vendas para distribuição de seus produtos. Além disso, a Companhia mantém investimento direto na controlada Plural Gestão de Planos em 75% de participação. **Investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício. Incorporação da Elo Administradora de Benefícios Ltda.:** Em 1 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda., tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolos e justificação de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida e seus acionistas, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido na incorporação foi o valor contábil dos ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação aprovado pela ANS em 28 de novembro de 2022. **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.** A Companhia afirma que ao final do ano de 2023, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora. **Capital social e dividendos:** Acordos de acionistas da Qualicorp Administradora de Benefícios e sua controlada:

Sócios	Quotas	%	Valor Total
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	1.215.625	75%	R$ 17.504.995,20
André Luiz Corbacho Vianna.	261.753	16%	R$ 3.769.236,80
Sérgio Ricardo J. C. Braga	92.874	6%	R$ 1.337.390,40
André Adrien Theodore Bucsan	33.721	2%	R$ 485.581,00
Sílvio César Masquita	16.860	1%	R$ 242.790,40
TOTAL	**1.620.833**	**100%**	**R$ 23.339.993,60**

Conforme contratos sociais, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação da unanimidade dos sócios. **Informações Complementares:** Os demais itens previstos pela RN n° 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Companhia, mas sempre estando em *conformidade* com as normas das ANS.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo Circulante		**954.562**	**693.847**	**1.034.185**	**761.859**
Disponível	7	162.753	181.407	181.821	188.623
Realizável		**791.809**	**512.440**	**852.364**	**573.236**
Aplicações Financeiras	8	**435.431**	**305.990**	**435.431**	**312.332**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		–	23.157	–	29.499
Aplicações Livres		435.431	282.833	435.431	282.833
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	**57.918**	**69.958**	**111.953**	**122.816**
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		55.658	69.958	109.693	122.816
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde		2.260	–	**2.260**	–
Créditos Tributários e Previdenciários		**42.266**	**36.816**	**44.158**	**36.827**
Bens e Títulos a Receber	10	**252.892**	**96.969**	**256.456**	**97.036**
Despesas Antecipadas		**3.302**	**2.707**	**4.366**	**4.225**
Ativo Não Circulante		**798.531**	**914.418**	**806.613**	**918.123**
Realizável a Longo Prazo		**29.233**	**111.682**	**45.875**	**136.610**
Créditos Tributários e Previdenciários		–	42.157	6.765	47.653
Depósitos Judiciais e Fiscais		19.925	9.490	21.168	11.320
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		9.308	60.035	17.942	77.637
Investimentos	12	**221.074**	**311.400**	**33**	**33**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		221.041	311.367	–	–
Participações Societárias - Operadora de Planos de Assistência a Saúde		221.041	311.367	–	–
Outros Investimentos		33	33	33	33
Imobilizado		**6.851**	**7.621**	**7.812**	**11.216**
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		413	444	803	1.248
Direito de Uso de Arrendamentos	16	6.438	7.177	7.009	9.968
Intangível	13	541.373	483.715	752.893	770.264
Total do Ativo		**1.753.093**	**1.608.265**	**1.840.797**	**1.679.981**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo Circulante		**670.982**	**438.037**	**738.687**	**485.694**
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	**396.132**	**276.759**	**458.878**	**316.517**
Contraprestações/Prêmios a Restituir		57.104	53.901	57.104	53.901
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		51.288	61.122	59.997	69.798
Comercialização sobre Operações		1.312	1.075	1.312	1.075
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		284.486	160.661	338.523	191.743
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde		1.942	–	1.942	–
Provisões		**–**	**–**	**–**	**1.109**
Provisão para IR e CSLL		–	–	–	1.109
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**9.573**	**10.016**	**11.655**	**11.568**
Débitos Diversos	15	**265.277**	**151.262**	**268.154**	**156.500**
Passivo não Circulante		**181.204**	**231.300**	**187.505**	**245.557**
Provisões		120.581	179.039	125.507	191.145
Provisões para Tributos Diferidos		62.822	132.558	65.633	133.010
Provisões para Ações Judiciais	17	57.759	46.481	59.874	58.135
Débitos Diversos	15	**60.623**	**52.261**	**60.723**	**54.412**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		**–**	**–**	**1.275**	–
Patrimônio Líquido		**900.907**	**938.928**	**914.605**	**948.730**
Capital Social	18	314.006	314.006	314.006	314.006
Capital Social a Integralizar		–	–	**–**	**–**
Reservas		586.901	624.922	586.901	624.921
Reservas de Capital		119.122	113.251	119.122	113.251
Reservas de lucro		467.779	511.671	467.779	511.670
Lucros acumulados		**–**	**–**	–	–
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		**900.907**	**938.928**	**900.907**	**938.927**
Participação dos não controladores no patrimônio líquido		–	**–**	**13.698**	**9.803**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.753.093**	**1.608.265**	**1.840.797**	**1.679.981**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Atribuível a proprietários da controladora: Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Outros	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos não controladores: Participação dos não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro 2021		**314.006**	**104.874**	**60.042**	**365.283**	**–**	**844.205**	**2.750**	**846.955**
Ajuste por adoção de Norma Contábil		–	–	–	24.857	–	24.857	5.430	30.287
Saldos em 01 de Janeiro 2022		**314.006**	**104.874**	**60.042**	**390.140**	**–**	**869.062**	**8.180**	**877.242**
Lucro líquido do exercício		**–**	–	–	–	282.764	**282.764**	2.771	**285.535**
Ações restritas		**–**	8.377	–	–	–	**8.377**	–	**8.377**
Dividendos pagos		–	–	–	(3.276)	(217.999)	**(221.275)**	–	**(221.275)**
Constituição de reserva legal		–	–	14.138	–	(14.138)	**–**	–	**–**
Dividendo mínimo obrigatório		–	–	–	–	–	**–**	–	**–**
Constituição de reserva de lucros		–	–	–	50.627	(50.627)	**–**	–	**–**
Dividendos minoritários		–	–	–	–	–	**–**	(1.148)	**(1.148)**
Saldos em 31 de Dezembro 2022		**314.006**	**113.251**	**74.180**	**437.491**	**–**	**938.928**	**9.803**	**948.731**
Ajuste por adoção de Norma Contábil		–	–	–	(27.436)	–	(27.436)	(600)	(28.036)
Saldos em 01 de Janeiro 2023		**314.006**	**113.251**	**74.180**	**410.055**	**–**	**911.492**	**9.203**	**920.695**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	104.905	**104.905**	2.422	**107.327**
Ações restritas		–	5.871	–	–	–	**5.871**	–	**5.871**
Dividendos pagos		–	–	–	(50.627)	(70.734)	**(121.361)**	–	**(121.361)**
Reclassificação de reserva legal		–	–	(11.379)	11.379	–	**–**	–	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	18	–	–	–	342	(342)	**–**	–	**–**
Constituição de reserva de lucros	18	–	–	–	33.829	(33.829)	**–**	–	**–**
Aporte de capital em controlada por minoritários		–	–	–	–	–	**–**	3.004	**3.004**
Dividendos minoritários		–	–	–	–	–	**–**	(931)	**(931)**
Saldos em 31 de Dezembro 2023		**314.006**	**119.122**	**62.801**	**404.978**	**–**	**900.907**	**13.698**	**914.605**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado do Exercício - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora Acumulado até 31/12/2023	Controladora Acumulado até 31/12/2022	Consolidado Acumulado até 31/12/2023	Consolidado Acumulado até 31/12/2022
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**987.983**	**1.019.559**	**1.081.902**	**1.135.099**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**1.057.678**	**1.090.848**	**1.158.287**	**1.214.622**
Receitas com Administração		1.057.678	1.090.848	1.158.287	1.214.622
(–) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(69.695)	(71.289)	(76.385)	(79.523)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**987.983**	**1.019.559**	**1.081.902**	**1.135.099**
Outras Receitas Operacionais		19.871	14.754	21.384	16.430
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		14.432	5.981	14.432	5.981
Outras Receitas Operacionais de planos de Assistência à Saúde		5.439	8.773	6.952	10.449
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(205.042)**	**(326.944)**	**(228.350)**	**(349.888)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	20	(148.636)	(228.441)	(153.701)	(233.304)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(56.406)	(98.503)	(74.649)	(116.584)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(4.070)	(5.401)	(4.590)	(6.310)
Resultado Bruto		**798.742**	**701.968**	**870.346**	**795.331**
Despesas de Comercialização	20	**(41.124)**	**(15.310)**	**(50.304)**	**(28.386)**
Despesas Administrativas	20	**(536.986)**	**(368.994)**	**(588.791)**	**(424.042)**
Resultado Financeiro Líquido	21	(130.588)	69.790	(127.723)	68.272
Receitas Financeiras		104.612	103.758	109.991	110.413
Despesas Financeiras		(235.200)	(33.968)	(237.714)	(42.141)
Resultado Patrimonial		**7.265**	**9.293**	**–**	**–**
Receitas Patrimoniais		8.540	12.486	–	–
Despesas Patrimoniais		(1.275)	(3.193)	–	–
Resultado Antes Dos Impostos E Participações	22	**97.309**	**396.747**	**103.528**	**411.175**
Imposto de Renda		667	(55.533)	(2.150)	(64.057)
Contribuição Social		–	(21.443)	(1.023)	(24.580)
Impostos Diferidos		11.944	(35.002)	11.987	(34.998)
Participações sobre o Lucro		(5.014)	(2.004)	(5.014)	(2.004)
Resultado Líquido		**104.905**	**282.764**	**107.327**	**285.535**
Atribuível a					
Participações dos acionistas controladores		104.905	282.764	104.905	282.764
Participações dos não controladores		–	–	2.422	2.771
Resultado Líquido do Exercício		**104.905**	**282.764**	**107.327**	**285.535**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultado Abrangente - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora Acumulado até 31/12/2023	Controladora Acumulado até 31/12/2022	Consolidado Acumulado até 31/12/2023	Consolidado Acumulado até 31/12/2022
Resultado Líquido do Exercício	104.905	282.764	107.327	285.535
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**104.905**	**282.764**	**107.327**	**285.535**
Atribuído a				
Acionistas controladores	104.905	282.764	104.905	282.764
Acionistas não controladores	–	–	2.422	2.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
(+) Recebimentos de planos de saúde		8.709.885	9.190.277	9.212.398	9.811.492
(+) Resgate de aplicações financeiras		3.405.562	–	3.410.603	257.557
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		52.185	41.985	53.411	44.817
(+) Outros Recebimentos Operacionais		589.402	739.857	589.953	771.817
(–) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(8.169.757)	(8.296.100)	(8.584.047)	(8.828.528)
(–) Pagamentos de Comissões		(3.272)	(7.696)	(26.064)	(39.888)
(–) Pagamentos de Pessoal		(105.151)	(64.362)	(118.996)	(79.047)
(–) Pagamentos de Pró-Labore		–	–	(1.698)	(1.899)
(–) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(91.658)	(85.416)	(94.611)	(90.081)
(–) Pagamentos de Tributos		(103.606)	(170.769)	(118.890)	(201.020)
(–) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		–	–	(271)	–
(–) Pagamentos de Aluguel		(3.486)	(772)	(4.332)	(2.000)
(–) Pagamentos de Promoção/Publicidade		(12.444)	(15.687)	(14.166)	(18.287)
(–) Aplicações Financeiras		(3.522.001)	(30.502)	(3.522.001)	(288.512)
(–) Outros Pagamentos Operacionais		(547.462)	(908.818)	(561.604)	(941.443)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**198.197**	**391.997**	**219.685**	**394.979**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR		–	–	–	–
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		–	–	–	(16)
(+) Recebimentos de venda de Investimentos		–	–	–	–
(+) Recebimentos de Dividendos		11.694	–	–	–
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		–	–	–	–
(–) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - HOSPITALAR		–	–	–	–
(–) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS		–	–	(13)	–
(–) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(16.112)	(45.126)	(16.112)	(45.126)
(–) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas, líquido do caixa adquirido		(31.355)	–	(31.355)	–
(–) Cisão parcial		–	(218.574)	–	(218.574)
(–) Caixa incorporado por aquisição		–	–	–	–
(–) Adiantamento para futuro aumento de Capital		–	–	–	–
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento		(3.953)	(23.700)	(3.953)	(23.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(39.726)**	**(287.400)**	**(51.433)**	**(287.416)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		–	–	2.071	–
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento		–	–	–	–
(+) Caixa Absorvido de Empresas Incorporadas		–	–	–	–
(+) Captação (Pagamentos) de amortização e encargos sobre empréstimos		–	–	–	–
(+) Recebimentos de Empréstimos/Financiamentos		–	–	–	–
(+) Integralização de capital em dinheiro		–	–	–	–
(–) Pagamentos de Participações no Resultado		(79.399)	–	(79.399)	(1.148)
(–) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		–	(10.974)	–	(10.974)
(–) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing		–	–	–	–
(–) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(97.726)	–	(97.726)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(177.125)**	**(10.974)**	**(175.054)**	**(12.122)**
Variação Líquida do Caixa		**(18.654)**	**93.623**	**(6.802)**	**95.440**
Caixa - saldo inicial	7	**181.407**	**87.784**	**188.623**	**93.184**
Caixa - saldo final	7	**162.753**	**181.407**	**181.821**	**188.623**
Ativos livres no início do ano (*)	7	**181.407**	**87.784**	**188.623**	**93.184**
Ativos livres no fim do ano (*)	7	**162.753**	**181.407**	**181.821**	**188.623**
Aumento das Aplicações Financeiras - Recursos Livres		**(18.654)**	**93.623**	**(6.802)**	**95.439**

(*) Refere-se ao saldo disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais: **a) Contexto Operacional:** A Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ("Qualicorp Benefícios" ou "Companhia") sociedade por ações, com seu capital fechado, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2006, com sede no Estado de São Paulo, é uma Companhia controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp" ou "Controladora"). Em 12 de fevereiro de 2010, a Companhia recebeu autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - (¨ANS") para operar como Companhia administradora de benefícios, cujas atividades estão delimitadas conforme Resoluções Normativas (RNs) nº 195/2009 e 515/2022 da ANS. A Companhia e suas controladas Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e Elo Administradora de Benefícios Ltda. efetuam operações de administração, estipulação de benefícios coletivos por adesão e empresarial direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, órgãos públicos e etc.). As operações são conduzidas através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional. As sinergias dos serviços prestados conjuntamente pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos. **b) Principais eventos ocorridos em 2023:** I. Reestruturação societária das controladas Elo Administradora de Benefícios Ltda. Em 01 de janeiro de 2023, foi realizada a incorporação total da Elo Administradora de Benefícios Ltda. pela Companhia, tendo como efeito a extinção da controlada incorporada. A incorporação total da controlada, conforme protocolo e justificação de incorporação constantes nos atos societários beneficiará a sociedade envolvida, uma vez que trará benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos da sociedade envolvida, bem como a racionalização operacional e administrativa, o que resultará em sinergias e resultados com a economia de esforços operacionais, societários e estruturais. O critério de avaliação do patrimônio líquido da Elo Administradora de Benefícios Ltda. na incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2022, conforme laudo de avaliação.

O acervo líquido incorporado foi o seguinte:

Acervo líquido incorporado da Elo Administradora de Benefícios Ltda.

Ativo circulante		**Passivo circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	4.838	Arrendamentos	397
Aplicações financeiras	1.386	Impostos e contribuições a recolher	1.252
Créditos a receber de clientes	6.957	Prêmios a repassar	6.060
Outros ativos	249	Obrigações com pessoal	183
Total do ativo circulante	**13.430**	Antecipações a repassar	2
		Partes relacionadas	9
		Débitos diversos	61
		Total do passivo circulante (B)	**7.964**
Ativo não circulante			
Outros ativos	543	**Passivo não circulante**	
Imobilizado	2.371	Arrendamentos	1.807
Intangível	111	Provisão para riscos	4.237
Total do ativo não circulante	**3.025**	**Total do passivo não circulante (C)**	**6.044**
Total do ativo (A)	**16.455**	**Acervo líquido (A) - (B) - (C)**	**2.447**
Variação do acervo líquido no período de 30 de setembro de 2022 (data-base do laudo da incorporação) até 01 de janeiro de 2023 (data-base da efetiva incorporação) (D)			1.008
Efeito contábil da incorporação em 01 de janeiro de 2023 (A) - (B) - (C) + (D)			**3.455**

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas: **i) Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS. As mesmas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. **i) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 3. Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa. **ii) Base de consolidação:** Em 31 de dezembro de 2023, a controladora (holding) do Grupo é a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e possui investimentos diretos. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, e são contabilizados inicialmente ao custo, ajustado subsequentemente pelas participações da investidora nos resultados das operações e outros ganhos e perdas. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia incluem:

Controladas diretas	Principal atividade	País-Sede	Participação 31/12/2023	Participação 31/12/2022
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Administração e estipulação de benefícios	Brasil	75%	75%
Elo Administradora de Benefícios Ltda. (i)	Administração e estipulação de benefícios	Brasil	–	100%

i) Controladas incorporadas em 01 de janeiro de 2023 conforme nota explicativa nº 1 b) III. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentado como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração do resultado consolidado na rubrica de "Participação dos acionistas não controladores". ***3. Políticas Contábeis:*** As políticas contábeis adotadas foram as seguintes: Princípios gerais: Os Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. i. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9). A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto; **c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. **iii. Aplicações financeiras:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. Para o Período de 2023 normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações mantidas como ativo garantidor. **iv. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios:** Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Companhia e suas controladas), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "Contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios". Nas operações em que a Companhia assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios". **v. Provisão para perdas sobre créditos:** Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência da Companhia sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo. A Companhia também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber. **vi. Combinação de negócios e investimentos em controladas:** Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. De acordo com a nova definição de negócio constante no item B7 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em Inputs (Entradas) e Processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de Outputs (Saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo para ser um negócio. **a) Demonstrações financeiras consolidadas:** Controladas: Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Adicionalmente a Companhia não possui ou detém participações não controladoras. **b) Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia considera que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos

continua→★

→★ continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **vii. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a). **viii. Intangível:** Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 3 ix a). (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica "Investimentos", líquidos das amortizações, impostos diferidos e baixas. **ix. Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment): a) Ativo imobilizado e intangível com prazo de vida útil determinados:** No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **b) Ágio:** O ágio (goodwill) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Adicionalmente, os ágios são alocados a unidade geradora de caixa Afinidades, que são avaliados para fins de impairment anualmente. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Durante o exercício de 2023, a Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e não detectaram necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável. Para maiores detalhes ver a nota explicativa nº 13 a). **x. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R$20. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utilizam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **xi. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **xii. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes: 1) Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente. 2) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão. **xiii. Regime de tributação:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos. **xiv. Provisões para ações judiciais:** As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo: • Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos; • Aprimora o controle de desempenho; • Elimina erros contábeis e mitiga riscos; • Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento; • Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; • Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível. Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

=[(Base ativa x % Taxa de perda) x $ Valor médio/mediano de desembolso]

xv. Participações sobre o lucro e opções de compra de ações e ações restritas

As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes (nota explicativa nº 19). A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta "Reserva de capital - opções outorgadas de ações". Plano de ações restritas: O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração de sua controladora, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato. O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações de sua controladora, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria de sua controladora. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S. A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. **xvi. Contabilização dos dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante (vide nota explicativa nº 18), por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é registrada no patrimônio líquido. **xvii. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor-Presidente da Companhia e de suas controladas. A Companhia possui apenas um segmento, o Segmento Afinidades. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 23. ***4 Estimativas, Julgamentos e premissas contábeis significativas:*** Na aplicação das práticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes. A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas a seguir: a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment). A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por impairment, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3 ix b) e premissas na nota explicativa nº 13. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 13. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 14,5% para 15,5% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida. **b) Provisão para riscos cíveis:** As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R$4.589. **5. Instrumentos Financeiros:** a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros. Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Controladora	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	137.948	–	70.356
Aplicações financeiras	–	435.431	–	305.990
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	55.658	–	69.958	–
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	2.260	–	–	–
Bens e títulos a receber	252.892	–	96.969	–
Depósitos judiciais e fiscais	19.925	–	9.490	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	284.486	–	160.661	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	51.288	–	61.122	–
Contraprestações/prêmios a restituir	57.104	–	53.901	–
Comercialização sobre Operações	1.312	–	1.075	–
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	–	–	–
Débitos diversos - passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	–	55.960	–	45.631
Débitos diversos - circulante e não circulante	269.940	–	157.892	–

Consolidado	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	–	137.949	–	74.984
Aplicações financeiras	–	435.431	–	312.332
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	109.693	–	122.816	–
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	2.260	–	–	–
Bens e títulos a receber	256.456	–	97.036	–
Depósitos judiciais e fiscais	21.168	–	11.320	–
Passivos financeiros:				
Débitos de operações de administração de Benefícios	338.523	–	191.743	–
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	59.997	–	69.798	–
Contraprestações / prêmios a restituir	57.104	–	53.901	–
Comercialização sobre Operações	1.312	–	1.075	–
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	–	–	–
Débitos diversos - passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	–	55.960	–	45.631
Débitos diversos - circulante e não circulante	272.917	–	165.281	–

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial: A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo: • Nível 1 - Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua. • Nível 2 - Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento. · Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2023		31/12/2022	
Consolidado	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	137.948		74.984	
Aplicações financeiras	435.431	–	312.332	–
Débitos diversos - passivo não circulante - Opções de compra para aquisição de participação de não controladores	–	55.960		45.631

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis. O valor contábil dos demais ativos e passivos financeiros é próximo ao seu valor justo. **Reconciliação das mensurações de valor justo de Nível 3 dos passivos financeiros:**

	Valor justo por meio do resultado
	Plural
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45.631
Atualização a valor justo	10.329
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**55.960**

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. A determinação do valor de compra da participação de não controladores é determinada substancialmente através de múltiplos de Faturamento, ambos para o período de 12 meses que antecederem o exercício da opção. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. Instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação. **b) Gerenciamento dos principais riscos:** A Companhia efetua operações de estipulação e administração de benefícios e de planos de saúde, inclusive autogestões, corretagens e consultoria, por intermédio de suas controladas diretas, basicamente nos segmentos de seguro-saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que essas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração. • Risco de crédito: O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 e 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. A Companhia realiza rateio de juros das debêntures junto com sua investidora na proporção de 60% para a Companhia e 40% para a investidora, as debêntures são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (B3), acrescida de "spread" de 1,85% ao ano para as debêntures. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 11. Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
Conta	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	137.948	70.356	137.949	74.984
Aplicações financeiras vinculadas (i)	435.431	305.990	435.431	312.332
Total de exposição líquida	**573.379**	**376.346**	**573.380**	**387.316**

i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 7 e 8. Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros: As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível. Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R$ 7.135. Risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18). A Companhia e suas controladas estão sujeitas a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser superiores ao patrimônio líquido ajustado ("PLA") por efeitos econômicos. Abaixo, demonstramos o patrimônio líquido ajustado por entidade calculado em 31 de dezembro de 2023, os quais estão enquadrados à respectiva Resolução Normativa:

	31/12/2023	
Descrição	Qualicorp Benefícios	Plural
PLA	135.198	24.956
Capital regulatório	91.509	10.726

A Companhia e sua controlada estão enquadrados à respectiva Instrução Normativa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022: Risco de liquidez: Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Consolidado	Menos de seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	Total
31 de dezembro de 2023:				
Débitos de operações de administração de benefícios	338.523	–	–	338.523
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	59.997	–	–	59.997
Contraprestações/prêmios a restituir	57.104	–	–	57.104
Comercialização sobre Operações	1.312	–	–	1.312
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	–	–	1.942
Débitos diversos	268.154	–	60.723	328.877
Total	**727.032**	**–**	**60.723**	**787.755**

6: Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas: Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor: A Companhia e suas controladas iniciaram o exercício 2023 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não houve impactos para a Companhia por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substitui o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Companhia concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.
CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Companhia concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
CPC 48	Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração : o pronunciamento CPC 48 foi emitido e passou a vigorar em 1º de janeiro de 2018, e aprovado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) através da Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022 e passou a vigorar em 1 de janeiro de 2023, com seus efeitos aplicados ao saldo de abertura nas demonstrações financeiras referentes ao exercício atual. A Companhia adotou o CPC 48 aplicando os saldos na abertura das demonstrações financeiras, utilizando o método retrospectivo modificado com efeito cumulativo.

Impactos estimados da adoção das normas CPC 48 na data de abertura das demonstrações financeiras:

Controladora	Divulgado		Adoção de Normas
Balanço Patrimonial	31/12/2022	CPC 48	01/01/2023
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	69.958	(38.899)	31.059
Investimentos	311.400	(1.801)	309.599
Créditos tributários e previdenciários	42.157	13.264	55.421
Ativo	**423.515**	**(27.436)**	**396.079**
Patrimônio líquido	938.928	(27.436)	911.492
Passivo e patrimônio líquido	**938.928**	**(27.436)**	**911.492**

Consolidado	Divulgado		Adoção de Normas
Balanço Patrimonial	31/12/2022	CPC 48	01/01/2023
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	122.816	(42.537)	80.279
Créditos tributários e previdenciários	47.653	14.501	62.154
Ativo	**170.469**	**(28.036)**	**142.433**
Patrimônio líquido	948.730	(28.036)	920.694
Passivo e patrimônio líquido	**948.730**	**(28.036)**	**920.694**

Adicionalmente, para fins de comparação, demonstramos abaixo os impactos da adoção do CPC 48 na demonstração de resultado caso a data de aplicação da norma fosse 1º de janeiro de 2022.

Controladora	Divulgado		Após adoção de normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48	31/12/2022
Provisão para perdas sobre créditos	(98.503)	(38.899)	(137.402)
Impostos diferidos	(35.002)	13.264	(21.738)
Lucro líquido	**282.764**	**(25.635)**	**257.129**

Consolidado	Divulgado		Após adoção de normas
Demonstração do Resultado	31/12/2022	CPC 48	31/12/2022
Provisão para perdas sobre créditos	(116.584)	(42.537)	(159.121)
Impostos diferidos	(34.998)	14.501	(20.497)
Lucro líquido	**285.535**	**(28.036)**	**257.499**

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:
As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1° de janeiro de 2024:

Normas	Descrição da alteração
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço e que não é afetada pelas expectativas da gestão em liquidar os passivos em curto prazo. Esclarece também que se o direito de uma entidade de diferir a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento das cláusulas exigidas apenas em uma data posterior ao período de relatório ("future covenants"), a entidade tem o direito de diferir a liquidação do passivo mesmo que não cumpra essas cláusulas no final do período de relatório. Introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
CPC 06	Arrendamentos: A Alteração especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso que retém.
CPC 40	Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Nesses acordos, um ou mais financiadores pagam valores que uma entidade deve a seus fornecedores. A entidade concorda em liquidar esses valores com os provedores de financiamento de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data ou em data posterior àquela em que os provedores de financiamento pagam aos fornecedores da entidade. Para esses acordos, é exigido que uma entidade forneça informações sobre o impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre passivos e fluxos de caixa, incluindo termos e condições desses acordos, informações quantitativas sobre passivos relacionados a esses acordos no início e no final do período de relatório e o tipo e efeito das mudanças não monetárias nos valores contábeis desses acordos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

7. Disponível:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas (a)	137.948	70.356	137.949	74.984
Bancos conta depósito - movimento - país	24.752	111.048	26.733	113.636
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs (b)	50	–	17.136	–
Caixa	3	3	3	3
Total	**162.753**	**181.407**	**181.821**	**188.623**

a) Refere-se à operação compromissada com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI de 75% a 90%. b) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 55% a 100% do CDI e estão custodiados na B3.

8. Aplicações Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de Fundos de Investimentos (a)	435.431	282.833	435.431	282.833
Fundo de investimento ANS (b)	–	23.157	–	29.499
Total	**435.431**	**305.990**	**435.431**	**312.332**

a) Trata-se de aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, o valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos. b) Para a controladora e consolidado os valores foram resgatados em março de 2023 conforme nota explicativa nº 3 iii.

9. Créditos de Operações Com Planos de Assistência à Saúde

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/risco de inadimplência (a)	67.665	69.958	125.539	122.816
Outros Créditos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	2.260	–	2.260	–
(–) Perda Esperada (b)	(12.007)	–	(15.846)	–
Total	**57.918**	**69.958**	**111.953**	**122.816**

a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Companhia nos respectivos vencimentos das faturas. b) Refere-se à provisão estimada de perdas de créditos esperados determinado pela adoção do CPC 48, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 v.

O resumo por idade dos saldos é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	39.294	33.337	86.992	84.975
Vencidos:				
Até 30 dias	23.955	28.965	32.121	29.332
De 31 a 60 dias	6.676	7.657	8.686	8.509
(–) Perda Esperada	(12.007)	–	(15.846)	–
Total	**57.918**	**69.958**	**111.953**	**122.816**

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de perdas esperadas	(26.891)	–	(28.288)	–
Perdas Efetivas (Recuperações)	83.297	98.503	102.937	116.584
Saldo no fim do exercício	**56.406**	**98.503**	**74.649**	**116.584**

10. Bens e Títulos a Receber

	Controladora		Consolidado	
Circulante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber - operadoras/seguradoras (a)	193.597	85.807	193.597	85.808
Adiantamentos de repasse de contratos	32.029	20	32.029	20
Contas a Receber - Alienação Qsaúde (b)	20.800	2.419	20.800	2.419
Outros ativos circulantes	6.466	8.723	10.030	8.789
Total	**252.892**	**96.969**	**256.456**	**97.036**

a)
Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de provisão para perda no valor de R$ 37.591 (R$ 47.390 em 31 de dezembro de 2022) referente a prêmios repassados para as operadoras e seguradoras de saúde, vide processo de riscos de créditos mencionado na nota explicativa nº 5 b).

b) Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou um acordo junto para quitação do saldo do Qsaúde, o reflexo do acordo nos registros contábeis gerou uma provisão de perda em R$ 12.529 em outras despesas, conforme nota explicativa nº 20.

11. Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas, no ativo e passivo circulantes e não circulantes, bem como gastos, são compostos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber				
Operações Intecompany	3.776	6.756	3.776	6.756
Ativo circulante	**3.776**	**6.756**	**3.776**	**6.756**
Total do Ativo	**3.776**	**6.756**	**3.776**	**6.756**
Contas a pagar				
Operações Intecompany	151.501	32.840	151.911	32.840
Total do Passivo	**151.501**	**32.840**	**151.911**	**32.840**

Abaixo, segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2023, nas receitas e despesas, são compostos conforme segue:

31/12/2023	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Qualicorp Administração e Serviços Ltda.
Serviços corporativos e rateios (i)	(102.951)	102.951	–	–	–
Comissões (ii)	(206.392)	206.392	–	–	–
Juros sobre debêntures (iii)	(192.628)	192.628	–	–	–
Custos de captação de debêntures (iii)	(2.376)	2.376	–	–	–
Serviços de aceite técnico	(1.020)	–	1.020	–	–
Atualização de mútuo	457	–	–	(457)	–
Serviços de boletagem	357	–	–	–	(357)

31/12/2022	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Qualicorp Administração e Serviços Ltda.
Serviços corporativos e rateios (i)	99.383	(99.383)	–
Serviços de boletagem	14	–	(14)

i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo. ii) Rateio de comissões pactuado entre a Controladora e sua investidora referente à manutenção dos clientes para o pós-vendas, cujo desembolso é realizado totalmente pela Controladora. iii) Rateio de custos de captação de debêntures e juros sobre debêntures entre a Controladora e sua investidora.

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

31/12/2023	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	147	4.473	387	7.134
Remuneração baseada em ações	–	5.379	–	5.379
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**147**	**9.852**	**387**	**12.513**

31/12/2022	Controladora		Consolidado	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração de curto prazo a administradores (*)	185	5.593	185	5.593
Remuneração baseada em ações	–	7.847	–	7.847
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**185**	**13.440**	**185**	**13.440**

A despesa com remuneração, para os diretores e empregados é constituída de parte fixa e variável, com base em performance e metas globais anuais.

continua→★

→★ continuação

Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

12. Investimentos:	Controladora		Consolidado	
Participações societárias:	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda	221.041	230.665	–	–
Elo Administradora de Benefícios Ltda (i)	–	80.702	–	–
Total de participações societárias	**221.041**	**311.367**	**–**	**–**
Outros investimentos:	33	33	33	33
Total outros investimentos	**33**	**33**	**33**	**33**
Total dos investimentos	**221.074**	**311.400**	**33**	**33**

	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Elo Administradora de Benefícios Ltda.	Total
Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2023:			
Capital social	23.340	–	23.340
Patrimônio líquido	60.745	–	60.745
Lucro (prejuízo) do exercício	9.685	–	9.685
Informações sobre os investimentos:			
Quantidade de cotas	1.620.833	–	1.620.833
Participação - %	75%	–	

	Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Elo Administradora de Benefícios Ltda.	Total
Movimentação do investimento:			
Total do investimento em 31 de dezembro de 2022:	**230.665**	**80.702**	**311.367**
Recebimento de dividendos	(6.238)	–	(6.238)
Adoção inicial de normas em controladas	(1.801)	–	(1.801)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(5.000)	–	(5.000)
Incorporação de controlada (i)	–	(80.702)	(80.702)
Equivalência patrimonial	**3.415**	**–**	**3.415**
Equivalência patrimonial sobre participações societárias	7.264	–	7.264
Amortização do intangível (ii)	(1.478)	–	(1.478)
IR/CS diferido sobre amortização do intangível	(2.371)	–	(2.371)
Total do investimento recomposto em 31 de dezembro de 2023:	**221.041**	**–**	**221.041**

i. Controlada incorporada em 01 de janeiro de 2023 conforme nota explicativa nº 1 b) I. ii. Refere-se e à amortização dos intangíveis referentes a relacionamento de clientes, marcas e contrato de não competição.

13. Intangível: Está composto como segue:

		Controladora			Consolidado		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2023	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2023
Aliança Administradora de Benefícios S.A., empresa incorporada		249.420	–	249.420	249.420	–	249.420
Grupo Padrão, incorporada		136.653	–	136.653	136.653	–	136.653
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.		–	–	–	168.528	–	168.528
Elo Administradora de Benefícios Ltda.		66.550	–	66.550	66.550	–	66.550
Total de ágio		**452.623**	**–**	**452.623**	**621.151**	**–**	**621.151**
Aquisições de cessão de direitos	20	263.557	(238.839)	24.718	276.746	(242.711)	34.035
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	269.158	(222.370)	46.788	269.158	(222.370)	46.788
Direito de exclusividade	20	64.183	(48.793)	15.390	69.183	(49.793)	19.390
Marcas e patentes	20	187	(187)	–	1.149	(764)	385
Acordo de não competição	16,5	4.609	(4.356)	253	5.725	(5.030)	695
Comissão de Obtenções de Vendas	40,8	7.828	(6.227)	1.601	88.498	(58.049)	30.449
Total dos ativos intangíveis		**1.062.145**	**(520.772)**	**541.373**	**1.331.610**	**(578.717)**	**752.893**

Controladora	Saldo em 31/12/2022	Adição	Incorporação de controlada	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Ágio (a)	386.073	–	66.550	–	–	452.623
Aquisições de cessão de direitos (d)	26.557	–	8.141	(9.980)	–	24.718
Softwares e softwares em desenvolvimento (b)	46.157	16.883	–	(15.567)	(685)	46.788
Direito de exclusividade	20.935	–	–	(5.545)	–	15.390
Acordo de não competição	–	–	253	–	–	253
Comissão de Obtenções de Vendas (c)	3.993	422	–	(2.814)	–	1.601
Total dos ativos intangíveis	**483.715**	**17.305**	**74.944**	**(33.906)**	**(685)**	**541.373**

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Ágio (a)	621.151	–	–	–	621.151
Aquisições de cessão de direitos	47.774	–	(13.739)	–	34.035
Softwares e softwares em desenvolvimento (b)	46.265	16.883	(15.567)	(793)	46.788
Direito de exclusividade	25.935	–	(6.545)	–	19.390
Marcas e patentes	663	–	(278)	–	385
Acordo de não competição	955	–	(260)	–	695
Comissão de Obtenções de Vendas (c)	27.521	27.664	(24.736)	–	30.449
Total dos ativos intangíveis	**770.264**	**44.547**	**(61.125)**	**(793)**	**752.893**

a) Teste de perda por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01, os ágios das empresas adquiridas e demais intangíveis devem ser submetidos ao teste de "impairment", no mínimo, anualmente. A Companhia efetuou esse teste para todos as aquisições de investimentos e intangíveis realizados até 31 de dezembro de 2023. O teste foi baseado no valor recuperável das unidades geradoras de caixas, apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa baseado nas projeções financeiras aprovadas pela Administração:

	Premissas UGC Adesão
Receitas	Para o exercício de 2024 as análises se basearam, principalmente, no orçamento da Companhia. Para os demais anos foram considerados premissas macroeconômicas e de mercado de acordo com o plano de longo prazo da Companhia.
Despesas	Para o exercício de 2024 as análises se basearam, principalmente, nos orçamentos da Companhia. Para os demais anos, as despesas fixas foram reajustadas em função dos índices de inflação projetados para o período, tais como folha, serviços de terceiros, ocupação, entre outros; também levando em consideração o plano estratégico de longo prazo da Companhia para gestão de despesas.
Taxa de desconto	Os fluxos de caixa foram descontados com taxa de 14,5% a.a. antes dos impostos e taxa de 11,2% a.a. após impostos levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).
Perpetuidade	A Companhia considerou um crescimento nominal de 5% ao ano no período perpétuo correspondente a inflação de longo prazo.
Fontes	O trabalho foi realizado com base em fontes de informações econômicas, publicadas pelo Banco Central do Brasil, IPEA, Bloomberg e demais Bancos (Itaú, Bradesco, BTG e Santander) informações operacionais da Companhia, além das informações financeiras publicadas por ela.

b) Refere-se a gastos com a aquisição de licenciamentos de softwares e softwares operacionais em uso. c) Refere-se a comissão de obtenção de novas vendas.

14. Débitos de Operações de Assistência à Saúde:	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Prêmios e planos de saúde a repassar (a)	284.486	160.661	338.523	191.743
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	51.288	61.122	59.997	69.798
Contraprestações/Prêmios a Restituir	57.104	53.901	57.104	53.901
Comercialização sobre Operações	1.312	1.075	1.312	1.075
Outros Débitos de operações com Planos de Assistência à Saúde	1.942	–	1.942	–
Total	**396.132**	**276.759**	**458.878**	**316.517**

a) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde, a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas independentemente do recebimento por parte dos beneficiários.

15. Débitos Diversos	Controladora		Consolidado	
Circulante:	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Reembolso de despesas a pagar (a)	151.501	32.840	151.911	32.849
Valores a repassar - seguradoras/operadoras (b)	52.994	63.786	52.994	63.786
Devolução Beneficiário (RN412)	14.981	19.332	14.981	19.332
Obrigação com Pessoal	8.253	10.810	9.546	12.370
Depósitos não identificados	8.747	3.783	8.747	3.783
Fornecedores Diversos	6.484	2.741	7.174	3.042
Aquisição de intangível a pagar	3.756	6.410	3.756	8.910
Arrendamento a pagar (c)	3.554	2.690	4.033	3.552
Contas a Pagar por Aquisição/Earnout	–	592	–	592
Outros	15.007	8.277	15.012	8.284
Total circulante	**265.277**	**151.262**	**268.154**	**156.500**
Não Circulante:				
Opção de compra	55.960	45.631	55.960	45.631
Arrendamento a pagar - LP (c)	3.650	3.881	3.750	6.033
Aquisição de Intangível a Pagar - LP	150	1.704	150	1.704
Outros - LP	863	1.045	863	1.045
Total não circulante	**60.623**	**52.261**	**60.723**	**54.412**
Total Geral	**325.900**	**203.523**	**328.877**	**210.912**

a) Refere-se a valores de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 11. b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Companhia. c) Refere-se ao valor de arrendamento a pagar, vide nota explicativa nº 16.

16. Arrendamentos: **a) Direito de Uso:** Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação no período é composta como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	**7.177**	**–**	**9.968**	**–**
Adoção inicial de norma	–	2.132	–	5.627
Reajustes e renovações contratuais	63	375	387	938
Incorporação de controlada	2.013	–	–	–
Adição direito de uso (novos contratos)	–	7.828	–	7.828
Remensuração de arrendamentos	383	–	383	–
Depreciação no período	(3.198)	(2.827)	(3.729)	(3.903)
Baixa de arrendamentos	–	(331)	–	(522)
Saldo no fim do período	**6.438**	**7.177**	**7.009**	**9.968**

b) Arrendamentos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2023 a movimentação no período é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldo inicial	**6.571**	**–**	**9.583**	**–**
Adoção inicial de norma	–	1.778	–	5.210
Reajustes e renovações contratuais	63	375	387	938
Incorporação de controlada	2.167	–	–	–
Adição direito de uso (novos contratos)	–	7.828	–	7.828
Remensuração de arrendamentos	181	–	181	–
Juros apropriado no período	2.231	865	2.317	1.258
Baixa de arrendamentos	–	(1.441)	–	(1.591)
Pagamentos realizados	(4.009)	(2.834)	(4.685)	(4.060)
Saldo no fim do período	**7.204**	**6.571**	**7.783**	**9.583**
Circulante	3.554	2.690	4.033	3.551
Não circulante	3.650	3.881	3.750	6.032

c) Demonstração de resultado: No decorrer do período foram registrados os seguintes montantes em resultado: i) Juros sobre atualização do passivo de arrendamento totalizam R$ 2.317 (R$ 1.258 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e R$ 2.231 (R$ 865 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e estão registrados em despesa financeira, conforme nota explicativa nº 22.

ii) As depreciações dos arrendamentos totalizam R$ 3.729 (R$ 3.903 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado e R$ 3.198 (R$ 2.827 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e estão registradas em despesas administrativas, nota explicativa nº 21. iii) Em virtude das remensurações e baixas do passivo de arrendamento e consequente baixas de ativo, tivemos um efeito líquido no resultado de R$ 202 no consolidado e R$ 202 na controladora. ***17. Provisão Para Ações Judiciais:*** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, tributárias e de sinistralidade, para as quais, com base na opinião e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Cíveis (a)	43.840	35.374	45.886	40.052
Regulatório - ANS (b)	8.962	9.481	9.031	9.629
Trabalhistas e previdenciárias (c)	2.905	1.626	2.905	3.227
Tributárias (d)	2.052	–	2.052	5.227
Total	**57.759**	**46.481**	**59.874**	**58.135**

O quadro a seguir apresenta a movimentação dessas provisões para os períodos indicados, no consolidado:

	31/12/2022	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2023**
Cíveis (a)	40.052	10.300	(4.466)	45.886
Regulatório - ANS (b)	9.629	667	(1.265)	9.031
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.227	389	(711)	2.905
Tributárias (d)	5.227	423	(3.598)	2.052
Total	**58.135**	**11.779**	**(10.041)**	**59.874**
	31/12/2021	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2022**
Cíveis (a)	38.743	7.091	(5.782)	40.052
Regulatório - ANS (b)	9.332	972	(675)	9.629
Trabalhistas e previdenciárias (c)	3.583	564	(920)	3.227
Tributárias (d)	2.797	2.430	–	5.227
Total	**54.455**	**11.057**	**(7.377)**	**58.135**

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2023: a) A Companhia é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R$ 43.840 e R$ 45.886 na controladora e consolidado, respectivamente (R$ 35.374 e R$ 40.052 em 2022 na controladora e consolidado, respectivamente), estimado provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como possível o desembolso de caixa R$ 33.040 e R$ 35.085 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$ 35.688 em 2022 na controladora e no consolidado) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos. Sejam eles reajustes anuais ou por faixa etária. (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS. (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado. b) A Companhia é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R$ 8.962 e R$ 9.031 na controladora e consolidado, respectivamente (R$ 9.481 e R$ 9.629 em 2022, na controladora e consolidado, respectivamente avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências, e R$ 4.580 e R$ 4.650 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$ 2.925 em 2022 na controladora e no consolidado) avaliados como perda possível, para os quais, não foram constituídas provisões. c) A Companhia é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R$ 2.905 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 1.626 e R$ 3.227 em 2022 Controladora e Consolidado, respectivamente). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R$ 1.480 Controladora e Consolidado (R$ 298 em 2022 Controladora e Consolidado), não foram constituídas provisões. d) A Companhia é parte passiva em processos tributários em andamento, sendo o montante de R$ 2.052 na controladora e consolidado, respectivamente (R$ 5.227 em 2022, no consolidado). **Contingência tributária sob auto de infração classificadas como possível:** A Companhia possui passivos contingentes de natureza tributária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foram constituídas provisões. Esses passivos contingentes de natureza tributária, acrescidos de juros e atualização monetária, totalizam R$ 1.269.525 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.188.458 em 2022), conforme detalhado a seguir: a. O valor total de R$ 140.543 (R$ 130.123 em 2022) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio no ano-calendário de 2011. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; b. O valor total de R$ 445.430 (R$ 436.778 em 2022) refere-se a auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendários de 2012 a 2014. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; c. O valor de R$ 112.135 (R$ 102.413 em 2022) refere-se ao auto de infração envolvendo a amortização fiscal de ágio nos anos-calendário de 2016 a 2018. Esse auto de infração se encontra pendente de análise nas esferas administrativa e judicial, havendo decisões liminares proferidas pelo Poder Judiciário favoravelmente à Companhia; d. O valor total de R$ 3.363 (R$ 3.100 em 2022) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência de contribuições previdenciárias relativamente a distribuições de dividendos realizadas de 12/2012 a 12/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa; e. O valor total de R$ 8.351 (R$ 7.682 em 2022) refere-se a auto de infração lavrado contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") e de multa proporcional, relativos aos períodos de dezembro/2012 a dezembro/2014. A Companhia interpôs recurso na condição de sucessora por incorporação, pendente de julgamento na esfera administrativa; f. O valor total de R$ 92.955 (R$ 85.627 em 2022) refere-se a autos de infração lavrados contra a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A. (sucedida pela Companhia) para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 e 2014. A legitimidade do auto de infração está sendo discutida na esfera administrativa; g. O valor de R$ 5.439 (R$ 5.003 em 2022) refere-se a autos de infração lavrados para exigência de contribuições previdenciárias (cota patronal e SAT/RAT), além de contribuições para outras entidades e fundos (SENAC, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação), relativas ao mesmo ano-calendário de 2015, e relacionadas ao plano de *stock options*; h. O valor total de R$ 461.002 (R$ 370.106 em 2022) refere-se a autos de infração envolvendo a definição do local de recolhimento do ISS devido pela Companhia, exigência de TFE e imputação relativos aos anos de 2016 e 2018. A Companhia interpôs recurso em face dessas autuações, que atualmente se encontra pendente de julgamento na esfera administrativa; i. O valor residual de R$ 305 refere-se a risco que relacionado a processo administrativo que discute a não homologação de pedidos de compensação. ***18. Patrimônio Líquido:*** Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Companhia é de R$ 314.006 representado por 496.715.989 ações ordinárias pertencentes ao Grupo Qualicorp. Distribuição de resultados e outras reservas de lucros: O dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório. Segue abaixo quadro que será levado para aprovação da Assembleia na proposta da distribuição de dividendos de 2023 com pagamento até 31 de dezembro de 2024.

Destinação do Lucro líquido:	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	104.905	282.764
(–) Constituição de reserva legal	–	(14.138)
(–) Constituição de reserva de lucros	(33.829)	–
Base de cálculo dos dividendos	**71.076**	**268.626**
Dividendos antecipados	70.734	217.999
Dividendo mínimo obrigatório	342	–
Dividendo proposto a pagar	–	50.627

A destinação será referenda pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada até 28 de abril de 2024, e estão demonstrados na rubrica "Dividendo Proposto". Reserva legal: Conforme estabelece o Estatuto Social, a Companhia deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R$ 62.801 (R$ 74.180 em 2022). ***19. Programa de Ações Restritas:*** O Grupo Qualicorp possui programa de outorga de ações restritas. São elegíveis a esses planos os administradores, empregados e prestadores de serviços. O plano é administrado pelo Conselho de Administração de sua controladora, que tem poderes para tomar as medidas necessárias à sua manutenção, dentro das diretrizes aprovadas. O saldo em 31 de dezembro de 2023 da quantidade de ações passíveis de serem outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas da Companhia é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Programa de ações restritas	3.000.000	525.291

Em contrato celebrado em 9 de maio de 2019, o novo plano absorveu a outorga de 5.700.000 opções, nos termos do instrumento particular de entrega de ações ("Plano de entrega de ações restritas"). As principais características do novo plano são as seguintes: a) As ações restritas passarão a ser devidas aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação diferente do Conselho de Administração, na proporção de 25% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato; b) O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, equivalentes a 11.287.073 ações em 31 de março de 2019, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria. c) O prazo máximo para o exercício das opções outorgadas é até cinco anos contados da data da assinatura do contrato de opção. d) O preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. Em contrato celebrado em 11 de maio de 2023, foi constituída uma nova outorga de 4.700.000 de ações restritas aos membros da administração da Companhia, onde as ações restritas passarão a ser devidas aos participantes anualmente na proporção de 33% ao ano a contar da data da assinatura do contrato e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. Em maio de 2023 a Companhia realizou uma nova outorga de 320.000 de ações restritas, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) de 1 ano. O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins deste Plano, foi o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga. O custo dessas ações foi de R$ 1.215 alocado no patrimônio líquido, por conta do período de lock-up de 1 ano, a Companhia considerou a contabilização desse novo plano como despesa antecipada a ser apropriada pelo período de doze meses e registrada na rubrica de outros ativos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida no resultado despesa no montante de R$ 810 registrado na rubrica de despesas administrativas. Em novembro de 2023 a Companhia realizou uma nova outorga de 650.000 de ações restritas, que foram entregues a determinados executivos e sujeitas a um período de restrição (lock-up) até 31 de dezembro de 2024. O preço de referência de cada Ação Restrita, para os fins deste Plano, foi o preço de cotação de cada Ação Restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior à respectiva data de outorga. O custo dessas ações foi de R$ 1.833 alocado no patrimônio líquido, por conta do período de restrição, a Companhia considerou a contabilização desse novo plano como despesa antecipada a ser apropriada pelo período de dezessete meses devido ao efeito retroativo indicado no contrato a partir de 31 de julho de 2023 registrada na rubrica de outros ativos. Para o período findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida no resultado despesa no montante de R$ 539 registrado na rubrica de despesas administrativas. No período findo em 31 de dezembro de 2023, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas pela Companhia e/ou por suas controladas no montante total de R$ 6.199 alocado no patrimônio líquido.

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
09/05/2019	17,2	09/05/2023	5.700.000	809.454	(3.521.646)	(2.987.808)	–
26/12/2019	38,1	26/12/2022	516.000	33.107	(549.107)	–	–
01/04/2021	30,4	01/04/2022	170.000	–	(170.000)	–	–
29/04/2022	13,0	29/04/2024	930.000	–	(530.000)	(400.000)	–
04/05/2023	3,8	04/05/2024	320.000	–	(320.000)	–	–
11/05/2023	4,3	11/05/2027	4.700.000	–	–	(1.700.000)	3.000.000
29/11/2023	2,8	31/12/2024	650.000	–	(650.000)	–	–
			12.986.000	**842.561**	**(5.740.753)**	**(5.087.808)**	**3.000.000**

Para 31 de dezembro de 2023, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 1.227 dias (400 em 31 de dezembro de 2022). ***20. Despesas por Natureza:*** A demonstração do resultado é apresentada por função; apresentamos a seguir o detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde				
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	137.157	167.038	137.157	167.038
Aporte de sinistralidade (b)	8.820	10.882	17.885	13.200
Perdas (Ganhos) operacionais (c)	5.240	(657)	5.240	(657)
Reversão (Provisão) de perdas operacionais (c)	(9.799)	47.390	(9.799)	47.390
Despesas Judiciais	6.324	(164)	2.324	2.352
Outros custos de serviços prestados	894	3.952	894	3.981
Total Outras despesas de Operações de Planos de Assistência à saúde	**148.636**	**228.441**	**153.701**	**233.304**
Despesas de comercialização				
Comissão de Terceiros (Vitalício)	20.654	9.771	20.654	9.771
Comissão de Terceiros	20.075	4.517	20.074	10.600
Provisão Comissão	395	1.022	395	1.022
Outras despesas comerciais	–	–	9.181	6.993
Total de despesas de comercialização	**41.124**	**15.310**	**50.304**	**28.386**
Despesas Administrativas				
Depreciações e amortizações (d)	212.022	51.170	236.146	67.631
Gastos com pessoal	147.537	144.930	161.053	164.118
Gastos com serviços de terceiros (e)	104.605	100.076	107.437	105.578
Processos Judiciais	24.649	26.637	27.598	27.397
Provisão de perda sobre outros ativos (g)	12.529	–	12.529	–
Gastos com localização e funcionamento	5.744	10.013	11.922	20.343
Gastos com publicidade e propaganda	8.775	15.952	10.371	18.570
Auto de infração ANS	5.389	5.764	5.691	5.962
Outras despesas administrativas (f)	15.736	14.452	16.043	14.444
Total de despesas administrativas	**536.986**	**368.994**	**588.791**	**424.042**
Total despesas por natureza	**726.746**	**612.745**	**792.796**	**685.732**

a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão. b) Refere-se a contrato de aporte de sinistralidade firmado junto as operadoras. c) Trata-se das diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar. d) Refere-se, substancialmente, a amortização dos contratos de cessão de direitos e obrigações e rateio de comissões conforme nota explicativa nº 11. e) Refere-se, substancialmente, a serviços de "call center", consultoria, advogados, auditoria, "service desk" e logística. f) Refere-se, substancialmente, a despesas com correios, seguros, patrocínios, taxas e contribuições. g) Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou um acordo para quitação do saldo do Qsaúde, o reflexo do acordo nos registros contábeis gerou uma provisão de perda em R$ 12.529.

21. Resultado financeiro líquido:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas financeiras:				
Rendimentos com aplicações financeiras	68.931	55.336	70.135	58.306
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	28.067	31.667	30.959	35.061
Atualização monetária	4.507	7.894	4.507	7.894
Outras receitas	3.107	8.861	4.390	9.152
Total de receitas financeiras	**104.612**	**103.758**	**109.991**	**110.413**
Despesas financeiras:				
Rateio custos e juros sobre debêntures (b)	(195.004)	–	(195.004)	–
Descontos concedidos	(14.733)	(11.349)	(14.733)	(11.349)
Atualização dos monetários sobre opção de compra	(10.329)	(8.452)	(10.329)	(8.452)
Despesas bancárias	(7.748)	(11.343)	(9.383)	(13.801)
Outras despesas	(7.386)	(2.824)	(8.265)	(8.539)
Total de despesas financeiras	**(235.200)**	**(33.968)**	**(237.714)**	**(42.141)**
Resultado financeiro	**(130.588)**	**69.790**	**(127.723)**	**68.272**

a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Companhia e sua controlada nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento. b) Rateio de juros das debêntures entre a Companhia e sua investidora conforme nota explicativa nº 11.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	**97.309**	**396.747**	**103.528**	**411.175**
Participações sobre o Lucro	(5.014)	(2.004)	(5.014)	(2.004)
Equivalência patrimonial	(7.265)	(9.293)	–	–
Subtotal	**85.030**	**385.450**	**98.514**	**409.171**
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(28.910)	(131.053)	(33.495)	(139.118)
Perdas com Créditos Incobráveis	(264)	(5.475)	(264)	(6.055)
Despesas não dedutíveis	(947)	(1.479)	(1.074)	(2.244)
JCP	24.050	15.257	24.050	15.257
Ajuste por adoção de norma (*)	12.799	–	13.457	–
Recuperação de Perdas	3.826	5.754	3.826	9.284
Lei do Bem	2.740	1.902	2.740	1.902
PAT em Dobro	–	228	–	287
Outros	(683)	2.888	(426)	(2.948)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	**12.611**	**(111.978)**	**8.814**	**(123.635)**
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	**14,83%**	**29,05%**	**8,95%**	**30,22%**

(*) Referente ao efeito da adoção de norma CPC 48.

23. Compromissos: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes compromissos relevantes: a) Compromissos para prestação de serviços de "*call center*" assumidos de R$ 13.664 para o ano de 2024. As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2023 foram de R$ 22.998 (R$ 29.246 em 2022). ***24. Seguros:*** A Companhia e suas controladas mantêm seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Itens	Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de débitos de natureza tributária, cível e trabalhista	Garantia de crédito tributário - Órgão Público	1.344.015
Veículos	Perdas e danos ou reparações pecuniárias	317

25. Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional: Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	92.295	394.743	98.514	409.171
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	212.022	51.170	236.146	67.631
Perda por redução ao valor recuperável	65	49	(89)	49
Equivalência patrimonial	(3.416)	(9.293)	–	–
Ações restritas	6.107	8.377	6.107	8.377
Provisão (reversão) para riscos	6.905	(707)	1.739	3.680
	313.978	**444.339**	**342.417**	**488.908**
Variação dos ativos e passivos operacionais:				
Redução de créditos de operações com planos de assistência à saúde	(16.296)	24.193	(29.414)	20.373
Aumento Outros Créditos de Operações de Assistência Médico-Hospitalar	(2.260)	–	(2.260)	–
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(1.498)	(1.992)	1.362	(1.921)
Redução (aumento) provisão para IR e CSLL	28.299	16.795	29.106	16.994
Aumento (redução) de débitos de operações de administração de benefícios	117.759	(15.829)	146.780	(19.268)
Aumento de contraprestações/prêmios a restituir	3.203	33.581	3.203	33.581
Redução (aumento) de despesas antecipadas	(595)	1.187	(141)	573
Aumento dos bens e títulos a receber	(155.608)	(21.045)	(159.656)	(20.762)
Aumento e comercialização sobre Operações	237	878	237	878
Redução (aumento) de débitos diversos	42.095	49.613	11.441	44.582
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(10.435)	3.932	(9.848)	3.548
Redução de receita antecipada de contraprestações/prêmios	(9.873)	(9.804)	(9.801)	(8.232)
Redução (aumento) outros créditos a receber a longo prazo	50.727	(4.774)	59.695	(22.365)
Aumento de Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	1.942	–	1.942	–
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(7.822)	(3.838)	(7.333)	(3.839)
Aumento de aplicações financeiras	(128.024)	(31.361)	(123.099)	(31.959)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	**225.829**	**485.875**	**254.631**	**501.092**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.632)	(93.878)	(33.388)	(106.112)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**198.197**	**391.997**	**221.243**	**394.979**

26. Eventos subsequentes: Em 27 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou um acordo para quitação do saldo referente a venda da Qsaúde. O valor para quitação é de R$ 26.000 (R$ 20.800 para a sua investidora e R$ 5.200 para a Companhia) que terá seu recebimento realizado na data de 16 de abril de 2024. ***27. Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:*** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2024 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2023, quando aplicável.

Diretoria
Mauricio da Silva Lopes
Diretor Presidente
Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira
Diretor
Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto
Diretor Financeiro

Contadora
Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC 1SP213332/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores da **Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. e Controladas.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O-0

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 13.365.015/0001-03

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo					**Passivo**				
Caixa e equivalentes de caixa	233.144	31.884	367.626	107.705	Fornecedores	21	53	7.091	183.555
Contas a receber de clientes	–	–	32.191	30.303	Provisões	–	–	112.591	108.606
Contas a receber de partes relacionadas	8.163	983	–	–	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	1.028	688
Dividendos a receber	7.411	8.496	–	–	Contas a pagar à partes relacionadas	4.979	–	4.979	–
Despesas antecipadas	–	–	1.125	1.302	Passivo de arrendamento mercantil	–	–	14	14
Adiantamentos a fornecedores	–	–	9.168	1.376	Financiamentos	–	–	92.507	84.139
Tributos e contribuições a compensar	234	284	1.251	1.304	Obrigações fiscais	96	10	1.078	961
Outros ativos	–	–	962	628	Imposto de renda e contribuição social a pagar	408	7	2.819	2.391
Total do ativo circulante	**248.953**	**41.646**	**412.323**	**142.619**	**Total do passivo circulante**	**5.504**	**70**	**222.107**	**380.353**
Despesas antecipadas	–	–	20	39	Provisões	–	–	4.243	–
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	15.684	12.898	Financiamentos	–	–	857.263	701.665
Investimentos	761.251	749.835	–	–	Tributos diferidos	–	–	1.851	1.876
Imobilizado	–	–	1.662.349	1.719.953	Passivo de arrendamento mercantil	–	–	2.284	2.299
Ativo de direito de uso	–	–	2.029	2.095					
Intangível	–	–	43	–	**Total do passivo não circulante**	**–**	**–**	**865.642**	**705.840**
Total do ativo não circulante	**761.251**	**749.835**	**1.680.125**	**1.734.985**	Capital social	1.120.666	970.666	1.120.666	970.666
					Capital social a integralizar	–	(37.704)	–	(37.704)
					Prejuízos acumulados	(115.966)	(141.550)	(115.966)	(141.550)
					Total do patrimônio líquido	**1.004.699**	**791.411**	**1.004.699**	**791.412**
Total do ativo	**1.010.203**	**791.481**	**2.092.448**	**1.877.604**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**1.010.203**	**791.481**	**2.092.448**	**1.877.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**970.666**	**(43.461)**	**(150.171)**	**777.034**
Integralização de capital	–	5.757	–	5.757
Lucro líquido do exercício	–	–	8.621	8.621
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**970.666**	**(37.704)**	**(141.550)**	**791.412**
Integralização de capital	150.000	37.704	–	187.704
Lucro líquido do exercício	–	–	25.584	25.584
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.120.666**	**–**	**(115.966)**	**1.004.700**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	–	–	234.348	219.294
Custo da geração de energia	–	–	(129.759)	(113.848)
Lucro bruto	**–**	**–**	**104.589**	**105.446**
Despesas gerais e administrativas	(61)	(111)	(5.630)	(6.532)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(510)	(40)	(1.252)	(38)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(571)**	**(151)**	**97.708**	**98.875**
Despesas financeiras	(1.443)	(51)	(88.392)	(89.124)
Receitas financeiras	10.957	789	34.368	10.383
Despesas financeiras líquidas	**9.514**	**737**	**(54.024)**	**(78.741)**
Resultado de equivalência patrimonial	18.827	8.072	–	–
Resultado antes dos impostos	**27.770**	**8.659**	**43.683**	**20.135**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.185)	(38)	(18.135)	(11.113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	36	(401)
Lucro líquido do exercício	**25.584**	**8.621**	**25.584**	**8.621**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0003	0,0001	0,0003	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	25.584	8.621	25.584	8.621
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	25.584	8.621	25.584	8.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**25.584**	**8.621**	**25.584**	**8.621**
Ajustes para:				
Equivalência patrimonial	(18.827)	(8.072)	–	–
Depreciação e amortização	–	–	72.135	71.046
Provisão ressarcimento de energia	–	–	20.806	35.900
Juros e variações monetárias	1.373	–	68.000	68.673
Juros de arrendamentos	–	–	196	194
Amortização de custos de transação	–	–	1.015	1.015
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.185	38	18.135	11.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(36)	401
	10.316	**587**	**205.835**	**196.964**
Variações em:				
Contas a receber de clientes	–	–	(1.888)	(6.196)
Despesas antecipadas	–	–	196	(324)
Adiantamentos a fornecedores	–	–	(7.792)	(588)
Tributos e contribuições a compensar	49	(162)	53	(168)
Outros ativos	–	–	(334)	(404)
Partes relacionadas	(2.201)	5.176	4.979	–
Fornecedores	(32)	48	(176.464)	(15.805)
Provisões	–	–	(12.578)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	340	243
Obrigações fiscais	(1.698)	(29)	(3.783)	(1.639)
Tributos diferidos	–	–	11	828
Caixa proveniente das atividades operacionais	**6.433**	**5.619**	**8.576**	**172.910**
Impostos pagos sobre o lucro	–	–	(13.807)	(9.232)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**6.433**	**5.619**	**(5.231)**	**163.679**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Integralização de capital nas controladas	–	478	–	–
Dividendos recebidos	8.496	428	–	–
Aquisição de imobilizado	–	–	(14.465)	(20.112)
Aquisição de intangível	–	–	(43)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**8.496**	**905**	**(14.508)**	**(20.112)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	(2.786)	5.142
Integralização de capital	187.704	5.757	187.704	5.757
Arrendamentos	–	–	(211)	(208)
Empréstimos e financiamentos obtidos	80.000	–	281.951	–
Pagamento de principal sobre financiamentos	(80.000)	–	(117.118)	(33.886)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(1.373)	–	(69.880)	(72.986)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**186.331**	**5.757**	**279.660**	**(96.181)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**201.260**	**12.282**	**259.922**	**47.385**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**31.884**	**19.602**	**107.705**	**60.319**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**233.144**	**31.884**	**367.627**	**107.705**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.951.779/0001-09

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	4.331	2.532	Fornecedores	475	354
Contas a receber de clientes	3.983	3.321	Provisões	9.623	8.520
Despesas antecipadas	89	88	Financiamentos	11.448	11.576
Adiantamentos a fornecedores	697	769	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	10	14	Contas a pagar à partes relacionadas	1.072	93
Outros ativos	961	628	Obrigações fiscais	102	129
Total do ativo circulante	**10.070**	**7.352**	Imposto de renda e contribuição social a pagar	232	234
Despesas antecipadas	3	6	**Total do passivo circulante**	**23.052**	**20.973**
Aplicações financeiras vinculadas	1.473	1.864	**Passivo não circulante**		
Imobilizado	215.035	223.433	Provisões	740	–
Total do ativo não circulante	**216.511**	**225.302**	Financiamentos	88.388	93.638
			Tributos diferidos	215	208
			Total do passivo não circulante	**89.343**	**93.846**
			Capital social	147.540	147.540
			Prejuízos acumulados	(33.354)	(29.704)
			Total do patrimônio líquido	**114.186**	**117.836**
Total do ativo	**226.581**	**232.655**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**226.581**	**232.655**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**147.540**	**–**	**(23.380)**	**124.160**
Prejuízo do exercício	–	–	(6.324)	(6.324)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**147.540**	**–**	**(29.704)**	**117.836**
Prejuízo do exercício	–	–	(3.650)	(3.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**147.540**	**–**	**(33.354)**	**114.186**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	25.830	23.961
Custo da geração de energia	(17.722)	(17.596)
Lucro bruto	**8.108**	**6.366**
Despesas gerais e administrativas	(950)	(1.025)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(42)	(131)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**7.116**	**5.210**
Despesas financeiras	(10.260)	(11.028)
Receitas financeiras	551	538
Despesas financeiras líquidas	**(9.709)**	**(10.490)**
Resultado antes dos impostos	**(2.593)**	**(5.280)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.055)	(1.016)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3)	(28)
Prejuízo do exercício	**(3.650)**	**(6.324)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0245)	(0,0424)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(3.650)	(6.324)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(3.650)	(6.324)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(3.650)**	**(6.324)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	9.734	9.493
Provisão ressarcimento de energia	2.053	3.011
Juros e variações monetárias	8.333	9.200
Amortização de custos de transação	159	159
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.055	1.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	28
	17.686	**16.583**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(662)	(273)
Despesas antecipadas	3	(82)
Adiantamentos a fornecedores	72	(139)
Tributos e contribuições a compensar	4	(4)
Outros ativos	(332)	(404)
Partes relacionadas	979	35
Fornecedores	121	(1.274)
Provisões	(210)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	33	34
Obrigações fiscais	(132)	(104)
Tributos diferidos	4	60
Caixa proveniente das atividades operacionais	**17.565**	**14.432**
Impostos pagos sobre o lucro	(952)	(903)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**16.614**	**13.529**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(1.336)	(1.207)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(1.336)**	**(1.207)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	391	741
Pagamento de principal sobre financiamentos	(5.194)	(4.994)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(8.675)	(9.804)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.478)**	**(14.057)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.799**	**(1.734)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2.532**	**4.266**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**4.331**	**2.532**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.951.809/0001-79

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço:https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.065	9.956	Fornecedores	296	349
Contas a receber de clientes	2.991	3.621	Provisões	14.279	15.449
Despesas antecipadas	88	88	Financiamentos	11.410	11.524
Adiantamentos a fornecedores	3	3	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	145	145	Contas a pagar à partes relacionadas	767	93
Total do ativo circulante	**14.293**	**13.813**	Obrigações fiscais	80	100
Despesas antecipadas	3	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar	192	224
Aplicações financeiras vinculadas	1.493	1.774	**Total do passivo circulante**	**27.123**	**27.807**
Imobilizado	162.669	171.255	Provisões	530	–
Total do ativo não circulante	**164.165**	**173.034**	Financiamentos	91.495	96.314
			Tributos diferidos	173	230
			Total do passivo não circulante	**92.198**	**96.544**
			Capital social	89.279	89.279
			Prejuízos acumulados	(30.142)	(26.782)
			Total do patrimônio líquido	**59.137**	**62.497**
Total do ativo	**178.457**	**186.848**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**178.457**	**186.848**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**89.279**	**(23.471)**	**65.808**
Prejuízo do exercício	–	(3.311)	(3.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**89.279**	**(26.782)**	**62.497**
Prejuízo do exercício	–	(3.360)	(3.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**89.279**	**(30.142)**	**59.137**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	20.955	21.290
Custo da geração de energia	(13.422)	(12.744)
Lucro Bruto	**7.533**	**8.546**
Despesas gerais e administrativas	(644)	(529)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(66)	15
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**6.823**	**8.032**
Despesas financeiras	(10.491)	(11.251)
Receitas financeiras	1.542	1.079
Despesas financeiras líquidas	**(8.949)**	**(10.172)**
Resultado antes dos impostos	**(2.126)**	**(2.140)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.261)	(1.133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(38)
Prejuízo do exercício	**(3.360)**	**(3.311)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0369)	(0,0364)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(3.360)	(3.311)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(3.360)	(3.311)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(3.360)**	**(3.311)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	8.787	8.775
Juros e variações monetárias	8.579	9.434
Amortização de custos de transação	133	133
Provisão ressarcimento de energia	1.873	4.073
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.261	1.133
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26)	38
	17.246	**20.275**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	630	(780)
Adiantamentos a fornecedores	–	9
Despesas antecipadas	3	(81)
Partes relacionadas	675	50
Fornecedores	(53)	(792)
Provisões	(2.514)	–
Obrigações fiscais	(237)	(217)
Obrigações sociais e trabalhistas	33	34
Tributos diferidos	(31)	84
Caixa proveniente das atividades operacionais	**15.752**	**18.582**
Impostos pagos sobre o lucro	(1.077)	(936)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**14.674**	**17.646**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(201)	(93)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**(201)**	**(93)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	282	739
Pagamento de principal sobre financiamentos	(4.729)	(4.484)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(8.916)	(10.017)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.364)**	**(13.762)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.109**	**3.791**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.956**	**6.165**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**11.065**	**9.956**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.951.750/0001-19

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço:https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	7.911	11.026	Fornecedores	1.268	204
Contas a receber de clientes	3.642	3.328	Provisões	23.864	21.326
Despesas antecipadas	400	88	Financiamentos	11.784	11.989
Adiantamentos a fornecedores	2.799	8	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	200	200	Contas a pagar à partes relacionadas	767	93
Total do ativo circulante	**14.953**	**14.651**	Obrigações fiscais	149	94
Despesas antecipadas	3	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar	114	246
Aplicações financeiras vinculadas	1.505	1.867	**Total do passivo circulante**	**38.046**	**34.019**
Imobilizado	173.113	175.364	Provisões	703	–
Intangível	34	–	Financiamentos	91.309	96.475
Total do ativo não circulante	**174.655**	**177.235**	Tributos diferidos	200	208
			Total do passivo não circulante	**92.212**	**96.684**
			Capital social	83.178	83.178
			Prejuízos acumulados	(23.828)	(21.994)
			Total do patrimônio líquido	**59.350**	**61.184**
Total do ativo	**189.608**	**191.886**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**189.608**	**191.886**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**83.178**	**(18.243)**	**64.935**
Prejuízo do exercício	–	(3.751)	(3.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**83.178**	**(21.994)**	**61.184**
Prejuízo do exercício	–	(1.834)	(1.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**83.178**	**(23.828)**	**59.350**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	20.386	19.102
Custo da geração de energia	(11.164)	(10.878)
Lucro bruto	**9.221**	**8.224**
Despesas gerais e administrativas	(796)	(529)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(119)	9
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**8.307**	**7.704**
Despesas financeiras	(10.509)	(11.354)
Receitas financeiras	1.796	1.107
Despesas financeiras líquidas	**(8.713)**	**(10.247)**
Resultado antes dos impostos	**(406)**	**(2.543)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.431)	(1.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4	(27)
Prejuízo do exercício	**(1.834)**	**(3.751)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0216)	(0,0442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.834)	(3.751)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(1.834)	(3.751)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(1.834)**	**(3.751)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.167	7.164
Provisão ressarcimento de energia	5.729	7.231
Juros e variações monetárias	8.619	9.513
Amortização de custos de transação	134	134
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.431	1.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4)	27
	21.242	**21.499**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(314)	(312)
Despesas antecipadas	(310)	(83)
Adiantamentos a fornecedores	(2.790)	10
Partes relacionadas	675	50
Fornecedores	1.065	(816)
Provisões	(2.487)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	33	34
Obrigações fiscais	(301)	(207)
Tributos diferidos	(5)	59
Caixa proveniente das atividades operacionais	**16.808**	**20.232**
Impostos pagos sobre o lucro	(1.209)	(973)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.599**	**19.259**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(4.917)	(18)
Aquisição de intangível	(34)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(4.951)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	362	710
Pagamento de principal sobre financiamentos	(5.143)	(4.967)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(8.981)	(10.126)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.763)**	**(14.383)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(3.115)**	**4.858**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.026**	**6.168**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**7.911**	**11.026**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.951.831/0001-19

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	7.591	10.098	Fornecedores	862	248
Contas a receber de clientes	3.594	3.455	Provisões	19.249	18.684
Despesas antecipadas	88	88	Financiamentos	11.689	11.708
Adiantamentos a fornecedores	2.751	1	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	266	266	Passivo de arrendamento mercantil	11	11
Total do ativo circulante	**14.291**	**13.908**	Contas a pagar à partes relacionadas	805	131
Despesas antecipadas	3	5	Obrigações fiscais	92	93
Aplicações financeiras vinculadas	1.218	1.587	Imposto de renda e contribuição social a pagar	108	238
Imobilizado	166.017	170.636	**Total do passivo circulante**	**32.915**	**31.179**
Intangível	4	–	Provisões	677	–
Ativo de direito de uso	1.616	1.668	Financiamentos	93.811	99.010
Total do ativo não circulante	**168.857**	**173.896**	Tributos diferidos	192	218
			Passivo de arrendamento mercantil	1.819	1.831
			Total do passivo não circulante	**96.499**	**101.060**
			Capital social	81.897	81.897
			Prejuízos acumulados	(28.164)	(26.332)
			Total do patrimônio líquido	**53.733**	**55.565**
Total do ativo	**183.148**	**187.804**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**183.148**	**187.804**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**81.897**	**(22.049)**	**59.848**
Prejuízo do exercício	–	(4.283)	(4.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**81.897**	**(26.332)**	**55.565**
Prejuízo do exercício	–	(1.832)	(1.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**81.897**	**(28.164)**	**53.733**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	21.807	19.918
Custo da geração de energia	(12.361)	(11.869)
Lucro bruto	**9.446**	**8.049**
Despesas gerais e administrativas	(642)	(529)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(84)	41
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**8.720**	**7.560**
Despesas financeiras	(10.850)	(11.667)
Receitas financeiras	1.643	997
Despesas financeiras líquidas	**(9.207)**	**(10.670)**
Resultado antes dos impostos	**(487)**	**(3.109)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.357)	(1.142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(31)
Prejuízo do exercício	**(1.832)**	**(4.283)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0218)	(0,0509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.832)	(4.283)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(1.832)	(4.283)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(1.832)**	**(4.283)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	**11**	8.418	8.416
Provisão ressarcimento de energia	**16**	3.381	6.127
Juros e variações monetárias	**14**	8.751	9.627
Juros de arrendamentos	**14**	156	157
Amortização de custos de transação	**12**	144	144
Imposto de renda e contribuição social correntes	**19**	1.357	1.142
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19**	(12)	31
		20.364	**21.361**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(139)	(460)
Despesas antecipadas		3	(82)
Adiantamentos a fornecedores		(2.750)	10
Partes relacionadas		675	99
Fornecedores		614	(809)
Provisões	**13**	(2.139)	–
Obrigações fiscais		(328)	(192)
Obrigações sociais e trabalhistas		33	34
Tributos diferidos		(14)	69
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.318**	**20.029**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.160)	(963)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.158**	**19.066**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	**11**	(3.747)	(18)
Aquisição de intangível		(4)	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.751)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		369	736
Arrendamentos	**12**	(168)	(168)
Pagamento de principal sobre financiamentos	**14**	(5.028)	(4.780)
Pagamento de juros sobre financiamentos	**14**	(9.087)	(10.234)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(13.913)**	**(14.446)**
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.507)**	**4.601**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**10.098**	**5.496**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**7.591**	**10.098**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/0-1

Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.949.390/0001-10

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.026	7.489	Fornecedores	169	156
Contas a receber de clientes	3.076	2.935	Financiamentos	10.496	10.677
Despesas antecipadas	78	78	Provisões	4.864	4.864
Adiantamento a fornecedores	4	4	Obrigações sociais e trabalhistas	89	59
Tributos e contribuições a compensar	29	29	Passivo de arrendamento mercantil	3	3
Total do ativo circulante	**14.213**	**10.535**	Contas a pagar à partes relacionadas	682	82
Despesas antecipadas	3	5	Obrigações fiscais	77	65
Aplicações financeiras vinculadas	1.171	1.444	Imposto de renda e contribuição social a pagar	182	186
Imobilizado	147.311	153.612	**Total do passivo circulante**	**16.562**	**16.094**
Ativo de direito de uso	413	427	Provisões	15	–
Total do ativo não circulante	**148.898**	**155.488**	Financiamentos	81.651	86.280
			Tributos diferidos	167	108
			Passivo de arrendamento mercantil	465	468
			Total do passivo não circulante	**82.298**	**86.856**
			Capital social	72.089	72.089
			Prejuízos acumulados	(7.838)	(9.015)
			Total do patrimônio líquido	**64.251**	**63.074**
Total do ativo	**163.111**	**166.023**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**163.111**	**166.023**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**72.089**	**(9.200)**	**62.889**
Lucro líquido do exercício	–	185	185
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**72.089**	**(9.015)**	**63.074**
Lucro líquido do exercício	–	1.177	1.177
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72.089**	**(7.838)**	**64.251**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	22.469	20.931
Custo da geração de energia	(11.299)	(9.853)
Lucro bruto	**11.170**	**11.079**
Despesas gerais e administrativas	(549)	(481)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(71)	29
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**10.550**	**10.626**
Despesas financeiras	(9.469)	(10.271)
Receitas financeiras	1.211	819
Despesas financeiras líquidas	**(8.258)**	**(9.452)**
Resultado antes dos impostos	**2.293**	**1.175**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.124)	(963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(27)
Lucro líquido do exercício	**1.177**	**185**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0161	0,0025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.177	185
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**1.177**	**185**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**1.177**	**185**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	6.318	6.316
Provisão ressarcimento de energia	15	1.388
Juros e variações monetárias	7.744	8.541
Juros de arrendamentos	40	37
Amortização de custos de transação	118	118
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.124	963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8)	27
	16.528	**17.574**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(141)	(435)
Adiantamentos a fornecedores	–	11
Despesas antecipadas	3	(76)
Partes relacionadas	600	44
Fornecedores	13	(796)
Obrigações fiscais	(175)	(188)
Obrigações sociais e trabalhistas	29	30
Tributos diferidos	68	(20)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**16.925**	**16.144**
Impostos pagos sobre o lucro	(942)	(827)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.983**	**15.317**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(4)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(4)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	273	615
Arrendamentos	(43)	(40)
Pagamento de principal sobre financiamentos	(4.611)	(4.358)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(8.061)	(9.066)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(12.443)**	**(12.848)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.537**	**2.451**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.489**	**5.038**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**11.026**	**7.489**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/0-1

Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.959.389/0001-77

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	11.721	9.786	Fornecedores	257	289
Contas a receber de clientes	3.210	3.244	Provisões	15.400	16.568
Despesas antecipadas	87	88	Financiamentos	11.465	11.563
Adiantamentos a fornecedores	1	1	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	182	182	Contas a pagar à partes relacionadas	767	93
Total do ativo circulante	**15.201**	**13.301**	Obrigações fiscais	83	99
Despesas antecipadas	3	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar	193	240
Aplicações financeiras vinculadas	1.429	1.741	**Total do passivo circulante**	**28.264**	**28.919**
Imobilizado	159.532	167.966			
Total do ativo não circulante	**160.964**	**169.713**	Provisões	624	-
			Financiamentos	93.609	98.377
			Tributos diferidos	182	205
			Total do passivo não circulante	**94.414**	**98.582**
			Capital social	82.554	82.554
			Prejuízos acumulados	(29.067)	(27.042)
			Total do patrimônio líquido	**53.487**	**55.512**
Total do ativo	**176.165**	**183.013**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**176.165**	**183.013**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**82.554**	**(22.834)**	**59.720**
Prejuízo do exercício	–	(4.208)	(4.208)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**82.554**	**(27.042)**	**55.512**
Prejuízo do exercício	**–**	**(2.025)**	**(2.025)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**82.554**	**(29.067)**	**53.487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	21.745	20.367
Custo da geração de energia	(12.739)	(12.381)
Lucro bruto	**9.006**	**7.986**
Despesas gerais e administrativas	(639)	(532)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(64)	(1)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**8.304**	**7.454**
Receitas financeiras	1.563	979
Despesas financeiras	(10.622)	(11.509)
Despesas financeiras líquidas	**(9.059)**	**(10.530)**
Resultado antes dos impostos	**(755)**	**(3.076)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.281)	(1.104)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(28)
Prejuízo do exercício	**(2.025)**	**(4.208)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0238)	(0,0494)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(2.025)	(4.208)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(2.025)	(4.208)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(2.025)**	**(4.208)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	8.436	8.434
Provisão ressarcimento de energia	1.938	5.074
Juros e variações monetárias	8.741	9.606
Amortização de custos de transação	138	138
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.281	1.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11)	28
	18.498	**20.177**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	34	(407)
Despesas antecipadas	3	(86)
Adiantamentos a fornecedores	–	10
Partes relacionadas	675	50
Fornecedores	(33)	(773)
Provisões	(2.483)	–
Obrigações fiscais	(236)	(193)
Obrigações sociais e trabalhistas	33	34
Tributos diferidos	(13)	62
Caixa proveniente das atividades operacionais	**16.479**	**18.873**
Impostos pagos sobre o lucro	(1.108)	(917)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.370**	**17.956**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(2)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(2)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	312	710
Pagamento de principal sobre financiamentos	(4.666)	(4.336)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(9.079)	(10.195)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.433)**	**(13.820)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.936**	**4.118**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.786**	**5.668**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**11.721**	**9.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/0-1

Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.959.329/0001-54

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2023 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	8.218	9.993	Fornecedores	767	117
Contas a receber de clientes	3.672	3.125	Provisões	18.946	18.031
Despesas antecipadas	87	88	Financiamentos	11.055	11.255
Adiantamento a fornecedores	2.785	1	Obrigações sociais e trabalhistas	100	67
Tributos e contribuições a compensar	110	110	Contas a pagar à partes relacionadas	767	93
Total do ativo circulante	**14.871**	**13.317**	Obrigações fiscais	99	84
Despesas antecipadas	3	5	Imposto de renda e contribuição social a pagar	152	226
Aplicações financeiras vinculadas	1.602	1.967	**Total do passivo circulante**	**31.888**	**29.874**
Imobilizado	168.218	171.292			
Intangível	4	–	Provisões	720	–
Total do ativo não circulante	**169.827**	**173.263**	Financiamentos	94.301	98.927
			Tributos diferidos	205	195
			Total do passivo não circulante	**95.226**	**99.122**
			Capital social	78.661	78.661
			Prejuízos acumulados	(21.076)	(21.076)
			Total do patrimônio líquido	**57.585**	**57.585**
Total do ativo	**184.699**	**186.580**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**184.699**	**186.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**78.661**	**(16.937)**	**61.724**
Prejuízo do exercício	–	(4.139)	(4.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**78.661**	**(21.076)**	**57.585**
Prejuízo do exercício	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**78.661**	**(21.076)**	**57.585**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	22.406	18.120
Custo da geração de energia	(11.608)	(10.291)
Lucro bruto	**10.797**	**7.828**
Despesas gerais e administrativas	(628)	(531)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(70)	36
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**10.100**	**7.334**
Despesas financeiras	(10.378)	(11.323)
Receitas financeiras	1.689	993
Despesas financeiras líquidas	**(8.689)**	**(10.330)**
Resultado antes dos impostos	**1.411**	**(2.997)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.407)	(1.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	(28)
Prejuízo do exercício	**(0)**	**(4.139)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0000)	(0,0517)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(0)	(4.139)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(0)	(4.139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**–**	**(4.139)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.031	7.025
Juros e variações monetárias	8.701	9.561
Amortização de custos de transação	144	144
Provisão ressarcimento de energia	4.380	7.039
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.407	1.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	28
	21.668	**20.773**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(546)	(308)
Despesas antecipadas	4	(86)
Adiantamentos a fornecedores	(2.784)	10
Tributos e contribuições a compensar	(1)	(0)
Partes relacionadas	675	50
Fornecedores	651	(778)
Provisões	(2.745)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	33	34
Obrigações fiscais	(294)	(206)
Tributos diferidos	5	60
Caixa proveniente das atividades operacionais	**16.664**	**19.548**
Impostos pagos sobre o lucro	(1.172)	(895)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**15.493**	**18.654**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(3.958)	(18)
Aquisição de intangível	(4)	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(3.962)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	364	558
Pagamento de principal sobre financiamentos	(4.652)	(4.425)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(9.017)	(10.157)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(13.305)**	**(14.024)**
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.774)**	**4.612**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9.993**	**5.381**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**8.219**	**9.993**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/0-1

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 21.959.361/0001-30

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	6.016	3.984	Fornecedores	88	106
Contas a receber de clientes	1.249	1.120	Provisões	6.365	5.163
Despesas antecipadas	29	29	Financiamentos	3.781	3.846
Adiantamento a fornecedores	2	2	Obrigações sociais e trabalhistas	33	22
Tributos e contribuições a compensar	7	7	Contas a pagar à partes relacionadas	256	31
Total do ativo circulante	**7.303**	**5.143**	Obrigações fiscais	32	32
Despesas antecipadas	1	2	Imposto de renda e contribuição social a pagar	99	87
Aplicações financeiras vinculadas	537	654	**Total do passivo circulante**	**10.655**	**9.287**
Imobilizado	52.928	55.831	Provisões	235	–
Total do ativo não circulante	**53.465**	**56.487**	Financiamentos	31.034	32.644
			Tributos diferidos	66	69
			Total do passivo não circulante	**31.334**	**32.712**
			Capital social	28.402	28.402
			Prejuízos acumulados	(9.623)	(8.771)
			Total do patrimônio líquido	**18.779**	**19.631**
Total do ativo	**60.769**	**61.631**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**60.769**	**61.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**28.402**	**(6.902)**	**21.499**
Prejuízo do exercício	–	(1.868)	(1.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**28.402**	**(8.770)**	**19.631**
Prejuízo do exercício	–	(852)	(852)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**28.402**	**(9.623)**	**18.779**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	7.242	6.655
Custo da geração de energia	(4.437)	(4.370)
Lucro bruto	**2.805**	**2.285**
Despesas gerais e administrativas	(246)	(228)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(30)	13
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**2.529**	**2.070**
Despesas financeiras	(3.550)	(3.946)
Receitas financeiras	641	406
Despesas financeiras líquidas	**(2.908)**	**(3.539)**
Resultado antes dos impostos	**(380)**	**(1.469)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(473)	(390)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1	(9)
Prejuízo do exercício	**(852)**	**(1.868)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	(0,0340)	(0,0746)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(852)	(1.868)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	(852)	(1.868)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(852)**	**(1.868)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.907	3.167
Juros e variações monetárias	2.894	3.192
Amortização de custos de transação	45	45
Provisão ressarcimento de energia	1.437	1.956
Imposto de renda e contribuição social correntes	473	390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1)	9
	6.903	**6.890**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(129)	(108)
Despesas antecipadas	1	(30)
Adiantamentos a fornecedores	-	10
Partes relacionadas	225	17
Fornecedores	(18)	(258)
Obrigações sociais e trabalhistas	11	11
Obrigações fiscais	(85)	(65)
Tributos diferidos	(2)	20
Caixa proveniente das atividades operacionais	**6.908**	**6.488**
Impostos pagos sobre o lucro	(377)	(328)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**6.531**	**6.160**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(4)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(4)**	**(18)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	118	332
Pagamento de principal sobre financiamentos	(1.607)	(1.543)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(3.006)	(3.388)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(4.496)**	**(4.599)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.032**	**1.543**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**3.984**	**2.441**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**6.016**	**3.984**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.572.851/0001-93

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	35.827	4.755	Fornecedores	1.123	61.090
Contas a receber de clientes	2.587	2.383	Financiamentos	3.705	–
Despesas antecipadas	73	270	Obrigações sociais e trabalhistas	119	80
Adiantamentos a fornecedores	59	243	Obrigações fiscais	108	108
Tributos e contribuições a compensar	38	38	Imposto de renda e contribuição social a pagar	517	247
Outros ativos	1	–	Contas a pagar à partes relacionadas	886	107
Total do ativo circulante	**38.585**	**7.689**	Dividendos a pagar	2.964	3.456
Aplicações financeiras vinculadas	2.044	–	**Total do passivo circulante**	**9.422**	**65.087**
Imobilizado	153.541	158.154	Financiamentos	74.463	–
Total do ativo não circulante	**155.585**	**158.154**	Tributo diferido	172	158
			Total do passivo não circulante	**74.635**	**158**
			Capital social	88.800	88.800
			Reserva legal	1.398	774
			Reserva de lucros	19.915	11.024
			Total do patrimônio líquido	**110.113**	**100.598**
Total do ativo	**194.170**	**165.843**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**194.170**	**165.843**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**88.800**	**9.140**	**46**	**657**	**–**	**98.642**
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	(9.140)	–	–	–	(9.140)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	14.551	14.551
Constituição da reserva legal	**15.b**	–	–	728	–	(728)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.c**	–	–	–	–	(3.456)	(3.456)
Retenção de lucros	**15.d**	–	–	–	10.368	(10.368)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**88.800**	**–**	**774**	**11.024**	**–**	**100.598**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	12.479	12.479
Constituição da reserva legal	**15.b**	–	–	624	–	(624)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.c**	–	–	–	–	(2.964)	(2.964)
Retenção de lucros	**15.d**	–	–	–	8.891	(8.891)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**88.800**	**–**	**1.398**	**19.915**	**–**	**110.113**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	27.558	27.337
Custo da geração de energia	(13.023)	(9.183)
Lucro bruto	**14.535**	**18.153**
Despesas gerais e administrativas	(240)	(785)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(86)	(3)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**14.209**	**17.366**
Despesas financeiras	(3.949)	(2.403)
Receitas financeiras	4.660	780
Despesas financeiras líquidas	**712**	**(1.623)**
Resultado antes dos impostos	**14.920**	**15.742**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.435)	(1.120)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	(71)
Lucro líquido do exercício	**12.479**	**14.551**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,1405	0,1639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.479	14.551
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	12.479	14.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**12.479**	**14.551**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.907	4.495
Juros e variações monetárias	1.658	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	2.435	1.120
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	71
	21.486	**20.237**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(203)	(857)
Despesas antecipadas	197	100
Adiantamentos a fornecedores	184	(206)
Outros ativos	(1)	–
Tributos e contribuições a compensar	–	(1)
Partes relacionadas	779	(2.845)
Fornecedores	(59.967)	2.134
Obrigações fiscais	(119)	(126)
Tributos diferidos	7	158
Obrigações sociais e trabalhistas	39	(24)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(37.598)**	**18.570**
Impostos pagos sobre o lucro	(2.046)	(918)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(39.643)**	**17.652**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(295)	(3.546)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(295)**	**(3.546)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	(2.044)	**–**
Dividendos pagos	(3.456)	(219)
Empréstimos e financiamentos obtidos	78.537	–
Pagamento de principal sobre financiamentos	(595)	–
Pagamento de juros sobre financiamentos	(1.432)	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(9.140)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de financiamento	**71.010**	**(9.358)**
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**31.072**	**4.748**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**4.755**	**7**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**35.827**	**4.755**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 35.603.267/0001-58

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 18/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022		2023	2022
Ativo			**Passivo**		
Caixa e equivalentes de caixa	30.774	6.202	Fornecedores	1.765	120.590
Contas a receber de clientes	4.188	3.770	Financiamentos	5.674	–
Despesas antecipadas	107	396	Obrigações sociais e trabalhistas	187	125
Adiantamentos a fornecedores	67	344	Obrigações fiscais	162	146
Tributos e contribuições a compensar	29	29	Imposto de renda e contribuição social a pagar	622	455
Total do ativo circulante	**35.166**	**10.741**	Contas a pagar à partes relacionadas	1.392	169
Aplicações financeiras vinculadas	3.212	–	Dividendos a pagar	4.447	5.040
Imobilizado	263.984	272.412	**Total do passivo circulante**	**14.250**	**126.524**
Total do ativo não circulante	**267.196**	**272.412**	Financiamentos	117.203	–
			Tributos diferidos	280	276
			Total do passivo não circulante	**117.483**	**276**
			Capital social	139.500	139.500
			Reserva legal	2.041	1.105
			Reserva de lucros	29.089	15.748
			Total do patrimônio líquido	**170.630**	**156.353**
Total do ativo	**302.362**	**283.153**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**302.362**	**283.153**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

		Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**139.500**	**(8.662)**	**44**	**628**	**–**	**131.511**
Integralização de capital		–	8.662	–	–	–	8.662
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	21.220	21.220
Constituição da reserva legal	**15b.**	–	–	1.061	–	(1.061)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	**15c.**	–	–	–	–	(5.040)	(5.040)
Retenção de lucros	**15d.**	–	–	–	15.119	(15.119)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**139.500**	**–**	**1.105**	**15.748**	**–**	**156.353**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	18.725	18.725
Constituição da reserva legal	**15b.**	–	–	936	–	(936)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	**15c.**	–	–	–	–	(4.447)	(4.447)
Retenção de lucros	**15d.**	–	–	–	13.341	(13.341)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**139.500**	**–**	**2.041**	**29.089**	**–**	**170.630**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	43.950	41.614
Custo da geração de energia	(21.983)	(14.683)
Lucro bruto	**21.967**	**26.930**
Despesas gerais e administrativas	(235)	(1.254)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**21.621**	**25.670**
Despesas financeiras	(6.871)	(4.321)
Receitas financeiras	8.113	1.896
Despesas financeiras líquidas	**1.242**	**(2.424)**
Resultado antes dos impostos	**22.863**	**23.246**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.126)	(1.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13)	(114)
Lucro líquido do exercício	**18.725**	**21.220**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,1342	0,1521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	18.725	21.220
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	18.725	21.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**18.725**	**21.220**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	8.429	7.761
Juros e variações monetárias	2.606	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.126	1.912
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	114
	33.899	**31.007**
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(418)	(2.256)
Despesas antecipadas	288	183
Adiantamentos a fornecedores	277	(315)
Tributos e contribuições a compensar	–	(1)
Partes relacionadas	1.223	(2.725)
Fornecedores	(118.825)	(11.690)
Obrigações fiscais	(177)	(111)
Obrigações sociais e trabalhistas	62	24
Tributos diferidos	(9)	276
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(83.679)**	**14.391**
Impostos pagos sobre o lucro	(3.765)	(1.572)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(87.444)**	**12.819**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(2)	(15.156)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(2)**	**(15.156)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Aplicações financeiras vinculadas	(3.212)	–
Integralização de capital	–	8.662
Dividendos pagos	(5.040)	(209)
Empréstimos e financiamentos obtidos	123.414	–
Pagamento de principal sobre financiamentos	(893)	–
Pagamento de juros sobre financiamentos	(2.251)	–
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**112.018**	**8.452**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**24.572**	**6.116**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**6.202**	**86**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**30.774**	**6.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 18.156.217/0001-50

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://www.jornalodiasp.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 21/03/2024 sem modificações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**		**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo					**Passivo**				
Caixa e equivalentes de caixa	70.069	954	217.184	119.870	Fornecedores	21	62	3.377	2.573
Contas a receber de clientes	–	–	25.119	20.092	Provisões	–	–	21.461	22.851
Adiantamento a fornecedores	17	4	910	476	Adiantamento de clientes	–	–	1.182	1.182
Despesas antecipadas	–	–	2.497	922	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	766	513
Tributos e contribuições a compensar	730	703	2.097	1.560	Contas a pagar à partes relacionadas	12.190	9.661	12.190	9.661
Dividendos a receber	4.364	3.516	–	–	Passivo de arrendamento mercantil	–	–	2	2
Outros ativos	–	–	507	460	Debêntures a pagar	1.078	1.280	1.078	1.280
Total do ativo circulante	**75.180**	**5.177**	**248.315**	**143.380**	Financiamentos	–	–	37.298	34.256
Despesas antecipadas	–	–	–	3	Obrigações fiscais	12	1	819	748
Depósitos judiciais	–	–	24	24	Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	1.904	1.918
Aplicações financeiras vinculadas	794	716	45.078	46.522	**Total do passivo circulante**	**13.301**	**11.004**	**80.078**	**74.985**
Investimentos	703.097	690.897	–	–	Provisões	–	–	5.521	1.728
Imobilizado	–	–	1.008.028	1.051.993	Conta a pagar à partes relacionadas	29.655	29.772	–	–
Ativo de direito de uso	–	–	314	324	Financiamentos	–	–	478.326	507.894
Total do ativo não circulante	**703.891**	**691.613**	**1.053.444**	**1.098.866**	Passivo de arrendamento mercantil	–	–	354	356
					Debêntures a pagar	56.276	51.144	56.276	51.144
					Tributos diferidos	–	–	1.365	1.269
					Total do passivo não circulante	**85.931**	**80.916**	**541.843**	**562.391**
					Capital social	821.565	751.565	821.565	751.565
					Prejuízos acumulados	(141.727)	(146.695)	(141.727)	(146.695)
					Total do patrimônio líquido	**679.838**	**604.870**	**679.838**	**604.870**
Total do ativo	**779.070**	**696.790**	**1.301.758**	**1.242.246**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**779.070**	**696.790**	**1.301.758**	**1.242.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**751.565**	**(161.027)**	**590.538**
Lucro líquido do exercício	–	14.332	14.332
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**751.565**	**(146.695)**	**604.870**
Integralização de capital	70.000	–	70.000
Lucro líquido do exercício	–	4.968	4.968
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**821.565**	**(141.727)**	**679.838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de venda de energia	–	–	175.796	166.956
Custo da geração de energia	–	–	(103.879)	(83.491)
Lucro bruto	**–**	**–**	**71.917**	**83.466**
Despesas gerais e administrativas	(1.020)	(152)	(6.805)	(5.018)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9)	(10)	(641)	174
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(1.029)**	**(162)**	**64.472**	**78.622**
Despesas financeiras	(10.751)	(11.397)	(68.113)	(69.520)
Receitas financeiras	183	150	21.286	15.927
Resultado financeiro	**(10.567)**	**(11.247)**	**(46.827)**	**(53.593)**
Resultado de equivalência patrimonial	16.564	25.741	–	–
Resultado antes dos impostos	**4.968**	**14.332**	**17.645**	**25.029**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(12.633)	(10.524)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(44)	(173)
Lucro líquido do exercício	**4.968**	**14.332**	**4.968**	**14.332**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	0,0053	0,0171	0,0053	0,0171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	4.968	14.332	4.968	14.332
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente total	**4.968**	**14.332**	**4.968**	**14.332**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**4.968**	**14.332**	**4.968**	**14.332**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	–	–	46.596	46.403
Resultado de equivalência patrimonial	(16.564)	(25.741)	–	–
Juros e variações monetárias	7.259	7.944	56.742	58.232
Juros de arrendamentos	–	–	30	31
Amortização de custos de transação	1.870	1.870	2.849	2.917
Provisão para ressarcimento	–	–	3.243	1.887
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	12.633	10.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	44	173
	(2.468)	**(1.595)**	**127.105**	**134.498**
Variações em:				
Contas a receber de clientes	–	–	(5.027)	(2.004)
Adiantamentos a fornecedores	(12)	–	(434)	(108)
Tributos e contribuições a compensar	(27)	170	(538)	(370)
Despesas antecipadas	–	–	(1.573)	2.540
Outros ativos	–	–	(47)	(451)
Partes relacionadas	2.412	11.228	2.528	3.743
Fornecedores	(41)	57	803	1.955
Provisões	–	–	(839)	–
Obrigações fiscais	11	1	(2.949)	(1.657)
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	254	259
Tributos diferidos	–	–	52	378
Caixa proveniente das atividades operacionais	**(125)**	**9.862**	**119.336**	**138.784**
Impostos pagos sobre o lucro	–	–	(9.627)	(8.761)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(125)**	**9.862**	**109.709**	**130.023**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Dividendos recebidos	3.516	258	–	–
Aquisição de imobilizado	–	–	(2.620)	(1.320)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	**3.516**	**258**	**(2.620)**	**(1.320)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:				
Integralização de capital	70.000	–	70.000	–
Aplicações financeiras vinculadas	(78)	(12)	1.443	(5.526)
Financiamentos obtidos	–	–	454	1.092
Arrendamentos	–	–	(33)	(33)
Pagamento de principal sobre financiamentos e debêntures	(137)	(5.278)	(33.393)	(35.597)
Pagamento de juros sobre financiamentos e debêntures	(4.060)	(4.111)	(48.247)	(50.205)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**65.725**	**(9.400)**	**(9.775)**	**(90.268)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**69.115**	**719**	**97.314**	**38.435**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**954**	**235**	**119.870**	**81.435**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**70.069**	**954**	**217.184**	**119.870**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

CONTADOR

Pedro Paganni Lopes
CRC PR - 077115/O-1

Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.355/0001-40

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.322	54.757
Contas a receber de clientes	8	2.539	2.019
Despesas antecipadas		253	93
Adiantamentos a fornecedores		45	45
Tributos e contribuições a compensar		965	437
Total do ativo circulante		**64.125**	**57.352**
Aplicações financeiras vinculadas	10	4.394	4.552
Contas a receber de partes relacionadas	9	6.662	5.937
Imobilizado	11	98.257	102.762
Total do ativo não circulante		**109.313**	**113.251**
Total do ativo		**173.438**	**170.603**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		227	186
Provisões	12	2.119	2.119
Financiamentos	13	3.488	3.215
Obrigações sociais e trabalhistas		78	52
Adiantamento de clientes		12	12
Dividendos a pagar	9	1.384	1.647
Obrigações fiscais		77	72
Imposto de renda e contribuição social a pagar		212	211
Total do passivo circulante		**7.597**	**7.514**
Provisões	12	1.298	190
Financiamentos	13	45.717	48.524
Tributos diferidos		136	128
Total do passivo não circulante		**47.151**	**48.841**
Capital social		108.162	108.162
Reserva legal		690	399
Reserva de lucros		9.838	5.687
Total do patrimônio líquido	**14**	**118.690**	**114.248**
Total do passivo e patrimônio líquido		**173.438**	**170.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**108.162**	**52**	**747**	**-**	**108.962**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.933	6.933
Constituição da reserva legal	14c.	-	347	-	(347)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	-	(1.647)	(1.647)
Retenção de lucros	14c.	-	-	4.940	(4.940)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**108.162**	**399**	**5.687**	**-**	**114.248**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.826	5.826
Constituição da reserva legal		-	291	-	(291)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(1.384)	(1.384)
Retenção de lucros		-	-	4.151	(4.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**108.162**	**690**	**9.838**	**-**	**118.690**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.826	6.933
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	5.826	6.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	16.091	16.278
Custo da geração de energia	16	(8.931)	(7.281)
Lucro bruto		**7.160**	**8.997**
Despesas gerais e administrativas	16	(558)	(479)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(61)	46
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**6.541**	**8.564**
Despesas financeiras	17	(5.251)	(5.331)
Receitas financeiras	17	7.680	6.407
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**2.429**	**1.076**
Resultado antes dos impostos		**8.970**	**9.640**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.140)	(2.689)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(19)
Lucro líquido do exercício		**5.826**	**6.933**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0539	0,0641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**5.826**	**6.933**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.513	4.511
Juros e variações monetárias	13	4.644	4.714
Amortização de custos de transação	13	16	16
Provisão ressarcimento	12	1.109	202
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	3.140	2.689
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	19
		19.251	**19.084**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(520)	(185)
Despesas antecipadas		(160)	255
Adiantamentos a fornecedores		-	2
Tributos e contribuições a compensar		(528)	(438)
Partes relacionadas	9	(724)	(778)
Fornecedores		41	130
Obrigações fiscais		(840)	(636)
Obrigações sociais e trabalhistas		26	26
Tributos diferidos		4	40
Caixa proveniente das atividades operacionais		**16.549**	**17.500**
Impostos pagos sobre o lucro		(2.294)	(2.265)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**14.255**	**15.235**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(7)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		158	(574)
Dividendos pagos		(1.646)	(249)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(3.047)	(2.783)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.147)	(4.319)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(8.683)**	**(7.926)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**5.565**	**7.291**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**54.757**	**47.466**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**60.322**	**54.757**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.311/0001-67

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	355	320
Contas a receber de clientes	8	3.322	2.627
Despesas antecipadas		325	119
Adiantamentos a fornecedores		682	260
Tributos e contribuições a compensar		20	21
Outros ativos		507	460
Total do ativo circulante		**5.211**	**3.808**
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.668	5.922
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.952	3.063
Imobilizado	11	211.308	219.653
Total do ativo não circulante		**218.928**	**228.639**
Total do ativo		**224.139**	**232.446**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		564	236
Provisões	12	202	801
Financiamentos	13	4.646	4.282
Obrigações sociais e trabalhistas		100	67
Obrigações fiscais		107	99
Imposto de renda e contribuição social a pagar		184	182
Adiantamento de clientes		40	40
Total do passivo circulante		**5.843**	**5.706**
Provisões	12	809	204
Financiamentos	13	60.912	64.649
Tributos diferidos		179	167
Total do passivo não circulante		**61.899**	**65.020**
Capital social		196.102	196.102
Prejuízos acumulados		(39.706)	(34.382)
Total do patrimônio líquido	**14**	**156.396**	**161.721**
Total do passivo e patrimônio líquido		**224.139**	**232.446**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízo acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**196.102**	**(28.730)**	**167.372**
Prejuízo do exercício	-	(5.652)	(5.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**196.102**	**(34.381)**	**161.721**
Prejuízo do exercício	-	(5.325)	(5.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**196.102**	**(39.706)**	**156.396**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(5.325)	(5.652)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(5.325)	(5.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda com energia	15	22.815	21.303
Custo da geração de energia	16	(19.923)	(18.605)
Lucro bruto		**2.892**	**2.698**
Despesas gerais e administrativas	16	(859)	(790)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(90)	(73)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**1.944**	**1.836**
Despesas financeiras	17	(6.973)	(7.191)
Receitas financeiras	17	637	611
Despesas financeiras líquidas		**(6.337)**	**(6.580)**
Resultado antes dos impostos		**(4.393)**	**(4.744)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(926)	(884)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(24)
Prejuízo do exercício		**(5.325)**	**(5.652)**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		(0,0272)	(0,0288)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(5.325)**	**(5.652)**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	10.346	10.174
Provisão de ressarcimento	12	6	347
Juros e variações monetárias	13	6.190	6.288
Amortização de custos de transação	13	21	21
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	926	884
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	24
		12.169	**12.086**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(695)	(227)
Despesas antecipadas		(206)	327
Adiantamentos a fornecedores		(422)	(110)
Tributos e contribuições a compensar		2	(21)
Outros ativos		(47)	(451)
Partes relacionadas		1.111	(815)
Fornecedores		328	109
Obrigações fiscais		(91)	(93)
Obrigações sociais e trabalhistas		33	34
Tributos diferidos		6	52
Caixa proveniente das atividades operacionais		**12.190**	**10.890**
Impostos pagos sobre o lucro		(825)	(809)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**11.365**	**10.081**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(2.000)	(1.118)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.000)**	**(1.118)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		254	(729)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.056)	(3.704)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.527)	(5.764)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(9.329)**	**(10.197)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**35**	**(1.234)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**320**	**1.554**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**355**	**320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.869.512/0001-17

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.868	3.316
Contas a receber de clientes	8	1.125	903
Despesas antecipadas		109	40
Adiantamento a fornecedores		3	3
Tributos e contribuições a compensar		-	15
Total do ativo circulante		**6.104**	**4.276**
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.017	2.052
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.195	1.173
Imobilizado	11	40.194	42.010
Total do ativo não circulante		**43.406**	**45.235**
Total do ativo		**49.510**	**49.511**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		106	92
Provisões	12	1.011	963
Financiamentos	13	1.688	1.517
Obrigações sociais e trabalhistas		33	22
Obrigações fiscais		37	40
Imposto de renda e contribuição social a pagar		78	74
Adiantamento de clientes		7	7
Total do passivo circulante		**2.959**	**2.716**
Provisões	12	674	123
Financiamentos	13	21.635	22.536
Tributos diferidos		59	56
Total do passivo não circulante		22.368	22.716
Capital social		24.966	24.966
Prejuízos acumulados		(784)	(887)
Total do patrimônio líquido	**14**	**24.183**	**24.079**
Total do passivo e patrimônio líquido		**49.510**	**49.511**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízo acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**24.966**	**(1.118)**	**23.848**
Lucro líquido do exercício	-	231	231
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**24.966**	**(887)**	**24.079**
Lucro líquido do exercício	-	103	103
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**24.966**	**(784)**	**24.183**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	103	231
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	103	231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	7.062	7.240
Custo da geração de energia	16	(4.290)	(4.301)
Lucro bruto		**2.771**	**2.939**
Despesas gerais e administrativas	16	(254)	(246)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(38)	(6)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.479**	**2.687**
Despesas financeiras	17	(2.597)	(2.542)
Receitas financeiras	17	674	467
Despesas financeiras líquidas		**(1.923)**	**(2.076)**
Resultado antes dos impostos		**556**	**612**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(452)	(372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1)	(8)
Lucro líquido do exercício		**103**	**231**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0041	0,0093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**103**	**231**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	1.851	1.850
Juros e variações monetárias	13	2.194	2.181
Amortização de custos de transação	13	71	71
Provisão para ressarcimento	12	599	152
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	452	372
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1	8
		5.271	**4.865**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(222)	(81)
Tributos e contribuições a compensar		15	(15)
Despesas antecipadas		(68)	113
Partes relacionadas		(22)	(331)
Fornecedores		13	64
Obrigações fiscais		(103)	(58)
Obrigações sociais e trabalhistas		11	11
Tributos diferidos		1	18
Caixa proveniente das atividades operacionais		**4.896**	**4.587**
Impostos pagos sobre o lucro		(348)	(299)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.547**	**4.288**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(35)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(35)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		35	(261)
Financiamentos obtidos		454	1.092
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.503)	(1.328)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.946)	(1.994)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(2.960)**	**(2.491)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.552**	**1.779**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.316**	**1.537**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**4.868**	**3.316**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.888.199/0001-64

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	8.037	5.811
Contas a receber de clientes	8	1.860	1.488
Despesas antecipadas		181	66
Adiantamento a fornecedores		55	55
Total do ativo circulante		**10.133**	**7.421**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.261	3.406
Depósitos judiciais		24	24
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.975	1.959
Imobilizado	11	68.799	71.870
Total do ativo não circulante		**74.059**	**77.259**
Total do ativo		**84.192**	**84.679**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		185	156
Provisões	12	2.263	2.407
Financiamentos	13	2.766	2.549
Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Obrigações fiscais		57	53
Imposto de renda e contribuição social a pagar		141	143
Dividendos a pagar	9	385	585
Adiantamento de clientes		29	29
Total do passivo circulante		**5.881**	**5.958**
Provisões	12	744	171
Financiamentos	13	36.270	38.495
Tributos diferidos		100	94
Total do passivo não circulante		**37.114**	**38.760**
Capital social		38.053	38.053
Reserva legal		206	125
Reserva de lucros		2.937	1.783
Total do patrimônio líquido	**14**	**41.196**	**39.961**
Total do passivo e patrimônio líquido		**84.192**	**84.679**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**38.053**	**2**	**28**	**-**	**38.083**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.463	2.463	
Constituição da reserva legal	14a.	-	123	-	(123)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14b.	-	-	-	(585)	(585)
Retenção de lucros	14b.	-	-	1.755	(1.755)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**38.053**	**125**	**1.783**	**-**	**39.961**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.619	1.619	
Constituição da reserva legal	-	81	-	(81)	-	
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(385)	(385)	
Retenção de lucros	-	-	1.154	(1.154)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**38.053**	**206**	**2.937**	**-**	**41.196**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.619	2.463
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.619	2.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	12.372	12.078
Custo da geração de energia	16	(6.452)	(5.167)
Lucro bruto		**5.920**	**6.911**
Despesas gerais e administrativas	16	(408)	(329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(47)	24
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.465**	**6.606**
Despesas financeiras	17	(4.224)	77.259
Receitas financeiras	17	1.170	787
Despesas financeiras líquidas		**(3.054)**	**(3.490)**
Resultado antes dos impostos		**2.412**	**3.116**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(790)	(640)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(13)
Lucro líquido do exercício		**1.619**	**2.463**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0426	0,0647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**1.619**	**2.463**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.106	3.105
Juros e variações monetárias	13	3.687	3.745
Amortização de custos de transação	13	19	19
Provisão ressarcimento de energia	12	573	233
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	790	640
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	13
		9.796	**10.218**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(372)	(134)
Despesas antecipadas		(115)	182
Partes relacionadas		(17)	(556)
Fornecedores		29	115
Provisões		(144)	-
Obrigações fiscais		(184)	(82)
Obrigações sociais e trabalhistas		18	19
Tributos diferidos		3	29
Caixa proveniente das atividades operacionais		**9.016**	**9.791**
Impostos pagos sobre o lucro		(603)	(528)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**8.413**	**9.263**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(35)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(35)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		145	(423)
Dividendos pagos		(585)	(9)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.421)	(2.211)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.292)	(3.432)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(6.152)**	**(6.075)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.226**	**3.169**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**5.811**	**2.643**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8.037**	**5.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.868.433/0001-91

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	9.752	7.604
Contas a receber de clientes	8	1.819	1.429
Despesas antecipadas		181	67
Adiantamento a fornecedores		6	6
Total do ativo circulante		**11.758**	**9.107**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.253	3.334
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.976	1.959
Imobilizado	11	67.770	70.812
Ativo de direito de uso	12	314	324
Total do ativo não circulante		**73.313**	**76.429**
Total do ativo		**85.070**	**85.536**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		244	203
Provisões	13	1.724	1.724
Financiamentos	14	2.708	2.487
Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Obrigações fiscais		57	52
Imposto de renda e contribuição social a pagar		159	159
Dividendos a pagar	9	400	303
Adiantamento de clientes		82	82
Passivo de arrendamento mercantil	12	2	2
Total do passivo circulante		**5.431**	**5.050**
Provisões	13	63	31
Financiamentos	14	35.026	37.196
Tributos diferidos		100	91
Passivo de arrendamento mercantil		354	356
Total do passivo não circulante		**35.543**	**37.674**
Capital social		41.839	41.839
Reserva legal		148	64
Reserva de lucros		2.110	909
Total do patrimônio líquido	**15**	**44.097**	**42.812**
Total do passivo e patrimônio líquido		**85.070**	**85.536**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**41.839**	**-**	**-**	**(1.145)**	**40.694**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.422	2.422
Constituição da reserva legal	15b.	-	64	-	(64)	-
Dividendos mínimo obrigatório	15c.	-	-	-	(303)	(303)
Retenção de lucros	15d.	-	-	909	(909)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.839**	**64**	**909**	**-**	**42.812**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.685	1.685	
Constituição da reserva legal	15b.	-	84	-	(84)	-
Dividendos mínimo obrigatório	15c.	-	-	-	(400)	(400)
Retenção de lucros	15d.	-	-	1.201	(1.201)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**41.839**	**148**	**2.110**	**-**	**44.097**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.685	2.422
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.685	2.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	16	12.982	12.115
Custo da geração de energia	17	(7.023)	(5.299)
Lucro bruto		**5.959**	**6.816**
Despesas gerais e administrativas	17	(413)	(330)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(45)	25
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.501**	**6.510**
Despesas financeiras	18	(4.336)	(4.371)
Receitas financeiras	18	1.388	1.006
Despesas financeiras líquidas		**(2.948)**	**(3.365)**
Resultado antes dos impostos		**2.553**	**3.145**
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(864)	(711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(4)	(12)
Lucro líquido do exercício		**1.685**	**2.422**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0403	0,0579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**1.685**	**2.422**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.054	3.052
Juros e variações monetárias	14	3.660	3.723
Juros de arrendamentos	12	30	31
Amortização de custos de transação	14	117	117
Provisão para ressarcimento	13	32	88
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	864	711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4	12
		9.446	**10.156**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(390)	(130)
Despesas antecipadas		(114)	182
Partes relacionadas		(17)	(556)
Fornecedores		41	167
Obrigações fiscais		(225)	(98)
Obrigações sociais e trabalhistas		18	19
Tributos diferidos		5	27
Caixa proveniente das atividades operacionais		**8.765**	**9.767**
Impostos pagos sobre o lucro		(635)	(576)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**8.130**	**9.191**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(2)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		82	(419)
Dividendos pagos		(303)	-
Arrendamentos	12	(33)	(33)
Pagamento de principal sobre financiamentos	14	(2.459)	(2.246)
Pagamento de juros sobre financiamentos	14	(3.268)	(3.412)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(5.982)**	**(6.109)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.147**	**3.064**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**7.604**	**4.540**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**9.751**	**7.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.944.650/0001-13

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.507	7.488
Contas a receber de clientes	8	2.215	1.751
Despesas antecipadas		217	81
Total do ativo circulante		**12.939**	**9.319**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.933	4.055
Despesas antecipadas		-	1
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.371	2.351
Imobilizado	11	77.184	80.658
Total do ativo não circulante		**83.488**	**87.064**
Total do ativo		**96.427**	**96.383**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		239	200
Provisões	12	2.187	2.187
Financiamentos	13	3.232	2.967
Obrigações sociais e trabalhistas		67	45
Obrigações fiscais		72	66
Imposto de renda e contribuição social a pagar		179	176
Adiantamento de clientes		53	53
Dividendos a pagar	9	550	224
Total do passivo circulante		**6.578**	**5.918**
Provisões	12	335	137
Financiamentos	13	41.856	44.444
Tributos diferidos		120	111
Total do passivo não circulante		**42.311**	**44.692**
Capital social		45.054	45.054
Reserva legal		163	47
Reserva de lucros		2.321	672
Total do patrimônio líquido	**14**	**47.538**	**45.773**
Total do passivo e patrimônio líquido		**96.427**	**96.383**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**45.054**	**-**	**-**	**(1.989)**	**43.065**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.932	2.932
Constituição da reserva legal		-	47	-	(47)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(224)	(224)
Retenção de lucros		-	-	672	(672)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**45.054**	**47**	**672**	**-**	**45.773**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.315	2.315
Constituição da reserva legal		-	116	-	(116)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(550)	(550)
Retenção de lucros		-	-	1.649	(1.649)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**45.054**	**163**	**2.321**	**-**	**47.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.315	2.932
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	2.315	2.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	15.257	14.399
Custo da geração de energia	16	(7.750)	(6.084)
Lucro bruto		**7.507**	**8.315**
Despesas gerais e administrativas	16	(497)	(388)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(51)	30
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**6.960**	**7.957**
Despesas financeiras	17	(5.154)	(5.233)
Receitas financeiras	17	1.493	1.015
Despesas financeiras líquidas		**(3.661)**	**(4.218)**
Resultado antes dos impostos		**3.298**	**3.739**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(979)	(792)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(15)
Lucro líquido do exercício		**2.315**	**2.932**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0514	0,0651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**2.315**	**2.932**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.500	3.499
Juros e variações monetárias	13	4.385	4.461
Amortização de custos de transação	13	155	155
Provisão para ressarcimento	12	198	214
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	979	792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	16
		11.537	**12.068**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(464)	(160)
Despesas antecipadas		(135)	219
Partes relacionadas		(20)	(668)
Fornecedores		39	156
Obrigações fiscais		(231)	(103)
Obrigações sociais e trabalhistas		22	23
Tributos diferidos		5	34
Caixa proveniente das atividades operacionais		**10.751**	**11.569**
Impostos pagos sobre o lucro		(740)	(648)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**10.011**	**10.920**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(27)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(27)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		122	(501)
Dividendos pagos		(224)	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.948)	(2.692)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.916)	(4.088)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(6.966)**	**(7.282)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.019**	**3.620**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**7.488**	**3.868**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.507**	**7.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.896.691/0001-81

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.962	4.832
Contas a receber de clientes	8	1.806	1.419
Despesas antecipadas		182	67
Adiantamento a fornecedores		1	1
Total do ativo circulante		**8.951**	**6.319**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.238	3.311
Despesas antecipadas		-	1
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.975	1.958
Imobilizado	11	69.619	72.667
Total do ativo não circulante		**74.832**	**77.937**
Total do ativo		**83.783**	**84.256**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		252	209
Provisões	12	2.921	2.921
Financiamentos	13	2.776	2.556
Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Obrigações fiscais		60	54
Imposto de renda e contribuição social a pagar		131	132
Adiantamento de clientes		89	89
Dividendos a pagar	9	158	-
Total do passivo circulante		**6.443**	**5.997**
Provisões	12	196	93
Financiamentos	13	36.297	38.534
Tributos diferidos		99	90
Total do passivo não circulante		**36.592**	**38.717**
Capital social		40.239	40.239
Reserva legal		33	-
Reserva de lucros		475	-
Total do patrimônio líquido	**14**	**40.748**	**39.542**
Total do passivo e patrimônio líquido		**83.783**	**84.256**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**40.239**	**-**	**-**	**(2.708)**	**37.531**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.011	2.011
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**40.239**	**-**	**-**	**(697)**	**39.542**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.364	1.364
Constituição da reserva legal		-	33	-	(33)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(158)	(158)
Retenção de lucros		-	-	475	(475)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**40.239**	**33**	**475**	**-**	**40.748**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.364	2.011
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.364	2.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	12.804	11.947
Custo da geração de energia	16	(7.076)	(5.454)
Lucro bruto		**5.727**	**6.493**
Despesas gerais e administrativas	16	(419)	(330)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(48)	13
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.261**	**6.177**
Despesas financeiras	17	(4.199)	(4.252)
Receitas financeiras	17	1.054	701
Despesas financeiras líquidas		**(3.145)**	**(3.551)**
Resultado antes dos impostos		**2.116**	**2.626**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(748)	(603)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(4)	(12)
Lucro líquido do exercício		**1.364**	**2.011**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0339	0,0500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**1.364**	**2.011**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.112	3.110
Juros e variações monetárias	13	3.676	3.735
Amortização de custos de transação	13	3	3
Provisão para ressarcimento	12	102	154
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	748	603
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	4	12
		9.009	**9.627**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(387)	(139)
Despesas antecipadas		(113)	182
Partes relacionadas		(17)	(556)
Fornecedores		44	140
Obrigações fiscais		(160)	(81)
Obrigações sociais e trabalhistas		18	19
Tributos diferidos		5	26
Caixa proveniente das atividades operacionais		**8.399**	**9.220**
Impostos pagos sobre o lucro		(581)	(497)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.818**	**8.722**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(65)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(65)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		73	(419)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.414)	(2.204)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.282)	(3.422)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(5.623)**	**(6.045)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.131**	**2.659**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.832**	**2.173**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**6.962**	**4.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.941.770/0001-67

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.034	8.631
Contas a receber de clientes	8	1.853	1.448
Despesas antecipadas		181	66
Adiantamento a fornecedores		5	5
Total do ativo circulante		**12.072**	**10.150**
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.257	3.328
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.996	1.959
Imobilizado	11	63.384	66.198
Total do ativo não circulante		**68.637**	**71.485**
Total do ativo		**80.709**	**81.635**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		251	210
Provisões	12	1.061	1.061
Financiamentos	13	2.702	2.480
Obrigações sociais e trabalhistas		56	37
Obrigações fiscais		59	53
Imposto de renda e contribuição social a pagar		154	169
Adiantamento de clientes		88	88
Dividendos a pagar	9	372	621
Total do passivo circulante		**4.742**	**4.719**
Provisões	12	27	14
Financiamentos	13	34.915	37.080
Tributos diferidos		102	92
Total do passivo não circulante		**35.044**	**37.186**
Capital social		37.735	37.735
Reserva legal		209	131
Reserva de lucros		2.979	1.864
Total do patrimônio líquido	**14**	**40.923**	**39.730**
Total do passivo e patrimônio líquido		**80.709**	**81.635**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**37.735**	**-**	**-**	**(332)**	**37.403**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.947	2.947
Constituição de reserva legal		-	131	-	(131)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(621)	(621)
Retenção de lucros		-	-	1.864	(1.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**37.735**	**131**	**1.864**	**-**	**39.730**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.565	1.565
Constituição de reserva legal		-	78	-	(78)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(372)	(372)
Retenção de lucros		-	-	1.115	(1.115)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**37.735**	**209**	**2.979**	**-**	**40.923**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.565	2.947
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	1.565	2.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	13.139	12.337
Custo da geração de energia	16	(7.422)	(5.096)
Receitas (despesas) operacionais		**5.716**	**7.241**
Despesas gerais e administrativas	16	(405)	(329)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(48)	28
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**5.263**	**6.941**
Despesas financeiras	17	(4.292)	(4.335)
Receitas financeiras	17	1.508	1.106
Despesas financeiras líquidas		**(2.784)**	**(3.229)**
Resultado antes dos impostos		**2.479**	**3.712**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(910)	(753)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(5)	(12)
Lucro líquido do exercício		**1.565**	**2.947**
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0415	0,0781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**1.565**	**2.947**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.874	2.872
Juros e variações monetárias	13	3.649	3.712
Amortização de custos de transação	13	119	119
Provisão para ressarcimento	12	13	28
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	910	753
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	5	12
		9.135	**10.443**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(404)	(137)
Despesas antecipadas		(115)	182
Partes relacionadas		(38)	(556)
Fornecedores		42	173
Obrigações fiscais		(264)	(101)
Obrigações sociais e trabalhistas		18	19
Tributos diferidos		6	27
Caixa proveniente das atividades operacionais		**8.380**	**10.048**
Impostos pagos sobre o lucro		(655)	(608)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.724**	**9.440**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(60)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(60)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		71	(419)
Dividendos pagos		(621)	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(2.453)	(2.240)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.258)	(3.402)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(6.261)**	**(6.062)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.403**	**3.360**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**8.631**	**5.271**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.034**	**8.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.891.491/0001-36

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.129	2.918
Contas a receber de clientes	8	1.065	851
Despesas antecipadas		108	40
Adiantamento a fornecedores		1	1
Tributos e contribuições a compensar		33	33
Total do ativo circulante		**5.336**	**3.842**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.954	1.978
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.183	1.173
Imobilizado	11	45.178	47.158
Total do ativo não circulante		**48.315**	**50.309**
Total do ativo		**53.651**	**54.151**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		173	139
Provisões	12	1.316	1.316
Financiamentos	13	1.644	1.514
Obrigações sociais e trabalhistas		33	22
Obrigações fiscais		36	32
Imposto de renda e contribuição social a pagar		73	77
Adiantamento de clientes		59	59
Dividendos a pagar	9	102	-
Total do passivo circulante		**3.438**	**3.160**
Provisões	12	42	19
Financiamentos	13	21.541	22.868
Tributos diferidos	58	53	
Total do passivo não circulante		**21.641**	**22.940**
Capital social		28.243	28.243
Reserva legal		22	-
Reserva de lucros		307	-
Prejuízos acumulados		-	(192)
Total do patrimônio líquido	**14**	**28.572**	**28.051**
Total do passivo e patrimônio líquido		**53.651**	**54.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**28.243**	**-**	**-**	**(1.289)**	**26.954**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.098	1.098
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**28.243**	**-**	**-**	**(192)**	**28.051**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	623	623
Constituição da reserva legal		-	22	-	(22)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(102)	(102)
Retenção de lucros		-	-	307	(307)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**28.243**	**22**	**307**	**-**	**28.572**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	623	1.098
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	623	1.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	7.770	7.242
Custo da geração de energia	16	(4.524)	(3.442)
Receitas (despesas) operacionais		**3.246**	**3.799**
Despesas gerais e administrativas	16	(257)	(215)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(34)	6
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.955**	**3.590**
Despesas financeiras	17	(2.523)	(2.553)
Receitas financeiras	17	636	423
Despesas financeiras líquidas		**(1.887)**	**(2.130)**
Resultado antes dos impostos		**1.068**	**1.460**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(443)	(356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(2)	(7)
Lucro líquido do exercício		**623**	**1.098**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0221	0,0389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**623**	**1.098**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.007	2.005
Juros e variações monetárias	13	2.181	2.216
Amortização de custos de transação	13	2	2
Provisão para ressarcimento	12	23	55
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	443	356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2	7
		5.281	**5.738**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(214)	(83)
Despesas antecipadas		(69)	109
Partes relacionadas		(10)	(332)
Fornecedores		34	115
Obrigações fiscais		(101)	(48)
Obrigações sociais e trabalhistas		11	11
Tributos diferidos		3	15
Caixa proveniente das atividades operacionais		**4.935**	**5.526**
Impostos pagos sobre o lucro		(341)	(289)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.593**	**5.237**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(27)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(27)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		24	(245)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.432)	(1.308)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.948)	(2.031)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(3.356)**	**(3.584)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.211**	**1.635**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**2.918**	**1.283**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**4.129**	**2.918**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 19.917.214/0001-55

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.063	3.564
Contas a receber de clientes	8	1.047	848
Despesas antecipadas		110	43
Total do ativo circulante		**6.219**	**4.455**
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.911	1.948
Despesas antecipadas		1	1
Contas a receber de partes relacionadas	9	1.182	1.173
Imobilizado	11	46.203	48.251
Total do ativo não circulante		**49.297**	**51.373**
Total do ativo		**55.515**	**55.828**

Passivo	Nota	2023	2022
Fornecedores		187	122
Provisões	12	691	691
Financiamentos	13	1.626	1.496
Obrigações sociais e trabalhistas		33	22
Obrigações fiscais		35	32
Imposto de renda e contribuição social a pagar		84	83
Adiantamento de clientes		66	66
Dividendos a pagar	9	153	17
Total do passivo circulante		**2.875**	**2.529**
Provisões	12	163	-
Financiamentos	13	20.719	22.036
Tributos diferidos		56	53
Total do passivo não circulante		**20.938**	**22.089**
Capital social		31.154	31.154
Reserva legal		36	4
Reserva de lucros		512	52
Total do patrimônio líquido	**14**	**31.702**	**31.210**
Total do passivo e patrimônio líquido		**55.515**	**55.828**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**31.154**	**-**	**-**	**(1.207)**	**29.947**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.280	1.280
Constituição de reserva legal		-	4	-	(4)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(17)	(17)
Reserva de lucros		-	-	52	(52)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**31.154**	**4**	**52**	**-**	**31.210**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	645	645
Constituição de reserva legal		-	32	-	(32)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	(153)	(153)
Reserva de lucros		-	-	460	(460)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**31.154**	**36**	**512**	**-**	**31.702**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	645	1.280
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	645	1.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda com energia	15	7.646	7.296
Custo da geração de energia	16	(4.474)	(3.444)
Lucro bruto		**3.172**	**3.852**
Despesas gerais e administrativas	16	(294)	(232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(36)	14
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**2.841**	**3.634**
Despesas financeiras	17	(2.449)	(2.453)
Receitas financeiras	17	730	482
Despesas financeiras líquidas		**(1.719)**	**(1.971)**
Resultado antes dos impostos		**1.122**	**1.663**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(475)	(376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(1)	(7)
Lucro líquido do exercício		**645**	**1.280**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0207	0,0411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**645**	**1.280**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	2.084	2.081
Provisão de ressarcimento	12	163	34
Juros e variações monetárias	13	2.105	2.142
Amortização de custos de transação	13	3	3
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	475	376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	1	7
		5.476	**5.923**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(199)	(82)
Despesas antecipadas		(65)	112
Partes relacionadas		(9)	(331)
Fornecedores		65	95
Obrigações fiscais		(113)	(49)
Obrigações sociais e trabalhistas		11	11
Tributos diferidos		2	15
Caixa proveniente das atividades operacionais		**5.168**	**5.695**
Impostos pagos sobre o lucro		(359)	(308)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**4.809**	**5.387**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(35)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(35)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		37	(241)
Dividendos pagos		(17)	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(1.415)	(1.292)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(1.880)	(1.963)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(3.275)**	**(3.496)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.499**	**1.873**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.564**	**1.691**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**5.063**	**3.564**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.593.647/0001-81

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.335	7.336
Contas a receber de clientes	8	2.888	2.407
Despesas antecipadas		290	106
Adiantamento a fornecedores		55	55
Tributos e contribuições a compensar		65	65
Total do ativo circulante		**13.633**	**9.970**
Aplicações financeiras vinculadas	10	5.128	5.454
Contas a receber de partes relacionadas	9	2.875	2.955
Imobilizado	11	97.443	101.900
Total do ativo não circulante		**105.445**	**110.309**
Total do ativo		**119.078**	**120.279**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		388	312
Provisões	12	3.183	3.879
Financiamentos	13	4.649	4.257
Obrigações sociais e trabalhistas		111	74
Obrigações fiscais		96	89
Imposto de renda e contribuição social a pagar		215	217
Adiantamento de clientes		275	275
Total do passivo circulante		**8.918**	**9.104**
Provisões	12	594	378
Financiamentos	13	57.256	61.019
Tributos diferidos		159	152
Total do passivo não circulante		**58.010**	**61.549**
Capital social		56.141	56.141
Prejuízos acumulados		(3.992)	(6.515)
Total do patrimônio líquido	**14**	**52.150**	**49.627**
Total do passivo e patrimônio líquido		**119.078**	**120.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízo acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**56.141**	**(10.237)**	**45.904**
Lucro líquido do exercício	-	3.723	3.723
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**56.141**	**(6.514)**	**49.627**
Lucro líquido do exercício	-	2.523	2.523
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**56.141**	**(3.992)**	**52.150**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.523	3.723
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	2.523	3.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	21.245	19.972
Custo da geração de energia	16	(11.227)	(8.586)
Lucro bruto		**10.018**	**11.386**
Despesas gerais e administrativas	16	(708)	(545)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(74)	29
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**9.235**	**10.870**
Despesas financeiras	17	(7.129)	(7.221)
Receitas financeiras	17	1.646	1.089
Despesas financeiras líquidas		**(5.483)**	**(6.132)**
Resultado antes dos impostos		**3.752**	**4.739**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.226)	(996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(3)	(20)
Lucro líquido do exercício		**2.523**	**3.723**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0449	0,0663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**2.523**	**3.723**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.492	4.491
Provisão ressarcimento de energia	12	216	207
Juros e variações monetárias	13	6.081	6.202
Amortização de custos de transação	13	210	278
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.226	996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3	20
		14.752	**15.917**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(481)	(297)
Despesas antecipadas		(183)	291
Partes relacionadas		81	(803)
Fornecedores		76	255
Provisões		(696)	-
Obrigações fiscais		(254)	(131)
Obrigações sociais e trabalhistas		37	37
Tributos diferidos		4	44
Caixa proveniente das atividades operacionais		**13.336**	**15.314**
Impostos pagos sobre o lucro		(966)	(825)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**12.370**	**14.488**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(35)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(35)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		326	(573)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.224)	(3.854)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(5.437)	(5.689)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(9.336)**	**(10.117)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**2.999**	**4.353**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**7.336**	**2.983**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.335**	**7.336**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 20.586.118/0001-50

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.750	12.340
Contas a receber de clientes	8	3.580	2.903
Despesas antecipadas		362	133
Adiantamento a fornecedores		41	41
Tributos e contribuições a compensar		285	285
Total do ativo circulante		**21.018**	**15.701**
Aplicações financeiras vinculadas	10	6.272	6.467
Contas a receber de partes relacionadas	9	4.313	4.112
Imobilizado	11	122.690	128.054
Total do ativo não circulante		**133.275**	**138.633**
Total do ativo		**154.292**	**154.334**

	Nota	2023	2022
Passivo			
Fornecedores		539	447
Provisões	12	2.783	2.783
Financiamentos	13	5.373	4.936
Obrigações socias e trabalhistas		89	59
Obrigações fiscais		115	105
Imposto de renda e contribuição social a pagar		293	295
Dividendos a pagar	9	860	119
Adiantamento de clientes		382	382
Total do passivo circulante		**10.433**	**9.126**
Provisões	12	576	367
Financiamentos	13	66.181	70.513
Tributos diferidos		198	184
Total do passivo não circulante		**66.955**	**71.064**
Capital social		73.762	73.762
Reserva legal		206	25
Reserva de lucros		2.936	357
Total do patrimônio líquido	**14**	**76.904**	**74.144**
Total do passivo e patrimônio líquido		**154.292**	**154.334**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Res. legal	Res. de lucros	Lucros acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**73.762**	**-**	**-**	**(4.853)**	**68.909**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.354	5.354
Constituição de reserva legal	14a.	-	25	-	(25)	-
Dividendos mínimos	14b.	-	-	-	(119)	(119)
Reserva de lucros	14c.	-	-	357	(357)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**73.762**	**25**	**357**	**-**	**74.144**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.620	3.620
Constituição de reserva legal	14a.	-	181	-	(181)	-
Dividendos mínimos	14b.	-	-	-	(860)	(860)
Reserva de lucros	14c.	-	-	2.579	(2.579)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**73.762**	**206**	**2.936**	**-**	**76.904**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	3.620	5.354
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	3.620	5.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de venda de energia	15	26.615	24.749
Custo da geração de energia	16	(14.788)	(10.732)
Lucro bruto		**11.828**	**14.017**
Despesas gerais e administrativas	16	(712)	(653)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(61)	47
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**11.055**	**13.411**
Despesas financeiras	17	(8.233)	(8.363)
Receitas financeiras	17	2.486	1.682
Despesas financeiras líquidas		**(5.747)**	**(6.681)**
Resultado antes dos impostos		**5.308**	**6.730**
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.681)	(1.353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(7)	(23)
Lucro líquido do exercício		**3.620**	**5.354**
Resultado por ação ordinária - básico e diluido (em reais)		0,0491	0,0726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diretoria

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha
Diretora

Zhigang Yao
Diretor

Pedro Paganni Lopes
Contador
CRC PR - 077115/O-1

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**3.620**	**5.354**	
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	5.657	5.653
Provisão para ressarcimento	12	209	173
Juros e variações monetárias	13	7.031	7.171
Amortização de custos de transação	13	243	243
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.681	1.353
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	7	23
		18.447	**19.969**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(677)	(349)
Despesas antecipadas		(229)	385
Tributos e contribuições a compensar		-	(66)
Partes relacionadas		(201)	(1.203)
Fornecedores		92	378
Obrigações fiscais		(395)	(177)
Obrigações socias e trabalhistas		29	30
Tributos diferidos		8	51
Caixa proveniente das atividades operacionais		**17.075**	**19.019**
Impostos pagos sobre o lucro		(1.279)	(1.109)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**15.796**	**17.909**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(292)	(18)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(292)**	**(18)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aplicações financeiras vinculadas		195	(709)
Dividendos pagos		(119)	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.883)	(4.456)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(6.286)	(6.578)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(11.094)**	**(11.743)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**4.410**	**6.147**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**12.340**	**6.193**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**16.750**	**12.340**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 21 de março de 2024, sem modificações.

Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.

CNPJ nº 15.011.336/0001-27
Sede: Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277 - 3º Andar - Jardim Santo Elias - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA NEXT TECNOLOGIA E SERVIÇOS DIGITAIS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Next demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

a) Na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico www.jornalodiasp.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante	**342.915**	**100.244**
Caixa e Equivalentes de Caixa	296.433	17.940
Contas a Receber	1.256	324
Outros Créditos	45.226	81.980
Não Circulante	**742.892**	**1.340.010**
Outros Créditos	363	-
Créditos Fiscais Diferidos	239.721	273.151
Investimento	-	455.219
Imobilizado	9.200	23.474
Intangível	493.608	588.166
Total do Ativo	**1.085.807**	**1.440.254**

Passivo	**2023**	**2022**
Circulante	**44.650**	**136.042**
Contas a Pagar	**4.422**	**44.097**
Outras Obrigações	**40.228**	**91.945**
Obrigações Trabalhistas	27.834	72.132
Impostos e Obrigações a Recolher	12.394	19.813
Não Circulante	**3.808**	**7.793**
Contas a Pagar	-	**6.420**
Outras Obrigações	**3.808**	**1.373**
Provisões para Contingências Trabalhistas	3.808	1.373
Total Passivo	**48.458**	**143.835**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	1.233.746	1.700.329
Prejuízos Acumulados	(196.397)	(403.678)
Outros Resultados Abrangentes	-	(232)
Total Patrimônio Líquido	**1.037.349**	**1.296.419**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.085.807**	**1.440.254**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Receitas/(Despesas) Operacionais	**667.406**	**689.171**
Receitas de Serviços	763.914	789.077
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(96.508)	(99.906)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(386.239)**	**(1.126.481)**
Outras Despesas Administrativas	(238.538)	(804.406)
Despesas com Pessoal	(182.976)	(374.650)
Resultado da Equivalência Patrimonial	34.132	56.820
Despesas Tributárias	(2.131)	(3.797)
Outras Receitas/Despesas	3.274	(448)
Resultado Financeiro	**10.815**	**14.152**
Resultado Financeiro Líquido	10.815	14.152
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro	**291.982**	**(423.158)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(84.701)	162.538
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	**207.281**	**(260.620)**
Número de Ações	33.763.363	33.177.707
Lucro Líquido (Prejuízo) por ações em R$	6,14	(7,86)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	263.022	(448.379)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	537	(257.372)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	14.934	676.891
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**278.493**	**(28.860)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	17.940	46.800
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	296.433	17.940
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**278.493**	**(28.860)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A., é uma Sociedade fechada que desenvolve atividades não financeiras, tais como: (a) intermediar e promover serviços relacionados ao mercado financeiro; (b) explorar atividades de correspondente bancário de instituições financeiras; (c) distribuir outros produtos e serviços financeiros admitidos pela legislação vigente; (d) prestar serviços de consultoria e assessoria em operações e na aquisição de produtos e serviços financeiros; (e) prover serviços de tecnologia da informação para melhorar a experiência do consumidor de serviços e produtos financeiros; e (f) ofertar e gerir programas de benefícios, fidelidade e pontos.

A Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024.

A Sociedade está domiciliada na Rua Domingos Sérgio dos Anjos, 277, 3º Andar, Pirituba, São Paulo.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Aplicação em CDB Fácil Bradesco (1)	296.433	17.940
Total do caixa e equivalentes de caixa	**296.433**	**17.940**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários e com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Intermediação de recargas	515	324
Correspondente no País	741	-
Total	**1.256**	**324**

6) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Despesa antecipada (1)	44.726	69.873
Depósitos judiciais	363	-
Adiantamento a funcionários	362	472
Débitos bancários não identificados	138	2
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	-	11.084
Dividendos a receber	-	540
Adiantamento a fornecedores	-	10
Total	**45.589**	**81.980**

(1) Substancialmente custos com originação de novas contas, licença de uso de antivírus e serviços de suporte, além dos custos com *marketing*.

7) INVESTIMENTOS

Composição do Investimento:

						Acumulado em 31 de dezembro	
Empresa	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Quantidade de ações possuídas**	**Participação no capital social %**	**Resultado ajustado**	**2023**	**2022**
ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (1)	-	-	-	-	-	34.132	455.219
Total					**-**	**34.132**	**455.219**

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de outubro de 2023, foi aprovado a redução de capital social no valor de R$ 489.583, que refere-se a entrega integral do investimento na ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A., resultando na alteração do capital social de R$ 1.723.329 para R$ 1.233.746.

8) INTANGÍVEL

Composição dos ativos intangíveis:

	Em 31 de dezembro				
				Custo líquido de depreciação	
	Taxa anual	**Custo**	**Depreciação**	**2023**	**2022**
Licenças de uso	20%	88.604	(47.233)	41.371	62.989
Sistema de processamento de dados	10% e 20%	668.597	(216.360)	452.237	525.145
Direito de exploração da folha de pagamento	Pelo prazo do contrato	-	-	-	32
Total em 31 de dezembro de 2023		**757.201**	**(263.593)**	**493.608**	
Total em 31 de dezembro de 2022		**773.882**	**(185.716)**		**588.166**

9) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Serviços especializados	3.212	35.744
Diversos	704	364
Administrativo	271	728
Consultorias	97	702
Processamento	100	1.387
Marketing	38	817
Arrendamento (1)	-	10.775
Total de contas a pagar	**4.422**	**50.517**

(1) Refere-se a direito de uso de imóvel alugado utilizado como sede administrativa da Sociedade. O contrato foi encerrado em 2023.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

		Reserva de Lucros				
Eventos	**Capital Social**	**Legal**	**Estatutária**	**Lucros (Prejuízos) Acumulados**	**Ajuste de Avaliação Patrimonial**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.024.329**	**-**	**-**	**(143.058)**	**(521)**	**880.750**
Aumento de Capital Social	676.000	-	-	-	-	676.000
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(260.620)	-	(260.620)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	289	289
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.700.329**	**-**	**-**	**(403.678)**	**(232)**	**1.296.419**
Redução de Capital Social	(466.583)	-	-	-	-	(466.583)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	207.281	-	207.281
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	232	232
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.233.746**	**-**	**-**	**(196.397)**	**-**	**1.037.349**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Lucro/Prejuízo do Exercício	**207.281**	**(260.621)**
Outros Resultados Abrangentes	232	289
Total do Resultado Abrangente	**207.513**	**(260.332)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias contingentes trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "unicidade de emprego, equiparação salarial e horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses, considerando o ano do ajuizamento.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
No início do período	**1.373**	**271**
Constituições líquidas de reversões e baixas	2.435	1.102
No final do período	**3.808**	**1.373**

II - Processos cíveis e fiscais

Não há processos cíveis e fiscais no período.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Não há processos cíveis e fiscais no período.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição do capital social em cotas:

O capital social no montante de R$ 1.233.746 (2022 - R$ 1.700.329) está totalmente subscrito e integralizado. É composto por 33.763.363 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal (2022 - R$ 33.177.707).

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido ajustado, conforme definido no estatuto da Sociedade. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Sociedade.

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Ordinárias	33.763.363	33.177.707
Total	**33.763.363**	**33.177.707**

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Contribuição à Cofins	(58.057)	(59.970)
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(25.846)	(26.916)
Contribuição ao PIS	(12.605)	(13.020)
Outros Impostos	(2.131)	(3.797)
Total	**(98.639)**	**(103.703)**

13) DESPESAS COM PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Proventos	(103.732)	(223.190)
Encargos sociais	(38.955)	(67.387)
Benefícios	(37.040)	(66.674)
Outros	(3.249)	(17.399)
Total	**(182.976)**	**(374.650)**

14) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Depreciação e amortização	(86.782)	(85.501)
Processamento de dados e licenças de uso	(69.229)	(185.447)
Serviços técnicos especializados	(61.471)	(162.933)
Propaganda e publicidade	(11.086)	(356.224)
Outros	(8.276)	(1.057)
Comunicação	(1.693)	(13.244)
Total	**(238.538)**	**(805.406)**

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não há processos judiciais de natureza cível e fiscal com saída de recursos provável ou possível a serem evidenciados nestas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022; e

b) A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16) EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 janeiro de 2024, foi aprovada a redução do capital social, no valor de R$ 528.918 mil, com o objetivo de:

a) Transferir os ativos e passivos associados a atividade do Next, permanecendo na empresa apenas saldos e transações não operacionais;

b) Buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos financeiros, operacionais, administrativos e legais;

c) Consolidar a estratégia de negócio de operar o portfólio de produtos em uma única entidade legal, o Bradesco..

Humberto Lucas Pereira da Cruz
Contador - CRC 1SP325329/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

Banco Digio S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DO BANCO DIGIO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O relatório da administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial do Banco Digio demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- Na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico www.jornalodiasp.com.br; e
- *Site* da instituição www.digio.com.br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório da Administração do Banco Digio S.A. relativo ao ano de 2023, aprovado pela Administração, em 22 de março de 2024, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.digio.com.br, assim como as demonstrações financeiras completas e auditadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDOS - Em Reais mil

Ativo	2023	2022
Disponibilidades	**8.934**	**9.055**
Instrumentos Financeiros	**7.468.551**	**4.771.072**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	74.854	207.805
Títulos e Valores Mobiliários	1.146.074	960.827
Relações Interfinanceiras	2.475.996	669.008
Operações de Crédito	2.109.548	1.356.515
Outros Créditos	1.662.079	1.576.917
(-) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(546.941)**	**(631.644)**
Operações de Crédito	(501.790)	(575.194)
Outros Créditos	(45.151)	(56.450)
Ativos Fiscais	**778.067**	**661.162**
Ativos Tributários Correntes	8.073	38.599
Créditos Tributários	769.994	622.563
Outros Ativos	**168.670**	**75.430**
Imobilizado de Uso	**3.546**	**3.546**
Intangível	**236.751**	**196.741**
Depreciações e Amortizações	**(141.298)**	**(112.091)**
Total do Ativo	**7.976.280**	**4.973.271**

Passivo	2023	2022
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**7.662.613**	**4.660.372**
Depósitos	5.514.459	2.629.222
Obrigações por Operações Compromissadas	365.056	235.930
Relações Interfinanceiras	1.775.805	1.786.450
Relações Interdependências	7.293	8.770
Passivos Fiscais	**13.451**	**14.433**
Passivos Tributários Correntes	9.524	11.840
Obrigações Fiscais Diferidas	3.927	2.593
Provisões Passivos Contingentes	**8.905**	**8.858**
Outros Passivos	**112.311**	**136.647**
Patrimônio Líquido	**179.000**	**152.961**
Capital Social	641.336	441.336
Reservas de Capital	295.764	295.764
Outros Resultados Abrangentes	50	101
Prejuízos Acumulados	(758.150)	(584.240)
Total do Passivo	**7.976.280**	**4.973.271**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS RESUMIDAS - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira	**702.650**	**1.280.143**	**879.830**
Operações de Créditos	623.094	1.120.784	763.497
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	79.556	159.359	116.333
Despesas da Intermediação Financeira	**(281.982)**	**(454.046)**	**(161.248)**
Operações de Captação no Mercado	(281.935)	(453.866)	(161.030)
Resultado com Variação Cambial	(47)	(180)	(218)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**420.668**	**826.097**	**718.582**
Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(211.630)**	**(457.195)**	**(692.471)**
Operações de Créditos	(219.800)	(468.495)	(651.020)
Outros Créditos	8.170	11.300	(41.451)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(331.819)**	**(688.902)**	**(643.900)**
Receitas de Prestação de Serviços	76.555	158.616	166.451
Rendas de Tarifas Bancárias	11.581	16.773	20.131
Despesas de Pessoal	(64.461)	(129.526)	(127.905)
Outras Despesas Administrativas	(267.406)	(533.802)	(495.000)
Despesas Tributárias	(27.116)	(54.381)	(51.065)
(Provisão)/Reversão de Provisão para Passivos Contingentes	164	(47)	1.375
Outras Receitas Operacionais	16.693	30.616	24.734
Outras Despesas Operacionais	(77.829)	(177.151)	(182.621)
Resultado Operacional	**(122.781)**	**(320.000)**	**(617.789)**
Outras Receitas e Despesas	**13**	**34**	**75**
Outras Receitas	13	34	75
Resultado antes dos Tributos e Participações	**(122.768)**	**(319.966)**	**(617.714)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**57.563**	**146.056**	**274.774**
Correntes	944	5	(2.438)
Diferidos	56.619	146.051	277.212
(Prejuízo) Líquido do Exercício	**(65.205)**	**(173.910)**	**(342.940)**
Número de Ações:	**3.359.732.662**	**3.359.732.662**	**493.143.409**
(Prejuízo) por Lote de mil Ações:	**(0,019)**	**(0,052)**	**(0,695)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES RESUMIDAS - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	2022
Resultados do Semestre e Exercícios	**(65.205)**	**(173.910)**	**(342.940)**
Variação no Valor Justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**(2)**	**(51)**	**727**
Ajuste ao Valor Justo contra o Patrimônio Líquido	(6)	(96)	1.386
Efeito Fiscal	4	45	(659)
Resultado Abrangente do Semestre e Exercícios	**(65.207)**	**(173.961)**	**(342.213)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDAS - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2021	**441.336**	**295.764**	**(626)**	**(241.300)**	**495.174**
Prejuízo do Período	-	-	-	(342.940)	(342.940)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	727	-	727
Saldos em 31 dezembro de 2022	**441.336**	**295.764**	**101**	**(584.240)**	**152.961**
Prejuízo do Período	-	-	-	(173.910)	(173.910)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(51)	-	(51)
Aumento de Capital (deliberado em AGE de 22/05/2023)	200.000	-	-	-	200.000
Saldos em 31 dezembro de 2023	**641.336**	**295.764**	**50**	**(758.150)**	**179.000**
Saldos em 30 junho de 2023	**641.336**	**295.764**	**54**	**(692.945)**	**244.209**
(Prejuízo) do Período	-	-	-	(65.205)	(65.205)
MTM - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(4)	-	(4)
Saldos em 31 dezembro de 2023	**641.336**	**295.764**	**50**	**(758.150)**	**179.000**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDAS - Em Reais mil

	2º Semestre 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais	5.975	(159.931)	61.144
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de investimentos	(16.561)	(40.010)	(65.398)
Caixa líquido (utilizado) pelas atividades de financiamento	-	200.000	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(10.586)**	**59**	**(4.254)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial	19.567	9.055	13.282
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(47)	(180)	27
Saldo final	8.934	8.934	9.055
(Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(10.586)**	**59**	**(4.254)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Digio S.A. ("Banco Digio" ou "Banco"), tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros, quando aplicável.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2024.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas demonstrações financeiras seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações financeiras.

4) DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro - R$ mil	2023	2022
Disponibilidade em moeda nacional	8.355	8.168
Disponibilidade em moeda estrangeira	579	887
Total	**8.934**	**9.055**

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicação interfinanceira de liquidez

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco Digio S.A. possuía carteira correspondente a aplicações interfinanceiras de liquidez, indexadas ao CDI, conforme abaixo:

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 181 a 360 dias	2023 Acima de 360 dias	2023 Total	2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	67.651	7.203	74.854	207.805
% de aplicações interfinanceiras de liquidez	**90%**	**10%**	**100%**	**100%**

b) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 a composição dos títulos e valores mobiliários estavam representados conforme abaixo:

R$ mil

Títulos disponíveis para venda	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ mercado	Valor de custo atualizado	Ajuste a valor de mercado [1]
Letras financeiras do tesouro [2]	369.663	194.981	581.430	1.146.074	1.145.950	124
Total em 31/12/2023	**369.663**	**194.981**	**581.430**	**1.146.074**	**1.145.950**	**124**
Total em 31/12/2022	**324.216**	**228.770**	**407.841**	**960.827**	**960.607**	**220**

(1) O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foi obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA); e

(2) Os títulos públicos estão custodiados em conta própria do Banco Digio no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic.

c) Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras, posição ativa, refere-se à aquisição de recebíveis, substancialmente de instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Os valores registrados, respectivamente, na posição passiva estão relacionados às obrigações com bandeiras.

Em 31 de dezembro - R$ mil	2023	2022
Ativo	**2.475.996**	**669.008**
Créditos vinculados - Pagamentos instantâneos	151.042	116.082
Pagamentos e recebimentos a liquidar [1]	2.324.954	552.926
Passivo	**1.775.805**	**1.786.450**
Pagamentos e recebimentos a liquidar [2]	1.775.805	1.786.450

(1) Refere-se a transações cujo prazo médio são 35 dias; e

(2) Refere-se a obrigações com bandeiras, cujo valores será liquidado em até 12 meses.

6) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

a) Modalidades e níveis de riscos

Em 31 de dezembro - R$ mil

Níveis de riscos	Empréstimos	Outros créditos	2023 Total	2023 %	2022 Total	2022 %
AA	649	6.192	**6.841**	**0,18%**	**15.132**	**0,52%**
A	1.393.452	1.553.501	**2.946.953**	**78,13%**	**1.518.151**	**51,75%**
B	53.359	36.718	**90.077**	**2,39%**	**412.637**	**14,07%**
C	58.660	24.279	**82.939**	**2,20%**	**237.003**	**8,08%**
D	80.453	9.003	**89.456**	**2,37%**	**132.689**	**4,52%**
E	86.571	4.836	**91.407**	**2,42%**	**96.981**	**3,30%**
F	58.835	2.072	**60.907**	**1,61%**	**71.445**	**2,44%**
G	51.801	1.883	**53.684**	**1,42%**	**68.662**	**2,34%**
H	325.768	23.595	**349.363**	**9,26%**	**380.732**	**12,98%**
Total em 31/12/2023	**2.109.548**	**1.662.079**	**3.771.627**	**100%**		
% Operação de crédito 2023	**56%**	**44%**				
Total em 31/12/2022	**1.356.515**	**1.576.917**			**2.933.432**	**100%**
% Operação de crédito 2022	**46%**	**54%**				

b) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 31 de dezembro - R$ mil	2023	2022
Saldo inicial do exercício	**631.644**	**256.697**
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	457.195	692.471
Baixas para prejuízo	(541.898)	(317.524)
Saldo inicial do exercício	**546.941**	**631.644**

c) Receita de operações de crédito

R$ mil

	2º Semestre 2023	Em 31 de dezembro 2023	2022
Rendas de empréstimos	617.611	1.102.175	762.223
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.483	18.609	1.274
Total	**623.094**	**1.120.784**	**763.497**

7) IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Líquido
Instalações	913	(370)	543	913	**(199)**	714
Móveis e equipamentos	1.218	(968)	250	1.218	**(735)**	483
Sistemas de Processamento de dados	1.415	(757)	658	1.415	**(488)**	927
Total	**3.546**	**(2.095)**	**1.451**	**3.546**	**(1.422)**	**2.124**

8) INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro - R$ mil

	2023 Custo	2023 Amortização acumulada	2023 Líquido	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Líquido
Softwares	31.389	(27.385)	4.004	29.854	(17.224)	12.630
Projetos corporativos	205.362	(111.818)	93.544	166.887	(93.445)	73.442
Total	**236.751**	**(139.203)**	**97.548**	**196.741**	**(110.669)**	**86.072**

9) DEPÓSITOS

a) Depósitos

Em 31 de dezembro - R$ mil	2023	2022
Depósitos interfinanceiros	5.017.543	2.082.271
Outros depósitos	496.916	546.951
Total	**5.514.459**	**2.629.222**

10) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O Banco Digio é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passiveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos morais e materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, procedência da reclamação, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Provisões fiscais

O Banco Digio é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

d) Provisões passivos

O Banco Digio é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

Em 31 de dezembro - R$ mil	2023	2022
Cíveis	6.945	7.112
Trabalhistas	1.300	1.517
Tributárias	660	229
Total	**8.905**	**8.858**

Passivos contingentes - Risco de perda possível

O Banco Digio mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco e perda possível e remoto não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 91.722 (R$ 18.425 em 31 de dezembro de 2022) compõe processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda possível.

11) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Em 31 de dezembro 2023	2022
Interchange	67.174	132.281	126.772
Rendas de comissões de operações pré-pagas	8.169	22.669	39.392
Rendas com cartões de crédito [1]	11.859	18.400	18.553
Outras	934	2.039	1.865
Total	**88.136**	**175.389**	**186.582**

(1) Inclui tarifas bancárias, comissões e anuidades.

12) DESPESAS DE PESSOAL

R$ mil

	2º Semestre 2023	Em 31 de dezembro 2023	2022
Proventos	(31.387)	(64.164)	(63.611)
Encargos sociais	(11.863)	(23.659)	(22.584)
Benefícios	(10.464)	(21.294)	(21.559)
Participação dos empregados no lucro	(10.677)	(20.322)	(19.750)
Outras	(70)	(87)	(401)
Total	**(64.461)**	**(129.526)**	**(127.905)**

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Em 31 de dezembro 2023	2022
Sistema financeiro - correspondente no país	(127.535)	(258.428)	(194.061)
Serviços de terceiros	(70.519)	(142.525)	(119.324)
Processamento de dados	(25.095)	(53.500)	(60.214)
Depreciações e amortizações	(15.645)	(29.207)	(26.622)
Outras	(8.584)	(16.706)	(20.476)
Propaganda e publicação	(10.557)	(14.077)	(42.866)
Sistema financeiro	(5.528)	(11.537)	(22.173)
Comunicações	(2.407)	(4.526)	(5.861)
Aluguéis	(1.536)	(3.296)	(3.403)
Total	**(267.406)**	**(533.802)**	**(495.000)**

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

R$ mil

	2º Semestre 2023	Em 31 de dezembro 2023	2022
Contribuição à Cofins	(20.843)	(40.382)	(37.497)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.396)	(6.579)	(6.118)
Impostos sobre serviços - ISS	(2.163)	(4.315)	(4.685)
IOF	(235)	(2.171)	(1.579)
Outros impostos e taxas	(479)	(934)	(1.186)
Total	**(27.116)**	**(54.381)**	**(51.065)**

continua...

...continuação

Banco Digio S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Xingu, 512 - 7º Andar - Alphaville - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, deduzidas as participações estatutárias no lucro	(122.768)	(319.966)	(617.714)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes [1]	(55.246)	(143.985)	(277.972)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e garantias prestadas	(117)	(22)	(619)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	51.731	147.167	293.476
Prejuízo Fiscal de IRPJ e CSLL	(372)	(841)	(1.136)
Ativo fiscal diferido	(56.619)	(146.051)	(277.212)
Obrigações fiscais diferidas	(458)	(1.380)	(1.590)
Participação nos lucros - Funcionários	4.876	186	1.903
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	187	258	(14.641)
Incentivos fiscais	(107)	(249)	(189)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	225	536	3.230
Amortização de ágio	-	-	-
Outros valores	(1.663)	(1.675)	(24)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(57.563)**	**(146.056)**	**(274.774)**

[1] Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social para o imposto corrente; de (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social para o imposto diferido.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

R$ mil

	2º Semestre	Em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(944)	(5)	2.438
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no semestre e nos exercícios sobre adições temporárias [1]	(56.619)	(146.051)	(277.212)
Total dos impostos diferidos	**(56.619)**	**(146.051)**	**(277.212)**
Imposto de renda e contribuição social dos semestres/exercícios	**(57.563)**	**(146.056)**	**(274.774)**

[1] Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social.

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo em 31 de dezembro - R$ mil

	2022	Constituição	Realização	2023
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	523.571	289.756	(142.589)	670.738
Provisões fiscais	103	194	-	297
Provisões cíveis	3.200	3.222	(3.296)	3.126
Outros valores	10.615	15.031	(14.774)	10.872
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**537.489**	**308.203**	**(160.659)**	**685.033**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	85.074	-	(113)	84.961
Total dos créditos tributários	**622.563**	**308.203**	**(160.772)**	**769.994**
Obrigações fiscais diferidas	(2.593)	28.261	(29.595)	(3.927)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**619.970**	**336.464**	**(190.367)**	**766.067**

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Presidência do Banco Digio.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do Banco junto a alta direção são as Comissões de Gestão de Riscos apenas com membros do Banco Digio, e alinhamentos com o órgão de Gestão Integrada de Riscos do controlador. São apresentados mensalmente nas Comissões os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos do Banco Digio. Esta estrutura tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas Corporativas e Normas internas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o banco e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com as regulamentações vigentes e as boas práticas de mercado, o Banco Digio dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação à provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

Já em relação a contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

O Digio preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

O Digio vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Carlos Giovane Neves
Diretor-Presidente

Marcelo Scarpa Rezende Leite
Diretor

Douglas Paz de Lima
Contador – CRC 1SP201688/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.digio.com.br.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 22 de março de 2024, sem modificações.

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – **Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 26 de março de 2024. ***A Diretoria***. (27, 28 e 29/03/2024)

Edital de Citação com Prazo 20 dias. Processo nº 1010532-33.2016.8.26.0009. A Dra. PAULA NARIMATU DE ALMEIDA, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Vila Prudente Comarca da Capital/SP. Faz Saber a FUEL EVOLUTION AUTO POSTO LTDA., CNPJ nº 08.339.568/0001-43, ROGÉRIO LOPES DOS SANTOS, RG nº 17.949.600 SSP/SP, CPF nº 065.550.788-47 e NORMA MEIDE DA SILVA SANTOS, RG nº 21.683.258 SSP/SP, CPF nº 190.787.338-45 que FERA LUBRIFICANTES LTDA., CNPJ nº 69.209.575/0003-87, localizada na Rua New Jersey, nº 840, Sala 01, Centro Industrial, Arujá/SP, CEP: 07411-670, ajuizou-lhe ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R$92.905,86 (Abril/22). Referente duas duplicatas mercantis, nº 171328-1 no valor de R$ 14.750,00 com vencimento dia 11.04.2016 e , nº 171631- 1 no valor de R$ 14.725,00 com vencimento dia 12.04.2016 relativas a venda de 5.000 litros de Gasolina cada. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, pague o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que à verba honorária será reduzida pela metade, e querendo ofereçam embargos o prazo de 15 dias úteis, facultando ao executado nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o deposito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de Penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do artigo 257, IV. Será o presente edital afixado e publicado na forma da Lei.

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.541.570

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da CAP TC Torres e Participações S.A. ("Debêntures" e "Companhia" ou "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.*", celebrado em 09 de janeiro de 2024, entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), e a Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., na qualidade de fiadora ("Fiadora" e "Escritura de Emissão, respectivamente"), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 04 de abril de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral extraordinária de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia: (A)** Considerando que, nos termos da Cláusula 8.1.1(i), itens (a) e (d) da Escritura de Emissão, a Companhia deverá fornecer ao Agente Fiduciário, **(i)** em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de suas respectivas divulgação, o que ocorrer primeiro ("Data de Apresentação"), uma cópia das Demonstrações Financeiras Auditadas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora, acompanhadas do relatório de administração e do parecer de um dos Auditores Independentes (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da legislação aplicável; e **(ii)** na Data de Apresentação, uma declaração assinada pelos representantes da Emissora, tais como o diretor financeiro ou diretor jurídico da Emissora, atestando ***(ii.a)*** que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão e ***(ii.b)*** a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Declaração da Emissora"), **a anuência**, pelos Debenturistas, para prorrogação da Data de Apresentação, referente à apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora e da Declaração da Emissora, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, para até o dia 31 de maio de 2024 ("Data Limite"), sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, sendo certo que a prorrogação da Data de Apresentação até a Data Limite não configurará um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 7.1.2(a) da Escritura de Emissão; e **(B)** a autorização para que a Companhia e a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "*Microsoft Teams*" deverão enviar uma solicitação de cadastro, por e-mail, para a Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*", também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu *website* "www.highline.com.br" e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada para a Companhia e o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br", "nadia.sakamoto@highline.com.br" e "af.assembleias@oliveiratrust.com.br", preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da realização da AGD. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma "*Microsoft Teams*". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br", com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos endereços eletrônicos "daniel.lafer@highline.com.br" e "nadia.sakamoto@highline.com.br" e/ou pelo telefone (11) 3192-5200, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail "af.assembleias@oliveiratrust.com.br". A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "*Microsoft Teams*" estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Nos termos do *"Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas"*, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), conforme em vigor, as partes informam que as deliberações dos itens (A) e (B) da Ordem do Dia dependerão da aprovação, em primeira convocação, de Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 10.7 da Escritura de Emissão. Este Edital se encontra disponível na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia, do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 28 de março de 2024. **CAP TC Torres e Participações S.A.**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 755 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, EXPEDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO ABAIXO INDICADO DA 2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORO REGIONAL IX ? VILA PRUDENTE, DA COMARCA DA CAPITAL, NO QUAL FOI DECRETADA A INTERDIÇÃO DA PESSOA ABAIXO MENCIONADA ABAIXO INDICADA, NOS TERMOS TRANSCRITOS: PROCESSO: **1014002-96.2021.8.26.0009** CURADOR: Lilian Sgarioni Roberto INTERDITANDO: João Pedro Sgarioni Junior SUMA DA SENTENÇA: Ante o exposto, Julgo PROCEDENTE o pedido formulado neste Proc. nº para INSTITUIR A CURATELA de João Pedro Sgarioni Junior (CPF nº 449.357.268-06), com relação aos atos civis patrimoniais e negociais, bem como com relação as decisões sobre o tratamento. Nomeio-lhe curadora a autora Lilian Sgarioni Roberto, CPF nº 165.983.228-47. Dispenso a assinatura de novo termo de compromisso, ficando prorrogado sem prazo definido o termo constante dos autos. Serve a presente como certidão de curatela.**|28|**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0041477-28.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paula Velloso Rodrigues Ferreri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ERIKA CRISTINA ALVES DOS SANTOS, CPF 272.992.358-62, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por JAIR LIMA DE OLIVEIRA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 537.725,54 (Setembro/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2024.**|27,28|**

Nascimentos no país atingem em 2022 menor patamar em 45 anos

O Brasil registrou 2.542.298 nascimentos em 2022, segundo dados das Estatísticas de Registro Civil divulgadas na quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número é 3,5% menor do que o registrado em 2021 (2.635.854) e 10,8% abaixo da média dos dez anos antes da pandemia de covid-19, de 2010 a 2019 (2.850.430). Essa é a quarta redução consecutiva nos nascimentos registrados, que atingiram o menor patamar desde 1977, ou seja, em 45 anos.

"A redução da natalidade e da fecundidade no país, já sinalizada pelos últimos censos demográficos, somada, em alguma medida, aos efeitos da pandemia, são elementos a serem considerados no estudo sobre a evolução dos nascimentos ocorridos no Brasil nos últimos anos", afirma a pesquisadora do IBGE Klívia Brayner

Foram observadas quedas, de 2021 para 2022, em todas as regiões do país, com destaques para as regiões Nordeste (-6,7%) e Norte (-3,8%). Entre as 27 unidades da Federação, as principais reduções ocorreram na Paraíba (-9,9%), no Maranhão (-8,5%), em Sergipe (-7,8%) e no Rio Grande do Norte (-7,3%).

Os únicos estados com aumento no número de nascimentos no período foram Santa Catarina (2,0%) e Mato Grosso (1,8%).

Os meses com maiores números de nascimentos registrados em 2022 foram março (233.177) e maio (230.798). Outubro registrou o menor número: 189.003.

O IBGE também constatou que houve recuo na participação das mães com até 29 anos entre o total de nascimentos, entre 2000 e 2022. Por outro lado, as mães com 30 anos ou mais aumentaram sua participação.

De acordo com os dados apresentados nesta quarta-feira, as mães com menos de 20 anos respondiam por 21,6% dos nascimentos em 2000, passando para 18,5% em 2010 e para 12,1% em 2022. A mesma tendência ocorreu com as mães entre 20 e 29 anos, que passaram de 54,5% em 2000, para 53,1% em 2010 e 49,2% em 2022.

A parcela das mães com 30 a 39 anos, por outro lado, subiu de 22% em 2000 para 26,1% em 2010 e 34,5% em 2022. As mães com 40 anos ou mais respondiam por 2% dos nascimentos em 2000, passando para 2,3% em 2010 e 4,2% em 2022.

O total de nascimentos ocorridos e não registrados no Brasil em 2021 foi estimado em 55.511, ou seja, 2,1% do total.

A pesquisa também revelou que o Brasil registrou 1,5 milhão de mortes em 2022, uma queda de 15,8%, ou seja, 281,5 mil a menos em relação ao ano anterior. A queda das mortes é um efeito da imunização da população contra a covid-19.

O ano de 2021 tinha registrado recorde de mortes (1,78 milhão), na série histórica da pesquisa, iniciada em 1974. Ainda assim, 2022 teve aumento dos óbitos em relação a 2019, ano pré-pandemia (1,31 milhão de mortes).

No início de 2022, a covid-19 ainda afetou o número de mortes, devido à variante ômicron. Janeiro teve um total de 161,18 mil óbitos, o quinto mês com maior mortalidade da pandemia, ficando atrás apenas do período de março a junho de 2021.

Um dado que chama a atenção em relação a 2022 é o aumento do número de mortes para a população com menos de 15 anos. O crescimento chegou a 7,8% em relação a 2021 para as pessoas com até 14 anos. Entre as crianças de 1 a 4 anos, a alta foi ainda maior (27,7%).

Para Klívia, o aumento das mortes nessa faixa etária pode ter relação com a vacinação tardia de crianças e adolescentes contra a covid-19, já que entre as principais causas dos óbitos estão doenças respiratórias como gripe, pneumonia, bronquiolite e asma. (Agencia Brasil)

Em SP, Macron critica acordo entre Mercosul e União Europeia

Após se reunir com empresários e ministros brasileiros na quinta-feira (27) em São Paulo, o presidente da França, Emmanuel Macron, disse que não defende o acordo que está sendo costurado entre os países do Mercosul e a União Europeia.

Segundo ele, o atual acordo está sendo negociado há mais de 20 anos e não foi atualizado, prevendo, por exemplo, temas como o clima. Para ele, o acordo "precisa ser renegociado do zero".

"O Mercosul é um péssimo acordo como ele está sendo negociado agora. Esse acordo foi negociado há 20 anos. Eu não defendo esse acordo. Não é o que queremos", disse. "Deixemos de lado um acordo de 20 anos atrás e construamos um novo acordo, mais responsável, prevendo questões como o clima e a reciprocidade", destacou.

Macron participou do Fórum Econômico Brasil-França, que está sendo realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista. Este é o primeiro dos compromissos de Macron em São Paulo, após ter participado, na manhã de quinta-feira, de evento na cidade de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

Nesta quinta-feira, ele estará em Brasília, onde se encontrará novamente com o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O posicionamento de Macron contraria o governo brasileiro. Antes da fala do presidente francês, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, havia defendido o acordo entre o Mercosul e a União Europeia. "O Mercosul ampliou mais um país este ano, que é a Bolívia. Fizemos um acordo com Cingapura e houve conversas com a União Europeia. O presidente Lula sempre fala que tem que haver reciprocidade. É o ganha-ganha. Nós conquistamos mercado, nós abrimos o mercado", disse Alckmin.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também havia defendido o acordo, dizendo que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva "vai continuar insistindo nele". Haddad chegou a comparar um possível acordo entre o Mercosul e a União Europeia com a aprovação da reforma tributária no Brasil. Segundo ele, o Brasil demorou 40 anos para aprovar a reforma tributária que "colocou um ponto final no caos tributário".

"Não devemos desistir desse acordo. Se foi possível aprovar a reforma tributária depois de 40 anos, por que não, depois de 20 (anos) aprovar um bom acordo União Europeia e o Mercosul", disse Haddad ao discursar durante o evento.

Em São Paulo, Macron disse "estar muito feliz em estar" na cidade. Ele transmitiu aos empresários brasileiros três importantes mensagens: "as empresas francesas acreditam no Brasil, as empresas brasileiras devem acreditar mais na França e temos uma agenda comum para conseguirmos superar os grandes problemas e que nos levem para uma transição energética".

Em seu discurso, Macron destacou principalmente o segundo ponto, afirmando que as empresas brasileiras podem acreditar na França porque medidas econômicas foram tomadas pelo governo francês, como a criação de empregos e investimentos maciços, para tornar o seu país atraente aos negócios. "É preciso acelerar, ir mais longe. A França será a porta de entrada ao mercado europeu", disse ele.

Ele também destacou o papel do Brasil e da França no enfrentamento das emissões de carbono. Para ele, os dois países juntos podem superar esse problema, criando regras mais claras, redobrando esforços e aperfeiçoando os acordos bilaterais.

Macron chegou na Fiesp por volta das 16h40 e, no local, se reuniu a portas fechadas com o ministro Fernando Haddad, o vice-presidente da República Geraldo Alckmin, banqueiros e empresários. Depois, ele discursou no encerramento do evento, antes de seguir para uma agenda por vários locais de São Paulo como a inauguração do Instituto Pasteur, na Universidade de São Paulo (USP); um encontro com jovens da Fundação Gol de Letra junto ao ex-jogador Raí e um jantar com personalidades brasileiras da cultura e do esporte. (Agencia Brasil)

ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.

CNPJ 14.370.342/0001-08
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O relatório da administração e as demonstrações financeiras apresentadas a seguir são informações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da ShopFácil demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. O relatório da administração, assim como as demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão sendo publicados na íntegra, nesta data, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	2023	2022
Circulante	**53.919**	**417.390**
Caixa e equivalentes de caixa	51.198	400.126
Contas a Receber	1.925	16.036
Outros Créditos	796	1.228
Não Circulante	**71.341**	**59.485**
Ativos Financeiros - VJORA	52.675	47.552
Outros Créditos	61	21
Créditos Fiscais Diferidos	204	2.897
Imobilizado	35	54
Intangível	18.366	8.961
Total do Ativo	**125.260**	**476.875**

Passivo	2023	2022
Circulante	**2.451**	**21.527**
Contas a Pagar	**581**	**11.899**
Outras Obrigações	**1.870**	**9.628**
Impostos e Obrigações a Recolher	918	8.704
Obrigações Trabalhistas	499	384
Obrigações Sociais e Estatutárias	453	540
Não Circulante	**134**	**130**
Outras Obrigações	**134**	**130**
Impostos e Obrigações a Recolher	7	4
Contingências Cíveis	66	65
Outras Provisões	61	61
Total Passivo	**2.585**	**21.657**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	50.000	210.000
Reservas de Lucros	72.672	245.450
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3	(232)
Total Patrimônio Líquido	**122.675**	**455.218**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**125.260**	**476.875**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Receitas/(Despesas) Operacionais	**29.752**	**91.932**
- Receitas de Prestação de Serviços	33.527	103.594
- Impostos e Contribuições sobre Serviços	(3.775)	(11.662)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(11.467)**	**(54.842)**
- Despesas Administrativas	(9.213)	(51.754)
- Despesas com Pessoal	(2.844)	(3.054)
- Despesas Tributárias	(5)	(10)
- Outras Receitas e Despesas Operacionais	595	(24)
Resultado Financeiro	**53.480**	**48.395**
- Resultado Financeiro Líquido	53.480	48.395
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**71.765**	**85.485**
- Imposto de Renda e Contribuição Social	(24.091)	(28.665)
Lucro Líquido do Período	**47.674**	**56.820**
Número de ações	2.632.579	2.632.579
Lucro líquido por ações em R$	18,11	21,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	45.451	31.710
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(13.839)	(5.946)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(380.540)	(1.079)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(348.928)**	**24.685**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	400.126	375.441
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	51.198	400.126
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(348.928)**	**24.685**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é uma Companhia que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

A Companhia está domiciliada no núcleo Cidade de Deus S/N, prédio cinza, 1º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação das demonstrações financeiras completas auditadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2023	 2022
Disponibilidades em moeda nacional	60	58
Total de disponibilidades (caixa)	**60**	**58**
Certificados em Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco (1)	51.138	400.068
Total de caixa e equivalentes de caixa	**51.198**	**400.126**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme conta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

5) VALORES A RECEBER

a) Contas a receber

	Em 31 de dezembro 2023	 2022
Serviços prestados a receber - intermediações de pagamentos	1.980	16.133
Perda esperada	(54)	(97)
Total	**1.925**	**16.036**

b) Contas a receber por prazo

Em 31 de dezembro

	2022	2023	A vencer em 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 91 dias
Intermediações nos pagamentos	16.133	1.980	1.930	1	1	48
Total de serviços prestados	**16.133**	**1.980**	**1.930**	**1**	**1**	**48**
Perda esperada	(97)	(54)	(9)	-	-	(45)
Total líquido a receber	**16.036**	**1.925**	**1.921**	**1**	**1**	**3**

6) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

Em 31 de dezembro

Títulos	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras	52.675	52.675	52.670	5
Total em 2023	**52.675**	**52.675**	**52.670**	**5**
Total em 2022	**47.552**	**47.552**	**47.904**	**(352)**

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotação de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7) CONTAS A PAGAR

	Em 31 de dezembro 2023	 2022
Serviços especializados, manutenção e mídia (1)	197	9.217
Provisão de incentivo de *marketing* (2)	176	176
Outros	208	2.506
Total	**581**	**11.899**

(1) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o *marketing* da empresa; e

(2) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	 Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**145.000**	**17.819**	**236.351**	**(521)**	**-**	**398.649**
Aumento de Capital Social	65.000	-	(65.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	56.820	56.820
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	289	-	289
Destinações: - Reservas	-	2.841	53.439	-	(56.280)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(540)	(540)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**210.000**	**20.660**	**224.790**	**(232)**	**-**	**455.218**
Aumento de Capital Social	20.000	-	(20.000)	-	-	-
Redução de Capital Social	(180.000)	-	-	-	-	(180.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	47.674	47.674
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	235	-	235
Pagamento de Dividendos	-	-	(200.000)	-	-	(200.000)
Destinações: - Reservas	-	2.383	44.838	-	(47.221)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(453)	(453)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**50.000**	**23.043**	**49.628**	**3**	**-**	**122.674**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro/Prejuízo do Exercício	**47.674**	**56.820**
Outros Resultados Abrangentes	**235**	**(289)**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	235	(289)
Total do Resultado Abrangente	**47.909**	**56.531**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro 2023	 2022
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	**2.632.579**	**2.632.579**

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 22 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 65.000, elevando-o de R$ 145.000, para R$ 210.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizada em 25 de abril de 2023, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 20.000, elevando-o de R$ 210.000, para R$ 230.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

Em Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social no valor de R$ 180.000, sem o cancelamento de ações, alterando-o de R$ 230.000 para R$ 50.000.

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro 2023	 2022
Reservas de lucros	**47.221**	**245.451**
- Reserva legal (1)	2.383	20.660
- Reserva estatutária (2)	44.838	224.790

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2023	% (1)	2022	% (1)
Lucro líquido do exercício	47.674		56.820	
Reserva legal	(2.383)		(2.841)	
Base de cálculo	**45.291**		**53.979**	
Dividendos mínimos obrigatórios	**453**	**1**	**540**	**1**

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	 2022
Intermediação de meios de pagamentos	33.208	84.862
Intermediação de vendas - Aplicativo	295	12.852
Intermediação de vendas	9	5.880
Outros	15	-
Total	**33.527**	**103.594**

10) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	 2022
Depreciações e amortizações	(4.783)	(2.307)
Assessoria técnica em processamento de dados	(2.026)	(8.205)
Serviços de terceiros	(1.046)	(2.693)
Outras despesas	(1.017)	(2.243)
Publicidade e propaganda	(200)	(34.846)
Serviços especializados	(141)	(1.460)
Total	**(9.213)**	**(51.754)**

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Nos exercícios 2023 e 2022, a Companhia não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Rodrigo Jose Youssef
Contador - CRC 1SP269660/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: jornal "Jornal O DIA SP" www.jornalodiasp.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

Saúde amplia vacinação contra a dengue para mais 154 municípios

O Ministério da Saúde vai distribuir a vacina contra a dengue para mais 154 municípios brasileiros. O anúncio foi feito na quarta-feira (27). Até então, 521 municípios haviam sido selecionados para receber as doses e iniciar a vacinação contra a doença na rede pública em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

De acordo com a pasta, as seguintes regiões de saúde foram contempladas pela ampliação: Central (ES), Betim (MG), Uberaba (MG), Uberlândia/Araguari (MG), Recife, Apucarana (PR), Grande Florianópolis, Aquífero Guarani (SP), Região Metropolitana de Campinas (SP), São José do Rio Preto (SP) e São Paulo.

Dados do ministério indicam que, até o momento, 1.235.119 doses foram enviadas aos estados e municípios desde o início da vacinação contra a dengue. Dessas, 534.631 foram registradas como aplicadas, enquanto 700.488 ainda não foram registradas. De todos os 521 municípios que receberam a vacina, 13 não enviaram dados para o governo federal.

Além disso, 668 mil doses estão próximas do vencimento, previsto para 30 de abril. O diretor do Departamento de Emergência em Saúde Pública e do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para Dengue e outras Arboviroses (COE-Dengue), Márcio Garcia, detalhou o esquema de ampliação de municípios contemplados.

"A gente sabe que tem um quantitativo dessas doses que não foi aplicado. Não podemos deixar essas doses vencerem, é preciso utilizá-las. Diante disso, o Ministério da Saúde trouxe uma solução: redistribuir, dentro das unidades federadas, ou seja, dentro dos estados, para municípios que ainda não foram contemplados."

Segundo Garcia, a redistribuição para municípios dentro dos próprios estados será regulamentada por uma nota técnica publicada ainda hoje. Duas unidades federadas não têm municípios para remanejar as doses recebidas: o Distrito Federal, por uma característica local, e Mato Grosso do Sul, que foi contemplado em sua totalidade.

"A solução que encontramos foi concentrar as doses próximas do vencimento dessas duas unidades federadas e, para facilitar a logística, encaminhar tudo para um estado só. Escolhemos o Amapá, considerando o quantitativo de doses que teremos, a concentração da população na capital e o número de municípios que o estado tem, sem falar na própria situação epidemiológica, que justifica esse remanejamento."

Nova remessa

Ainda segundo Garcia, o ministério recebeu nova remessa de doses contra a dengue – a primeira comprada, já que a anterior foi doada pelo fabricante. Ao todo, 930 mil doses serão distribuídas para os 521 municípios anteriormente selecionados e para os 154 agora contemplados com a ampliação.

"Enviaremos uma parte dessas doses para repor as que foram remanejadas em municípios inicialmente contemplados. Assim, garantiremos a continuidade da vacinação em locais com dose por vencer agora e que vão redistribuir. E também vamos garantir doses para aqueles municípios que estão vacinando bem. A ideia é que aquele município onde está acabando a dose receba mais para continuar a estratégia de vacinação", explicou.

"Decidimos seguir a lista que foi pactuada com representações de estados e municípios. Seguimos a ordem e vamos garantir a distribuição de doses para contemplar essas regiões. A ideia é encaminhar doses novas, doses com prazo de validade adequado para esses locais e, com isso, contemplar mais 154 municípios na vacinação contra a dengue", concluiu. (Agencia Brasil)

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Senhores Acionistas,

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Sociedade demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

a) na página do jornal "Jornal O Dia SP" na *internet*, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br .

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	2023	2022
Circulante	**333.701**	**288.981**
Caixa e Equivalente de Caixa	70.542	56.039
Dividendos a Receber	263.159	232.942
Não Circulante	**2.623.984**	**3.025.950**
Realizável a Longo Prazo	**58.775**	**52.396**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	55.708	48.138
Créditos Tributários	12	195
Tributos a Compensar ou a Recuperar	3.055	4.063
Investimentos	**2.501.673**	**2.973.554**
Intangível	**63.536**	-
Total do Ativo	**2.957.685**	**3.314.931**

Passivo	2023	2022
Circulante	**905.718**	**6.117**
Impostos e Contribuições a Recolher	3.668	250
Dividendos a Pagar	902.015	5.821
Outras Contas a Pagar	35	46
Não Circulante	**36.236**	**-**
Provisão para Impostos e Contribuições	36.236	-
Patrimônio Líquido	**2.015.731**	**3.308.814**
Capital Social	1.220.200	1.700.000
Reserva de Lucros	801.429	1.615.156
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(5.898)	(6.342)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.957.685**	**3.314.931**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Receitas Operacionais	**874.262**	**584.049**
Resultado de Equivalência Patrimonial	767.739	584.008
Outras Receitas Operacionais	119	41
Mais Valia de Investimento	106.404	-
Despesas Operacionais	**(46.722)**	**(2.747)**
Despesas Tributárias	(3.246)	(2.196)
Despesas Gerais e Administrativas	(644)	(551)
Despesa Amortização de Intangível	(42.832)	-
Resultado Financeiro	**68.773**	**46.139**
Receitas Financeiras	68.773	46.139
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**896.313**	**627.441**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(58.025)	(14.636)
Lucro Líquido do Exercício	**838.288**	**612.805**
Número de Ações por mil	**4.167.605**	**4.167.605**
Lucro Líquido por Lote de mil Ações em R$	**4,97**	**6,80**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**147.207**	**290.016**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	**(755.822)**	**(434.630)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**14.503**	**(762.369)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	56.039	818.408
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	70.542	56.039
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**14.503**	**(762.369)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco (Bradesco), utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco (1)	70.542	56.039
Total de caixa e equivalentes de caixa	**70.542**	**56.039**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

		Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros (Prejuízos)	
Eventos	**Capital Social**	**Legal**	**Estatutária**	**Próprias**	**Controladas**	**Acumulados**	**Totais**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.400.000**	**140.384**	**1.597.788**	**(3.540)**	**(6.375)**	**-**	**3.128.257**
Aumento de Capital com Reservas	300.000	-	(300.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	612.805	612.805
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	413	-	413
Ajuste de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	3.160	-	-	3.160
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**616.378**
Destinações: - Dividendos Declarados com Reservas	-	-	(430.000)	-	-	-	(430.000)
- Reservas	-	30.641	576.343	-	-	(606.984)	-
- Dividendos Propostos/Pagos	-	-	-	-	-	(5.821)	(5.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.700.000**	**171.025**	**1.444.131**	**(380)**	**(5.962)**	**-**	**3.308.814**
Redução de Capital	(479.800)	-	-	-	-	-	(479.800)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	838.288	838.288
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Ajuste de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	494	-	-	494
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	**838.732**
Destinações: - Reservas	-	41.914	588.490	-	-	(630.404)	-
- Dividendos Propostos/Pagos	-	-	(1.444.131)	-	-	(207.884)	(1.652.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.220.200**	**212.939**	**588.490**	**114**	**(6.012)**	**-**	**2.015.731**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**838.288**	**612.805**
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros	494	3.160
Ajuste a Avaliação Patrimonial	(50)	413
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**838.732**	**616.378**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

5) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro

Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras financeiras (1)	-	55.708	55.708	55.535	173
Total em 2023	**-**	**55.708**	**55.708**	**55.535**	**173**
Total em 2022	**-**	**48.138**	**48.138**	**48.714**	**(576)**

(1) Refere-se à aplicação em Letras Financeiras - LF, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento em 22/12/2025; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

				Quantidade de ações/cotas possuídas (em mil)		Participação no capital social	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Resultado**	**ON**	**Cotas**		**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Alvorada Administradora de Cartões Ltda. (4)	-	-	-	-	-	-	453.492	26.308	32.749	
Elo Participações Ltda. (2)	347.309	2.985.230	1.387.419	-	38.057.196	50,01%	1.492.916	1.312.468	939.819	745.487
Elo Serviços S.A. (2)	342.627	891.852	480.700	372.228	-	1,52%	13.516	6.205	7.745	6.884
Kartra Participações Ltda.	1.318.110	638.158	(206.133)	-	1.318.110	100,00%	638.158	825.131	(206.133)	(201.112)
Ágio Kartra Participações Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	250.679	376.258	-	-
Mais Valia em Investimento (5)	-	-	-	-	-	-	106.404	-	-	-
Intangíveis Identificados	-	-	-	-	-	-	63.536	-	-	-
Total							**2.565.209**	**2.973.554**	**767.739**	**584.008**

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Sociedades;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Sociedade;

(4) Em setembro de 2023 foi feito a redução de capital na Bradescard mediante a entrega de investimentos de propriedade desta Sociedade, representados por 245.999.999 de cotas, de emissão da Alvorada Administradora de Cartões Ltda., a Bradesco Holding de Investimentos S.A., único acionista da Sociedade; e

(5) Mais valia em investimento face remensuração de aquisição do investimento Kartra.

7) INTANGÍVEL

Os valores registrados no intangível referem-se a Carteiras de Crédito e Empréstimos, *Software* e Marcas.

Em 31 de dezembro

	Ativos intangíveis				
	Software	**Carteira de empréstimo**	**Carteira de crédito**	**Marcas**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	3.309	7.248	80.961	14.850	106.368
Amortização (1)	(1.782)	(1.945)	(39.105)	-	(42.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.527**	**5.303**	**41.856**	**14.850**	**63.536**

(1) O método para amortização dos intangíveis é o linear.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Ordinárias	4.167.605.237	4.167.605.327
Total	**4.167.605.237**	**4.167.605.327**

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 20 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 300.000, elevando-o de R$ 1.400.000 para R$ 1.700.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária". Em Ata da Reunião da Diretoria da Bradescard Elo Participações S.A., realizada em 29 de julho de 2022 os Diretores deliberaram pagar à Bradesco Holding de Investimentos S.A., única acionista da sociedade, dividendos no valor de R$ 430.000 à conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária".

Em assembleia realizada em 29 de setembro de 2023 foi aprovada a redução do capital social no valor de R$ 479.800, sem o cancelamento de ações, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo às suas efetivas necessidades, alterando o capital social de R$ 1.700.000 para R$ 1.220.200. A redução foi concretizada mediante a entrega de investimentos de propriedade desta Sociedade, representados por 246.000 de cotas, de emissão da Alvorada Administradora de Cartões Ltda., à Bradesco Holding de Investimentos S.A., único acionista da Sociedade.

b) Reservas de lucros

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Reservas de lucros	**801.429**	**1.615.156**
- Reserva legal (1)	212.939	171.025
- Reserva estatutária (2)	588.490	1.444.131

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

	2023	% (1)	2022	% (1)
Lucro líquido do exercício	838.288		612.805	
Reserva legal	41.914		30.641	
Base de cálculo	**796.374**		**582.164**	
Dividendos propostos	**207.884**	**26,10**	**5.821**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB	61.469	32.284
Rendimento em letras financeiras	6.822	13.853
Juros ativos	482	2
Total	**68.773**	**46.139**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Contribuição à COFINS	2.789	1.885
Contribuição ao PIS	455	308
Outros impostos e taxas	2	3
Total	**3.246**	**2.196**

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;

c) Em 25 de fevereiro de 2022 a sociedade adquiriu 49,99% da participação acionária no capital social da Kartra Participações Ltda. que era detida pela BB Elo Cartões Participações S.A. ("BB Elo Cartões"), controlada do Banco do Brasil S.A., com a conclusão da operação, a Bradescard Elo passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Kartra Participações Ltda., o que reforça a estratégia da Organização Bradesco de expandir a oferta de serviços financeiros por meio de plataformas digitais.

Foram obtidas as aprovações necessárias para aquisição da Kartra (controlada direta do Banco Digio), pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa) em 24/11/21 e, pelo BACEN (Banco Central do Brasil) em 04/02/22.

A Bradescard Elo pagou por essa aquisição, o montante de R$ 645.060 mil.

Apresentamos abaixo, a composição dos valores, após a alocação de preço de compra ("PPA"), estabelecendo a alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Kartra:

	R$ mil
Pagamento a Kartra (empresa controladora do Banco Digio)	**645.060**
Custo total da aquisição	**645.060**
- Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	288.007
- Intangíveis identificados	106.368
- *Goodwill* (1)	250.685

(1) Não há expectativa de ser dedutível para fins fiscais.

Na Aquisição, houve uma remensuração da parcela adquirida anteriormente, no montante de R$ 106.404 do investimento.

Apresentamos os valores preliminares para os ativos e passivos adquiridos em 25 de fevereiro de 2022 data-base da aquisição:

	R$ mil **Em 25 de fevereiro de 2022**
Ativo	
Disponibilidades	41.614
Instrumentos financeiros	3.044.628
Créditos tributários	398.493
Imobilizado de uso	2.043
Intangível	237.251
Outros ativos	363.787
Total do ativo	**4.087.816**
Passivo	
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.268.274
Provisões	34.702
Impostos diferidos	32.587
Outros passivos	176.124
Total do passivo	**3.511.687**
Patrimônio líquido	**576.129**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.087.816**

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Evandro Alves de Souza
Contador - CRC 1SP 335578/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: Página do Jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*: www.jornalodiasp.com.br/.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas.

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA BRADESCO HOLDING DE INVESTIMENTOS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Sociedade demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

a) Na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante	**2.826.093**	**366.164**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.919.779	263.200
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	2.598
Dividendos a Receber	906.208	100.330
Adiantamentos a Funcionários	23	-
Outros Valores	83	36
Não Circulante	**8.634.190**	**12.036.001**
Realizável a Longo Prazo	**728.831**	**3.092.610**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	599.650	2.980.521
Tributos a Compensar ou a Recuperar	109.180	106.680
Créditos Tributários	9.639	5.407
Depósitos Judiciais	2	2
Outros Valores	10.360	-
Investimentos	**7.905.359**	**8.943.391**
Total	**11.460.283**	**12.402.165**

Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**
Circulante	**270.114**	**3.170**
Salários e Ordenados a pagar	9.492	992
Impostos e Contribuições a Recolher	1.331	2.178
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	89.317	-
Outras Obrigações	169.974	-
Não Circulante	**632**	**113.549**
Provisão para Impostos e Contribuições	632	-
Outras Obrigações	-	113.549
Patrimônio Líquido	**11.189.537**	**12.285.446**
Capital Social:		
- De Domiciliados no País	8.863.080	10.319.511
Reservas de Capital	(107.068)	(113.490)
Reservas de Lucros	2.451.124	2.069.283
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(17.599)	10.142
Total	**11.460.283**	**12.402.165**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Receitas Operacionais	**1.475.076**	**2.504.584**
Receitas Financeiras Líquidas	142.485	2.036.031
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.332.591	118.719
Outras Receitas Operacionais	-	349.834
Despesas Operacionais	**35.007**	**117.052**
Despesa de Pessoal	15.448	1.737
Despesas Tributárias	10.235	94.459
Despesas Gerais e Administrativas	9.324	20.856
Resultado antes da Tributação	**1.440.069**	**2.387.532**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.426)**	**(510.579)**
Lucro Líquido do Exercício	**1.438.643**	**1.876.953**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas	0,15	0,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	3.368.875	(449.955)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	941.839	(1.748.096)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(2.654.135)	(629.530)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.656.579**	**(2.827.581)**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	263.200	3.090.781
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	1.919.779	263.200
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.656.579**	**(2.827.581)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

			Reservas de Lucros		**Ajuste de Avaliação Patrimonial**			
Eventos	**Capital Social**	**Reserva de Capital**	**Legal**	**Estatutária**	**Próprias**	**Controladas**	**Lucros Acumulados**	**Totais**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**9.786.342**	**(113.490)**	**53.630**	**874.697**	**12.366**	**(10.007)**	**-**	**10.603.538**
Aumento de Capital	533.169	-	-	-	-	-	-	533.169
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(13.888)	21.671	-	7.783
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.876.953	1.876.953
Lucro Líquido por Incorporação	-	-	-	-	-	-	903	903
Destinações: - Reservas	-	-	93.893	1.047.063	-	-	(1.140.956)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(736.900)	(736.900)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.319.511**	**(113.490)**	**147.523**	**1.921.760**	**(1.522)**	**11.664**	**-**	**12.285.446**
Aumento de Capital	243.569	-	-	-	-	-	-	243.569
Redução de Capital	(1.700.000)	-	-	-	-	-	-	(1.700.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.749	(30.490)	-	(27.741)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.438.643	1.438.643
Participação Não Controladora	-	6.422	-	-	-	-	-	6.422
Destinações: - Reservas	-	-	71.932	1.353.044	-	-	(1.424.976)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(89.000)	-	-	-	(89.000)
- Dividendos Pagos	-	-	-	(954.135)	-	-	-	(954.135)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(13.667)	(13.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.863.080**	**(107.068)**	**219.455**	**2.231.669**	**1.227**	**(18.826)**	**-**	**11.189.537**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	**2022**
Lucro Líquido do Exercício	**1.438.643**	**1.877.856**
Outros Resultados Abrangentes	(27.741)	7.783
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**1.410.902**	**1.885.639**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Holding de Investimentos S.A. (Sociedade) tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Disponibilidades em moeda nacional	540	-
Fundos de investimentos (1)	1.919.239	263.200
Total de caixa e equivalentes de caixa	**1.919.779**	**263.200**

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

5) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Em 31.12.2022 refere-se a ações da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP, no montante de R$ 2.598, sendo o custo atualizado R$ 1.032, e uma marcação a mercado de R$ 1.566.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro					
	2023				**2022**	
Títulos	**Acima de 360 dias**	**Valor de mercado/ contábil (2)**	**Valor de custo atualizado**	**Marcação a mercado**	**Valor de mercado/ contábil (2)**	**Marcação a mercado**
Letras financeiras (1)	599.650	599.650	597.790	1.860	2.980.521	(2.305)
Total em 2023	**599.650**	**599.650**	**597.790**	**1.860**		
Total em 2022					**2.980.521**	**(2.305)**

(1) Refere-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A. com vencimento em dezembro de 2025; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

7. INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

				Quantidade de ações detidas (em milhares)				**Investimentos**		**Resultado com equivalência**	
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Resultado ajustado**	**ON**	**PN**	**Quantidade de quotas**	**Participação no capital social - %**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Bradescard Elo Participações S.A. (6)	1.220.199	2.015.731	838.288	4.167.605	-	-	100,0000	1.927.162	3.220.246	838.288	613.180
Varese Holdings Ltda. (1)	1.700.001	1.637.503	68.189	-	-	1.700.001	100,0000	1.637.503	1.569.314	68.189	(130.687)
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (5)	1.233.746	1.037.349	207.281	33.763	-	-	100,0000	1.037.349	1.296.419	207.281	(260.620)
Aranaú Holdings S.A.	1.231.374	944.538	(28.937)	2.181.279	-	-	100,0000	944.538	973.080	(28.937)	(211.414)
Ágora Investimentos S.A.	515.780	587.943	58.467	865.780	-	-	100,0000	587.943	924.698	58.467	33.608
Alvorada Administradora de Cartões Ltda. (6)	246.000	490.642	37.506	-	-	246.000	100,0000	490.642	-	11.198	-
CIP S.A. (4) (8) (10)	1.143.289	2.874.624	590.422	9.505	-	-	18,0185	337.779	418.761	107.526	50.901
2B Capital S.A. (7)	224.167	241.493	14.250	60.014	-	-	100,0000	241.493	-	993	-
Tecnologia Bancária S.A. (10)	883.029	967.600	12.827	913.339	138.224	-	24,5523	237.568	234.418	3.150	14.928
ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (5)	50.000	122.676	47.674	2.633	-	-	100,0000	122.676	-	13.542	-
RCB Investimentos S.A.	13.748	101.543	126.313	1.702	-	-	65,0000	66.003	39.237	81.997	32.828
Quod - Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3) (10)	701.651	363.176	(34.936)	8.143	2.555	-	16,8162	61.072	23.613	(7.066)	(17.697)
e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (1)	4.001	2.680	140	4.001	-	-	100,0000	2.680	2.540	140	(1.461)
Cubos Holdings Participações Ltda. (2)	37.226	(20.159)	(22.177)	-	-	37.226	100,0000	(20.159)	4.975	(22.177)	(4.847)
Ágio (9)	-	-	-	-	-	-	-	200.583	215.752	-	-
Outros investimentos (1)	-	-	-	-	-	-	-	8.228	8.228	-	-
"Mais valia" (Intangível)	-	-	-	-	-	-	-	22.299	12.110	-	-
Total								**7.905.359**	**8.943.391**	**1.332.591**	**118.719**

(1) Em 24.5.2022, houve a aquisição de 1.000 (mil) cotas de emissão da Baíra Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Elvas Holdings Ltda.; 2000 (mil) cotas de emissão da Lyon Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Manibu Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Taíba Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Treviglio Holdings Ltda.; 1.000 (mil) cotas de emissão da Varese Holdings Ltda.; e 1.000 (mil) cotas de emissão da Viareggio Holdings Ltda.; num montante de R$ 5;

(2) Em 29.7.2022, houve a aquisição da empresa Cubos Holding Participações Ltda.;

(3) Em 20.12.2022 houve alteração no percentual de participação de 21,0203% para 16,8162%;

(4) Em 11.09.2023 houve alteração no percentual de participação de 18,3665% para 18,0185%;

(5) Em 29.09.2023 houve a redução de capital social no Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.com a entrega de investimento da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.;

(6) Em 29.09.2023 houve a redução de capital social na Bradescard Elo Participações S.A. com a entrega de investimento da Alvorada Administradora de Cartões Ltda.;

(7) Em 30.11.2023 houve aumento de capital social na BHI com a entrega de investimento da 2B Capital S.A.;

(8) Em 15.12.2023 A CIP S.A. deliberou dividendos no valor de R$ 1.000.000 conforme Assembleia Geral Extraordinária com pagamento em 22.12.2023;

(9) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*); e

(10) Informações contábeis utilizadas com defasagem de datas até 60 dias.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	Quantidade	
	2023	**2022**
Banco Bradesco S.A.	9.925.964.417	9.705.096.712
Total	**9.925.964.417**	**9.705.096.712**

- Em 29.4.2022 houve um aumento de capital social efetuado pelo Banco Bradesco, no valor de R$ 111.967, elevando-o de R$ 9.786.342 para R$ 9.898.309 mediante a emissão de 87.570.927 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizado mediante a conferência de investimentos;
- Em 29.7.2022 houve um aumento de capital social através da incorporação da Tapajós Holdings Ltda., no valor de R$ 421.202, elevando-o de R$ 9.898.309 para R$ 10.319.511 mediante a emissão de 325.628.916 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizado mediante a conferência de investimentos;
- Em 12.1.2023 houve uma redução de capital social, no valor de R$ 1.700.000, alterando de R$ 10.319.511 para R$ 8.619.511, sem cancelamento de ações; e
- Em 30.11.2023 houve um aumento de capital social com investimento da 2B Capital S.A., no valor de R$ 243.570, elevando-o de R$ 8.619.511 para R$ 8.863.080 mediante a emissão de 220.867.705 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.438.643**	**1.877.856**
Número médio ponderado de ações/quotas em circulação (milhares)	9.741.908	9.520.389
Lucro por ação/quota básico atribuível aos acionistas (em Reais)	0,15	0,20

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Reservas de lucros	**2.451.124**	**2.069.283**
Reserva legal (1)	219.455	147.523
Reserva estatutária (2)	2.231.669	1.921.760

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

e) Juros sobre o capital próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Em 5 de janeiro de 2023, foi aprovada a deliberação para pagamento de dividendos no montante de R$ 954.135, sendo: R$ 874.697 utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária"; e R$ 79.438 por conta do resultado do exercício apurado em 30.12.2022, não havendo retenção de Imposto de Renda na Fonte, nos termos do Artigo 10 da Lei nº 9.249/95, os quais foram pagos em 12 de janeiro de 2023.

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a deliberação para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 89.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", com previsão de pagamento em junho de 2024.

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2023	**% (2)**	**2022**	**% (2)**
Lucro líquido do exercício	**1.438.643**		**1.877.856**	
Reserva legal	(71.932)		(93.893)	
Base de cálculo	**1.366.711**		**1.783.963**	
Juros sobre o capital próprio (Bruto)	-		736.900	
Imposto de renda retido na fonte - 15%	-		(110.535)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) (1)	**-**	**-**	**626.365**	**35,11**
Dividendos mínimos obrigatórios em 2023	**13.667**	**1,00**	**-**	**-**

(1) Juros sobre o capital próprio deliberados em 23.12.2022 pago em 27.12.2022, no valor de R$ 736.900; e

(2) Percentual dos juros sobre o capital próprio (líquido)/dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Rendimento de letras financeiras	94.984	310.014
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	30.366	282.707
Juros e variações monetárias líquidas	12.664	467
Juros sobre o capital próprio e dividendos	3.042	3.441
Resultado com aplicações compromissadas em debêntures	1.366	1.437.837
Ajuste ao valor de mercado (MTM Ações da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP)	-	1.565
Outras	63	-
Total	**142.485**	**2.036.031**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2023	**2022**
Contribuição à Cofins	5.588	81.244
IOF - Imposto sobre operações financeiras	3.726	-
Contribuição ao PIS	909	13.202
Outros	12	13
Total	**10.235**	**94.459**

11) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;

b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Edmar Carlos da Silva
Contador - CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: Página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*: www.jornalodiasp.com.br.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas.

Lecce Holdings S.A.

CNPJ 14.370.283/0001-78
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DA LECCE HOLDINGS S.A., RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Sociedade demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico:

a) na página do jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*, no endereço eletrônico: www.jornalodiasp.com.br/.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDO - Em Reais mil

Ativo	2023	2022
Circulante	**74.426**	**1.043.047**
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.426	948.530
Outros Créditos	-	94.517
Não Circulante	**3.848.517**	**3.016.771**
Realizável a Longo Prazo	**15.401**	**16.387**
Créditos Tributários	23	22
Tributos a Compensar ou a Recuperar	15.378	16.365
Investimentos	**2.923.947**	**1.981.557**
Intangível	**909.169**	**1.018.827**
Total do Ativo	**3.922.943**	**4.059.818**

Passivo	2023	2022
Circulante	**61.531**	**106.974**
Impostos e Contribuições a Recolher	7.675	9.617
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar	52.206	1.049
Outras Obrigações	1.650	96.308
Patrimônio Líquido	**3.861.412**	**3.952.844**
Capital Social	4.004.001	4.004.001
Reservas de Lucros	124.347	148.224
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(266.936)	(199.381)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.922.943**	**4.059.818**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Receitas Operacionais	**169.378**	**258.803**
Resultado Financeiro	69.950	109.349
Resultado de Equivalência Patrimonial	99.788	149.454
Despesas Operacionais	**(116.550)**	**(117.339)**
Despesas Tributárias	(6.722)	(5.395)
Despesas Gerais e Administrativas	(170)	(2.286)
Despesa Amortização de Intangível	(109.658)	(109.658)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**53.188**	**141.464**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.708)	(31.019)
Lucro Líquido do Exercício	**37.480**	**110.445**
Número de Ações por mil	114.389	114.389
Lucro Líquido/(Prejuízo) por Lote de mil Ações em R$	3,05	1,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	37.102	73.638
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(910.157)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.049)	(372)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(874.104)**	**73.266**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	948.530	875.264
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	74.426	948.530
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(874.104)**	**73.266**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESUMIDA - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.004.001**	**1.960**	**36.868**	**(61.002)**	**-**	**3.981.827**
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(138.379)	-	(138.379)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	110.445	110.445
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	**(27.934)**
Destinações: - Reservas	-	5.522	103.874	-	(109.396)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.004.001**	**7.482**	**140.742**	**(199.381)**	**-**	**3.952.844**
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	(67.555)	-	(67.555)
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	37.480	37.480
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	**(30.075)**
Destinações: - Reservas	-	1.874	35.249	-	(37.123)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(357)	(357)
- Juros sobre Capital Próprio Propostos	-	-	(61.000)	-	-	(61.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.004.001**	**9.356**	**114.991**	**(266.936)**	**-**	**3.861.412**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO RESUMIDA - Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	**37.480**	**110.445**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(67.555)	(138.379)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(30.075)**	**(27.934)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Resumidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Lecce Holdings S.A. é uma ("Sociedade") que tem por objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios; e participação em outras sociedades como cotista ou acionista, no país ou no exterior. A Lecce Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2024.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de forma consistente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2023	Em 31 de dezembro 2022
Disponibilidades em moeda nacional	423	500
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.867	2.012
Total de disponibilidades (caixa)	**2.290**	**2.512**
Fundos de Investimentos (1)	72.136	946.018
Total de caixa e equivalentes de caixa	**74.426**	**948.530**

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

5) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial, a composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Participação no capital social	Investimentos 2023	Investimentos 2022	Resultado de equivalência patrimonial (1) 2023	Resultado de equivalência patrimonial (1) 2022
Bradesco Bank (1) (4)	1.256.510	2.360.825	99.788	19.850.782	100,00%	2.360.825	1.418.435	99.788	149.454
Ágio - Bradesco Bank (2) (3)	-	-	-	-	-	563.122	563.122	-	-
Total						**2.923.947**	**1.981.557**	**99.788**	**149.454**

(1) Considera o resultado apurado pela Sociedade, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Empresa Bradesco Bank;

(3) A alocação inicial do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos do Bradesco Bank foi definida com base no método de compra do CPC 15, foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ativos intangíveis de vida útil definida, não reconhecidos na demonstração financeira individual do Bradesco Bank, e o *goodwill*; e

(4) A variação positiva no investimento Bradesco Bank refere-se a deliberação feita pela controladora Lecce Holdings para aumento de capital em 27.06.2023, no valor de U$ 190.000 MM (dólar americano) convertido ao PTAX 4,7903 com liquidação financeira em 29.06.2023.

6) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é de R$ 4.004.001, dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro 2023	Em 31 de dezembro 2022
Ordinárias	114.388.623	114.388.623
Total	**114.388.623**	**114.388.623**

b) Reservas de lucro

	Em 31 de dezembro 2023	Em 31 de dezembro 2022
Reservas de lucros	**124.347**	**148.224**
- Reserva legal (1)	9.356	7.482
- Reserva estatutária (2)	114.991	140.742

1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

Em 20 de dezembro de 2023, foi aprovada a deliberação de juros sobre capital próprio no montante de R$ 61.000, utilizando parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária, sendo o valor líquido de R$ 51.850, considerando a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), os quais serão pagos até 28 de junho de 2024.

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro 2023	% (1)	2022	% (1)
Lucro líquido base	**37.480**		**110.445**	
Reserva legal	1.874		5.522	
Base de cálculo	**35.606**		**104.923**	
Dividendos propostos	**357**	**1,0**	**1.049**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

7) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	69.211	107.678
Variação monetária líquida	739	1.671
Total	**69.950**	**109.349**

8) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2023	Exercícios findos em 31 de dezembro 2022
Contribuição à COFINS	2.805	4.515
Contribuição ao PIS	456	734
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3.459	4
Outras (1)	2	142
Total	**6.722**	**5.395**

(1) Refere-se a impostos e taxas Municipais, em 2022 houve incidência de impostos CIDE devido ao pagamento de *invoices* relativos à aquisição do Bradesco Bank, em 2023 não tivemos esses pagamentos.

9) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022;

b) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis; e

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

Cid de Oliveira Guimarães
Contador - CRC 1SP218369/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: Página do Jornal "Jornal O DIA SP" na *internet*: www.jornalodiasp.com.br/.

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem ressalvas.

Lula e Macron lançam 3º submarino de parceria entre Brasil e França

Já está flutuando e, em breve, submergindo nas águas brasileiras o submarino Tonelero, o terceiro fruto de uma parceria entre Brasil e França, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (ProSub). A cerimônia de batismo e lançamento da embarcação contou com a participação dos presidentes dos dois países, Luiz Inácio Lula da Silva e Emmanuel Macron, no Complexo Naval de Itaguaí, localizado no sul do Rio de Janeiro.

"Hoje, o Brasil se posiciona dentro de um pequeno grupo de países que dominam a construção de submarinos. O ProSub é o maior e mais importante projeto de cooperação internacional em assunto de Defesa do Brasil. Ele garante a soberania brasileira no nosso litoral; fortalece a indústria naval, com geração de emprego e renda; e promove o desenvolvimento do setor com muita inovação", discursou o presidente Lula durante o evento.

Lula lembrou que, em 2025, ano em que se comemorará o bicentenário de relações entre os dois países, será lançado o Angostura, o quarto submarino do programa. "O presidente Macron e eu concordamos em ampliar esse esforço, com a criação do Comitê Bilateral de Armamento, focado no desenvolvimento de sinergias e de promover maior equilíbrio em nosso comércio de produtos de defesa", acrescentou.

Macron

Em discurso, Macron disse que o estaleiro construído para a fabricação do submarino é um dos mais modernos do mundo e o único instalado na América do Sul. "Jamais compartilhamos tanto o nosso *know how* como estamos fazendo agora com o Brasil. Temos muito orgulho de ter feito isso", disse o presidente francês.

Macron acrescentou que potências pacificas como França e Brasil têm de "falar com firmeza e força", caso não queiram ser lacaios de outras nações. "Nós temos a mesma visão de mundo. Rejeitamos um mundo que seja prisioneiro da conflitualidade entre duas grandes potencias. E temos de defender nossa independência, nossa soberania e o direito internacional".

O comandante da Marinha, almirante de esquadra Marcos Sampaio de Olsen, destacou que Brasil e França compartilham interesses convergentes em amplo espectro, em especial nos âmbitos de segurança, combate às mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

"A obtenção do submarino com propulsão nuclear, maior ativo da Defesa Nacional, representará incremento diferenciado a capacidade de dissuasão fortalecerá a segurança e soberania nacional", argumentou o comandante.

Também presente no evento, o ministro da Defesa, José Múcio, disse que os investimentos dos projetos estratégicos das Forças Armadas vão muito além do entendimento exclusivamente das exigências para defesa da Pátria. "Estamos falando de geração de empregos, de alta qualificação, aumento de renda e de arrecadação".

Impacto

De acordo com o Planalto, a expectativa é de que o ProSub resulte em um "impacto significativo" na economia do país, gerando mais de 60 mil empregos diretos e indiretos. Cerca de 700 empresas estão envolvidas no projeto.

Com mais de 71 metros de comprimento e 1.870 toneladas, o submarino Tonelero (Submarino Convencional com Propulsão Diesel-Elétrica) é a terceira embarcação construída no âmbito do programa. A partir de hoje, ele iniciará testes de avaliação com relação à estabilidade em ambiente marítimo, bem como dos sistemas de navegação e combate.

Com a transferência de tecnologia prevista na parceria com a França, o Brasil terá ampliada a capacidade de projetar, construir, operar e manter seus submarinos convencionais e com propulsão nuclear.

A parceria inclui a construção de um complexo de infraestrutura industrial e de apoio à operação de submarinos, o que abrangerá estaleiros, base naval e uma unidade de fabricação de estruturas metálicas em Itaguaí.

"O impacto na tecnologia, proporcionado pelo desenvolvimento e aprimoramento das inovações embarcadas no submarino, estimulará não só a área de Defesa, mas também setores nacionais civis nos campos de Ciência, Tecnologia e Inovação", informou por meio de nota o Planalto.

O ProSub já resultou na entrega dos submarinos Humaitá e Riachuelo. A próxima entrega será a do submarino convencional Angostura. Está também prevista a fabricação do submarino brasileiro com propulsão nuclear Álvaro Alberto.

"Equipados com sensores modernos, mísseis e torpedos, os submarinos construídos no âmbito do ProSub possuem alta capacidade dissuasória por serem armas letais de difícil localização quando submersos. A possibilidade da presença de submarinos em uma área marítima obriga qualquer força naval oponente a mobilizar muitos meios e esforços para a localização e o combate a essas embarcações", detalhou o Planalto. (Agencia Brasil)